VIRGINIA ELISABETA ETGES

SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIA:

os camponeses gaúchos e a indústria do fumo

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre, na área de Geografia Humana (Agrária), sob a orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFLCH - Departamento de Geografia
1989.

Ao meu pai,
que viveu as contradições de
ser camponês,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Às Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, na pessoa do seu Diretor-Geral Prof. Wilson Kniphoff da Cruz, por ter oportunizado a realização deste trabalho e por demonstrar na prática que a democracia é possível;

à CAPES e à AFUBRA pelo apoio financeiro;

ao Prof. Gervásio Rodrigo Neves, pelas primeiras lições de Geografia;

à amiga e colega Eunice Gay, pela revisão do texto e pelas observações valiosas feitas;

à Ligia Gonçalves, pela disponibilidade em fazer a normalização bibliográfica;

à Clarice A. Forster pela dedicação na datilografia do texto;

ao Arthur Hector da Cunha pelo desenho das figuras;

aos colegas de luta e de trabalho no dia a dia, Ieda, Luiz Augusto, Delvina, Suzana, Caco, Rita, Rogério, Maria Carmem, Ani, Ariosto.

à Miriam, Clélia, Beatriz, Thomaz e Yokoo, pelo apoio e pela amizade;

à Carmen Granell, pela inestimável ajuda nos momentos mais difíceis;

ao Pedro Paulo Heck e a todos os que lutam sempre;

à Thacila, mãe, à Eugênia, tia, à Carmen, Elstor, Márcia, Silvío, Alberto, Ronise, Adroaldo e Daniel, irmãos, pelo apoio constante e por estarem sempre por perto, apesar das distâncias;

aos camponeses da região fumicultora do RS pela lição de vida e de persistência que têm dado, apesar das adversidades.

Um agradecimento especial quero fazer a quem com sabedoria e paciência sempre foi luz nesta trajetória, que sempre transmitiu a confiança de que havia um ponto de chegada, que não seria definitivo, é certo, mas fundamental para que o novo possa surgir sempre. Minha gratidão ao mestre Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.....	12
-----------------	----

CAPÍTULO II

O FUMO COMO MERCADORIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DA SUA PRODUÇÃO.....	38
2.1 A história do fumo.....	39
2.2 A distribuição territorial da produção de fumo pós 1950.....	50

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DA REGIÃO FUMICULTORA DE SANTA CRUZ DO SUL.....	61
3.1 As causas da emigração.....	61
3.2 A regulamentação do processo imigratório.....	70
3.3 O Rio Grande do Sul que os imigrantes encontraram.....	79
3.4 A colônia de Santa Cruz e a evolução de sua economia...	84

CAPÍTULO IV

A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO FUMICULTORA DE SANTA CRUZ DO SUL.....	106
4.1 A unidade de produção camponesa.....	115

CAPÍTULO V

OS CAMPONESES PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES EM SANTA CRUZ DO SUL E SUAS ATIVIDADES.....	136
5.1 Os camponeses produtores de fumo.....	137
5.1.1 O preço do fumo.....	152
5.1.2 A classificação do fumo.....	163
5.1.3 Ações e estratégias das empresas.....	177

5.2 As contas na unidade camponesa..... 198

5.3 Os não produtores de fumo..... 210

CAPÍTULO VI

A FUTURO: A EXPLORAÇÃO E A LUTA..... 220

6.1 O mercado internacional do fumo..... 220

6.2 Campesinato em luta..... 231

BIBLIOGRAFIA..... 241

ANEXOS..... 247

LISTA DE FIGURAS

Fig. nº 1 - Produção de fumo nos Estados brasileiros.....	51
Fig. nº 2 - Produção de fumo nas microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul-1950/1960.....	54
Fig. nº 3 - Produção de fumo nas microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul-1970/1980.....	55
Fig. nº 4 - Produção de fumo nos municípios que compõem a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul - 1950/1960.....	58
Fig. nº 5 - Produção de fumo nos municípios que compõem a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul - 1970/1980.....	59
Fig. nº 6 - Colonização no município de Santa Cruz do Sul conforme mapa do município de 1922	80
Fig. nº 7 - Localização da Colônia Santa Cruz.....	83
Fig. nº 8 - Mapa de localização dos distritos e localidades do município de Santa Cruz do Sul - RS.....	112
Fig. nº 9 - Pequena propriedade produtora de fumo (croquí)..	117
Fig. nº10 - Pequena propriedade não produtora de fumo (croquí).....	118
Fig. nº11 - Situação florestal dos produtores de fumo estufa - safra 86/87.....	126
Fig. nº12 - Município de Santa Cruz do Sul com a divisão, produção e percentual distrital.....	138
Fig. nº13 - Tamanho das propriedades, área cultivada com fumo e produtividade.....	142
Fig. nº14 - Nota de crédito rural.....	148

LISTA DE TABELAS

Tab. nº 1 - Resultado das eleições municipais de 1988.....	110
Tab. nº 2 - Área plantada e financiada - Banco do Brasil - 1986/1987.....	151
Tab. nº 3 - Produção e exportação de fumo (ton) -Safras 83/ 84 - 87/88.....	154
Tab. nº 4 - Produtores que tiveram ganhos monetários e onde aplicaram.....	160
Tab. nº 5 - Dados referentes a gastos nas contas das unida- des de produção camponesas.....	200
Tab. nº 6 - Dados referentes a entradas nas contas das unida- des de produção camponesas.....	200
Tab. nº 7 - Países compradores do fumo brasileiro - 1986 - 1987.....	221
Tab. nº 8 - Participação relativa nas exportações mundiais de fumo - 1983.....	222
Tab. nº 9 - Preços do Fumo brasileiro - 1983/1988.....	227

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA Nº 1	- A planta, que chega a atingir 2m de altura é cortada e destalada.....	121
FOTOGRAFIA Nº 2	- As folhas são enroladas, formando um cordão espesso.....	122
FOTOGRAFIA Nº 3	- O processo de cura consiste em enrolar a corda, comprimindo-a cada vez mais, para alcançar o ponto ideal.....	123
FOTOGRAFIA Nº 4	- Alcançado o ponto ideal, o rolo é seco ao sol, depois embalado em porções de meio ou de 1 kg para a comercialização.....	124
FOTOGRAFIA Nº 5	- Sementeira onde são desenvolvidas as mudas de fumo.....	128
FOTOGRAFIA Nº 6	- Transplante das mudas para a lavoura previamente preparada.....	128
FOTOGRAFIA Nº 7	- Demonstração dos cuidados que a lavoura de fumo exige.....	129
FOTOGRAFIA Nº 8	- A colheita do fumo, onde se observa significativa participação da mão-de-obra infantil.....	129
FOTOGRAFIA Nº 9	- Preparo das folhas de fumo amarradas em varas, para secagem em estufa.....	130
FOTOGRAFIA Nº10	- O fumo, depois de seco na estufa, é classificado e amarrado em "manocas" para ser "entregue" nas empresas.....	131
FOTOGRAFIA Nº11	- A abertura de novas lavouras através da queimada continua sendo uma prática comum entre os camponeses da região do fumo.....	132
FOTOGRAFIA Nº12	- Evidências do uso inadequado da terra em encostas de forte declividade.....	132

FOTOGRAFIA Nº13 - Passeata dos produtores de fumo em greve- Santa Cruz do Sul - fevereiro/89.....	236
FOTOGRAFIA Nº14 - Produtores de fumo em greve reunidos na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul- março/89.....	236
FOTOGRAFIA Nº15 - Protesto dos produtores de fumo em frente a AFUBRA. Santa Cruz do Sul - fevereiro/89	
FOTOGRAFIA Nº16 - Produtor de fumo agredido em frente à in- dústria no Distrito Industrial - Santa Cruz do Sul - greve de 1986.....	238
FOTOGRAFIA Nº17 - Violência policial na repressão ao movi- mento dos fumicultores em frente à Cia. Souza Cruz - Santa Cruz do Sul - greve de 1989.....	238

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 1 - Normas e padrões de qualidade para a classificação e comercialização do tabaco em folha cru - Ministério da Agricultura
- ANEXO 2 - Classificação do tabaco em folha
- ANEXO 3 - Projeto de Lei nº 118/87
- ANEXO 4 - Projeto de Lei nº 169/88
- ANEXO 5 - Protocolo - preço do fumo - safra 1988/89
- ANEXO 6 - Depoimentos de Harry Werner e Hainsi Gralow na "Comissão Especial do Fumo" - Assembleia Legislativa - RS - 1980
- ANEXO 7 - Portaria da Secretaria da Fazenda - RS - 1987

"... O senhor permita que eu fale de mim. Nasci no campo, sou filho de camponeses. São gente simples. Sabem tudo sobre a oliveira, mas pouco além disso. Observando as fases de vênus, vejo os meus pais diante de mim, sentados diante do fogão, com minha irmã, comendo o seu queijo. Acima deles vejo o teto, escurecido pela fumaça de muitos séculos, e vejo bem as suas mãos velhas e deformadas, segurando a colher pequena. A vida deles não é boa, mas até sua desgraça manifesta uma certa ordem. São os vários ciclos, desde os dias de lavar o chão, até as estações no olival, até o pagamento dos impostos. Há regularidade nos desastres que eles sofrem... Eles estão seguros foram ensinados assim - de que o olho de Deus está posto neles, atento, quase ansioso, de que o espetáculo do mundo foi construído em torno deles, para que eles, os atores, pudessem desempenhar os seus papéis grandes ou pequenos. Que diria minha gente se ouvisse de mim que moram num pedaço pequeno de rocha que gira ininterruptamente no espaço vazio, à volta de uma outra estrela, um pedaço entre muitos, sem maior expressão? Para que tanta paciência e resignação diante da miséria? Elas não ficariam sem cabimento? Qual é o cabimento da Sagrada Escritura que explicou tudo e disse que tudo é necessário, o suor, a paciência, a fome, a submissão, se ela agora está toda errada? Não, eu vejo o olho deles ficando arisco, vejo como descansam a colher, vejo como eles se sentem traídos e esbulhados. Então o olho não está posto em nós, é o que pensam... Não há sentido na nossa miséria; fome não é prova de fortaleza, é apenas não ter comido; esforço é vergar as costas e arrastar, não é mérito. O senhor compreende agora a verdadeira misericórdia maternal, a grande bondade da alma que eu vejo no Decreto da Santa Congregação?"

(parte da fala do Monge, do texto

"A vida de Galileu", BRECHT, 1978:97)

1 INTRODUÇÃO

Três segmentos básicos podem ser identificados dentro da realidade agrária no Rio Grande do Sul - a pequena produção familiar, a pecuária extensiva e a lavoura empresarial.

Cada um desses segmentos tem suas especificidades determinadas sempre pelo papel que desempenham nas diferentes fases do processo de acumulação a nível nacional, dado através da divisão territorial do trabalho.

Este movimento produziu, ao mesmo tempo, a dinamização da lavoura empresarial e o desenvolvimento dos dois outros segmentos.

Durante as últimas décadas o segmento da agricultura capitalista expandiu a sua área cultivada assimilando, inclusive, a área da pecuária extensiva através do arrendamento, principalmente no caso da produção rizícola. Assim, na medida em que o pagamento do arrendamento divide o excedente econômico do empresário rural, esse, para obter pelo menos a taxa de lucro médio do setor, será compelido a utilizar a terra intensivamente. Para tanto há a necessidade de aumento da produtividade baseada no emprego de tecnologia mecânica, química e

biológica.

Este desenvolvimento, induzido a partir do padrão de acumulação a nível nacional, fez com que o capitalismo, na agropecuária, assumisse nas pequenas propriedades o cultivo de produtos de exportação como soja, fumo, e nos latifúndios pecuaristas a possibilidade de ampliação da área plantada.

Para o segmento da pecuária extensiva tem sido importante a manutenção de um certo nível de renda, que pode ser alcançado ou através do lucro mercantil da pecuária sem alteração de sua estrutura técnica de produção, ou através da renda da terra, quando ceder seu espaço econômico para o segmento capitalista. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1982:88)

A pequena produção familiar representa, na história da economia do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo, a forma de resistência da agricultura quando ela se articula aos padrões de acumulação do país e uma fonte contínua de inovações, uma vez que dela surgem as novas possibilidades de produção que poderão ser desenvolvidas, quando oportuno, pelos segmentos fortemente capitalizados da agricultura.

A realidade dos camponeses (pequenos proprietários, parceiros, rendeiros e ocupantes) produtores de fumo no Rio Grande do Sul, onde o município de Santa Cruz do Sul se destaca, é significativa neste sentido.

Na sua grande maioria descendentes de imigrantes alemães, vindos no século passado, estes camponeses distribuem-se territorialmente em unidades familiares de produção, tendo como

preocupação principal a produção de gêneros alimentícios, com eventuais vendas de excedentes, além de produtos exclusivamente comerciais, como o fumo.

A propriedade privada familiar é a forma predominante de acesso à terra, que, além de ser seu meio de produção por excelência, representa também a sua luta constante pela sua autonomia frente à sociedade como um todo.

Os excedentes e os produtos comerciais são levados ao mercado, principalmente o fumo. No entanto, o dinheiro obtido com estas vendas não tem levado os produtores necessariamente à acumulação, embora o valor gerado possa ser expressivo, porque o mercado é dominado pelos grandes grupos econômicos, que, controlando oligopsonicamente a comercialização, absorvem parte significativa do valor gerado por estes produtores, via compressão de preços, subordinando assim a renda da terra produzida pelos camponeses.

Dessa forma, as relações de produção se caracterizam como não sendo especificamente capitalistas (camponesas, portanto) mas a realização do valor dos seus produtos se efetua no mercado, aparecendo assim, por esta mediação sua articulação com o capital monopolista.

É importante, no entanto compreendermos o processo de territorialização das relações sociais para que se entenda a existência de diferentes formas de ordenação territorial sob o modo capitalista de produção.

Podemos afirmar que a sociedade, na medida em que se de-

envolve no tempo, também se ordena territorialmente.

Para Marx, conforme estudos de Indovina & Calabi e Moraes, o território define-se não pelo domínio mas pelo uso. É a apropriação (num sentido lato) e não a propriedade (uma relação historicamente mais limitada) que o credencia. Marx é claro ao afirmar: "o que faz com que uma região da terra seja um território de caça é o fato das tribos ali caçarem". (MARX, 1981:87) Assim, é o trabalho social que qualifica o espaço, gerando um território. Este, na concepção marxista é uma construção social.

É neste sentido que a Geografia Crítica está retomando o conceito de território, e que nós também o tomaremos.

Milton Santos é claro neste sentido quando afirma que uma formação econômica-social também se expressa no espaço terrestre, e chega a definir o estudo geográfico como uma "história territorial". (SANTOS, 1977)

Mas é em Indovina & Calabi que encontramos o referencial mais significativo para falar do "uso capitalista do território" quando afirmam que o território, (na sua totalidade), não é "outro" com relação ao "processo capitalista", mas, ao contrário, ele é usado e se transforma em função daquele processo geral, ou seja, existe um "uso" do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases de desenvolvimento do processo capitalista.

As relações capitalistas de produção tendem a se ampliar

e a abranger toda a sociedade; são estas relações e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território.

Assim, quando falamos em "uso" do território fazemos referência ao uso de todo o território e não somente ao uso daquele que é considerado a expressão máxima do processo de concentração, a cidade, o que não implica, obviamente, um uso "igual" de todo o território, mas um uso total, ainda que especificado por partes. (INDOVINA & CALABI: 1973)

Portanto, assumimos que o papel da geografia deve ser o de contribuir para o conhecimento (e a compreensão) das relações de classes que compõem a estrutura e a dinâmica da sociedade através da análise da sua concretização no território.

Dentro deste quadro, o estudo do campo pela geografia pode ser definida como a parte da geografia que estuda e analisa os fenômenos territorializados no espaço agrário. Estes devem ser entendidos, não isoladamente, mas sim inseridos num contexto mais amplo, que pode ser nacional ou internacional.

Na geografia, historicamente estes estudos fazem parte da Geografia Agrária que, segundo Derruau, não significa Geografia Agrícola. A Geografia Agrícola é mais técnica e mais econômica. Faz intervir em suas análises a agronomia tida como a ciência das relações entre a produção agrícola e as técnicas de cultura analisando a economia da produção agrícola. Assim, a Geografia Agrícola pode debruçar-se sobre os resultados econômicos de uma dada cultura, isolando-a do seu contexto humano. A Geografia Agrária, ao contrário, apela predominantemente para os re-

sultados da exploração dos meios naturais. Procura a influência do passado sobre o presente. (DERRUAU, 1977:255)

Nas palavras de D. Faucher, ela é mais qualitativa enquanto a Geografia Agrícola é mais quantitativa. Diz que na realidade ela não separa as apreciações quantitativas do feixe de relações em que elas se inserem. Assim, Geografia Agrária é, como toda a Geografia Humana, essencialmente sintética. Não perde nunca de vista o conjunto agrário, aquilo que se poderia designar de sistema agrário ou o enquadramento espacial (forma do campo, divisão das propriedades) e temporal (sucessão de culturas ou permanência de uma dada cultura num mesmo campo) e suas relações com técnicas e práticas sociais (costumes da comunidade, estrutura de propriedade...) (DERRUAU, 1977:255)

Segundo outros autores, agrário também não é sinônimo de rural. Geografia Rural é a Geografia do campo e nem tudo o que acontece no campo está ligado ao agrário especificamente, como por exemplo, comerciante, funcionários públicos, etc.

Para Valverde as duas expressões, Geografia Agrária e Geografia Agrícola são expressões latinas e têm o mesmo significado: *ager*, *agri*=campo, resultou em agrário; *ager* + *colo* (de *colere* = habitar, cultivar) resultou em agrícola. (VALVERDE, 1964:18)

Assim, Geografia Agrícola tem um sentido mais restrito: deve englobar apenas o estudo da distribuição dos produtos cultivados e suas condições de meio, sem envolver aspectos sociais, enquanto a Geografia Agrária faz o estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e da interpretação de suas cau-

sas.

Pode-se afirmar que a Geografia Agrária tradicional tem a sua base na Geografia da paisagem agrária. Esta concepção é a mais antiga de todas, e praticamente seu início corresponde ao desenvolvimento da Geografia Moderna do século XIX e começo do atual. Apesar de antigas, as idéias centrais dessa corrente ainda são importantes na Geografia produzida em alguns países, sobretudo na França, Alemanha, Itália e também no Brasil.

Segundo Valverde, três características são dominantes dentro da perspectiva tradicional:

- a busca da "síntese" pela observação da paisagem;
- a compreensão agrária como reação do homem ao meio e os estudos dos gêneros de vida;
- a associação com a história. (VALVERDE, 1964:18)

Dentro desta perspectiva tradicional, destacaremos alguns autores, citando num primeiro momento, os alemães Von Thünen e Leo Waibel.

Von Thünen, latifundiário alemão, que desenvolveu sua obra "O Estado Isolado", na primeira metade do século XIX na Alemanha, tinha o método como preocupação principal. É o próprio Von Thünen que, em sua obra, afirma:

"Imagine uma grande cidade no centro de uma planície fértil que é atravessada por um rio ou canal não navegável. Através de toda a planície o solo é capaz de ser cultivado com a mesma fertilidade. Longe da cidade, a planície se transforma num deserto 'incultivável' que elimina toda a comunicação ante este Estado e o mundo exterior.

Não há nenhuma outra cidade nesta planície. A cidade central deve portanto suprir as áreas rurais com todos os produtos manufaturados, e em recompensa obterá todas as suas provisões do campo circundante.

As minas que abastecem o Estado com sal e metais, ficam próximas da cidade central que como é única, nós a chamaremos no futuro simplesmente "a cidade". O problema que nós queremos resolver é este: que padrão de cultivo formar-se-á nestas condições? E como os sistemas agrícolas dos diferentes distritos serão afetados pela sua distância da Cidade? Nós assumimos, de começo a fim, que a agricultura é conduzida de forma absolutamente racional.

É no todo óbvio que perto da cidade serão cultivados aqueles produtos que são pesados ou volumosos em relação aos seus valores e portanto tão caros para transportar que os distritos mais remotos são incapazes de fornecê-los. Aqui também nós devemos encontrar os produtos altamente perecíveis, que devem ser utilizados muito rapidamente. Com o aumento da distância da cidade, o solo deixará progressivamente de ser cultivado com produtos cujo transporte seja barato em relação ao seu valor.

Por esta única razão, anéis concêntricos ou cinturões de forma regularmente diferenciada formar-se-ão ao redor da Cidade, cada um com seu próprio produto básico particular.

De anel para anel o produto básico mudará, mudando com ele o sistema agrícola completo; e nos vários anéis nós devemos encontrar sistemas agrícolas completamente diferentes."^a

O método empregado por Thünen é o método da idealização, ou seja, para ele o processo de construir idealmente o "Estado Isolado" tinha por objetivo resolver os problemas que enfrentava ao tentar compreender a realidade, que, para ele, se apresentava como um período de transição, onde tudo é um caos, o que impede a compreensão e análise. (OLIVEIRA, 1979:226)

Sem dúvida durante a produção de sua obra é o momento histórico que se impõe como determinante, quando do estabele-

^aVON THÜNEN, O Estado Isolado p. 7-8 apud OLIVEIRA, A.U. Crítica ao Estado Isolado de Von Thünen. p. 225-6.

cimento e construção do conceito "Estado Isolado". Era, portanto, a ordem da economia capitalista dominante na Europa Ocidental, ainda entremeada pelo dominante Modo Feudal de produção na agricultura alemã, em processo de desintegração. Mais precisamente, é a transição do Modo Feudal de Produção ao Modo Capitalista de Produção que se impõe como base material para a construção do conceito de "Estado Isolado", posição que fica extremamente clara quando observamos o que o próprio Thünen escreveu:

"Supondo-se que num país de 40 milhas de diâmetro houvesse no seu centro uma cidade; que este país só pudesse colocar os seus produtos nesta cidade; que a agricultura no mesmo país só pudesse colocar seus produtos nesta cidade; e que a agricultura no mesmo estivesse no mais alto grau de desenvolvimento, então poder-se-ia admitir que os sistemas agrícolas, em torno desta cidade se dividiriam em quatro classes: a horticultura, a rotação de cultura, os sistemas de três campos e a criação". (WAI-BEL, 1958:73)

Várias aplicações desta teoria, relativamente ao que se pode chamar "fator mercado", foram realizadas e, apesar de ser esta uma obra pertencente à economia, teve grande importância entre os geógrafos.

Uma das suas aplicações foi feita por Leo Waibel, tomando como exemplo o altiplano (meseta central) da Costa Rica.

Leo Waibel, dentre os alemães, foi quem procurou determinar mais do que qualquer outro, o objetivo e as tarefas da Geografia Agrária.

Para Waibel a Geografia Agrária faz parte da Geografia

Econômica. Ela não é mais do que a Geografia das plantas cultivadas e dos animais úteis, não havendo necessidade de invocar para isso um método e um campo de estudo particulares. Ele considera a agricultura não tanto pela sua importância econômica como por fornecer um aspecto à paisagem. Para ele "Landwirtschaftsgeographie" é o aproveitamento regular do solo com o fito de conseguir produtos vegetais e animais, aproveitamento que imprime aspectos particulares à superfície terrestre.

Ressalta três aspectos da Geografia Agrária:

- Geografia Agrária Estatística (distribuição de plantas e animais)
- Geografia Agrária Ecológica (relações recíprocas entre os diversos fatores naturais);
- Geografia Agrária Fisionômica (estuda diferenças ambientais da economia rural).

Na França o desenvolvimento da Geografia Agrária está relacionado principalmente aos trabalhos de Faucher, Bloch e Dion.

Segundo D. Faucher, é oportuno distinguir a Geografia Agrária da Geografia Econômica da Agricultura. Esta última tem por objetivo o estudo da distribuição (repartição) das culturas no mundo, o conhecimento das respectivas quantidades (volume), as respectivas aplicações e intercâmbio; é pois uma geografia quantitativa, que tem por base a estatística.

A geografia-Agrária deve ser, pelo contrário, uma geografia prevalentemente qualitativa e sintética que tem por fim

essencial o estudo do homem dentro do envoltório vivo das plantas com as quais ele constitui o seu "genre de vie". Afirma que a intervenção das forças naturais está limitada às fases iniciais do processo produtivo, considerando que tais forças se exaurem e cessam de agir depois de terem contribuído para determinar tipos e sistemas de culturas (qualidade, ordenação, localização das culturas).

Nos países anglo-saxônicos a Geografia Agrária teve seu desenvolvimento não tanto sob o ponto de vista metodológico mas no campo aplicado, antes mesmo com fins práticos que teóricos. (MIGLIORINI, 1949: 4)

Na Itália, sob o ponto de vista metodológico, a obra mais importante é a Gribaudi que insiste sobre os vínculos existentes entre o ambiente físico e antropogênico de um lado, e as formas de economia agrária de outro, com o fito de se determinar a fisionomia das regiões cultivadas.

Entende que há influências das forças físicas sobre as fases iniciais do processo produtivo que se estendem também ao sistema fundiário: divisão ou fracionamento das terras aos efeitos da posse (propriedade), seja no que se refere às dimensões, seja no que respeita às respectivas localizações. Por vezes a influência fitográfica (altimetria, morfologia, petrografia, clima) sobre as dimensões da propriedade de terras não é imediata, mas se estabelece através de termos de passagens, que se podem enquadrar no sistema agrário (espécies e difusão das plantas cultivadas e respectivos aproveitamentos) e no grau de intensidade cultural (sistemas extensivos ou intensivos de cultivo).

Para Otembra, geógrafo espanhol: "a Geografia Agrária é uma parte da Geografia Econômica. É a ciência da superfície da terra modificada pela agricultura, tanto no conjunto como em suas diversas partes, em seu aspecto exterior, em sua estrutura interna e em suas ramificações".^b

Segundo Michel Rochefort, a Geografia Agrária é o estudo da interação dos elementos do complexo agrário, complexo este tomado como um conjunto do qual não se pode analisar um só aspecto separadamente. Afirma que num determinado meio natural, dividido em função do quadro jurídico e social das propriedades e dos regimes de trabalho, um grupo humano, dispondo de certas técnicas, explora este meio natural, seja para se alimentar seja para vender os produtos de suas atividades. Esta combinação agrária traduz-se por uma certa produção e uma determinada paisagem. (ROCHERFORD, 1964: 143)

Entre os autores brasileiros destaca-se Orlando Valverde que, citando Waibel, diz que não é a distribuição de uma cultura o que interessa fundamentalmente à Geografia Agrária, mas sim saber como se distribui todo o conjunto de atividades agrárias.

Segundo Valverde, o interesse do geógrafo não se circunscreve a uma classificação sistemática dos sistemas agrícolas, mas por meio destes estuda aquilo que Waibel chamou de "formações econômicas, ou seja, os "tipos de paisagem agrícola".

^b OTEMBRA, E. Geografia geral agrária e industrial, p. 6, apud. MEGALE, J. Geografia Agrária - objeto e método. p. 3

No estudo de cada tipo de paisagem, deve o geógrafo descrever pormenorizadamente cada um dos seus elementos componentes. É o que Waibel chamou de "anatomia" da paisagem e que os geógrafos franceses designam de "morfologia agrária".

Não lhe basta, porém, escrever: o geógrafo deve explicar a função que cada um desses elementos desempenha na atividade agrícola. Isto corresponde à "fisiologia" da paisagem no dizer de Waibel ou a "estrutura agrária" para os franceses.

Diz que o geógrafo agrário deve procurar buscar na Economia Política as leis que vão explicar os traços da atividade agrícola numa determinada área da superfície da terra. Ele deve procurar caracterizar bem para uma certa área as formas de economia, as relações de produção e os modos de produção. São, por exemplo, as relações de produção que nos vão dar a chave para explicar a clivagem social que se estabelece numa certa região.

Assim, a Geografia Agrária não deve restringir-se a uma simples classificação dos sistemas agrícolas. Deve ir além e tratar de todos os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola não temendo com isso invadir os domínios da Geografia Humana stritu sensu. A dificuldade em demarcar os diversos ramos da Geografia resulta da própria unidade desta ciência. (VALVERDE, 1980: 64-5)

Manoel Correira de Andrade, referindo-se a Valverde, diz que

"em seus ensaios observa-se de logo uma preo-

cupação com a análise do processo, com a evolução histórica das relações entre a sociedade e a natureza, acompanhada da análise das relações de classes dominantes em cada momento histórico, no meio rural. Isto em um período em que os geógrafos menores se preocupavam em analisar gêneros de vida, como se estivessemos ainda em uma formação social da comunidade primitiva, esquecendo da existência de classes sociais, e em deter-se na análise das técnicas de utilização de instrumentos de trabalho fechando os olhos à problemática social que diziam ser assunto para sociólogos e não para geógrafos. Orlando Valverde é assim um precursor e não apenas um militante da escola crítica em Geografia. E, munido de sua formação filosófica, passou ao largo da grande mobilização feita na década de setenta, de geógrafos brasileiros pelos modelos neopositivistas, quantitativos.

Daí a importância de sua obra tanto para os estudiosos da atual problemática brasileira, como para os estudiosos da evolução do pensamento geográfico no Brasil". (ANDRADE, 1984: 15-6)

O movimento neopositivista que se fez sentir na Geografia como um todo na década de sessenta, também se refletiu na Geografia Agrária especificamente.

Filizola Diniz diz que é muito difícil precisar o início do processo de renovação e apresenta dois períodos: o inicial, de contestação, crítica às idéias tradicionais e um segundo, teórico-quantitativo, quando a preocupação fundamental desloca-se para teorias e modelos. Destacam-se, nesta segunda perspectiva, além de Filizola Diniz, Ceron, Lúcia Girardi. As obras destes geógrafos caracterizam um dos segmentos significativos do movimento de renovação da Geografia.

O outro segmento da renovação, a Geografia Agrária crítica, passa a se valer de conceitos de Economia Política para tentar compreender a realidade agrária. Destacam-se aqui Silvio

Bray, Manoel Correira de Andrade e sobretudo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que em sua tese de doutoramento elabora uma crítica ao Estado Isolado de Von Thünen.

Sua obra intitulada "Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao Estado Isolado de Von Thünen", apresentada em 1978, é de fundamental importância para os novos rumos da Geografia Agrária, uma vez que a obra de Von Thünen serviu de suporte teórico para a elaboração de muitos estudos feitos em Geografia, especificamente dentro da perspectiva tradicional, como é o caso de Leo Waibel.

Na época em que Ariovaldo de Oliveira desenvolvia sua tese, o discurso geográfico vinha apresentando uma preocupação com a responsabilidade social do geógrafo face a sociedade. Em obras de Milton Santos, Yves Lacoste, James Anderson, Folke e David Harvey é colocado em evidência o caráter ideológico do trabalho do geógrafo, da pesquisa em Geografia, questionando inclusive o caráter do conhecimento geográfico.

Dentro deste contexto o trabalho de Ariovaldo de Oliveira vem contribuir para a discussão no sentido de rever as obras que davam sustentação teórica aos geógrafos tradicionais (empiristas) no sentido de denunciar o seu caráter de classe e por que os mesmos, em muitos casos, limitavam-se apenas a aplicar à realidade brasileira esquemas e análises propostos em outras realidades, sem efetuar uma crítica aos conceitos e teorias utilizados.

Milton Santos é muito claro quando diz que:

"é inadmissível que, dentro do país, não se trabalhe para a elaboração de um pensamento autônomo, isto é, autogerado e auto-sustentado. Nas condições do mundo atual, onde o tipo de relações se internacionalizou, a formulação de idéias gerais passa a ser possível mais do que antes, nas periferias do mundo.

No caso do nosso país, seja qual for o ponto escolhido, não há como interpretá-lo fora de um nexo que abranja, em um mesmo movimento os dados chamados locais, os dados chamados regionais, juntamente com as variações de ordem nacional e internacional. O mundo, como um todo, se encontra em todos os lugares. Como nossa ambição é a de aprender nosso lugar no mundo, a problemática que deflui de nossa localização específica e as formas eficazes de enfrentá-la, nossa primeira obrigação é a de conceber (como nos países do centro o fizeram e fazem), uma teoria do mundo e do lugar, que tenha como ponto de partida e de chegada o conjunto de lugares que definem o país. Por aí estaremos igualmente em condições de compreender o que cada lugar, em particular, representa. (SANTOS, 1982:218)

Do ponto de vista metodológico, procuramos buscar embasamento em MARX, quando afirma que

"o conhecimento resulta de construção efetuada pelo pensamento e suas operações; e consiste numa representação mental do concreto (isto é, da parcela de realidade exterior ao pensamento conhecedor e por ele considerada), representação esta elaborada a partir da percepção e intuição" ^c

E são as representações assim formuladas (que ordinariamente denominamos idéias, conceitos,) que precisamente constituem o corpo do que entendemos por conhecimento em geral, e a ciência em particular, uma vez que a ciência não é mais do que aquela parte do conhecimento melhor sistematizada e dialética-

^c MARX, K. *Fondements de la Critique de l'Economie Politique*, p. 31 apud PRADO JR, C. Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista, p. 3.

mente elaborada. (PRADO JR, 1979: 15)

Para aprender a realidade do momento é necessário pois que se recorra ao passado, ou seja, buscar os diversos momentos que sucessivamente deram origem à configuração do concreto atual.

Neste procedimento, o essencial consiste centralmente na determinação de relações através da análise, onde "relação será tomada no sentido da maneira ou do modo como as feições e situações da realidade exterior ao pensamento conhecedor e que constituem o objeto do conhecimento, se dispõem, em si e entre si, no espaço e no tempo. Como se comporta, em suma. É esta disposição respectiva, na simultaneidade e na sucessão, das feições do Universo, ou relações presentes na realidade e nela incluídas, é isto, que o pensamento trata de apreender e representar mentalmente, constituindo com isso o que entendemos por conhecimento". (PRADO JR. 1979: 10)

Sendo assim todo fato só é compreensível no contexto, no todo onde se desenvolve. Os elementos a serem conhecidos, embora se discriminando e individualizando, o fazem como elementos do sistema de relações em que se totalizam e unificam, e em função dele. É o que Marx denomina "a unidade na diversidade" e entende por "concreto".

A totalidade se configura, assim, num sistema de relações onde as diferentes partes constituintes se condicionam e determinam mutuamente, são funções recíprocas umas das outras.

Partindo deste pressuposto teórico, procuramos analisar a

realidade vivida pelos camponeses produtores de fumo no município de Santa Cruz do Sul.

Além do conhecimento empírico da sua realidade, fruto da convivência com os mesmos, lançamos mão de outros procedimentos para que pudéssemos aprofundar as questões que nos propusimos abordar neste trabalho.

Recorremos aos jornais locais, a revistas especializadas no assunto, entrevistas com lideranças locais, viagens pelos principais municípios produtores de fumo visitando camponeses, e, principalmente a levantamentos que privilegiam aspectos quantitativos e qualitativos como por exemplo o preenchimento de "cadernetas" por produtores de fumo, onde anotaram durante um ciclo produtivo (84/85), as suas contas, ou seja seus ganhos e gastos, tanto com a produção de fumo como com os demais cultivos e atividades. Recorremos também a um levantamento através de amostragem estatística espacializada, num total de 367 entrevistas, distribuídas entre os 8.141 estabelecimentos rurais existentes no município de Santa Cruz do Sul¹, realizado durante o ciclo produtivo 85/86, incluindo fumicultores e não fumicultores.

Esta parte do trabalho foi bastante dificultada principalmente devido a dificuldade de acesso às propriedades e, muitas vezes, também devido à resistência dos camponeses em

¹ Conforme a tabela "Determinação do tamanho da amostra a partir do tamanho da população" de KREJCIE & MORGAN, Determining sample size for research activities. Educational and Psychological Measurement, p. 607-610 apud GIRARDI & SILVA, Quantificação em Geografia, p. 20.

fornecerem as informações solicitadas. À medida em que conversávamos com os camponeses levávamo-nos a refletirem sobre o que era dito. Alguns, não querendo conversar sozinhos, chamavam pessoas de suas relações, passando a conversar em grupo. Muitas vezes havia resistência em conversas, em alguns casos devido a dificuldade no uso da língua portuguesa, quando então se passava para o uso da língua alemã, e em outros, demonstravam um certo receio em expressar suas verdadeiras opiniões, inibidos por se verem numa situação muito rara e por isso constrangedora, que é a de falarem sobre sua vida, sua realidade.

Portanto, o objetivo da pesquisa, através do contato direto com os produtores, foi abordar dados mais realistas e elementos qualitativos, evitando assim que o conhecimento de sua realidade se nautasse exclusivamente em dados quantitativos que retratam apenas parte da sua realidade.

Sendo assim, a nossa preocupação básica neste trabalho é compreender como esta realidade específica, a dos camponeses, produtores de fumo, se insere ou é inserida no contexto maior, dominado pelo capital monopolista.

Isto porque, no campo, de maneira geral, com o desenvolvimento do Modo Capitalista de Produção, ocorrem profundas modificações no arranjo territorial. Com isso equilíbrios regionais são rompidos e as partes do território que viviam segundo uma dinâmica própria participam agora de um sistema mais amplo, cujo controle escapa às sociedades locais.

Assim com o processo de homogeneização desencadeado pelo

domínio do capitalismo monopolista, a região, como realidade social concreta tenderia a se extinguir. Porém isto não se concretiza uma vez que esta homogeneização significa também a criação das condições da diversidade futura, na medida em que as próprias desigualdades são apropriadas como funcionais e necessárias para a reprodução ampliada do capital. (GOLDENSTEIN & SEABRA, 1982: 43)

Visto sob a ótica pura e simples do capital, estas formas tenderiam a se extinguir, ou melhor, a serem extintas, uma vez que poderiam vir a ser um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Como exemplo poderíamos até citar o que se deu na Inglaterra em fins do século XV e começo do século XVI, onde o poder real associado ao senhor feudal passou a roubar as terras comuns e expulsar os camponeses das terras os quais possuíam direitos baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais. Com o desenvolvimento da manufatura da lã e concomitantemente com a elevação dos preços da lã, a nova nobreza tinha em mente uma só coisa: transformar as terras de lavoura em terras de pastagens. Tal atividade provocou a demolição das habitações dos camponeses. Era o início da revolução no processo de produção. (OLIVEIRA, 1979: 143)

Certamente este processo de expropriação dos meios de produção de trabalhadores não-capitalistas, com vistas a transformá-los numa massa de proletários cujo único meio de sobrevivência passa a ser a venda de sua força de trabalho é uma constante na nossa realidade. No entanto, o processo de sujeição ao capital ao qual estes trabalhadores estão sujeitos pode se dar de outras formas. Isto porque o desenvolvimento do capitalismo encerra em si contradições, ou seja, é o próprio

Modo Capitalista de Produção dominante que gera relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção, combinadas ou não.

Martins coloca a questão da seguinte forma:

"o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas. O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles temos a produção da mercadoria e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro temos a circulação da mercadoria subordinada à produção; num outro temos a produção subordinada à circulação. Mas, esses momentos estão articulados entre si num único processo, embora possam estar disseminados por espaços diferentes." (MARTINS, 1979: 21)

A produção camponesa², objeto específico deste estudo, certamente não se constitui num dos elementos essenciais da dinâmica do Modo Capitalista de Produção. Contudo, como diz Luxemburgo,

"o processo de acumulação de capital está ligado por suas relações de valor e materiais:

² O campesinato, segundo Shanin, consiste de pequenos produtores agrícolas que, com o auxílio de equipamentos simples e o trabalho de suas famílias produzem principalmente para o seu próprio consumo e para o cumprimento das obrigações para com os detentores do poder político e econômico". (SHANIN, T. Peasants and peasant societies, p. 240, apud CORADINI, O. Notas bibliográficas para fins didáticos sobre sociologia e/ou geografia rural. In: CALLAI, H. (org.) O Ensino da geografia, p. 58)

ao capital constante, ao capital variável e à mais-valia e às formas de produção não capitalistas. As últimas formam o meio histórico daquele processo. A acumulação do capital, porém não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que sem os meios não capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido. (LUXEMBURGO, 1983: 314)

A produção camponesa não se desenvolve sob a forma especificamente capitalista, mas é submetida pelo capital. Sendo assim, ela exerce suas funções para a manutenção das relações capitalistas de produção. Oliveira entende o desenvolvimento do Modo Capitalista de Produção, na sua etapa monopolista, como:

"um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, ou seja, que o Modo Capitalista de Produção não está circunscrito apenas e tão somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Isso decorre do fato de que o Modo Capitalista de Produção não é na essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia. Assim, esse processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução". (OLIVEIRA, 1982: 181)

Ou seja, é importante atentar para a diferença entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. Como afirma Martins:

"a produção de capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro, a riqueza, entra nesse último tipo de relações, já não estamos diante da produção capitalista, mas da reprodução capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste

capital não é produção, mas reprodução capitalista ampliada. Portanto, não só relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da propriedade familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra". (MARTINS, 1981: 170)

Mesmo assim, não se pode falar em sujeição formal do trabalho camponês ao capital e sim em sujeição da renda da terra ao capital, pois é a partir daí que ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. "Assim, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada ou pelo capital financeiro, em função de empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento de baixos preços ao seu produto". (OLIVEIRA, 1982: 182)

Neste sentido, no tocante à questão do campesinato no Brasil hoje, existem três interpretações principais. A vertente que seguimos é a que afirma que o campesinato é uma classe social, que é criado e recriado na lógica contraditória do desenvolvimento capitalista; que é responsável pela acumulação primitiva que continua acontecendo e que sua sujeição ao capital se dá via sujeição da renda da terra, através dos baixos preços pagos aos seus produtos.

Além desta existem duas outras interpretações. Uma afirma que o campesinato tende a desaparecer, se proletarizará necessariamente, que só assim se alcançarão as condições necessárias para a superação do capitalismo e consequente passagem ao socialismo. Os adeptos desta corrente veem os conflitos no campo (parceiros, posseiros, pequenos proprietários) como a-his-

tóricos. Veem o campesinato como estranho à política, justamente porque acham que o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada, subordinada ao jogo e aos interesses de outra classe social: conservadoramente à burguesia e aos proprietários da terra; revolucionariamente ao proletariado.

A outra corrente é aquela que coloca o camponês como resquício de relações feudais de produção na agricultura. O desenvolvimento do capitalismo no campo destruiria a "economia natural" em função da separação do pequeno produtor familiar dos vínculos com a economia tradicional. Uma vez tornado um produtor individual estaria sujeito à economia de mercado tendo que abandonar a indústria doméstica, tornando-se apenas agricultor. A realidade da inserção no mercado levaria fatalmente ao endividamento e inevitavelmente à separação dos meios de produção que lhe são próprios, proletarizando-se.

Assim, tendo como referencial os pressupostos teóricos expostos nesta introdução, desenvolvemos os demais capítulos do trabalho conforme explicitação que segue.

No segundo capítulo tratamos do processo de valorização do fumo como mercadoria no mercado mundial através de uma abordagem histórica dos usos e costumes que diferentes povos fizeram desta planta, ao mesmo tempo em que explicitamos a territorialização de sua produção, a nível de Brasil e, especificamente, do Rio Grande do Sul.

No entanto, para que se compreenda as especificidades do processo de territorialização da produção do fumo, indispensável se faz a abordagem do processo de colonização e de forma-

ção da pequena unidade de produção, presente na estrutura fundiária da região fumicultora de Santa Cruz do Sul, abordagem esta feita no capítulo terceiro. Ainda no mesmo capítulo tratamos da evolução econômica da colônia Santa Cruz, criada pelos imigrantes alemães em 1849, e da introdução das grandes empresas transnacionais do fumo na região, com destaque para o grupo Souza Cruz.

Com o objetivo de tentar desvendar a essência da organização territorial aparente da região fumicultora de Santa Cruz do Sul, é que procuramos, no capítulo quarto, penetrar no "mundo" dos camponeses que trabalham a terra na região, tanto fumicultores como não fumicultores. Seus hábitos, seus costumes e, sobretudo, a sua visão de mundo foi o que tentamos descrever, porque acreditamos que muitos erros têm sido cometidos por aqueles que falam em nome destes camponeses e, principalmente, por aqueles que pretendem indicar os rumos do seu futuro sem, no entanto, conhecer as especificidades do seu dia-a-dia.

No quinto capítulo tratamos do trabalho e do resultado deste: a produção de mercadorias dos pequenos produtores familiares em Santa Cruz do Sul. Ao contrário do que muitos trabalhos científicos e o censo comum em geral apresentam, constatamos que não existe a monocultura do fumo na região. Existem pequenas unidades de produção de fumo que são maioria ao mesmo tempo em que existem pequenas unidades de produção onde o fumo não é cultivado. Isto não significa dizer que as empresas fumageiras transnacionais não monopolizem aquele território, ao contrário, suas estratégias para a manutenção de seu domínio são constantemente atualizadas, impedindo inclusive, que outros

cultivos, que eventualmente pudessem trazer resultados mais vantajosos aos produtores, sejam introduzidos na região. Apresentamos também, neste capítulo, as "contas de unidade de produção camponesas", como resultado de uma tentativa de compreender o orçamento das unidades de produção camponesas.

Finalizando, no capítulo sexto procuramos explicitar que a determinação da exploração à qual os camponeses da região fumicultora de Santa Cruz do Sul estão sujeitos não se define dentro das fronteiras do Estado brasileiro. Obedece, isto sim, a mecanismos impostos pelo oligopólio formado pelas empresas transnacionais do fumo, que desconhecem fronteiras. Analisamos também o processo crescente de conscientização por parte dos camponeses, que se evidencia através dos movimentos ocorridos nos últimos anos.

2 O FUMO COMO MERCADORIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DA SUA PRODUÇÃO

Para que se compreenda o processo de valorização do fumo no mercado capitalista é importante que se volte no tempo e se busque a origem desta planta.

De planta mágica e sagrada para os indígenas da América é transformada numa das mercadorias mais valorizadas no mercado mundial.

Assim como outras plantas consideradas alucinógenas hoje, que tem o seu comércio "proibido por lei" o fumo também já foi considerado a "erva do diabo" e seus consumidores foram severamente castigados.

No entanto, nada conseguiu impedir que seu consumo se difundisse, tanto assim que os governos chegaram à conclusão que a única forma de limitar esta difusão seria taxá-lo com altos impostos. E esta regra vigora até hoje, ou seja, o fumo, transformado em cigarro, é uma das mercadorias mais taxadas em impostos nos países do mundo capitalista. Assim é que em 1985, com números ainda válidos para os dias atuais, a participação dos impostos no preço final dos cigarros apresentava os seguintes índices em diferentes países: Dinamarca: 87%; Brasil:

76%; Argentina: 76%; França: 75%; Reino Unido: 74%; Alemanha Federal: 73%; Itália: 72%; Zâmbia: 72%; EUA: 38% (REVISTA AGROANALYSIS, 1985:7).

Na medida em que o consumo do cigarro cresce no mercado mundial, a produção de fumo, a nível de Brasil, é incrementada. Dentro da territorialização desta produção no país destaca-se o Rio Grande do Sul e particularmente a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul e dentro dela o município de Santa Cruz do Sul.

2.1. A história do fumo

Fumo e tabaco são designações vulgares de diversas plantas do gênero *Nicotiana* (família das solanáceas), particularmente a *Nicotiana Tabacum* e a *Nicotiana Rústica*, e dos produtos que são elaborados com suas folhas.¹ Não se conhece exatamente a sua origem. Mas no Brasil sua história começa bem antes da chegada dos europeus.

Alguns autores atribuem a origem da palavra tabaco ao no-

(1) *Nicotiana Tabacum* L. Grande erva, 1 a 2 m de altura. Folhas grandes e macias (cerca de 50cm x 15cm de largura), alternadas, sésseis, geralmente ovado-lanceoladas, acuminadas, veias salientes na página inferior. As folhas mais próximas do caule são aplexicaules. Flores bonitas, dispostas em racemos, que formam ampla panícula terminal. Cálice pequeno, ovóide, de 5 pétalas agudas; corola funiliforme, terminando em 5 lóbulos róseos. O fruto é uma cápsula ovóide, com deiscência valvar; sementes pardas, numerosas e diminutas.

Nicotiana Rústica L. Nativa do México e da região leste da América do Norte. Difere da anterior pelo menor porte, folhas maiores e mais tomentosas, flores amareladas e menores.

SANGINARDI JR., 1983. p.96.

me da pequena ilha caribe de Tobago, nas costas da Venezuela. Entretanto, Tabago foi descoberta por Colombo em 1498 e seis anos antes chegava ele ao Haiti, acompanhado de Gonzalo Fernandez de Oviedo, que encontrou a palavra tabaco entre os índios Arawák, designando um tubo em forma de Y com que os nativos aspiravam a fumaça produzida pelas folhas duma erva, hoje conhecida como Nicotiana. Outros acham que tabaco designava também os cilindros de folhas enroladas que formavam os enormes charutos dos Arawák. (SANGIRARDI JR. 1983:98) Outros ainda afirmam que o termo tabaco já era conhecido na Ásia desde o século IX, tendo sua origem no árabe Tabbâq que designava determinadas plantas fumadas provavelmente em cachimbos.

Jean Batiste Nardi, na sua obra "A História do Fumo Brasileiro", coloca como hipótese mais provável que a planta tenha nascido nos vales orientais dos Andes bolivianos e se difundido no atual território brasileiro através das migrações indígenas, sobretudo Tupy-Guarani.

O fumo, para os índios brasileiros, tinha um caráter sagrado e, como a mandioca, o milho e outras plantas, uma origem mítica. Seu uso era, em geral, limitado aos ritos mágico-religiosos e como planta medicinal, por isso unicamente reservado aos pajés (feiticeiros). (NARDI, 1985:5).

Embora existissem seis usos diferentes para o fumo entre os índios da América do Sul (comido, bebido, mascado, chupado, aspirado e fumado), o hábito de fumar era o mais relevante. O tabaco era fumado num tipo de charuto chamado "cangueira", que Frei Bartolomé de Las Casas, bispo de Chiapas, assim descrevia em 1527: "os índios têm uma erva de que aspiram a fumaça com

prazer. Esta erva está numa folha seca, como num cartucho, semelhante a esse que as crianças espanholas fazem na Páscoa do Espírito Santo. Os índios acendem num lado e chupam ou fumam pela outra extremidade a fumaça, o que produz um entorpecimento e uma espécie de embriaguês. Eles pretendem que, então, não sintam mais fadiga. Esses mosquetões ou tabagos, como eles próprios chamavam, estão em uso entre os colonos; e como fossem censurados pelo hábito vil, respondiam que era impossível abandoná-lo". (SANGIRARDI JR., 1983:105)

Quando da chegada dos europeus o fumo era de uso comum nas tribos indígenas e cultivado em toda a costa brasileira. Depois de um século da chegada de Cristóvão Colombo o fumo passou a ser conhecido e usado em todo mundo.

No entanto, assim como há dúvidas quanto à sua origem, há dúvidas também quanto a sua introdução e difusão na Europa. Existem duas hipóteses: a primeira relacionada a Jean Nicot, embaixador da França em Portugal (1559-1561), segundo a qual uma planta de fumo teria sido levada para a Europa em 1542 por um donatário português chamado Luiz de Goês. Em Portugal esta planta teria sido cultivada no quintal da infanta D. Maria, devido a seus aspectos de planta exótica e pelas suas qualidades medicinais. Em 1560, Jean Nicot sabendo que a planta curava enxaquecas das quais padecia a rainha de Médicis, a enviou a Paris. A rainha começou a pitar e imediatamente foi imitada pelos nobres de sua corte européia, dando início ao mercado do fumo em pó (rapé).

A segunda hipótese está relacionada a André Thevet, frade franciscano francês capelão de Catarina de Médicis que acompa-

nhou Villegaignon ao Brasil em 1555 na tentativa de estabelecer a França Antártica, que afirma ter sido o introdutor do fumo na Europa na sua obra "Les Singularités de La France Antartique" publicado em 1558.

No entanto, a história aponta Jean Nicot como responsável, uma vez que tanto o gênero das plantas "Nicotiana" quanto a conhecida "nicotina" são derivadas do seu nome.

Assim, segundo Sanginardi Jr, no início a forma mais usada de se consumir o fumo foi o rapé. Os marinheiros de Colombo, na descoberta do Novo Mundo, verificaram com assombro que os índios, além dos enormes charutões, usavam um aparelho em forma de forquilha: dois tubos intercomunicantes, que metiam um em cada narina, ligados por um tubo simples. Por este aparelho, o "tabaco", sorviam a fumaça do "petum" (fumo). Pelo mesmo aparelho em forma de Y os índios aspiravam pelas narinas um pó vegetal que pensavam fosse feito com as folhas secas e moídas de "petum". Era, porém, o pó alucinógeno chamado "cohoba", "niopo" ou "paricã" feito com as sementes da "Piptadenia Peregrina Benth".

O rapé do índios era de "cohoba" e não de tabaco. Mas o homem branco fez a confusão e começou a cheirar folhas de tabaco pulverizadas. Em pouco tempo o rapé dominaria a Europa.

Depois do rapé veio o cachimbo², que entrou pela primeira

(2) O étimo do vocábulo cachimbo é o quimbundo kixima, coisa oca, pela troca do prefixo ki, diminutivo de ka. A palavra pito vem do verbo pitar (de pety-ar, tomar ou chupar o petym, fumo).

SIN.: pipe, tabaco pipe (ing.), pipe (francês), pipa (espanhol italiano), Pfeife (alemão). SANGIRARDI JR.; 1983:108.

vez na Europa em 1586. Um cachimbo indígena foi enviado por Ralph Lane, primeiro governador da Virginia, a Sir Walter Raleigh na Inglaterra, com instruções sobre o modo de usar. Em seguida veio a vez do charuto³. O cigarro chegaria bem mais tarde, no século XIX quando, durante a guerra da Criméia, os oficiais ingleses e franceses aprenderam com seus aliados turcos o uso do cigarro.

Afonso Arinos de Melo Franco escreve o seguinte a respeito do uso do tabaco pelos nossos íncolas: "para os selvagens o uso do fumo não era propriamente um vício nem um prazer. Era uma espécie de formalidade de suas religiões elementares, destinadas a afastar os maus espíritos. Por isto os jesuítas, no Brasil quinhentista, identificaram o uso do tabaco com a prática de cultos diabólicos e infernais. Os padres perseguiram implacavelmente os brancos que se metiam nessas práticas. Grandes potentados como Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo, ou Fernão Cabral de Tayde, abastado senhor de engenho, foram perseguidos pela Inquisição porque tinham parte com o diabo e deitavam fumo pela boca e pelo nariz. A punição não era, naqueles tempos, absurda como parece hoje. Fumar podia significar, de fato, participar dos cultos bárbaros. Também as vantagens medicinais do tabaco eram muito pregadas no combate às úlceras, fístulas, cancros e outras feridas graves.

Nos países europeus o uso do fumo era punido com castigos físicos, sendo que na Rússia, por exemplo, aquele fosse sur-

(3) O nome do charuto tem como étimo o tamul-malaiala chirutu, enrolar, através do inglês cheroot.

preendido fumando ou cheirando rapé, teria o nariz cortado. Como, porém, os castigos físicos fossem insuficientes ante a difusão do fumo, com o correr dos tempos foram eles substituídos por tributos elevados que até agora vigoram em toda a parte, contando-se os impostos sobre o fumo, juntamente com os das bebidas alcoólicas, entre as mais pesadas que existem. Pensava-se dessa forma criar obstáculos à sua expansão que, se não acabavam com o mal, conseguiam ao menos canalizar por esse meio avultadas somas para os cofres públicos.

De tal modo se espalhou o uso do rapé na Itália que o Papa Urbano VIII fulminava com a pena de excomunhão todo aquele que tomasse rapé na Igreja. Durante um século vigorou essa bula, sendo suspensa por Benedito XIII, apaixonado apreciador do rapé".^a

Assim, de planta mágico-religiosa dos índios, o tabaco passou a ser um gênero comercial das colônias européias, mais particularmente das Antilhas, da Virgínia (a partir de 1612) e do Brasil.

Ainda segundo Jean Batiste Nardi, durante os três primeiros quartos do século XVI os colonos portugueses obtiveram o fumo dos índios através de um sistema de trocas, mas numerosas guerras fizeram com que, por volta de 1570, eles mesmos comessem a cultivá-lo sob a iniciativa de alguns comerciantes portugueses que queriam abastecer o mercado europeu e enriquecer, visto o aumento da procura do produto.

(a) FRANCO, apud PANITZ, Cultura e Industrialização do fumo, 1954, p.11.

Ao contrário da cana-de-açúcar, cultivada em grande escala, o fumo desde o começo era plantado por colonos, os moradores e lavradores em áreas reduzidas. Foi na faixa litorânea entre Salvador e Recife, e, sobretudo nos arredores de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, que surgiram as roças de fumo.

Em 1674 foi estabelecido o monopólio português na comercialização do fumo com a criação da Junta de Administração do Tabaco, que regeu o fumo em Portugal e todas as suas colônias. Numerosos impostos foram criados (dízimos, donativos, direitos locais, taxas aduaneiras), particularmente na Bahia e no Recife.

De 1690 a 1730 uma importante legislação regulou o fumo: registro, transporte, armazenagem, peso e quantidades exportáveis. Mas parece ter sido pouco respeitada. Devido às reformas do Marquês de Pombal, em 1751, com a criação de órgãos especiais como a Mesa de Inspeção do Tabaco e novos regulamentos, a legislação se estabilizou e vigorou até a independência e mesmo até alguns anos depois.

O fumo brasileiro tomava três direções. O de primeira e segunda qualidade era mandado para Lisboa e em sua maior parte reexportado para outros países europeus. À Europa dirigia-se então 60% da exportação do fumo brasileiro. Ele servia também de moeda, no período colonial, para o comércio de escravos com a África. A partir do século XVII o fumo passou a ser o principal gênero de comércio no escambo dos escravos na Costa da Mina (atual costa da Guiné), chegando a representar 30% das exportações de fumo do Brasil colonial que, até a extinção do tráfico em 1850, fez a riqueza dos comerciantes

baianos. A terceira parte destinava-se ao consumo interno.

Além daqueles dois mercados principais, uma quantidade ínfima era exportada para a Índia e, a partir do final do século XVIII, para os países do Rio da Prata. Quanto ao mercado interno, dificilmente estimável visto a falta de documentos, absorvia uns 10% nos últimos anos do período colonial.

A produção anual do fumo brasileiro durante o período colonial apresentava numerosas variações. Por um lado devido às intempéries como chuva em demasia ou secas prolongadas, além de pragas e, por outro lado, devido às constantes oscilações na política agrícola interna e problemas de mercado. De 1680 a 1730, período em que cresceu o tráfico de escravos devido ao trabalho na mineração, a produção do fumo atingiu 3.750 toneladas.

No final do século XVIII ocorreu o apogeu do comércio do fumo no Brasil colonial. Mas a conjuntura das primeiras décadas do século XIX, tanto a nível colonial, como internacional, não foi favorável ao fumo. No entanto, a abertura dos portos às nações amigas, a independência e outros fatores como o crescimento dos mercados consumidores do Rio e São Paulo, fizeram com que a cultura do fumo se reanimasse rapidamente, encontrando ainda no século XIX novas condições que lhe permitiram desenvolver-se mais.

A abolição da escravatura, ocorrida no final do século XIX, não afetou muito a cultura do fumo. Na verdade a produção aumentou porque a procura do fumo brasileiro estava em crescimento tanto nos mercados europeus quanto no mercado interno.

As quantidades antes destinadas à África encontravam, assim, novos mercados.

Do fim do período colonial (1808) até o início do século XX, o fumo brasileiro diversificou-se, tanto a nível espacial (áreas cultivadas) como no processo de industrialização e comercialização, sendo que nas três primeiras décadas do século atual assiste-se à concentração espacial agrícola e industrial e ao estabelecimento das estruturas atuais. Isto se deu através de uma política de desenvolvimento que estimulou o surgimento de novas áreas fumageiras além da Bahia. O fumo passou a ser cultivado também em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, sobretudo, no Rio Grande do Sul com a chegada dos imigrantes europeus, particularmente nas colônias de São Leopoldo e de Santa Cruz do Sul, futura capital do fumo. Simultaneamente ao processo de expansão surgiram novos tipos de fumo. Enquanto a Bahia continuava a cultivar unicamente fumos escuros locais (tipo brasil-bahia), as demais regiões começaram a desenvolver outras variedades tais como "sul de minas", "flor branca", "Kentucky", etc.

Apesar de numerosas tentativas para cultivar fumos claros no Brasil (tipo virginia) só em 1870 foram importados vários tipos de sementes, inclusive a variedade chinês, que deu origem ao tipo amarelo. Importados pelo Rio Grande do Sul, foi nesse Estado, e mais tarde em Santa Catarina onde se desenvolveram os fumos claros que fizeram dessa região uma das principais do mundo na produção dessas variedades.

Segundo Nardi, a desconcentração no que diz respeito às áreas produtoras de fumo no Brasil no início do século XIX,

deve-se ao fim do monopólio de Portugal na comercialização dos produtos brasileiros (fato que se concretiza com a abertura dos portos às nações amigas em 1810). Até então só era permitido plantar fumo na Bahia (para evitar a concorrência com Portugal). Com a abertura dos portos às nações amigas a liberdade de comercializar diretamente com outros países representou um incentivo significativo uma vez que a procura no mercado externo aumentava devido, já na época, aos baixos preços do fumo brasileiro.

O fumo passou a ser cultivado em praticamente todas as províncias brasileiras. Mas já a partir de 1850 algumas províncias se destacam: GO, MG, SP e mais particularmente RS e SC.

Segundo o mesmo autor o desenvolvimento da lavoura do fumo no sul do país deve-se à presença do imigrante alemão, à pequena propriedade "que favorece a cultura do tabaco", e o aumento do comércio da província com a Alemanha.

Numerosas eram as variedades cultivadas nas diferentes províncias, algumas importadas e outras criadas localmente, que podem ser agrupados em dois tipos básicos: os fumos escuros e os fumos claros.

Até o início do século XIX apenas algumas variedades de fumos escuros eram cultivados na Bahia. Eram classificados como fumos pesados ou fortes (Cachoeira, Sto. Amaro, Alagoinhas), fumos leves ou das matas (Muritiba, Sto. Antônio de Jesus, Cruz das Almas) e fumos fracos (Nazaré e Sertão). Estas classes eram genericamente denominadas brasil-bahia.

Posteriormente outras variedades de fumos escuros surgiram como o tipo "flor branca" que servia tanto para o fumo em corda e em folha quanto para os charutos. Espalhou-se pelas províncias de MG, BA, PE, RS e PR. O tipo "flor roxa" surgiu mais ao sul de MG e norte do RJ. O cruzamento dos dois tipos originou a variedade "sul de minas".

Além destes havia também o fumo "pinho" cultivado no norte de MG e no PR; o "goiana", típico de GO, cruzamento do "pinho" com o "sul de minas" e outros escuros, como o "gigante", "pretinho" e "barury" no PA; os "giörgino", "São Luis" e "pirachim" em SP; os "chilenos", "kentucky", "negro" e "moçambique" no RS.

Os fumos claros, no entanto, só deram resultado no RS, Santa Cruz do Sul mais especificamente, importados de Cuba e EUA. Em 1870 foi introduzido o tipo "Chinês", do qual se originou o tipo "amarelinho", que passou a ser cultivado em grande escala na província. O tipo "virgínia" foi introduzido em 1920, transformando-se numa das espécies mais cultivadas hoje.

Nas três primeiras décadas do século XX a concentração espacial de acentuou, uma vez que a produção caiu na maioria dos Estados mas aumentou na Bahia e Rio Grande do Sul.

No primeiro quinquênio da década de vinte a BA e o RS representavam 55,27% da média do fumo brasileiro, passaram a 79,93% na média do quinquênio seguinte. Em 1930 os dois Estados quase se igualavam: a BA com 39.900 t e o RS com 30.340 t. Havia, no entanto, uma diferença entre os dois Estados: o tipo do fumo produzido.

Enquanto a BA conservava sua cultura tradicional de fumos escuros para charuto, o RS especializava-se em fumos claros, particularmente o "virginia", cada vez mais importante na fabricação de cigarros, cuja indústria estava crescendo. Havia também diferenças quanto à tecnologia utilizada na produção: enquanto a BA continuava com a secagem ao sol e em galpões, o RS, desde 1920, especializava-se em novos métodos de secagem em estufa, o que favoreceu muito a qualidade do produto.

2.2 A distribuição territorial da produção do fumo pós 1950

A partir de 1940 a produção de fumos escuros da BA passa a sofrer concorrência de AL (Arapiraca) que passou a produzir os mesmos tipos.

Hoje, no Brasil, definem-se nitidamente três regiões produtores de fumo, conforme a figura nº 01: o sul (RS, SC e PR) pelos fumos claros para cigarros (79% da produção nacional); o Nordeste (BA e AL) pelos fumos escuros para charutos (16%) e os demais Estados (em particular MG, GO, SP) pelo fumo em corda (5%).

Como consequência deste processo de especialização na produção nas duas principais regiões produtoras do Brasil, também a indústria vai especializando-se na medida em que se instala nestas regiões, a partir do início do século atual.

Este processo verifica-se principalmente na produção de charutos, que se destaca na BA, onde gradualmente as pequenas empresas de caráter familiar foram perdendo espaço para as fábricas maiores que, associando-se, dominaram o mercado. A par-

Fonte dos dados: IBGE - SEMO AGRO-PECUÁRIOS/1980

FIGURA 1 - Produção de fumo nos estados brasileiros

tir de 1930 destacam-se três grandes empresas na produção de charutos no Brasil: Danneman, Suerdick e Costa Ferreira & Penna.

Quanto às fábricas de cigarros, que aumentaram muito devido à procura cada vez maior do produto no mercado interno, também verificou-se o fenômeno da concentração. A espacialização desta concentração, no entanto, não se verifica apenas pela proximidade de matéria prima mas também pela existência de mercado de consumo, como é o caso do RJ e SP.

Em 1912 as maiores empresas já resultavam de associações de homens de negócios como ocorreu com José Francisco Correia & Cia, a Souza Cruz & Cia, a Lopes Sá & Cia e a Paulino Salgado & Cia, todas no RJ.

Além destas, havia a Leite & Alves, com uma fábrica no RJ e outra na BA; a Gonçalves & Guimarães, a maior de SP, a Hennig & Cia e a dos irmãos Schultz, ambas no RS. Em 1920 essas empresas eram responsáveis por aproximadamente 80% da produção nacional que chegava a mais de 300 milhões de maços.

Resumindo, hoje, temos a seguinte estrutura no que diz respeito à localização da indústria e comércio do fumo: armazéns de beneficiamento e firmas exportadoras no sul e na BA; fábricas de charutos na BA; a área exportadora de Arapiraca; numerosos comerciantes de fumo em corda em todo o país. A indústria de cigarros, por sua vez, está estabelecida principalmente no RJ, SP e PR, com exceção das fábricas de cigarros R.J. Reynolds e Sudan em Sta Cruz do Sul e da Souza Cruz que tem fábricas em várias outras cidades.

Quanto à produção do fumo no RS, pode-se observar nas figuras nº 2 e 3, a ocorrência de um processo de concentração no que diz respeito às áreas produtoras.

Este processo está relacionado ao processo de transformação do fumo numa cultura comercial. Em 1950 o fumo era produzido em todo o Estado praticamente. Mas era uma produção voltada basicamente ao autoconsumo, como na região da Campanha, por exemplo.

Na medida em que a indústria se concentra espacialmente na Microrregião Fumicultora de Santa Cruz, mais especificamente nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, a partir da década de 60 e durante a década de 70, observa-se um processo de intensificação da produção nesta Microrregião.

Por outro lado, observa-se também que, excluindo a área de campos naturais, a intensificação da lavoura do fumo tem-se dado, em grande parte, nas regiões menos indicadas para a prática da agricultura intensiva, como é o caso da região das Serras de Sudeste e proximidades da Lagoa dos Patos (M.R. do Alto Camaquã e M.R. da Lagoa dos Patos) onde, no 1º caso, ocorre o afloramento do Escudo Cristalino dando origem a solos de baixa fertilidade e no 2º caso o solo arenoso, decorrente da formação sedimentar recente desta área. Há intensificação também na região da encosta da Serra Geral, onde a prática da agricultura mecanizada é dificultada pela inclinação do relevo. (M.R. Colonial do Baixo Taquari, M.R. Colonial do Alto Taquari e M.R. de Soledade). O mesmo se observa na região da encosta oriental do Planalto Meridional (M.R. do Litoral Setentrional

FIGURA 2 - Produção de fumo nas micro-regiões do estado do Rio Grande do Sul.

FONTE DOS DADOS: IBGE - CENSO AGRO-PECUÁRIO 70/80

do Rio Grande do Sul).

Também na Depressão Central observa-se intensificação no cultivo do fumo, onde, no caso da M.R. do Vale do Jacuí, a razão não está nem na estrutura fundiária dominante, com predomínio de médias e grandes propriedades, com destaque para a lavoura do arroz e pecuária nos municípios de Chachoeira do Sul e Rio Pardo, nem no tipo de solo, que neste caso é fértil e adequado à agricultura tecnificada. É cultivado basicamente por parceiros, em terras dos médios e grandes proprietários e por pequenos proprietários nos demais municípios que compõem esta Microrregião: Butiá, General Câmara, Taquari, Triunfo, São Jerônimo e Arroio dos Ratos. Da mesma forma observa-se intensificação na M.R. de Santa Maria, onde também é produzido em pequenas propriedades. Destaca-se a M.R. Fumicultora de Santa Cruz do Sul, que será analisada em seguida.

A retração do cultivo do fumo, por outro lado, aconteceu basicamente na região da Campanha onde era produzido pelos peões nas estâncias de gado, visando o consumo próprio. Na medida em que, na última década, principalmente, o uso da terra na região passa a ser intensificado através do arrendamento para cultivo de arroz, o peão tende a desaparecer, assim como o caráter extensivo das atividades.

Também aconteceu no Planalto Meridional, onde ocorrem os melhores solos para a prática agrícola no Estado, na medida em que o capitalismo se desenvolve na agricultura, intensificando o uso da terra na produção de trigo e soja. Salientam-se as microrregiões: Colonial de Santa Rosa, Colonial de Iraí, Colonial de Ijuí, Colonial das Missões; Colonial do Alto Jacuí e

Triticulora de Cruz Alta.

Conclui-se, portanto, que há uma certa "marginalização" no que diz respeito às regiões produtoras de fumo no Estado. Ou seja, sua expansão se dá nas regiões não aptas ao cultivo de soja e trigo e nem à pecuária. Pode-se dizer que a expansão da lavoura do fumo no Estado tem-se dado nos piores solos, o que força a ampliação do consumo de fertilizantes para melhorar a fertilidade do solo.

Pode-se afirmar também que a expansão e intensificação da fumicultura no Estado dá-se nas regiões de pequenas propriedades de produção familiar, na medida em que nestas existe a mão-de-obra necessária para este cultivo, ou seja, uma mão-de-obra requisitada intensamente durante parte do ano e no restante do período se ocupa com outras atividades, por exemplo cultivando produtos necessários para a sua subsistência.

Nos municípios que compõe a M.R. Fumicultora de Santa Cruz do Sul verifica-se uma gradual intensificação da produção de fumo, (fig. 4 e 5) sendo que o município de Santa Cruz do Sul, destaca-se como principal produtor. Ao lado de Santa Cruz do Sul destacam-se também os municípios de Sobradinho e Venâncio Aires, sendo que em 1970, Sobradinho aparece como maior produtor em quantidade produzida. Isto deve-se ao fato deste município ser, historicamente, um grande produtor de fumo em corda. Este é produzido a partir de um processo específico, sem nenhum vínculo com empresas, na medida em que são os próprios produtores que transformam a matéria-prima em produto comercializável. Ou seja, o fumo em corda é produzido em moldes artesanais, sob o controle do pequeno proprietário camponês e comer-

FIGURA 4 Produção de fumo nos municípios que compõem a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul - 1950/1960.

FIGURA 5 Produção de fumo nos municípios que compõem a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul - 1970/1980.

cializado por este nas casas comerciais da região ou vendido em outros centros maiores.

Em 1980, conforme o Censo Agropecuário do IBGE, de uma produção total de 2.502 toneladas de fumo em corda produzidas no Estado do Rio Grande do Sul, Sobradinho participava com 59%, enquanto Soledade participava com 17%, Cachoeira do Sul com 6%, Faxinal do Soturno com 6%, Rio Pardo com 3%, Arroio do Tigre com 1% e os demais municípios com 8%.

Esta microrregião também se destaca por nela estarem localizadas as empresas do ramo fumageiro que assim se distribuem:

Santa Cruz do Sul: R.J. Reynolds Tabacos do Brasil; Armada Ind. e Comércio de Fumos; Cia de Cigarros Souza Cruz; Indústria Boetcher de Tabacos; Tabacos Boetcher & Wartchow; Tabra Exportadora de Tabacos Ltda; Kliemann S/A; Kannenberg & Cia; Philip Morris Brasileira; Cia. Sudan de Produtos de Tabaco Ltda; Meridional de Tabacos Ltda; Tabacos Brasileiros Ltda.

Venâncio Aires: Tabasa Tabacos S/A; Fumossul S/A Ind. e Comércio; Rio Grande Tacalera.

Vera Cruz: Verafumos Ltda.

Para que se compreenda este incremento na produção fumageira no Rio Grande do Sul, e particularmente, em Santa Cruz do Sul, é necessário abordar o processo histórico de construção desta região do território brasileiro, intimamente relacionado à imigração alemã, ocorrida no século passado e à implantação da pequena propriedade familiar.

3 A FORMAÇÃO DA REGIÃO FUMICULTORA DE SANTA CRUZ DO SUL

Com o objetivo de compreender a formação territorial da principal região fumicultora do Rio Grande do Sul, abordaremos, neste capítulo, o seu processo de ocupação.

Para tal, analisaremos as causas da imigração alemã ocorrida no século passado e as leis que regulamentaram este processo, que se refletiu na estrutura fundiária da região.

Também a evolução da economia do município de Santa Cruz do Sul merecerá atenção, com destaque para as principais empresas fumageiras que se instalaram na região, dentre elas a Cia Souza Cruz.

3.1 As causas da emigração

A imigração de alemães para o Brasil, que se desenvolveu no século XIX, não é um fenômeno espontâneo, mas a consequência de uma complexa série de fatores endógenos e exógenos ao país, ligados à forma como o capitalismo se desenvolvia, tanto interna como externamente.

Excetuando-se alguns casos em que a imigração e colonização dirigidas tiveram objetivos políticos e militares (açoria-

nos), o processo colonizador e imigratório dirigido se processou, na verdadeira acepção da palavra, a partir da transferência da Corte portuguesa ao Brasil e a conseqüente abertura dos portos em 1808. Este fato só pode ser compreendido se encarado como parte do processo de expansão mercantil da Inglaterra e, particularmente, o da conquista do mercado brasileiro, pois, na época, a Inglaterra achava-se à frente do capitalismo industrial, e suas necessidades não eram mais de conquista e ocupação, traço fundamental do capitalismo comercial, e sim de conquista de mercado consumidor. Portugal, que se encontrava na iminência da invasão napoleônica, aceitou a ajuda inglesa na consecução da transferência da Corte para o Brasil. Em troca a Inglaterra conseguiu o monopólio do comércio com o Brasil. O sistema escravista vigente no Brasil, no entanto, consistia num sério obstáculo à expansão capitalista inglesa que, a partir de então, passa a pressionar Portugal, através de tratados, a comprometer-se em abolir o sistema de produção baseado na mão-de-obra escrava. Em 1850 ela conseguirá a extinção do tráfico negreiro para o Brasil. (LANDO & BARROS, 1976:9)

Assim, "a questão da imigração européia para o Brasil no século XIX está intimamente ligada ao problema da escravidão. Trata-se de dois aspectos distintos de um mesmo processo: a transformação do regime de trabalho na sociedade brasileira. Na realidade, a existência do regime de escravidão impede o crescimento do fluxo imigratório, sendo a decadência do primeiro a condição para a expansão do segundo." (LANDO & BARROS, 1976:10). Havia, inclusive, medidas oficiais proibindo a coexistência de escravos e estrangeiros numa mesma colônia. "A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo

ou em partes diferentes do seu território, seis léguas de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser roteadas por braços de escravos".¹

Por outro lado, no que diz respeito à fixação dos imigrantes em determinadas zonas, vamos encontrá-los justamente em regiões onde a participação da mão-de-obra escrava era muito pequena e insignificante, ou onde o trabalho livre passou a substituir o trabalho escravo. No primeiro caso encontramos o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e no segundo São Paulo.

Evidencia-se assim a influência que a Inglaterra exerceu, ainda que de forma indireta, no incremento da corrente imigratória ao Brasil, uma vez que, pressionando o governo português, e mais tarde o governo brasileiro, a fim de suprimir a escravidão, fez emergir a necessidade de se importarem braços livres.

Segundo Lando & Barros, tendo sido a imigração para o Brasil, vista como um todo, uma empresa cujo objetivo era o de trazer mão-de-obra para a grande lavoura (entendida esta como lavoura de produção voltada para o mercado externo), a colonização do Rio Grande do Sul apresenta-se como um caso singular na imigração européia pois, devido às suas condições peculiares de implantação, possibilitou a formação da pequena propriedade (LANDO & BARROS, 1976:26).

Cumprindo pois, distinguir, na imigração que se processou a

(1) Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848, art. 16º, in Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1949. t 10, pte 1. apud LANDO & BARROS. A colonização alemã no Rio Grande do Sul. p. 10.

partir da transferência da família real para o Brasil, dois tipos de iniciativa imigratória. Nas palavras de Caio Prado Jr. coexistem neste processo duas atividades distintas: uma de iniciativa oficial, cujo objetivo era ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes, na maior parte das vezes, da área de influência do latifúndio; e outra, de iniciativa particular, estimulada pelo governo, que visava a obtenção de braços livres para a grande lavoura em substituição ao braço escravo.

Ao primeiro tipo o autor denominou de "colonização", pois visava à formação de colônias de estrangeiros que ocupassem efetivamente certas regiões, reservando o termo "imigração" para a atividade de iniciativa particular, cuja finalidade imediata associava-se aos interesses da grande lavoura: formar um contingente de trabalhadores com os quais pudessem resolver o problema da mão-de-obra indispensável ao desenvolvimento econômico, especialmente da cultura cafeeira ameaçada com a diminuição do número de escravos. É particularmente no Sul onde vai se ressaltar o sistema de colonização que não apresentava solução tão pronta e imediata como a imigração, uma vez que suas perspectivas eram mais amplas. "Argumentavam seus partidários que o objetivo principal era incrementar o povoamento do país; a questão de braços para a grande lavoura resolver-se-ia naturalmente no futuro como consequência de tal incremento: dos núcleos coloniais sairiam logo os trabalhadores necessários. E havia a vantagem de tornar a imigração para o Brasil muito mais atraente, oferecendo aos candidatos, desde logo, a possibilidade de se tornarem proprietários. Sem contar as vantagens de ordem social, pois formavam-se assim verdadeiros povoadores, fixados na terra e com ela identificados, em

vez de populações flutuantes e desenraizadas de mercenários".
(PRADO JR. 1983: 189)

Assim as circunstâncias que explicam a imigração alemã para o Brasil e a consequente instalação do núcleo colonial de Santa Cruz do Sul são por um lado as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira no século XIX, e por outro a situação vivida nesse período pelos países europeus, especificamente aqueles de língua alemã. Nestes a emigração foi provocada pelo processo de transição do Modo Feudal de Produção ao Modo Capitalista de Produção que gerava população excedente, resultante das transformações das relações de produção e dos processos técnicos de trabalho.

Sendo assim, a expansão do capitalismo em âmbito internacional é que associa essas duas realidades, aparentemente distintas, como situações complementares de um mesmo processo. Segundo Paul Singer "a imigração alemã se realizou num mundo que se estava tornando cada vez mais capitalista no qual ia se constituindo um mercado internacional de trabalho (...). A transferência de capital do centro do mundo capitalista à sua periferia precisava ser acompanhada de mão-de-obra para fecundar esse capital e permitir que ele se multiplicasse". (SINGER, 1968: 88).

Conforme Godinho, a emigração de alemães para a América teve como fatores de expulsão a situação econômica e política da Alemanha, onde assistia-se ao processo de desagregação da propriedade feudal, e no bojo desse processo, as lutas da burguesia por maiores poderes, sendo que em determinados momentos dessa luta, como na revolução de 1848, burgueses e proletários

(particularmente camponeses que perderam suas terras) lutavam em aliança contra a aristocracia. Os resultados, como era de se esperar, foram favoráveis à burguesia que teve assim o seu poder político aumentado. Também as lutas pela unificação da Alemanha, ocorridas durante o século XIX contribuíram para o incremento da emigração devido à instabilidade política que então se instalou. (GODINHO et al, 1980: 40)

É na estrutura fundiária que essas transformações ocorridas na Alemanha no séc. XIX, vão se fazer sentir mais intensamente com o gradual desaparecimento da média propriedade em benefício da pequena e da grande, o que vai se refletir no grande aumento do êxodo rural em direção às cidades ou à América.

Dentre as causas desse processo merecem destaque as medidas políticas para a emancipação dos servos da gleba tomadas a partir de 1798 na Prússia e, entre 1800 e 1816, nos demais estados alemães. Estas medidas que visavam a atender aos camponeses acabavam beneficiando os nobres, uma vez que incrementavam a concentração da propriedade fundiária nas mãos destes. Isto porque os agricultores libertos do estatuto da sevidão feudal na época dividiam-se basicamente em dois grupos: o primeiro constituído de antigos camponeses que já detinham a propriedade da terra em que habitavam, pagando renda em produto ou em dinheiro para o senhor limitando-se os trabalhos obrigatórios a apenas alguns dias por ano. Estes camponeses predominavam no sul e oeste da Alemanha e seu mais grave problema era a fragmentação da propriedade provocada pela herança. Com as reformas esses camponeses, para permanecerem como proprietários de suas terras, tinham que pagar ao fisco somas excessivamente elevadas em relação aos seus recursos. Eles ficavam

entre o endividamento extorsivo e a perda total ou parcial da terra que cultivavam; o segundo grupo constituia-se de antigos servos da gleba que, para permanecerem na terra que exploravam, deveriam pagar por ela e pela casa. Mas só podiam resgatar sua terra e sua casa abandonando um quarto e por vezes metade da superfície ao senhor. As propriedades assim amputadas tornavam-se tão exíguas que já não bastavam para o sustento de uma família. O camponês vendia o resto e se expatriava ou ia para as cidades ou percorria o campo em busca de um trabalho precário e mal pago.^a

Também a legislação sobre a herança da terra nos vários Estados foi uma das causas importantes da emigração. No sul e oeste da Alemanha, a atomização das propriedades rurais tornou improdutiva a pequena exploração camponesa chegando ao ponto de o camponês ter de adquirir os cereais para a sobrevivência da sua família. Prevalencia aí a REALERBTEILUNG, que determinava a divisão da herança em partes iguais para todos os filhos. Outra forma era o ANERBENRECHT, uma forma de fideicomisso que existia, em algumas regiões da Alemanha, no âmbito do campesinato. A terra passava do pai para o filho mais velho (ou mais novo, conforme a região). O filho que herdava a terra podia dispor dela livremente, usufruir dela, sem nenhuma obrigação para com os irmãos. Estes se viam na contingência de ir trabalhar nas propriedades de outros ou, quando possível, trabalhar para o próprio irmão na condição de assalariado. Quando isso não ocorria, ou quando na região não havia trabalho disponível, esses camponeses sem terra passavam à condição de prole-

(a) BIANQUIS, G.—La Vie Quotidienne en Allemagne à l'Epoque Romantique. p. 65, apud SEYFERT, G. A colonização alemã no vale de Itajaí-Mirim, p. 22.

tários sem qualificação na crescente indústria alemã. (SEY-FERTH, 1974: 23).

Ambas as formas contribuíram para que boa parcela dos camponeses procurasse nas cidades ou em outros países novas formas de sobrevivência.

Mas há ainda outras formas que devem ser levadas em conta: como consequência do processo de desagregação do modo de produção anterior, o camponês, para sobreviver fora do sistema feudal, devia produzir para o mercado. Essa prática era dificultada pelo esgotamento dos solos, e pela parcelização da propriedade. Além disso, para enfrentar os custos da produção, ele necessitava de crédito e nas situações em que não conseguia pagá-lo ficava nas mãos dos credores, ocorrendo muitas vezes a perda da propriedade ou parte dela.

Como decorrência do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha contribuíram para o êxodo rural também, em menor grau, a mecanização da lavoura ocorrida principalmente na segunda metade do século XIX que reduziu o número de pessoas necessárias às tarefas agrícolas criando um excedente de população, e, com maior importância, a industrialização do país que passou a competir com o trabalho artesanal do camponês reduzindo seus rendimentos. E, ainda com relação à emigração há um outro fator diretamente relacionado à revolução de 1848, onde a burguesia aliada à aristocracia passou a ter a importância política por ela desejada, fazendo com que se somassem ao fluxo de camponeses e artesãos ex-proletários, refugiados políticos e contestadores do regime vitorioso, os quais provenientes do meio urbano e com elevado nível de escolaridade estabele-

ciam-se nas colônias como a "elite intelectual". (GODINHO et al, 1980: 42-4).

Assim, observando o conjunto da situação alemã no século XIX, encontramos várias unidades territoriais conturbadas por uma série contínua de revoluções e guerras, com uma estrutura econômica mais ou menos instável, que culmina com a unificação, sob a hegemonia da Prússia, em 1870 e com a criação do Segundo Reich Alemão. Neste contexto os camponeses formam a maior parte dos grupos de emigrantes, juntamente com contingentes do LUMPENPROLETARIAT e liberais fugidos das revoluções de 1830 e 1848. As estimativas apontam que aproximadamente cinco milhões de alemães teriam deixado sua terra de origem durante o século XIX forçados pela precariedade político-econômica. Portanto, todas as afirmações acima nos fazem discordar de alguns autores que afirmam que a maior parte dos emigrantes alemães que vieram para o Brasil eram habitantes das cidades uma vez que a maioria desses emigrantes eram camponeses que, tendo deixado o campo, se dirigiam para as cidades onde engrossavam o "proletariado andrajoso" que a fome, o fracasso das revoluções e as sucessivas guerras acabaram forçando à emigração. (SEYFERTH, 1974: 27)

Mas há também fatores que atraíam os emigrantes para as terras americanas particularmente para o sul do Brasil. Dentre esses destaca-se a propaganda exercida pelas Companhias de colonização em torno da concessão de terras no Novo Mundo, com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência às dificuldades que no futuro teriam de enfrentar.

3.2 A regulamentação do processo imigratório

O berço da colonização alemã no sul do Brasil, foi São Leopoldo sob a iniciativa do governo imperial, caracterizando-se assim como colonização dirigida ou oficial. O núcleo colonial estabeleceu-se em terras de propriedade da Coroa, as da Real Feitoria do Linho Cânhamo, em julho de 1824, às margens do rio dos Sinos. O recrutamento de voluntários no país de origem foi realizado por um agente do governo brasileiro, Major Schaeffer, que oferecia-lhes condições extremamente favoráveis: os colonos viajariam às expensas do governo brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam de liberdade de culto, receberiam como propriedade 160.000 braças quadradas de terras (77 ha) por família e cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano perceberiam uma ajuda em moeda corrente de um franco por cabeça, e de cinquenta cêntimos durante o segundo ano; enfim, seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos. A única condição que se lhes impunha era a inalienabilidade de suas terras por dez anos.

No entanto, a própria Constituição do Império opunha-se à concessão imediata e automática da nacionalidade brasileira e proclamava a religião católica a do Estado. Quanto à concessão de terras somente os primeiros as receberam sem atraso; já os que chegaram em dezembro de 1824 encontraram dificuldades de instalar-se; os que vieram logo depois tiveram muitas vezes de esperar meses para receberem um lote.

Em suma, 5.350 imigrantes alemães entraram no Rio Grande do Sul de 1824 a 1830, quando o recrutamento foi suspenso.

Em 1848, logo após a pacificação do Rio Grande do Sul, iniciou-se a colonização sob a iniciativa da província sendo

regida por duas leis, votadas pela Assembléia Geral e pela Assembléia Provincial.

Pela Lei Geral nº 514 de 28 de outubro de 1848, cada província recebia do Império trinta léguas quadradas de terras devolutas, exclusivamente reservadas à colonização. A introdução e o emprego de escravos nelas era proibido e os colonos não se tornariam proprietários das terras concedidas senão depois de as haverem desbravado e explorado num prazo máximo de cinco anos. O objetivo da lei era desenvolver a agricultura, através da exploração direta. Foi essa lei que permitiu a criação de colônias provinciais e que regeu, até a Proclamação da República, o domínio territorial da província.

A lei geral de 18 de setembro de 1850, que regulamentou a aquisição de terras devolutas, reservou as suas disposições ao Governo Imperial exclusivamente. O único título de aquisição doravante válido seria a compra e não mais a concessão. Era uma barreira à usurpação das terras públicas. A lei, porém deixara uma brecha. Sendo muito reduzidas as exigências para a legitimação das posses de fato, legitimações de complacência permitiram a apropriação de milhares de hectares. O art. 3, parágrafo 4 da lei em questão, que oferecia assim a possibilidade de contorná-la, fê-la um agente de colonização: grande número de colônias particulares foram fundadas graças à interpretação especiosa da Lei de 1850. (ROCHE, 1969: 101)

Assim, até 1870, quando o governo imperial novamente interveio, a Província tomou sobre si a colonização estabelecendo para tal uma ampla base regulamentar.

A Lei Provincial de 4 de dezembro de 1851 deu-lhe um primeiro estatuto. O Presidente da Província deve mandar cadastrar lotes de 100.000 braças quadradas (48ha) em todos os núcleos que serão estabelecidos em terras concedidas pela Lei de 1848. Distribuir-se-ão esses lotes gratuitamente aos colonos. Gratuitamente ainda os colonos receberão instrumentos e sementes. Além disso, terão direito à indenização viagem e ajuda em dinheiro durante o período de instalação. Na íntegra a Lei de 1851, sancionada pelo Dr. Luiz Alves de Leite de Oliveira Bello, Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, diz o seguinte:

Art. 1º - O Presidente da Província mandará medir, demarcar, levantar mapas e arbitrar o valor das Colônias existentes, em que não tenha sido feito esse serviço, e das que de novo forem estabelecidas.

Art. 2º - Outrossim, mandará explorar terras devolutas, que forem apropriadas para colônias, e pedirá ao Governo Geral a concessão das que trata o artigo 16 da Lei de 28.10.1848, sob nº 514.

Art. 3º - É também o Presidente autorizado a nomear um ou mais agentes na Europa para promoverem a emigração alemã para esta Província.

Art. 4º - Estes agentes perceberão a gratificação de três patacões por indivíduo de 7 a 35 anos, que fizerem emigrar, e pelos maiores de 35 que forem chefes de família; e receberão mais um conto e quinhentos mil réis por mil indivíduos que enviarem dentro do prazo que for designado no contrato.

Art. 5º - O Presidente da Província poderá modificar as disposições do artigo 4º, segundo as circunstâncias, dando aos agentes em lugar de gratificação um ordenado que não exceda a três contos e duzentos mil réis anuais sob a condição de não

durar a comissão mais de dois anos e de se obrigar o Agente a apresentar nesta Província mil colonos dentro daquele prazo.

Art. 6º - As gratificações do Art. 4º só se darão pelos colonos que não receberam subsídios dos cofres provinciais e trouxerem certificado de bom comportamento, legalizado pelos Agentes Consulares, ou Diplomatas do Império.

Art. 7º - Cada colono que com guia do Agente se apresentar ao Presidente da Província, receberá cem mil braças quadradas de terras na Colônia de Santa Cruz, ou em outra que de novo forem estabelecidas; e nos Títulos que lhes serão logo dados, se inscreverá o valor das terras, e não só as obrigações a que são sujeitos os colonos, como os favores que os mesmos têm direito.

Art. 8º - Só se consideram com direito a receberem terras os colonos casados ou viúvos com filhos, e os solteiros, que se casarem depois de chegarem à Província.

Art. 9º - As terras serão concedidas gratuitamente.

Art. 10º- Será por conta do cofre provincial a despesa da condução dos colonos desde o Porto de Rio Grande até as colônias e bem assim a que se fizer com a ferramenta, sementes, que lhes suprirá por uma vez.

Art. 11º- Os Colonos que dentro do prazo de dois anos não tiverem cultivado ao menos a oitava parte das terras concedidas, não residirem nelas, ou não edificarem, perderão direito às mesmas.

Art. 12º- Cada Colônia terá um Diretor nomeado pelo Presidente da Província o qual além de residir na mesma, falará os idiomas nacional e alemão; e perceberá uma gratificação que não exceda de seiscentos mil réis anuais.

Art. 13º- Os agentes se comunicarão diretamente com a Presidência, e os Diretores das Colônias com o Diretor Geral, a

quem prestarão os esclarecimentos, podendo só em caso urgente entenderem-se diretamente com a Presidência.

Art. 14º- Os Agentes serão obrigados a possuir além das instruções da Presidência, o mapa das colônias, e a nota das vantagens e obrigações a que ficam sujeitos os Colonos.

Art. 15º- O Presidente mandará publicar na Alemanha, no idioma daquele país os escritos que possam despertar o desejo de emigração para esta Província.

Art. 16º- O Presidente distribuirá terras às famílias brasileiras pobres, agrícolas e laboriosas, nas colônias que se fundarem.

Art. 17º- Ficam revogadas as disposições em contrário. (MARTIM, 1979: 31-2)

Mas esses aspectos tão favoráveis não puderam ser mantidos, pois teriam pesado duramente no orçamento provincial.

Por isso, promulgou-se logo outra lei, a de 1854, que vigorou até fins do século XIX, a verdadeira carta da colonização no Rio Grande do Sul. As terras já não serão doadas aos colonos, mas vendidas, quer à vista, quer à crédito (sem juros, pagáveis em cinco anos) em áreas de 100.000 braças quadradas (48,4ha). Se o colono pode perceber para suas despesas de viagem 50 mil réis por pessoa, não é senão a título de adiantamento reembolsável. A lei, entretanto, concede vantagens gratuitas, como a hospedagem e a manutenção dos colonos, do Porto de Rio Grande até o lugar de destino.

Na íntegra a Lei nº 304 de 30 de novembro de 1854 diz:

Art. 1º - A colonização na Província será feita sobre a base de venda de terras, para esse fim fica o respectivo presidente

autorizado a comprá-las nos lugares mais próprios, quando nelas não haja terras devolutas compreendidas na disposição do artigo 16 da Lei Geral nº 514, de 28.10.1848. Esta venda será feita pela forma, e sob as condições seguintes:

Art. 2º - O Presidente da Província empregará as quantias anualmente consignadas pela Assembléia Provincial na compra de terras usadas para lavoura as quais mandará medir, dividir, e demarcar os lotes de cem mil braças quadradas para serem expostos à venda aos colonos, sendo o preço mínimo de cada lote 300\$000 reis.

Art. 3º - Na medição e demarcação das colônias o Presidente da Província fará reservar as terras precisas para estradas, portos, Igrejas, cemitérios e outras servidões públicas, cuja necessidade se reconhecer.

Art. 4º - A venda das colônias poderá ser feita a prazo, que não exceda a cinco anos e pelo excesso pagarão os colonos o prêmio de um por cento ao mês, ficando as terras hipotecadas até o completo pagamento, não só destas, como também das quantias que lhes tiverem sido adiantadas.

Art. 5º - Fica o Presidente da Província autorizado a adiantar para o auxílio da passagem dos colonos, que espontaneamente se apresentarem na Província, até a quantia de 50\$000 réis por cada um, qualquer que seja sua idade, ou sexo, com obrigação do embolso no prazo e com as condições do artigo antecedente.

Art. 6º - Fica também autorizado a fazer as despesas indispensáveis com as acomodações dos colonos, enquanto não chegarem ao lugar do seu destino, e não se estebelecerem em casas próprias, sem que eles fiquem na obrigação do embolso destas quantias.

Art. 7º - O mesmo Presidente deligenciará a entrada para as colônias de famílias brasileiras, agrícolas e laboriosas, ven-

dendo-lhes as terras com favores e ônus expressos na presente Lei.

Art. 8º - Os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos, ou por meio de pessoas assalariadas: não poderão fazê-lo por meio de escravos seus ou alheios, nem possuí-los nas terras das colônias sob qualquer pretexto que seja.

Art. 9º - O Presidente da Província fará o regulamento e dará instruções precisas para a boa execução da presente Lei.

Art. 10º- Ficam revogadas as disposições em contrário. (MARTIN, 1979: 23-4)

É durante este período, em que a colonização estava a cargo da Província, que foi criada a colônia de Santa Cruz nas terras cedidas em virtude da Lei de 1848. Instalada em 1849, desenvolveu-se sobretudo depois de 1854. Nela encontramos colonos, como os primeiros que chegaram, gozando de regalias especiais que não valeram para os demais; em seguida chegaram aqueles com autorização do Agente de Colonização, amparados pela Lei nº 229; depois os que vieram de acordo com a Lei nº 304 e, finalmente, os que vieram por iniciativa própria. Isto porque os agentes encarregados da colonização jamais puderam obter a unificação do estatuto dos colonos, uma vez que, conforme a data da chegada, não estavam submetidos às mesmas obrigações e não gozavam das mesmas vantagens. Dessa confusão nascem grandes dificuldades administrativas particularmente a propósito da "dívida colonial". Desde 1858, o Presidente da Província adverte: "As vendas de lotes demarcados dependem ainda da entrega dos títulos. Ainda não se procedeu à cobrança dessas vendas, sendo os colonos induzidos a crer que não devem nada". Com o tempo a dívida aumenta: em 1862 há 5.581 colonos inscritos nos registros do Tesouro Provincial, suas dívidas

(1847-1862) elevam-se a 195.905 mil-réis (alimentos 25.126; transporte 43.520; auxílios 76.008; ferramentas 5.693; sementes 132; diversos 1.802), ou seja, a média de 28 mil-réis por imigrante. Dessa dívida, 1.306 mil-réis foram reembolsados, isto é, apenas 0,8%. Em 1865 a dívida monta a 201.973 mil-réis no que concerne somente às colônias de Santo Ângelo e Nova Petrópolis; Santa Cruz, por sua vez, abrange perto de 5.000 colonos, que ocupam 800 lotes.^b

No entanto uma Lei apresentada em 1867 e votada em 1869 limita a dívida dos colonos ao montante do valor das terras, dispensando outros reembolsos previstos.

Cabe ressaltar a importância de se destacar alguns aspectos específicos dessas leis, como por exemplo, o que diz respeito à forma e tamanho das propriedades, que servirá para se entender a estrutura fundiária (principalmente no que diz respeito à forma e disposição das propriedades) ainda hoje nesta área colonial.

Os lotes eram previamente demarcados, estreitos e paralelos uns aos outros, a partir das estradas construídas por ordem provincial e acompanhando leitos de rios. Usualmente tinham 200 ou 300m de largura por um ou mais quilômetros de comprimento.

Esta forma de distribuição das terras entre os colonos é semelhante à colonização da região montanhosa do leste da Ale-

(b) RELATÓRIO do Presidente da Província. 1858-1870, apud RO-CHE. A colonização alemã no Rio Grande do Sul, p. 103.

manha no final da Idade Média: o tipo de povoamento chamado Waldhufen. (SEYFERTH, 1974: 47).

Onde predominou a colonização baseada nas Waldhufendörfer, na Alemanha, cada colonizador recebia uma Hufe numa tira alongada que ia do fundo do vale ao topo de uma montanha.^c

Conforme Seyferth, o povoamento feito por alemães nos vales dos rios no sul do Brasil repetiu em parte o que aconteceu nas áreas da Alemanha onde predominou a Waldhufendorf, mais especificamente na Floresta Negra, Odenwald, leste da Mittelgebirge e em partes das florestas das terras baixas do Norte da Alemanha, cujo significado pode ser assim traduzido: Wald: floresta, Hufe: refere-se à propriedade alongada que foi atribuída a cada colonizador, e Dorf: significa aldeia. Afirma também que a influência do regime feudal sobre esse campesinato da Waldhufendorf foi menor do que nas áreas de povoamento mais antigo, tendo a fazenda camponesa permanecido intacta. (SEYFERTH, 1974: 48).

Resta saber as razões que fizeram com que aqui se adotassem esses critérios para demarcar os lotes. Uma, ao que tudo indica, é a conformação dos terrenos escolhidos para a colonização, ou seja, as áreas de florestas e montanhas semelhantes aos da Walhufendorf na Alemanha. Portanto, dentro dessas condições é mais racional a distribuição das terras em lotes alongados a partir do curso do rio o que garante não apenas uma certa paridade na distribuição das terras de várzea, como

(c) PFEIFER, G. The Quality of Peasant Living in Central Europe, p. 263, apud SEYFERTH, A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim, p. 48.

também assegura aos proprietários de cada lote um meio de comunicação, seja pela picada ou pelo curso d'água. Outra razão deve-se aos responsáveis pela demarcação dos lotes, os diretores das colônias os que realmente decidiam sobre o futuro dos colonos dentro daquilo que a legislação determinava: deduz-se que estes conheciam este aspecto da estrutura fundiária alemã (em geral eram imigrantes ligados ao governo ou militares) e tentavam aqui reproduzi-la. (Fig. 6).

3.3 O Rio Grande do Sul que os imigrantes encontraram

Em 1824, quando da vinda dos primeiros alemães, a porção setentrional do Estado, longe de ser explorada, não era nem mesmo inteiramente conhecida.

O norte do Estado é constituído basicamente da porção meridional do Planalto Basáltico do sul do Brasil de relevo acidentado, coberto de matas, enquanto o sul é notavelmente mais plano, principalmente a zona da campanha, que cobre 50% da sua área, possuindo vegetação de campos em grande parte da sua superfície.

Sendo assim, a porção do Estado primeiramente ocupada pelos lusos foi o sul, em função principalmente das condições favoráveis à pecuária.

Enquanto isso, o planalto coberto de matas não despertou o interesse dos primeiros colonizadores do Brasil Meridional.

Conforme Jean Roche, o planalto inscreve-se no semi-círculo que descrevem os rios Pelotas - Uruguai e cujo diâmetro é traçado pela encosta da Serra Geral. Esse escarpamento arbori-

FIGURA Nº 6 - Colonização no município de Santa Cruz do Sul conforme mapa do município de 1922.

zado dá-lhe limites particularmente nítidos ao sul. Se era bastante fácil atravessar os rios ao norte e a oeste era, em troca, difícil passar da Campanha para algum ponto do planalto e, mais difícil ainda, subir a ele da Depressão Central ou do Litoral. Os gaúchos chamavam-no "Região de Cima da Serra", a "Região do alto da Serra", indicando com isso como e quanto estava isolada do resto do Rio Grande do Sul.

A zona ocidental, das Missões, foi primeiro ocupada pelos estabelecimentos dos jesuítas vindos do Paraguai nos séculos XVII e XVIII. Teve de ser reconquistada não tanto aos índios quanto aos espanhóis, para ser ligada ao Rio Grande do Sul só em 1801.

A zona setentrional foi batizada, no início, pelas paradas de negociantes de gado que vinham de São Paulo ou Santa Catarina para alimentar as feiras de Sorocaba.

Somente entre 1828 e 1850 os rio-grandenses de origem lusa estebeleceram-se no planalto mais especificamente nos Campos de Cima da Serra, área de comunicação menos difícil, pois o campo cobria as cristas e as lombadas, onde podiam pôr em prática a criação de gado como na Campanha, fazendo surgir um segundo Rio Grande pastoril, que foi, até fins do século XIX, um parente pobre da Campanha. Suas relações comerciais operaram-se antes com as províncias de Santa Catarina e de São Paulo que com Pelotas e Porto Alegre, das quais estavam isoladas pela dupla barreira do relevo e da floresta. (ROCHE, 1969: 40).

Existem no Rio Grande do Sul, cinco grandes regiões mor-

fológicas: o Escudo, o Planalto Basáltico, a Cuesta de Haedo, a Depressão Periférica e a Planície Litorânea. Há, no entanto, uma ampla faixa do Estado cujo relevo não se enquadra em nenhuma das zonas acima relacionadas. É a zona mais acidentada no RS, que no consenso popular se chama "região serrana": morros, escarpas abruptas, vales profundamente encaixados, frequentes morros-testemunhos marginais, pequenas planícies embutidas, em suma, um complexo de formas de relevo acidentado que caracteriza essa região. É uma área de transição, o Reborço do Planalto, cujo desnível varia de 1.000m de altitude a leste, até cerca de 100m de altitude a oeste do Estado. (Müller Filho, 1970: 9)

Dois segmentos podem ser identificados na encosta: um, de orientação sudoeste-nordeste, de pequena extensão no Estado, faz frente ao Atlântico, e outro, de leste para oeste, quase secciona o Estado ao meio. Este, na extensão de quase 700 km apresenta escarpas menos acentuadas que aquele, que crescem em direção a oeste. É uma encosta menos retilínea que a do primeiro segmento, cuja gênese esteve vinculada a grandes falhamentos. (MOREIRA, 1982: 27).

Nesta faixa de terras localiza-se o município de Santa Cruz do Sul, ou seja, na área de transição entre o Planalto Basáltico e a Depressão Periférica, em altitudes que variam de 80m ao sul a 640m ao norte. (Fig. 7).

Foi nestas áreas, cobertas de densas florestas, que os imigrantes alemães aqui chegados no século XIX, foram instalados. Terras distantes das zonas de influência das propriedades luso-brasileiras, empenhadas na criação de gado e acompanhando

Fig. 12 — Mapa das antigas colônias alemãs.

Foram estabelecidas nos vales do pé da Serra, ordinariamente com cotas inferiores a 300 metros.

Fig. nº 7 - Localização da Colônia Santa Cruz

FONTE: ROCHE, 1969:111

os vales dos principais rios, desde o curso inferior até as nascentes, como é o caso do Rio dos Sinos, Jacuí, Taquari e Caí. Essas regiões passaram a se caracterizar pelo regime de pequenas propriedades policultoras e permaneceram relativamente isoladas, gozando de uma certa autonomia, realizando um comércio não especializado, dominado por alguns comerciantes nos principais centros coloniais.

Conforme Waibel, o que interessava ao governo brasileiro era estabelecer nas áreas de floresta das províncias meridionais colonos que fossem pequenos proprietários livres, que cultivassem as terras de mata com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados no trabalho escravo, nem na criação de gado. (WAIBEL, 1958: 211-3)

As colônias alemãs, em geral, ficaram isoladas durante

várias décadas antes de serem introduzidos na região imigrantes de outras procedências como é o caso dos italianos que chegam a partir de 1870. Formam-se, assim, núcleos coloniais etnicamente homogêneos, uma das características principais da região de "colônias velhas" do Rio Grande do Sul.

3.4 A colônia de Santa Cruz do Sul e a evolução da sua economia

A colônia de Santa Cruz é uma das que prosperou, segundo Waibel, e desde logo destacou-se na produção de fumo.

O desenvolvimento de sua economia desde a data da sua instalação enquanto núcleo colonial, foi assim periodizada por GODINHO et al 1980: 52:

1º período: 1849-1859 - desmatamento e agricultura de subsistência; economia de subsistência;

2º período: 1860-1881 - estruturação dos setores econômicos, expansão agrícola e início da exportação de excedentes: produção simples de mercadorias;

3º período: 1882-1917 - integração à divisão inter-regional do trabalho e criação das condições para o desenvolvimento especificamente capitalista da produção;

4º período: 1918-1965 - desenvolvimento capitalista dominante na economia da área;

5º período: a partir de 1966: - entrada e consolidação do capital internacional - domínio do capital monopolista.

A economia no primeiro período caracteriza-se pela quase completa auto-suficiência do produtor rural, que, além da agricultura desenvolveu atividades artesanais como produção de tecidos rústicos, farinha, açúcar mascavo e até fumo preparado

(fumo em corda), para suprir suas demais necessidades. A demanda por mercadorias na propriedade é escassa, praticamente não havendo excedentes. O uso da moeda fica restrito à aquisição de bens produzidos fora da economia rural.

No entanto, a forma mais comum de adquirir o sal, a pólvora, o café e outros produtos eram as trocas, feitas à vista que posteriormente evoluíram para um sistema embrionário de crédito, com a abertura de contas correntes aos "fregueses acreditados", nas casas comerciais das colônias.

Estes traziam periodicamente seus produtos que eram computados na "receita" e levavam gradualmente os produtos de que necessitavam, sendo estes por sua vez, registrados na coluna "haver". Este sistema surgiu nas colônias alemãs em torno de 1850 e até hoje podem ser encontrados vestígios deste sistema de trocas no mundo rural de Santa Cruz do Sul.

Em 1852 foi decretado pelo governo Provincial a desapropriação de uma área da herança de João de Faria, situada no município de Rio Pardo, posteriormente anexada ao território da colônia de Santa Cruz, onde deveria se instalar uma povoação. Em 1859 a povoação é levada à categoria de freguesia . (GODINHO et al, 1980: 57).

No segundo período, a partir de 1861, conforme Roche, a agricultura experimenta notável expansão, com destaque para o fumo como produto de maior valor comercial, que representa na safra de 1866, 34% do valor da produção anual do município, seguido do milho e do feijão, respectivamente. Portanto, entre 1859 e 1880 verifica-se um salto no volume da produção do fumo

de 14 toneladas em 1859 para 97 toneladas em 1862 e 1.552 toneladas em 1881. (GODINHO et al, 1980: 58-9)

É o período em que as relações comerciais com o mundo "exterior" são basicamente trocas de excedentes agrícolas (principalmente fumo em folha, além do fumo em corda, erva-mate, banha, milho, feijão) por produtos manufaturados provenientes do Rio de Janeiro e São Paulo ou importados do exterior.

Em 1877, Santa Cruz torna-se município autônomo, sendo desligado de Rio Pardo e elevado à categoria de vila pela Lei nº 1075 de 31 de março.

No final deste período a produção agrícola já se dividia claramente entre a produção para subsistência e a produção para o mercado, sem que, no entanto, houvesse a especialização dos estabelecimentos. Todos cultivavam produtos tanto para a subsistência como para o mercado.

O comércio estruturou-se por volta de 1860. É quando se estabelece a rede comercial composta por três elos: o importador/exportador ou atacadista em POA; o vendeiro nas "picadas" e nos núcleos urbanos; o caixeiro viajante ("Musterreiter"), intermediário entre os dois primeiros.

Já a partir de 1857 Porto Alegre torna-se o centro comercial de toda a região colonial. É de lá basicamente que o caixeiro-viajante traz as mercadorias não produzidas na região, inovando e criando novas necessidades. O comerciante rural desempenha a função do intermediário entre os produtores agríco-

las e os centros consumidores. Ele recebe a produção das propriedades próximas à sua venda e organiza o transporte para os postos de venda e portos fluviais, em troca do frete. O comerciante rural realizava este transporte nos primeiros tempos em lombo de mula, depois em carroças. Já no período seguinte (1882-1917) os mesmos comerciantes faziam o transporte entre os produtores e a estação ferroviária. Mais recentemente detêm o monopólio do transporte de caminhões.

Ainda segundo GODINHO et al, 1980: 62-3, o comerciante rural desempenhava também neste período a função de "banqueiro", os colonos depositavam o dinheiro em sua caixa e pagavam ao comerciante uma taxa para que ele o guardasse.

Inicia-se assim, na região o processo de acumulação de capital por parte do comerciante, principalmente através da apropriação de parcela do excedente dos produtores agrícolas nas trocas entre mercadorias agrícolas e manufaturas e através das taxas cobradas pelo transporte do produto.

No terceiro período se dá a consolidação da agricultura voltada para o mercado que se iniciara no período anterior. Nos últimos decênios do século processa-se a formação de um importante mercado para produtos agrícolas no Brasil, assumindo o RS o papel de destaque no fornecimento de gêneros alimentícios, e assumindo o papel de "celeiro" do país. Esse fato está relacionado ao desenvolvimento da lavoura cafeeira com base na mão-de-obra assalariada e também com o processo de industrialização que se inicia no centro do país.

Conforme Singer, a divisão inter-regional do trabalho,

que então se instala é, em linhas gerais, a seguinte: as exportações de café proporcionam divisas que vêm às mãos dos comerciantes e cafeicultores de São Paulo e Rio de Janeiro; estes por sua vez importam banha, feijão, charque, farinha de mandioca, fumo, etc, do Rio Grande do Sul, o qual lhes compra apenas poucos produtos (açúcar, café, alguns produtos manufaturados) de menor valor. A diferença é paga por paulistas e cariocas em divisas que o RS utiliza para importar bens estrangeiros. (SINGER, 1968: 170).

Nesse contexto a agricultura santa-cruzense se destaca, sendo o fumo o principal produto "exportado", correspondendo a 59% em 1881, 39% em 1895 e 59% em 1899 do valor exportado. Os demais produtos exportados são erva-mate, feijão e banha. (GODINHO et al, 1980: 65-6)

Na medida em que a economia santa-cruzense passa a ser integrada na divisão inter-regional do trabalho de forma definitiva, na medida em que sua agricultura se volta cada vez mais para o mercado, esta passa a depender da conjuntura do mercado nacional e internacional, verificando-se, em consequência, oscilações nos volumes dos produtos "exportados". Assim, no início do século atual surge a preocupação de melhorar a qualidade do principal produto comercial, o fumo, para que este se torne cada vez mais competitivo tanto no mercado nacional como internacional, com a importação de sementes de outras qualidades de fumo de Cuba e dos EUA.

Em 1904 foi fundada pelos comerciantes de Santa Cruz do Sul a Caixa Santa-Cruzense, que tinha como finalidade expressar a realização das operações bancárias necessárias às ativi-

dades comerciais, e principalmente daquelas relacionadas às exportações do principal produto, o fumo. Posteriormente, em 1931, transformou-se em Banco e abriu agências em Porto Alegre e em mais cinco cidades no RS.

As atividades artesanais, tanto urbanas como rurais, incrementam-se neste período, sendo que o desenvolvimento do artesanato rural atinge seu auge entre 1880 e 1890. A partir daí entra em declínio, resultado do rompimento do caráter autárquico da economia da colônia, então já integrada ao mercado.

Por outro lado, as atividades de beneficiamento, principalmente do fumo e da banha, apresenta um crescimento paralelo ao desenvolvimento da produção agrícola de mercado.

O início da industrialização em Santa Cruz do Sul deve-se, portanto, ao sucesso da sua agricultura, voltada para a exportação que, por um lado, estimulou o desenvolvimento das indústrias de beneficiamento de produtos primários e, por outro, permitiu que se acumulasse capital nas mãos dos comerciantes exportadores locais. Isso tornou possível a instalação de novas unidades de produção, utilizando tecnologia mais avançada, ao mesmo tempo em que a Primeira Guerra Mundial, restringindo as importações e abrindo novas possibilidades à exportação, foi um fator importante nos rumos tomados pela indústria santa-cruzensense neste período e no subsequente. (GODINHO et al, 1980: 69-71).

O quarto período define-se pela transformação das relações de produção em relações especificamente capitalistas, que tem o seu início na indústria - principalmente no ramo fuma-

geiro - e se propaga, embora com menor ímpeto, aos demais setores não chegando, no entanto, a alterar as relações de produção vigentes no setor agrícola. (GODINHO et al, 1980: 71)

Este período é marcado pela consolidação da indústria de fumo em Santa Cruz do Sul. As indústrias que surgem são:

- Companhia de Fumos Santa Cruz em 1918 - surge da associação de seis estabelecimentos de preparação do fumo para exportação que enfrentavam dificuldades no pós-guerra.
- Souza Cruz - beneficiadora de fumo de capital anglo-americano (BAT), instalada em 1919.
- Tabacos Tatsch- beneficiadora, fundada em 1923 por teuto-brasileiros residentes em Santa Cruz.
- Cia de Cigarros Sinimbu em 1948, de propriedade da família Hennig local.

Além das indústrias do ramo fumageiro são instalados também a Mercur (1924) indústria de produtos de borracha e o Frigorífico Exelcior (1940) que produz derivados de carne suína.

"Embora o crescimento do número de estabelecimentos industriais e do pessoal empregado, verificados entre 1940-1960, as empresas se mantiveram de pequeno porte. O cadastro Industrial de 1965 mostra que dos 515 estabelecimentos existentes em Santa Cruz do Sul, 435 (84,5%) ocupavam de uma a quatro pessoas, 69 (13,4%) ocupavam de 5-49 pessoas, existindo seis estabelecimentos com 50-99 pessoas ocupadas e cinco ocupando de 100-249 pessoas. Destes cinco maiores estabelecimentos, um é indústria da borracha e quatro da indústria do fumo. Com relação ao valor das vendas ocorre fato semelhante, 69% das empresas apresentam valor de vendas menor que Cr\$ 5.000,00 concentrando-se na categoria limite inferior. No extremo superior estão apenas seis empresas com valor de vendas de Cr\$ 1.000.000,00 a Cr\$ 2.000.000,00 (1 frigorífico e 5 de fumo) e quatro com valor de vendas acima de 3.000.000,00 (todas de fumo)". (GODINHO et al, 1980: 75)

Observa-se a predominância dos pequenos estabelecimentos de 1-4 pessoas ocupadas, com baixos valores de venda o que é um indicador da existência de empresas de caráter artesanal, onde a produção não é ainda desenvolvida sob relações capitalistas de produção. Nestes estabelecimentos, mesmo se valendo de mão-de-obra assalariada, o proprietário não chega ao limiar definido por Marx que o identifica como capitalista em decorrência da pequena escala em que é desenvolvida a produção. De acordo com Marx o que distingue o processo de trabalho como capitalista (ainda que apenas formalmente submetido) é a escala em que se dá, ou seja, pela "grandeza dos meios de produção adiantados" e a "quantidade de trabalhadores dirigidos pelo mesmo patrão". Em uma unidade de produção a relação não é verdadeiramente capitalista se o "capitalista não ocupa, pelo menos, tantos trabalhadores quantos sejam suficientes para que a mais valia produzida por eles lhe baste como renda para seu consumo privado e como fundo de acumulação, de tal sorte que o libere do trabalho direto e que só trabalhe como "capitalista", como supervisor e diretor do processo: por assim dizê-lo, que exerça a função de vontade e consciência, do capital empenhado em seu processo de valorização."^d

Assim, apesar de predominarem em termos numéricos, unidades de produção industrial organizados sob relações de produção não capitalistas, são as unidades de produção industriais capitalistas existentes, embora em menor número, que dominavam a economia local. Nestas unidades a submissão do trabalho ao capital já se processou de maneira real, estando o trabalhador

(d) MARX, K. El capital, p. 57 apud GODINHO et al. Estudo de População VI: Santa Cruz do Sul, p. 76.

dominado pela máquina no processo de trabalho onde entra predominantemente como mão-de-obra sem qualificação específica.

Neste quadro, delinea-se na cidade a formação de um proletariado urbano/industrial, atendendo a necessidades de força de trabalho das indústrias, proveniente basicamente do excedente de mão-de-obra das pequenas propriedades rurais ou da inviabilização das mesmas, ao mesmo tempo em que, no meio rural, é mantido o pequeno produtor, trabalhando com sua família.

Assiste-se, neste período, ao mesmo tempo a uma intensificação do processo migratório rural/urbano, à expansão da área destinada ao fumo e a uma acentuação da fragmentação da pequena propriedade, associada a um intenso processo migratório em direção do oeste de SC, PR e MT.

Gradativamente, ao longo deste período, as indústrias do fumo vão interferindo no processo produtivo, interessadas na melhora da qualidade do produto. Introduz-se então o uso de fertilizantes, prática esta desde o início financiada pela indústria, ao mesmo tempo em que passam a distribuir sementes, assegurando desta forma o controle sobre a qualidade do produto, na medida em que forneciam as sementes das qualidades que mais lhes interessavam.

Destaca-se, entretanto, a partir de 1945, a introdução de estufas de secagem de fumo, em substituição à secagem em galpão, como uma das principais alterações introduzidas, tendo em vista que as formas de secagem implicam em cultivar qualidades de fumo adequadas às mesmas: secagem em estufa: fumos Virginia

e Amarelinho; secagem em galpão: fumos Burley e Comum.

A partir da segunda metade da década de 60 inicia-se o quinto período que tem como característica principal a crise da indústria fumageira em Santa Cruz do Sul e o processo de internacionalização da mesma. A causa desta crise está na política anti-inflacionária colocada em prática pelo governo federal desde 1962 e acentuada após 1964.

"A política antiinflacionária adotada pelo governo federal de 1962 a 1967, embora com variações no período, teve como resultados a redução da capacidade de consumo privado de grandes parcelas da população (política salarial); a redução da capacidade de investimento na indústria e comércio através da política de restrição ao crédito ao setor privado; redução, portanto, do nível de atividade dos setores industrial e comercial. Provocou ainda o desaparecimento de grande número de pequenas e médias empresas favorecendo a concentração do capital industrial e ainda, a entrada e consolidação das empresas estrangeiras que gozavam de vantagens com relação ao crédito, frente às empresas nacionais em dificuldades no momento". (GODINHO et al, 1980: 82)

O crédito para a indústria fumageira, era fundamental para o financiamento do cultivo do fumo oferecido aos produtores. Desta forma, a política de restrição de crédito ao setor industrial posta em prática pelo Banco do Brasil, atingiu diretamente este setor.

Assiste-se, portanto, à gradual desnacionalização das indústrias do fumo locais. Como decorrência deste fato houve uma significativa dinamização na atividade fumageira, tanto a nível da atividade industrial, como aperfeiçoamento do processo produtivo, como da comercialização e exportação que a partir de então passa a ser feita pela indústria, eliminando o "pos-

teiro"² como intermediário na comercialização do produto, bem como a nível de produção agrícola onde o produtor é estimulado a plantar sempre mais, passando a receber também uma assistência técnica mais qualificada ao mesmo tempo em que sua dependência, em relação à empresa, se acentua.

No entanto, é neste período (1970) que se dá a introdução da cultura da soja, como produto comercial, nas pequenas propriedades da região, como alternativa à produção do fumo, ou concomitante à mesma.

As maiores indústrias do fumo existentes na época eram: Companhia de fumos Santa Cruz, Tabacos Tatsch, Companhia de Cigarros Sinimbu e Companhia Souza Cruz.

A Companhia de Fumos Santa Cruz, fundada em 1918 pela fusão de seis estabelecimentos industriais de fumo, teve parte de suas ações compradas pela Remtsmann alemã. Em 1970 o controle acionário passa para as mãos deste grupo estrangeiro que a remodela e aumenta a produção. Em 1975 foi comprada pela Philip Morris, de capital americano, que se instalara em Curitiba em 1973 e se expande neste momento para Santa Cruz do Sul. O processo produtivo da empresa foi aperfeiçoado, tendo sido intensificada a mecanização e sua capacidade de produção.

A Tabacos Tatsch, fundada em 1932 por teuto-riograndenses residentes em Santa Cruz, sofreu processo gradual de compra. Em 1968, quando a empresa enfrenta sérias dificuldades finan-

(2) Posteiro: Comerciantes do meio rural que compravam o fumo dos produtores e revendiam para as empresas.

ceiras, um grupo econômico holandês-americano assumiu o papel de intermediário entre os agricultores e a empresa de beneficiamento de fumo. Em 1970, o mesmo grupo adquiriu a maior parte das ações, passando a controlar a empresa. No final do primeiro semestre de 1976 é comprada pela Tabacos Brasileiros Limitada (grupo econômico universal, de capital americano) que a consorciou com Tabacos Blumenau, de Santa Catarina.

A Companhia de Cigarros Sinimbu, fundada em 1948 pela família Hennig, local, vendeu em 1970 parte de suas ações e, em 1972, vendeu as restantes ao mesmo grupo econômico Brinkmann, de capital alemão. O grupo Brinkmann comprou a indústria Lopes Sá no Rio de Janeiro - que no momento era propriedade do Grupo Tabaco Fina - e em Santa Cruz do Sul comprou a Cia de Cigarros Sinimbu e a Exportadora Hennig. Posteriormente a Brinkmann vendeu todo o complexo à Rupper Internacional e esta, por sua vez, vendeu em 1975 todo o complexo a R.J. Reynolds Tabacos do Brasil, de capital americano.

Além destas, as indústrias de beneficiamento de fumo instalados após 1965 são: Armada S.A. Indústria e Comércio, 1968, oficialmente de capital nacional, administrada por santa-cruzenses, sendo, no entanto, de capital alemão, do grupo econômico Gebrüder Kuhlemkmapf; Meridional, instalada em 1975, pertence ao grupo francês S.E.I.T.A; e Tabra Exportadora de Tabacos do Brasil, instalada em 1970, do Grupo Austin de capital norte-americano. Destacava-se a Fábrica de Cigarros Sudan, como única de capital nacional, com matriz em São Paulo, sendo propriedade de uma fundação (Fundação Dona Anita Pastore D'Angeli) que vincula sua venda à de um hospital em São Paulo, fato que tem desestimulado aos compradores. (GODINHO et al,

1980: 85-6)

Além destas, há ainda as empresas Kliemann S/A e Tabacos Boetcher Wartchow, ambas de capital nacional, e as empresas Kannenberg e Industrial Boetcher de Tabacos, também de capital nacional, localizadas em Sinimbú, 4º distrito de Santa Cruz do Sul.

No entanto, apesar do controle acionário estar nas mãos de empresários brasileiros, estas empresas têm uma significativa dependência das empresas multinacionais para comercializarem o fumo adquirido dos produtores.

Em 1986, segundo o levantamento sócio-econômico realizado pela Prefeitura Municipal, o setor industrial de Santa Cruz do Sul ocupava um total de 10.937 trabalhadores, destacando-se a indústria fumageira que absorvia 28% deste total, enquanto o setor de confecções e calçados absorvia 21%, o setor alimentício, 16% e o setor metalúrgico, 10%. O comércio, naquele ano empregava 3.989 trabalhadores. Cabe ressaltar que no total de trabalhadores do setor industrial não foram computados os safreiros, que somam 10.000 a 12.000 trabalhadores empregados na indústria fumageira no período de safra. Trabalham em média 4 meses por ano constituindo-se na maioria de mulheres, muitos dos quais ficam desempregados no restante do ano.

A Souza Cruz, no entanto, devido ao seu porte e a sua importância no cenário da indústria fumageira no Brasil, merece destaque. Conforme as informações obtidas no Boletim Comemorativo de seus 80 anos, a Souza Cruz é uma das mais expressivas empresas do ramo fumageiro, criada em 1903, no Rio de Janeiro,

por um imigrante português de nome Albino Souza Cruz. Era uma pequena fábrica de cigarros que na época promoveu um avanço tecnológico na indústria de fumos da época: introduziu cigarros enrolados em papel.

Com sua experiência de 18 anos de trabalho na Fábrica Veado, uma indústria de fumos pequena e com produção praticamente limitada ao fumo desfiado, Albino Souza Cruz resolve montar sua própria fábrica e logo seu produto alcança sucesso no mercado, superando a técnica da época de preparação individual dos cigarros pelos consumidores, onde cada um preparava a palha e enrolava seus próprios cigarros.

Já em 1909 Albino Souza Cruz adquiriu a Imperial Fábrica de Rapé Paulo Cordeiro, também no Rio de Janeiro, aparelhando-a para a produção de cigarros.

O produto passa a ser cada vez mais procurado, modifica o hábito de fumar cigarros de palha, proporcionando um desenvolvimento crescente à Empresa. Albino Souza Cruz une-se então a alguns colaboradores e funda a Souza Cruz & Companhia. Com o Consumo cada vez maior de cigarros, Albino e seus sócios verificam que a Empresa necessita de mais capital para se expandir e processos mais modernos na produção. É com essa visão que em 1914 a Souza Cruz & Companhia transforma-se em sociedade anônima e passa seu controle acionário à British American Tobacco. A nova empresa assume a denominação de Cia. Souza Cruz, contando com novos recursos financeiros e a introdução de novas técnicas de fabricação, vendas e propagandas.

Em 1916 a Empresa se expande para outros Estados, insta-

lando filiais em São Paulo e Recife, e no ano seguinte em Curitiba e Belo Horizonte.

Essa expansão exige fluxo de matéria prima constante e regular ao mesmo tempo que é necessário buscar qualidades de fumos capazes de satisfazer à crescente sofisticação do gosto dos consumidores.

No ano de 1918 a produção de cigarros no país ainda depende totalmente da importação de fumos. A Souza Cruz contrata então técnicos estrangeiros para o estudo das condições do solo brasileiro para o plantio de fumo. Inicia-se, a partir daí, amplo programa de estímulos, assistência técnica e investimentos, com o objetivo de implantar e desenvolver o cultivo do fumo no sul do Brasil. Até aquela época só se produzia no país tipos especiais para charutos e fumo em corda.

Dois anos depois, em 1920, a Souza Cruz funda a Cia. Brasileira de Fumo em Folha e instala a primeira usina de processamento de fumo em Santa Cruz do Sul. A empresa passa a orientar os pequenos produtores a plantar fumo dentro de técnicas que permitam obter qualidade e quantidade. Para isto presta-lhes assistência técnica orientando desde as melhores formas de tratar as plantas, até o combate às pragas, a colheita e os cuidados especiais para o preparo final do produto e, ao mesmo tempo, introduz sementes selecionadas do fumo tipo Virgínia, importado dos Estados Unidos. Assim, os cigarros passam a ser produzidos com a mistura de dois tipos de fumos, galpão e estufa, procurando adequá-los ao paladar dos consumidores. É assim também que se instalam os mecanismos de sujeição dos produtores às empresas, existentes até os dias atuais.

Com a expansão da cultura do fumo no Rio Grande do Sul, a Souza Cruz instala, em 1924, a filial de Porto Alegre. Quatro anos mais tarde abre nova usina, a de Santo Ângelo, para processar exclusivamente o fumo tipo galpão. Em 1926, com o mercado sempre em expansão, adquire a Litográfica Ferreira Pinto, localizada no Rio de Janeiro, e sua fornecedora de carteiras, invólucros, cartazes e impressos.

Partindo para a conquista definitiva do mercado brasileiro, a Companhia instala no ano de 1927, no bairro do Brás, São Paulo, a Fábrica Machado. Neste mesmo ano cria a Fábrica e a filial de Salvador. Um ano depois é fundada a Cia. de Fornecimento e Comissões, empresa encarregada de realizar as compras necessárias à Souza Cruz e que em 1943 passa a se constituir no atual Departamento de Suprimentos.

De 1930 a 1955 a Souza Cruz cresce num ritmo vertiginoso, inaugurando naquele ano a Fábrica de Recife; em 1935 associa-se à Cia de cigarros Castelões e no ano seguinte abre sua filial Rio; em 1938 instala a Fábrica de Belo Horizonte e em 1942 a Unidade de Fumo de Lajeado; em 1946 a Unidade de fumo de Blumenau; em 1954 abre a filial de Belém e no ano seguinte a Unidade de Fumo de Tubarão.

Durante o ano de 1955 a Litográfica Ferreira Pinto passa a se constituir no Departamento Gráfico da Empresa. Ainda neste ano a Cia. de Cigarros Castelões é absorvida. No ano de 1957 a Empresa cria a Unidade de fumo de Brusque, e três anos depois, a Unidade de fumo de Rio Negro.

Albino Souza Cruz preside a Empresa até 1963, quando re-

torna a Portugal, falecendo em 1966, aos 95 anos de idade.

Com a preocupação de diversificar no mercado do fumo a Empresa incorpora em 1967 a Inducondor, fábrica de cigarilhas, charutos e fumo para cachimbo. Em 1970 instala a filial em Brasília; em 1975 a filial de Campinas e no mesmo ano também a filial de Fortaleza. Em 1977 é instalada a Unidade de fumo de Cascavel e em fevereiro de 1978 começa a operar a fábrica de Uberlândia, que se constitui numa das maiores fábricas de cigarros da América Latina. Ocupando uma área de 870.000m² e com 1.300 funcionários, a fábrica produz 55 bilhões de cigarros por ano, mais de um terço dos 126 bilhões de cigarros colocados no mercado pela Souza Cruz anualmente.

Em 1978 é colocada em prática uma política de descentralização administrativa com a criação de várias Gerências Administrativas Regionais, com sedes em Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda durante o ano de 1979 é criado o Departamento de Fumo/Matriz, com sede em Florianópolis, agrupando as unidades de Blumenau, Brusque, Santa Cruz do Sul, Tubarão, Cascavel, Lajeado e Rio Negro.

A empresa holding Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio foi constituída em abril de 1982 e seus objetivos e responsabilidades são o planejamento empresarial do grupo, coordenação e aprovação dos planos das empresas operacionais e alocação de recursos, de investimentos, de acordo com prioridades pré-estabelecidas.

Em 1971, o Estatuto da Empresa já fora alterado para permitir que a Souza Cruz desenvolvesse atividades não relacionadas com

a Indústria do fumo. E em 1981 foi aprovada nova alteração que permitiu a constituição de subsidiárias integrais.

A subsidiária integral Cia. de Cigarros Souza Cruz é a principal empresa do Grupo, ao mesmo tempo em que é uma das maiores empresas privadas do país, o que se evidencia sobretudo pela sua participação nos impostos arrecadados, canalizando para os cofres públicos cifras superiores à arrecadação total de alguns Estados. De toda a arrecadação da Receita Federal, conforme a Revista Exame de março de 1989, 6% provém dos cigarros. Para o IPI a contribuição do produto é de 22%. Dentro deste quadro a Souza Cruz se destaca, a exemplo de 1987, quando canalizou para Brasília 1,6 bilhão de dólares, mais do que conseguiram amearhar potências como a Varig, Fiat e Nestlé.

Em agosto de 1974 a Souza Cruz associou-se na constituição da Aracruz Celulose S.A., indústria com sede no Rio de Janeiro e fábrica localizada a 70 km do porto de Vitória, ES, com capacidade instalada na época de produção de 400 mil ton/ano de celulose branqueada de fibra curta (eucalipto), inaugurada em 1978. Além dos capitais nacionais privados que garantem seu controle nacional e sua característica de empresa privada, o BNDE participa como sócio através de sua subsidiária FIBASE. A Aracruz exporta mais de 70% de sua produção.

Assim, mantendo a fabricação de cigarros como principal responsável por mais de 80% de suas receitas, a Souza Cruz ao mesmo tempo investe com peso na diversificação, "sempre na área da agro-indústria, em que a Souza Cruz, após diversas experiências frustradas de diversificação, descobriu sua vocação natural, observa Armando Figueira, vice-presidente da Empresa,

seguindo o lema "as pessoas podem parar de fumar, mas não de comer". (EXAME, 8/03/1989: 38)

No quadro a seguir podemos observar a composição da Souza Cruz conforme publicação da mesma revista. Os dados referem-se a 1988 e os valores são dados em US\$ milhões.

- Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio

atividade: Holding

Lucro: 2,1

funcionários: 147

- Cia de Cigarros Souza Cruz

atividade: fabricação de cigarros, fumos para cachimbos e charutos; exportação de fumos.

participação do grupo: 100% do capital

faturamento: 2.140

prejuízo: 1,6

funcionários 14.813

- Souza Cruz Trading

atividade: exportação de fumo

participação do grupo: 100% de capital

faturamento: 229

lucro: 43,3

funcionários: 43

- Tabasa - Tabacos

atividade: exportação de fumos

participação do grupo: 70% do capital

faturamento: 57

lucro: 3,3

funcionários: 500

- Aracruz Celulose S.A.

atividade: fabricação de celulose braqueada de eucalipto

participação do grupo: 30,28% do capital

faturamento: -

lucro: 30

funcionários: 7.700

- Cia Industrial de Papel Pirahy

atividade: fabricação de papéis finos

participação do grupo: 100% de capital

faturamento: 116

lucro: 5,3

funcionários: 2.000

- Indústrias alimentícias Maguary S.A.

atividade: fabricação de sucos de frutas tropicais, de produtos à base de coco e doces.

participação do grupo: 94,33% do capital

faturamento: 37

prejuízo: 6,1

funcionários: 2.150

- Sulavan - Cia de Produtos de Frutas

Atividade: produção de concentrados de uva, laranja e outras frutas e de essências naturais

participação do grupo: 100% do capital

faturamento: 23

lucro: 1,1

funcionários: 400

- Polo indústria e Comércio

atividade: produção de filmes de propileno para revestir as embalagens do maços de cigarros.

participação do grupo: 49,70% do capital

faturamento: 40,6

lucro: 0,6

funcionários: 550

- Bioplanta - Tecnologia de plantas

atividade: biotecnologia vegetal

participação do grupo: 85,96% do capital

faturamento: 2

prejuízo: 16

funcionários: 150

- Plurimarca Empreendimentos e Participações

atividade: desenvolvimento e exploração de marcas comerciais
do grupo

participação do grupo: 100% do capital

faturamento: 0,4

prejuízo: 0,4

funcionários: 13

- Souza Cruz Florestal S.A

atividade: plantio e corte de florestas para abastecimento de
energia.

participação do grupo: 100% do capital

faturamento: 0,4

lucro: 0,3

funcionários: 131

- Eldocor Corretagem de Seguros

atividade: seguros

participação do grupo: 100% do capital

faturamento: 1

lucro: 0,3

funcionários: 27

- Cleb - Empreendimentos, Serviços, Negócios Comerciais e Industriais

atividade: administração dos imóveis do grupo

participação do grupo: 100% do capital

faturamento: 1

lucro: 0,3

funcionários: 2

- Souza Cruz Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

atividade: intermediação de títulos do mercado financeiro

participação do grupo: 100% do capital

faturamento: -

lucro: 1,7

funcionários: 17

Totalizando, o grupo teve um faturamento, em 1988, de US\$ 2.647,4 milhões , um lucro de US\$ 78,6 milhões com um total de 20.756 funcionários.

Observa-se, a partir destes dados, que a empresa diversifica as suas atividades investindo em setores complementares à sua atividade principal, que é a fabricação de cigarros, ao mesmo tempo em que investe no ramo da indústria alimentícia especificamente. No entanto, fica muito evidente que a atividade mais rentável é a exportação de fumo.

4 A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO FUMICULTORA DE SANTA CRUZ DO SUL

Como decorrência do traçado das antigas colônias (fig. 6) o estabelecimento de cada propriedade, via de regra, está localizada numa das extremidades do lote, possibilitando assim o surgimento de localidades, pequenas "comunidades"¹ compostas de 20 a 30 famílias em média.

Uma das frases mais comuns nestas localidades é "aqui todo mundo se conhece", onde "aqui" designa um habitat, isto é, ao mesmo tempo um território, definido por oposição aos territórios vizinhos, e um território construído que serve a seus

(1)O termo "comunidade" camponesa, sem dúvida o mais comum para designar essas unidades locais, possui o grave inconveniente de supor um modelo "comunitário" de relações sociais, e de administração de bens e, conseqüentemente, de evocar não sei que "comunismo" primitivo ou arcaico do qual a comunidade camponesa seria uma forma degradada. Isto não significa dizer que a coletividade camponesa não apresenta traços comunitários, adquiridos principalmente nas suas lutas pela preservação de sua autonomia. A "comunidade" camponesa é antes uma criação histórica que uma sobrevivência de um sistema primitivo. A palavra inglesa community, que significa coletividade, foi traduzida abusivamente para o francês por comunidade (communauté), na literatura sociológica e etnológica; na verdade, é commune que se traduz por comunidade. Por isso o termo coletividade talvez fosse o mais indicado para designar toda localidade de povoamento organizado e o termo comunidade para caracterizar as coletividades que apresentam traços comunitários. (MENDRAS, 1978: 87)

habitantes de residência, de instrumento de trabalho e de quadro de sociabilidade. Este habitat faz coincidir o local de vida e o de trabalho, e combina a vida doméstica e a vida coletiva.

Assim, o "universo" destes camponeses está restrito ao cotidiano na localidade. Poucos são os que conhecem Porto Alegre, por exemplo. As "saídas" resumem-se a idas à cidade de Santa Cruz para acertar algum negócio ou fazer compras, mas sempre resumidas ao número estritamente necessário; em média 3 a 4 vezes ao ano. A forma como se referem a estas viagens até a cidade é muito significativa: "Ich bin rauss gefahren" - eu fui para fora, ou "Ich war trausen gevesen" - eu estive fora, onde "fora" significa a cidade de Santa Cruz do Sul.

Ao mesmo tempo o "mundo" penetra nas suas casas todos os dias, através da televisão, bem como as inovações tecnológicas, levando às mudanças de hábitos e de costumes. Um exemplo significativo é o caso do "freezer" e do consumo da carne. Desde a vinda dos primeiros imigrantes, a dieta alimentar, além dos cereais e legumes, teve a presença da carne de porco, que era assada em grandes panelões de ferro em fogo aberto e ao ar livre e depois colocada em vasilhames, onde ficava submersa na gordura. Assim era conservada por meses. Hoje este hábito praticamente não existe mais porque os animais são abatidos e a carne é colocada no "freezer".

Nestas localidades cada um conhece "todo mundo", isto é, todos os demais e todos os aspectos da personalidade do próximo, ou seja, um conhecimento total e prolongado da pessoa do outro, no conjunto de suas posições sociais atuais e passadas,

e nas particularidades de sua personalidade.

As únicas diferenciações de papéis que a sociedade camponesa conhece são as devidas ao sexo, à idade, à posição dentro do grupo doméstico, ou as devidas ao exercício de uma função particular, como ferreiro, pedreiro, comerciante ou professor. Isto, tendo em vista que o pai, por exemplo, que trabalha o seu campo com a ajuda dos filhos e da mulher é, nesta tarefa, ao mesmo tempo, marido, pai, proprietário, trabalhador, chefe de equipe, instrutor de aprendizagem, explorador agrícola, bom vizinho se respeita os limites, etc.

Assim, a localidade é um campo unitário de papéis onde toda relação bilateral sendo percebida por todos, é institucionalizada. Alguns papéis excepcionais estão ligados a alguns traços de personalidade, como o inocente ou o idiota da localidade, que tem o direito de fazer o que seria incongruente caso fosse feito pelos demais. O que não é suportável é a mudança de comportamento de um indivíduo, fato que questionaria todo o equilíbrio das relações.

Nas palavras de Mendras, o observador vindo de fora, tem a impressão de penetrar em um mundo fechado e quente no qual todos têm em comum uma mesma herança cultural, baseada num mesmo sistema de valores e um mesmo "instrumental" intelectual e verbal, chegando à conclusão de que a coletividade camponesa é necessariamente uma "comunidade", já que se opõe nisso à sociedade envolvente. Esse é um erro de perspectiva, um engano, que a localidade apresenta ao estrangeiro para escapar com maior facilidade ao seu olhar: "aqui somos todos uma grande família", dizem-lhe, o que esconde um ninho de víboras mais

frequentemente que uma doce harmonia. Na realidade o contraste com a sociedade envolvente é que ressalta a unidade interna, apesar das diferenças. (MENDRAS, 1978: 94)

Essa "unidade interna" é mantida através de um código padronizado de atitudes e comportamentos e sobretudo através de uma linguagem comum, expressada neste caso, através da língua alemã (dialeto), que passa a ser o instrumento de expressão do estoque comum de significados, aos quais ela dá uma forma graças às suas palavras e às suas formas sintáticas, que desde muito tempo são o molde adaptado ao que deve ser expressado e comunicado.

O padre, na missa de domingo, faz o sermão, ou parte dele, em alemão, para transmitir com maior clareza a sua mensagem, principalmente aos mais velhos, dentre os quais muitos sequer falam a língua portuguesa. Também os cantos, tanto sacros como folclóricos, são cantados em alemão.

Esta homogeneidade cultural, por si própria, não é neutra mas serve à dominação da sociedade envolvente. Um padre que não domina a língua alemã jamais poderá atender a esta "comunidade" (em alemão "gemainde", termo utilizado somente para designar as partes que compõem uma paróquia); o político em campanha terá que se expressar em língua alemã, sob pena de não ser compreendido e, em geral, não merecer a mínima confiança.

No sentido político partidário esta população costuma ser extremamente conservadora, na medida em que votam sempre nos mesmos, aqueles que adquiriram sua confiança, não tanto pelos seus atos, mas principalmente pelo discurso.

O resultado das eleições para prefeito municipal de novembro de 1988 em Santa Cruz do Sul foram significativos neste sentido:

TABELA 1 - Resultado das Eleições Municipais de 1988

Santa Cruz do Sul	CIDADE		INTERIOR	
	Número	%	Número	%
Eleitores	40.207	100	26.250	100
Votantes	38.275	95	25.461	97
<hr/>				
% de votos brancos/ nulos	11		13	
% de votos PDS	26		42	
% de votos PDT	5		3	
% de votos PT	30		12	
% de votos PMDB	28		30	
% de votos PL	1		0	
% de votos PFL	0		0	
% de votos PSB	1		1	

FONTE: Jornal Gazeta do Sul

O candidato eleito, natural e de grande penetração do meio rural, é de origem alemã, e foi prefeito e secretário de obras nas duas gestões anteriores, respectivamente.

Com referência à organização territorial observamos que, nestas antigas colônias de imigração alemã, mantêm-se um tipo de "habitat" classificado como disperso, ao mesmo tempo em que é concentrado em fileira, ao longo dos rios ou das estradas. "Aliás, pode alguém perguntar se o "habitat" é realmente disperso. Parece concentrado porque cada picada, ao longo da qual casas foram levantadas, encontra-se separada da seguinte pela distância (em sentido longitudinal) de dois lotes, isto é, 6,4

km em que jamais existiram construções, mesmo anexas. Ergueram-se as casas em uma espécie de pátio aberto, mas alinhadas paralelamente à picada, em cada um dos seus lados, com relativa proximidade dos prédios construídos nos lotes vizinhos laterais e fronteiros. Por outro lado, desde os primórdios da colonização, os imigrantes lutaram contra o isolamento moral, multiplicando os pontos de encontro. E foi à beira da picada, num pedaço de lote ou na casa de um colono, que surgiram a capela, a escola, a loja e, depois, o salão de festas. Se a célula é a pequena propriedade "isolada", e sabemos o que é isto, a unidade orgânica do povoamento é a "picada".^a

A origem desta organização territorial deve-se à forma como foram demarcadas as propriedades no início do processo de colonização.

Originalmente dois eixos principais de ocupação do atual território do município foram estabelecidos: o primeiro - 1949 - uma "picada" que acompanha o divisor d'águas entre o vale do Rio Pardinho e o vale do Rio Taquari Mirim, dando origem à chamada "Picada Velha", hoje Linha Santa Cruz e Boa Vista, onde predominavam os imigrantes de religião católica; o segundo - 1852 - uma estrada que acompanha o curso do Rio Pardinho, a chamada "Picada Nova", hoje denominada Rio Pardinho e Sinimbú, onde se instalaram basicamente imigrantes de religião protestante. (fig. 8)

Com o passar dos anos foram surgindo, além destas, outras

(a) WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. p. 197 apud ROCHE, A colonização alemã e o Rio Grande do Sul, p. 211.

FIGURA 8 - Mapa de localização dos distritos e localidades do município de Santa Cruz do Sul - RS.

localidades, na medida em que as terras devolutas iam sendo apropriadas.

Nos dias atuais as localidades continuam surgindo, só que em torno de centros um pouco maiores, que se formaram, as vilas, também sedes dos distritos.

Na mesma figura 8 podemos observar a localização das vilas, sedes dos distritos, e algumas das principais localidades (sub-distritos), que formam um conjunto, os chamados distritos.

Em cada sede de distrito existe uma subprefeitura, e a figura do subprefeito, indicado pelo prefeito municipal, que tem a responsabilidade de coordenar a execução de obras, principalmente a conservação de estradas.

Em geral estas vilas possuem sistema de abastecimento de água, central telefônica, algumas chegam a ter a rua principal asfaltada, farmácia, rodoviária. No caso de Trombudo, Sinimbú e Monte Alverne existem até pequenas indústrias, hospital e até Banco.

Estas vilas, na medida em que adquirem infraestrutura e sustentação econômica, passam a pleitear a independência política, transformando-se então em novos municípios. Sinimbú, que é um dos distritos mais prósperos pleiteou esta autonomia em 1988 mas não obteve sucesso por não atender às exigências quanto a renda e número de habitantes.

Nas localidades existem, via de regra, escolas de 1º grau

incompleto (1ª a 5ª série do fundamental). As crianças, para concluírem o 1º grau, deslocam-se para as vilas onde estão as escolas de 1º grau completo e até o 2º grau, como é o caso de Sinimbú e Monte Alverne.

Assim como a escola, também as opções de lazer têm sede nas vilas, e resumem-se aos bailes que acontecem, periodicamente aos sábados à noite, a algumas sociedades de bolão, tanto masculinas como femininas, às sociedades de damas, alguns corais que sobrevivem e, sobretudo, aos jogos de futebol aos domingos à tarde.

Aliás, é interessante ressaltar que desde a década de 60 e 70, dois elementos novos passam a integrar o espaço local: os campos de futebol, que surgem em todas as vilas, ao lado de times formados basicamente por rapazes do local, e os salões comunitários, que são construídos junto às Igrejas, destinados à realização de festas comunitárias, principalmente as quermesses, do alemão "Kerb", realizadas anualmente com a finalidade de arrecadar fundos para a comunidade (Igreja) ou para o Círculo de Pais e Mestres da Escola, além de casamentos, batizados, etc.

É comum em cada vila a existência de uma Igreja Católica e outra Protestante, onde são realizadas as missas e cultos dominicais que se constituem, para a maioria dos habitantes da vila e das localidades próximas, num dos únicos momentos de descontração e de encontro com outras pessoas.

Recentemente, em dezembro de 1988, foi criado mais um dis-

trito, atendendo a uma necessidade administrativa do interior do município, o 11º distrito, com sede em Lª Fontoura Xavier.

As localidades², por sua vez, são formadas por conjuntos de estabelecimentos, distantes via de regra 3 a 4 km de outras localidades. Constituem-se em pequenos centros onde, além de escolas de 1ª a 4ª séries, encontram-se uma ou duas casas comerciais, em geral também uma Igreja e um cemitério, que por sua vez, caracterizam o "centro" da localidade.

Cada conjunto destes é formado por pequenas unidades de produção camponesas, na maioria produtores de fumo, como demonstra o resultado da amostra e também por unidades não produtoras de fumo.

Para que tivéssemos uma visualização do uso da terra que estes camponeses praticam nestas pequenas unidades de produção solicitamos a um produtor de fumo e outro não produtor de fumo que elaborassem croquis de suas propriedades, com a finalidade de podermos entender, a partir da visão dos mesmos o que é a estrutura territorial interna da propriedade camponesa.

4.1 A unidade de produção camponesa

Numa tentativa de visualizar a distribuição das atividades desenvolvidas numa pequena propriedade, dois camponeses, um produtor de fumo e outro não produtor de fumo, elaboraram croquis de suas propriedades, de forma aleatória, com o único objetivo de demonstrar o uso da terra que praticam, tendo como

2 A denominação utilizada pelos camponeses para definir localidade é "platz" (em língua alemã) que traduzindo significa "lugar".

referência, no calendário agrícola, o mês de dezembro. (Figuras 9 e 10)

Nas duas propriedades observa-se o uso intensivo da terra com o cultivo de diversos produtos, caracterizando-as como unidades policultoras.

A descontinuidade das lavouras de um mesmo produto deve-se principalmente ao relevo montanhoso, de encosta da Serra Geral, o que torna a prática da agricultura inviável em certas áreas. Nestas, via de regra, é mantida a cobertura de matas original.

As divisas entre uma propriedade e outra são demarcadas por "pedras de divisas" ou "Grens Stein", pedras pontiagudas parcialmente enterradas ao longo das divisas quando são áreas de mata, ou por cercas de arame farpado ou então pela conservação dos muros de pedras construídos pelos imigrantes no século passado e início deste.

Em ambas as propriedades aparecem os "potreiros" que são as áreas de campo natural onde o gado pasta durante o dia. São pastos de baixa produtividade, na medida em que nunca são renovados.

Na propriedade nº 10 as reservas de matas são maiores o que se explica pelo consumo de menor quantidade de lenha, uma vez que não produz fumo e também porque sua área é maior que a de nº 9.

Com a ajuda destes mesmos proprietários elaboramos um ca-

FIGURA - 10 Pequena propriedade não produtora de fumo (Croquí)

lendário agrícola, relacionado às atividades realizadas em cada propriedade.

Com referência à primeira, a atividade principal é o fumo, acompanhada da produção de soja, milho, feijão, e pasto para o gado. As atividades principais nesta propriedade estão distribuídas da seguinte forma ao longo do ano:

maio	preparo dos canteiro para semeadura do fumo; pre-
junho	paro da lenha para secagem do fumo; preparo da la-
julho	voura para plantio do fumo; preparo de schmier (ge- lêia feita à base de caldo de cana e frutas) e melado.
agosto	transplante do fumo; capina da lavoura de fumo;
setembro	preparo da lavoura para plantio do feijão e milho;
outubro	capação e desbrote do fumo.
novembro	trato na lavoura; preparo da lavoura do milho, da
dezembro	soja e do arroz; colheita do feijão, batata, amen-
janeiro	doim etc; colheita do fumo e secagem em estufa.
fevereiro	sortimento do fumo seco e entrega na empresa; co-
março	lheita do arroz e do milho.
abril	

Cabe aqui explicitar mais detalhadamente as especificidades relativas ao cultivo do fumo. O fumo é uma planta herbácea de ciclo anual (120 a 240 dias) cujo porte vai de 0,8 até 2,8m de altura variando conforme a variedade e o grupo de fumo. Possui um teor expressivo de um alcalóide denominado nicotina, cuja porcentagem varia de acordo com a espécie cultivada.

Tem preferência por climas tropicais, sendo muito sensível às variações do clima, solo, adubações e cultivo. Climas

quentes e excessivamente úmidos provocam a formação de folhas grosseiras e climas quentes e secos aumentam o teor de nicotina nas folhas.

Desse modo, toda técnica agronômica aplicada a essa cultura visa à obtenção de folhas dentro de um padrão que propicie a melhor qualidade possível de fumo.

Assim, a *Nicotiana Tabacum* abrange um grande número de variedades que se destinam ao fabrico dos tabacos comerciais. Pela hibridação, o número de variedades cresce continuamente. Podemos classificar, sob o ponto de vista comercial, os seguintes grupos:

- a) Estufa: fumos curados com calor artificial em estufas. Nesse grupo temos os tipos Virginia e Amarelinho.
- b) Galpão: são curados com calor natural em ambiente de galpão. Os tipos desse grupo são Burley, Comum, Charuto e Aromático.
- c) Corda: Fumos colhidos verdes, destalados e enrolados em forma de corda. Sua secagem é feita ao sol e a cura à sombra. Os tipos mais cultivados são Rio Grande, Paulista e Mineiro.

O processo artesanal de fabricação do fumo em corda pode ser observado nas fotografias de nºs 1, 2, 3 e 4.

O grupo estufa é, sem dúvida, o mais importante, destacando-se o tipo Virgínia como o principal. É também o mais cultivado no município de Santa Cruz do Sul. Esse tipo requer um solo leve, arenoso e com baixo teor de matéria orgânica, ao contrário do Grupo Galpão que necessita de solos ricos em matéria orgânica.

FOTOGRAFIA Nº 1 - A planta, que chega a atingir 2 m de altura é cortada e destalada.

FOTOGRAFIA Nº 2 - As folhas são enroladas, formando um cordão espesso.

FOTOGRAFIA Nº 3 - O processo de cura consiste em enrolar a corda comprimindo-a cada vez mais, para alcançar o ponto ideal.

FOTOGRAFIA Nº 4 - Alcançado o ponto ideal, o rolo é seco ao sol, depois embalado em porções de meio ou 1 kg para a comercialização.

Nos meses de maio/junho inicia-se o processo de cultivo, quando são preparados os canteiros, de 50m², em forma de retângulo, onde são obtidas as mudas de fumo. Os viveiros devem ficar, sempre que possível, próximos de uma fonte de água para facilitar os cuidados diários. Antes da sementeira, contudo é preciso, além de preparar o solo com adubos e fertilizantes, "desinfetá-lo". Cobre-se o canteiro com uma lona plástica e aplica-se o "Brometo de Metila", que age no solo envenenando e destruindo os organismos prejudiciais ao desenvolvimento das mudas. O processo de aplicação deste veneno exige muito cuidado, pois as consequências de um contato direto com este produto químico são fatais ao homem. Os canteiros são cobertos, depois da sementeira, com uma talagarça para protegê-los do sol forte, ventos frios e geadas. É importante frisar que a época de início do processo de cultivo está relacionada com a altitude do relevo, e isso se verifica no município de Santa Cruz do Sul, onde a altitude varia de 80m, na área próxima ao sítio urbano, parte da Depressão Periférica, onde o início do cultivo se dá mais cedo comparado com o início da porção mais setentrional do município, onde a altitude chega a 640m e, portanto, o frio e a geada são mais intensos e por um período mais longo.

Até setembro, quando se dá o transplante, os canteiros exigem cuidados: é preciso regá-los se houver seca e, assim que as plantinhas apresentarem quatro folhas inicia-se a aplicação de defensivos e inseticidas. Na primavera as mudas estarão prontas para o transplante, o solo deverá ter sido lavrado duas vezes e adubado antes de recebê-las. Uma vez na lavoura, novos cuidados são necessários, três ou quatro capinas e uma nova adubação. Após algum tempo far-se-á a "capação", que

é a eliminação das flores e de algumas folhas da ponteira da planta e o "desbrote", que consiste na retirada dos brotos laterais que prejudicam o desenvolvimento das folhas. Em geral é feito com aplicação de produto químico.

Em dezembro e janeiro inicia-se a colheita das folhas maduras, iniciando-se pelo "baixeiro". Em novas colheitas serão apanhadas as folhas do meio e finalmente a ponteira, da parte superior do pé.

O fumo do tipo virginia apresenta uma média de 2 a 4 folhas maduras por semana o que faz com que a colheita seja feita em intervalos de sete dias em média.

Cada planta produz de 16 a 22 folhas aproveitáveis por safra. Estas folhas são amarradas de duas em duas em varas (cerca de 130 folhas em varas de 1,15m). As varas são colocadas nas estufas, afastadas 20cm uma das outras para circulação de ar. Dependendo do tamanho da estufa pode-se colocar cerca de 450 varas. Cada produtor faz de 8 a 10 estufas. Cada secagem leva em média de 4 a 5 dias, ocasião em que o fogo precisa ser mantido permanentemente numa determinada temperatura, sendo que cada etapa de secagem consome uma média de 5 a 8 m³ de lenha. A figura de nº 11 é ilustrativa no que diz respeito a reservas de matas nativas, área reflorestadas e o consumo de lenha.

Na secagem as folhas passam por modificações físicas e químicas, que irão determinar a qualidade final do fumo e sua classificação.

Após essa operação as folhas são classificadas conforme

RIO GRANDE DO SUL				
Nº de Fumicultores: 39.551		Área Plantada com Fumo: 76.940 ha.		
Nº de Estufas: 49.884		Área Total das Propried.: 678.270 ha.		
E S P E C I F I C A Ç Ã O	ÁRVORES	m³	ha	%
Consumo de lenha própria	3.995.000	1.255.000	3.280	54,04
Consumo de lenha adquirida	5.680.000	1.020.000	2.790	45,96
T O T A L	9.675.000	2.275.000	6.070	100
Área com mata nativa	79.185.000	44.115.000	113.120	16,68
Área com mata reflorest.	144.500.000	20.810.000	57.800	8,52
T O T A L	223.685.000	64.925.000	170.920	25,20
SANTA CATARINA				
Nº de Fumicultores: 28.234		Área Plantada com Fumo: 76.952 ha.		
Nº de Estufas: 37.055		Área Total das Propried.: 595.970 ha.		
Consumo de lenha própria	3.995.000	1.255.000	3.280	55,69
Consumo de lenha adquirida	5.315.000	955.000	2.610	44,31
T O T A L	9.310.000	2.210.000	5.890	100
Área com mata nativa	117.250.000	65.325.000	167.500	28,11
Área com mata reflorest.	129.100.000	18.590.000	51.640	8,66
T O T A L	246.350.000	83.915.000	219.140	36,77
PARANÁ				
Nº de Fumicultores: 5.129		Área Plantada com Fumo: 10.923 ha.		
Nº de Estufas: 6.422		Área Total das Propried.: 103.670 ha.		
Consumo de lenha própria	705.000	220.000	580	45,31
Consumo de lenha adquirida	1.425.000	255.000	700	54,69
T O T A L	2.130.000	475.000	1.280	100
Área com mata nativa	23.035.000	12.835.000	32.910	31,74
Área com mata reflorest.	24.800.000	3.570.000	9.920	9,57
T O T A L	47.835.000	16.405.000	42.830	41,31
TOTAL DO SUL DO BRASIL				
Nº de Fumicultores: 72.914		Área Plantada com Fumo: 164.815 ha.		
Nº de Estufas: 93.361		Área Total das Propried.: 1.377.910 ha.		
Consumo de lenha própria	8.695.000	2.730.000	7.140	53,93
Consumo de lenha adquirida	12.420.000	2.230.000	6.100	46,07
T O T A L	21.115.000	4.960.000	13.240	100
Área com mata nativa	219.470.000	122.275.000	313.530	22,76
Área com mata reflorest.	295.400.000	42.970.000	119.360	8,66
T O T A L	517.870.000	165.245.000	432.890	31,42

FIGURA Nº 11 - Situação Florestal dos produtores de fumo es-
tufa - safra 86/87

FONTE: AFUBRA

sua posição no pé (baixeira, meeiras ou ponteiras) e mais a sua coloração (laranja-limão; laranja-limão-castanho; castanho-laranja-limão), e qualidade, e agrupadas em "bonecas" que por sua vez serão reunidas em fardos para serem transferidos até a empresa.

Tanto na colheita, como na secagem e na classificação das folhas o trabalho infantil é bastante utilizado, tanto assim que o calendário escolar deve ser cumprido até metade de dezembro, caso contrário as crianças simplesmente faltam às aulas porque são requisitadas para trabalhar dois turnos na colheita.

É portanto neste período que a jornada de trabalho se torna mais intensa. Torna-se praticamente ininterrupta, inclusive aos domingos, especialmente quando a família do camponês é pouca numerosa, não permitindo revezamento de pessoal.

O processo de cultivo do fumo pode ser observado nas fotografias de n.ºs 5 a 12.

Na propriedade não produtora de fumo (fig. 10) o calendário agrícola em geral, apresenta-se da seguinte forma:

agosto	preparo da terra para o cultivo do milho, batata inglesa, aipim, o pasto e demais cereais; preparo da
setembro	horta - semeadura, transplante de mudas; início do
outubro	plantio do milho, feijão, amendoim, etc.
novembro	plantio da soja, do arroz, colheita da batata inglesa,
dezembro	sa, feijão, capina das lavouras.
janeiro	colheita do milho, capina das lavouras; preparado do
fevereiro	feno para o inverno, novo plantio da batata inglesa.

FOTOGRAFIA Nº 5 (Jorge Nunes - DCS/FISC) Sementeira onde são desenvolvidas as mudas de fumo.

FOTOGRAFIA Nº 6 - (Jorge Nunes - DCS/FISC) Transplante das mudas para a lavoura previamente preparada.

FOTOGRAFIA Nº 7 (Jorge Nunes - DCS/FISC) - Demonstração dos cuidados que a lavoura de fumo exige.

FOTOGRAFIA Nº 8 (Jorge Nunes - DCS/FISC) - A colheita do fumo, onde se observa significativa participação da mão-de-obra infantil.

FOTOGRAFIA Nº 9 (Jorge Nunes - DCS/FISC) - Preparo das folhas de fumo, amarradas em varas, para secagem na estufa.

FOTOGRAFIA Nº 10 (Jorge Nunes - DCS/FISC) - O fumo, depois de seco na estufa, é classificado e amarrado em manocas para ser "entregue" nas empresas.

FOTOGRAFIA Nº 11 (Jorge Nunes - DCS/FISC)- A abertura de novas lavouras através da queimada continua sendo uma prática comum entre os camponeses da região do fumo.

FOTOGRAFIA Nº 12 (Jorge Nunes - DCS/FISC) - Evidência do uso inadequado da terra em encostas de forte declive.

março colheita da soja, do milho, arroz, etc.
 abril
 maio

junho preparo da lenha para o ano (uso no fogão a lenha e
 julho no forno de pão); colheita da batata inglesa, preparo
 de schmier e melado; reparos nas instalações; abertu-
 tura de novas lavouras.

A atividade de abertura de novas lavouras continua sendo uma atividade importante e feita a partir das mesmas técnicas que os antepassados utilizavam. Isto porque a rotação de terras ainda é uma prática muito utilizada. Para determinados cultivos periodicamente são procurados novas terras, ou terras que estavam em pousio. Este trabalho é feito durante o inverno. A vegetação natural é derrubada, e depois de seca é queimada sendo que os troncos maiores são retirados posteriormente. Esta prática é responsável pela destruição dos micro-organismos, básicos no processo de fertilização do solo.

Outro fator que acelera o processo de desgaste do solo é o descuido com a erosão na medida em que o terreno é, via de regra, bastante inclinado e as técnicas de proteção do solo são muito pouco praticadas.

Em algumas encostas são cultivadas a cana-de-açúcar ou a bananeira como forma de evitar a erosão exagerada que acontece com as enchurradas, como mostra a figura nº 10. Nesta propriedade a atividade principal é a produção de leite, ao lado da produção de soja, milho, criação de suínos e produção de frutas e hortaliças para a feira rural. A batata inglesa é cultivada duas vezes por ano, porque é consumida em grande quantidade na alimentação diária.

Entre os camponeses não produtores de fumo a jornada de

trabalho é intensa. Seu horário de início pela manhã varia conforme as estações do ano. No verão seu dia inicia, via de regra às 5h30min da manhã e se estende até as 20h, sendo que uma ou duas horas durante a tarde, são dedicados à sesta, tendo em vista o intenso calor (média de 28°C) e os dias muito longos. No inverno, quando as noites são mais extensas as atividades iniciam pelas 6h30min da manhã, estendedendo-se até as 18h da tarde.

O primeiro ritual da manhã, tanto no verão como no inverno, é tomar o "chimarrão", hábito este assimilado pelos descendentes de alemães aos "gaúchos". Posteriormente é feito o trato dos animais e tirado o leite, e só então tomam café da manhã. Estas tarefas, assim como as demais do dia, são realizadas conjuntamente pelo grupo familiar. No entanto, algumas tarefas específicas, como a de cozinhar cabem à mulher que retorna da lavoura uma hora antes dos demais, no turno da manhã, para preparar o almoço. Também cabe a ela lavar, passar, limpar a casa, cuidar das crianças, costurar, tarefas estas realizadas após o almoço ou à noite, enquanto os demais assistem televisão.

Em geral, seus dias são sempre curtos demais para a quantidade de trabalhos que têm a realizar.

Devido aos cultivos a que se dedicam, seu trabalho torna-se mais intenso com o início da primavera, a partir de setembro, quando iniciam o preparo das lavouras para a soja, milho, pastos, etc. Diariamente é necessário "fazer o pasto" para os animais, principalmente para as vacas leiteiras que passam as noites nos estábulos, e para os suínos, alimentados à base de

milho, mandioca, etc. Este pasto é transportado em carroças puxadas por bois até o "galpão" onde fica depositado até a noite. Nos sábados a quantidade é dobrada, prevendo o domingo.

Muito raramente estes camponeses se ausentam de suas atividades, o que via de regra só acontece, em casos de doenças. Isto faz com que sua vida seja uma rotina, limitada às atividades cotidianas e à convivência com as pessoas do lugar.

De maneira geral, este é o uso da terra e o trabalho desenvolvido nas pequenas unidades de produção familiar na região de Santa Cruz do Sul.

No entanto, em trabalhos científicos realizados com objetivo de analisar a realidade agrária deste região e principalmente ao nível do senso comum, ela é conhecida e caracterizada como uma região "monocultora de fumo".

Esta é, sem dúvida, uma das razões que nos instigaram a realizar este trabalho, ou seja, tentar saber, a partir do conhecimento da realidade concreta destes camponeses, quais são de fato as suas principais atividades, saber se a "monocultura do fumo" existe de fato, e, dentre os produtores de fumo, tentar saber a importância que esta produção tem no seu orçamento, ou melhor, nas suas "contas".

5 OS CAMPONESES PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES EM SANTA CRUZ DO SUL E SUAS ATIVIDADES

Nesta parte do trabalho procuraremos caracterizar as atividades que significam o trabalho e a luta dos camponeses no município de Santa Cruz do Sul, e ao mesmo tempo as condições de sua sobrevivência e reprodução.

Os dados que subsidiam a análise feita neste capítulo provêm de todo um conhecimento da realidade dos camponeses, resultado da convivência com os mesmos, bem como de publicações de jornais e revistas locais e nacionais a respeito do assunto.

No entanto, para que tivéssemos um referencial mais objetivo, no tocante, tanto a dados quantitativos como qualitativos, lançamos mão da aplicação de uma amostra onde, numa população de 8.141 estabelecimentos rurais do município de Santa Cruz do Sul, foram realizadas 367 entrevistas, no período referente à safra 85/86. Tendo como referência o censo agropecuário de 1980, as 367 entrevistas foram distribuídas proporcionalmente entre o número de estabelecimentos existentes nos dez distritos do município, incluindo fumicultores e não fumicultores.

Ainda, com o objetivo de conhecer com maiores detalhes a economia interna de uma propriedade camponesa produtora de fumo, quatro produtores atenderam a nossa solicitação de preencherem "cadernetas" durante um ciclo produtivo, 84/85, onde fizeram anotações sobre seus ganhos e gastos, enfim, registraram as suas "contas".

Assim, num primeiro momento, podemos dividir os entrevistados em três grupos: os que plantam fumo, os que deixaram de plantar e os que nunca plantaram, conforme a figura nº 12 a seguir.

Observa-se que os que deixaram de produzir fumo e os que nunca produziram encontram-se predominantemente nos distritos mais próximos à cidade. As razões desta distribuição das atividades no território tornar-se-ão compreensíveis ao longo deste capítulo.

5.1 Os camponeses produtores de fumo

Em Santa Cruz do Sul os plantadores de fumo, que representam 73% do total de produtores entrevistados, são, na maioria (56%), proprietários das terras que plantam. Em geral são pequenos proprietários que trabalham a terra com suas famílias, sendo estas compostas de adultos, crianças e velhos, conforme os dados a seguir: 2% das unidades familiares entrevistados são compostas de 1 adulto; 27% são compostas de 2 adultos; 18% são compostas de 3 adultos; 13% são compostas de 4 adultos; 6% são compostas de 5 adultos; 4% são compostas de 6 adultos; 1% de 7 adultos; 1% de 8 adultos e 1% de 9 adultos. Consideramos adulto as pessoas de 12 a 60 anos de idade, tendo em vista que o adolescente a partir dos 12 anos participa de todas as ativi-

FIGURA 12 Município de Santa Cruz do Sul com a divisão, produção e percentual distrital

dades e o velho de 60 anos, via de regra, vê-se forçado a continuar trabalhando, na medida em que o homem se aposenta com 65 anos e a mulher, enquanto o marido vive, sequer se aposenta. Mas, principalmente, consideramos as pessoas de até 60 anos como unidades de força de trabalho em pleno vigor porque esta é a prática entre os camponeses, ou seja, as pessoas trabalham até o fim de suas vidas, só deixando de fazê-lo em caso de doenças.

Do total de produtores de fumo entrevistados, 15% declararam a participação ou presença de crianças, pessoas com menos de 12 anos de idade, consideradas meia unidade de força de trabalho, que cumpre meio turno em tarefas consideradas leves, sendo que outro é dedicado às atividades escolares. Estas se distribuem da seguinte forma entre as unidades produtoras de fumo: 6,5% das unidades acusaram a presença de uma criança; 6% de duas crianças; 1% de três crianças; 1% de quatro crianças e 0,5% de 9 crianças. Estes números deixam muito claro que houve uma redução significativa do número de filhos nas famílias camponesas.

Do mesmo total de unidades familiares entrevistados, 10% declararam a presença de velhos, pessoas com mais de 60 anos de idade, que, eventualmente, constituem-se em unidades de força de trabalho em pleno vigor. Mas na maioria dos casos são pessoas com seu potencial de trabalho já bastante limitado. Distribuem-se da seguinte forma: 5,5% revelaram a presença de um velho e 4,5% revelaram a presença de dois velhos por unidade familiar.

O uso de mão-de-obra complementar é eventual. As formas

mais comuns são o diarista, a quem são pagas diárias, sem nenhum contrato formal; o agregado, morador nas terras do proprietário que é pago por tarefas realizadas; o parceiro, que trabalha nas terras do proprietário com direito a parte da produção: meia, terça ou quarta parte, relação esta, via de regra formalizada através de um contrato ou ainda em forma de mutirão; troca de serviços entre parentes ou vizinhos, não implicando em remuneração.

Do universo de produtores de fumo entrevistados, apenas 36% usam alguma forma de mão-de-obra complementar: 30% usam mão-de-obra de diarista; 1% usam mão-de-obra de agregado; 3% usam mão-de-obra de parceria e 2% recorrem ao mutirão. É importante frisar, no entanto, que o uso da mão-de-obra do diarista e a prática do mutirão só acontecem no período de safra, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Muitos dos entrevistados justificam o não uso de mão-de-obra complementar "porque sobra menos ainda no fim da safra" ou então por "medo de serem envolvidos em questões trabalhistas", onde, muitas vezes, "acabam perdendo a terra que têm".

Em geral, plantar fumo é tradição nestas famílias, que vem de avô para pai e deste para filho. E com isso também, desde cedo, os filhos aprendem sobre a importância da propriedade da terra. Assim, nas áreas de colonização mais antigas (os distritos mais próximos à cidade) a forma mais comum de tornar-se proprietário é a herança, enquanto que em áreas mais distantes, que passam a ser exploradas através da agricultura a partir dos anos 40/50 do século atual, a forma mais comum é a compra, uma vez que havia terras devolutas e/ou propriedades maiores que

passaram a ser parceladas.

Com relação ao acesso à propriedade da terra, o resultado das entrevistas demonstra que 68% dos entrevistados tornaram-se proprietários através da compra, 18,5% através da herança, 12% através da compra e herança, 1% através de doação e 0,5% através do usucapião.

Na figura 13, observamos o resultado da amostra quanto ao tamanho da propriedade, área cultivada com fumo e produtividade. Têm-se, assim, que o percentual médio da área da propriedade cultivado com fumo é 16%.

O processo de dependência e subordinação às empresas fumageiras começa com o início do ciclo produtivo, quando os instrutores das empresas visitam os agricultores tentando convencê-los a plantar fumo para a empresa que representam. O vínculo se concretiza com um pedido de financiamento feito pelo produtor para compra de sementes, insumos e defensivos, quando então se estabelece um pacto entre o agricultor e a empresa, onde a empresa se compromete a fornecer a assistência técnica e os insumos necessários e o produtor compromete-se a lhe "entregar" a sua produção. Assim, a empresa oferece as condições necessárias para que o camponês se torne um produtor de fumo: fornece as sementes, os insumos e defensivos, orientação técnica e o dinheiro necessário para construção da estufa. Tudo isso através do financiamento bancário por ela avalizado.

Este financiamento, por sua vez, é feito predominantemente via Banco do Brasil, uma vez que a remuneração do empréstimo não é muito alta o que faz com que os Bancos privados não

FIGURA 13 Tamanho das propriedades, área cultivada com fumo e produtividade.

tenham interesse em oferecer estes empréstimos, apenas colocam à disposição a quantia fixada por lei para financiamento agrícola.

Portanto, o vínculo que existe entre os produtores e as empresas não se dá através de um contrato formalizado e sim através de um pacto firmado entre ambos, ou seja, o relacionamento e a dependência direta entre o produtor e empresa diz respeito substancialmente à forma de aquisição dos insumos por parte do produtor, ao padrão tecnológico a ser posto em prática sob orientação e assistência técnica da empresa e, fundamentalmente, à exclusividade e garantia da aquisição do produto por parte da empresa.

Antes de concretizar a relação, a empresa avalia a situação do produtor como por exemplo, tamanho da propriedade, número de pessoas disponíveis na família para trabalhar, reserva de matas para fins de obtenção de madeira para secagem do fumo, etc.

Esta avaliação da situação do produtor é feita pelo "instrutor de fumo" que, em geral, é escolhido na própria localidade onde reside, de preferência que seja produtor de fumo, que tenha bom relacionamento, exerça alguma liderança e inspire confiança. Assim, o instrutor passa a intermediar o vínculo dos produtores com a empresa. No manual do instrutor a regra básica é esta: "exercer atividades de relações públicas, com participação em festividades, auxílio aos produtores e seus familiares em caso de emergência ou no relacionamento com autoridades, etc, com a finalidade de manter uma posição de liderança na comunidade e especificamente, junto aos produtores, vi-

sando um bom nível de cooperação com a empresa."

Cabe ressaltar que uma das exigências fundamentais feitas ao produtor é a sua lealdade para com a empresa que lhe fornece as condições para produzir comprometendo-se a "entregar"¹ o seu produto unicamente àquela empresa, mesmo que outra esteja classificando melhor o produto, no mínimo até que tenha pago a sua dívida no banco.

Segundo depoimento, quando o produtor não consegue saldar sua dívida no Banco, a empresa força-o a plantar até 100% a mais para que o custeio da nova safra possa cobrir a dívida do ano anterior. Quanto às instalações necessárias, como estufa e galpão, são financiados em três anos sem juros, mas o produtor fica proibido de utilizar o galpão para outros fins, que não sejam as atividades relacionadas ao fumo. Como a firma paga os juros, ela rebaixa o fumo destes produtores no momento da classificação. Quando isto acontece o produtor, descontente procura outra empresa que aceite o seu produto na classificação real. Não pagaria os juros, mas como passou para outra empresa, aquela executa os juros e esta obriga o produtor a plantar maior quantidade para cobrir a dívida com o custeio.

Quanto aos que trabalham em parceria, segundo um produtor,

1 - O uso do termo "entregar" - "abgeben" (em alemão) e não vender - "verkaufen" (em alemão) por parte dos produtores é significativo e tem a sua razão de ser, porque implícito a este termo - entregar - está a idéia de passar a outro algo que não lhe pertence, de entregar algo que se deve por alguma razão. Conforme Dicionário Aurélio, entregar significa "passar às mãos ou à posse de alguém - o vendedor entregou a encomenda no dia apazado. No dicionário alemão "abgeben" significa entregar, dar, ceder, renunciar a.

podem fazer financiamento bancário, desde que apresentem carta de anuência do proprietário. Se o parceiro não cobrir a dívida no fim da safra no Banco, será obrigado a continuar plantando fumo naquela terra até pagar a dívida, sem pagar a parte devida ao proprietário. Isto desagrada aos dois e provoca, em geral o abandono da atividade.

Para os camponeses que já são produtores de fumo a continuidade da relação de dependência se dá da seguinte forma: depois de feita a "entrega" do fumo a primeira preocupação do produtor é saldar a dívida no Banco, que via de regra, vence em abril. Na realidade a maioria dos que tiveram condições de saldar a dívida já o fizeram até esta data porque na medida em que "entregam" partes da produção a empresa encaminha uma relação desses nomes ao Banco, autorizando a amortização da dívida do financiamento, ou seja, o produtor não "enxerga a cor do dinheiro" obtido com a venda da sua produção enquanto não saldar a dívida toda. Segundo o responsável pela carteira agrícola do Banco do Brasil em Santa Cruz do Sul, o produtor pode solicitar que parte do dinheiro obtido com as primeiras "entregas", passe para suas mãos para uma eventual outra necessidade o que só acontecerá se a empresa julgar que com o restante da produção ainda por ser entregue, ele terá condições de saldar a dívida no Banco.

Ainda segundo o funcionário do Banco do Brasil, nas safras 85/86 e 86/87 em torno de 20% dos produtores não conseguiram saldar suas dívidas. Nestes casos as dívidas são "roladas" para serem pagas na safra seguinte. Grande parte destas dívidas pendentes foram saldadas com a safra atual 87/88. Saliência que o principal fator responsável pelas frustrações de

safras são as intempéries (seca, chuva em excesso, granizo, etc). Afirma também que não tem acontecido de produtores perderem suas terras por não terem pago sua dívida no Banco "porque o importante é manter o produtor produzindo na sua terra e não trazê-lo para a cidade". A comercialização, que desde o ano passado tem os preços corrigidos pela OTN fiscal "favoreceu ao produtor porque quem vendeu em janeiro ganhou o mesmo de quem vendeu em maio, o que deu mais tranquilidade aos produtores e também melhorou o atendimento no Banco".

O financiamento para a safra seguinte, em geral, é feito em maio. O encaminhamento é feito via empresa que prevê a quantidade de pés que o produtor vai plantar. "O produtor só vem sacar no Banco". Dentro dessa previsão são calculados os custos e o produtor opta por financiar, dentro de um limite máximo fixado, toda a produção (insumos e custeio) ou somente os insumos ou então somente o custeio da lavoura (destinado basicamente à manutenção da família durante o ciclo produtivo). Sendo assim, os valores financiados variam conforme as condições do produtor. Se ele é totalmente dependente do fumo em geral faz o financiamento que abrange todo o processo produtivo, enquanto que aqueles que se dedicam também a outros cultivos financiam somente parte, em geral os insumos. Isto acontece porque estes, ao produzirem outros produtos, criam também a possibilidade de se tornarem mais autônomos em relação ao financiamento, ao mesmo tempo em que "aliviam" o custo real da produção de fumo, porque ao longo do ano sustentam-se com as vendas destes outros produtos. Em média, segundo o Banco do Brasil, são financiados 2,1 ha por produtor.

Verifica-se, portanto, que na medida em que é a empresa

que fornece as condições para a produção, ela assume o papel de agente financeiro dos produtores. Mas como este financiamento se dá predominantemente via Banco do Brasil, configura-se aí a presença do Estado como elemento fundamental, pois este, viabilizando este processo de exploração, criando as condições sócio-econômicas para a acumulação, cria também as condições para a associação ou a articulação com o capital externo e para o avanço no sentido da centralização e dinamização do capital monopolista.

É interessante salientar que nenhuma casa comercial, do ramo de sementes, ou insumos e defensivos necessários para esta lavoura em Santa Cruz do Sul, nem mesmo a Afubra, que mantém junto ao seu escritório uma casa comercial com variados estoques de sementes e insumos, comercializa as sementes e os insumos do fumo. Conforme depoimento de um produtor "até há vinte anos atrás os colonos faziam suas sementes. Hoje é a firma que decide sobre a variedade a ser plantada, sementes estas que só se desenvolvem com o uso de insumos e defensivos cuja produção está nas mãos de empresas estrangeiras". Desta forma para produzir fumo que tenha boa classificação na hora da compra é necessário dispor de dinheiro, que via de regra só é obtido através de financiamento bancário, com o aval das empresas. Neste sentido, o teor do item "AUTORIZAÇÃO ESPECIAL", que consta na nota de crédito rural, apresentada na íntegra na página 148 é significativo e diz o seguinte: "autorizo o BANCO a efetuar, diretamente ao vendedor, o pagamento das aquisições a que se destina o crédito ou parte dele ". Isto vem comprovar que a política de crédito rural estabelece a vinculação do empréstimo à obtenção de insumos industriais, fazendo com que os setores monopolistas (tanto dos fornecido-

NOTA DE CRÉDITO RURAL

№. 86/

Vencimento em 30 de abril de 1937

Cz\$ 11.253,88

Aos 30 de abril de 1987 paguei por esta Nota de Crédito Rural, com sede na
Capital Federal, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº. 00.000.000, ou a sua ordem,
a quantia de Onze mil, duzentos e cinquenta e tres cruzados e oitenta e oito
centavos .x.
em moeda corrente, valor do crédito deferido para financiamento de CUSTEIO de minha lavoura de FUMO, tipo Virginia
em 1,00 ha e - em - ha, safra 87, no imóvel rural SDE-proprio
situado no município de SANTA CRUZ DO SUL-RS

_____, conforme orçamento a seguir:

- aquisição de insumos	Cz\$	4.500,00
- aquisição de material agrário ...	Cz\$	853,88
- preparo da terra e plantio	Cz\$	4.446,12
- colheita da lavoura	Cz\$	2.800,00
TOTAL	Cz\$	12.600,00

Planta 18.000 pés

O crédito será utilizado da seguinte forma: Cz\$ 5.353,88 em imediato; Cz\$ 3.500,00 em 06/86; Cz\$ 2.400,00 em 11/86; Cz\$ - em -

As parcelas, quando liberadas, deverão ser transferidas para minha conta de depósitos, sob aviso.

APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS: Tendo em conta que o total orçado ultrapassa o valor do crédito aberto, obrigo-me a aplicar recursos próprios, correspondentes ao excesso, no montante de Cz\$ 1.346,12

AUTORIZAÇÃO ESPECIAL: Autorizo o BANCO a efetuar, diretamente ao vendedor, o pagamento das aquisições a que se destina o crédito ou parte dele.

JUROS: Devidos à taxa de 10 % o/ dez por cento) ao ano, serão calculados e capitalizados na conta vinculada ao financiamento em 30 de junho, 31 de dezembro, no vencimento e na liquidação da dívida, sobre os saldos devedores diários.

ALTERAÇÃO DA TAXA DE JUROS: Fica estabelecido que, em substituição à taxa de juros retro estipulada serão devidos juros à taxa de 24,0% (vinte e quatro por cento) ao ano, calculados e capitalizados em 30 de junho, 31 de dezembro e no dia do pagamento, nos seguintes casos: I) falta de pagamento de principal ou de acessórios nas datas estipuladas - a partir do dia imediato ao do inadimplemento, sobre a parcela em atraso ou o saldo devedor da conta vinculada ao financiamento, se o Banco considerar vencida a dívida, por antecipação, com base em disposições legais ou convencionais aplicáveis, incidindo, ainda, JUROS DE MORA à taxa de 10% (um por cento) ao ano; II) aplicação irregular ou desvio de parcelas de créditos liberados - a partir da data da respectiva utilização, sobre as parcelas aplicadas irregularmente, ou, quando da ocorrência de redução de área financiada, não formação de lavoura ou sua perda, por desvio de recursos, dolo ou negligência, a partir da data da primeira utilização, sobre a parcela proporcional à produção frustrada ou à área reduzida. Se considerada vencida a dívida, por antecipação, a substituição da taxa de juros dar-se-á a partir da constatação da irregularidade, sobre o saldo devedor da conta vinculada ao financiamento.

DECLASSIFICAÇÃO: Declaro-me ciente de que o inadimplemento de qualquer natureza pode, a critério do BANCO e sem prejuízo de outras implicações legais ou convencionais, acarretar, cumulativamente: a) minha interpelação formal acerca das irregularidades verificadas; b) a DES-CLASSIFICAÇÃO e a EXCLUSÃO do financiamento do crédito rural; c) incidência do imposto sobre Operações de Crédito.

MEDICAÇÃO DE ÁREA: Fica facultado ao BANCO exigir a medição da área efetivamente plantada, desmatada, ou destocada, objeto do financiamento. Na hipótese de ficar comprovada redução da área financiada, ou quando a perícia for determinada, extraordinariamente, em decorrência de qualquer irregularidade quanto à aplicação do crédito, comprometo-me a efetuar o pagamento da remuneração devida às empresas ou aos técnicos habilitados, de acordo com a tabela fixada pelo Banco Central do Brasil.

MULTA: Declaro-me ciente do conteúdo no Decreto-lei nº. 167/67, especialmente da cominação da multa de que trata o artigo 71, cuja exigibilidade, independentemente dos acessórios da operação, das despesas e custas administrativas e/ou judiciais e de honorários advocatícios arbitrados judicialmente, reconheço legal e plenamente legítima.

OBRIGAÇÃO ESPECIAL: Obrigo-me, durante a vigência desta cédula, a não alienar ou gravar em favor de terceiros os produtos oriundos da(s) la voura(s) formada(s) com o crédito aberto, sem prévia autorização escrita do BANCO.

PRACA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na praça de **SANTA CRUZ DO SUL=RS**

ADESÃO AO PROAGRO - ADICIONAL - Manifesto(amos) minha(nossa) adesão ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e obrigo-me(amo-nos), de acordo com as normas regulamentares, a pagar o adicional devido, à taxa de% sobre.....% do valor financiado (Cz\$) e de Cz\$ de recursos próprios amparados, na data da liberação da primeira parcela.

SANTA CRUZ DO SUL-RS.

ROUZA CRUZ

res de insumos e defensivos como do fumo em si) abocanhem a parte mais significativa da renda da terra gerada pelos produtores de fumo.

Na medida em que a AFUBRA oferece aos produtores de fumo o Seguro Mútuo², a adesão destes ao PROAGRO não é obrigatória.

Voltando novamente, aos resultados da amostra temos que na safra 85/86, 66% dos produtores de fumo fizeram financiamento bancário e 7% não fizeram. Dos que fizeram financiamento 48% fizeram financiamento total, 14% fizeram financiamento parcial e 4% obtiveram financiamento através do patrão (trabalham em parceria).

(2)- Seguro Mútuo da Afubra: A AFUBRA, fundada em 1955, com sede em Santa Cruz do Sul, mantém, através do Departamento de Mutualidade, um seguro da lavoura do fumo, que dá cobertura a prejuízos causados por granizo e vendaval. Oferece ainda um Auxílio Funeral e um Auxílio Queima de Estufa, mediante pagamento de uma taxa. Mantém também o setor de fomento Agropecuário, oferecendo fertilizantes, defensivos, sementes certificadas, ferragens, produtos veterinário etc. O seguro conforme documento explicativo da própria Entidade, é feito através do instrutor de fumo das empresas, que como agenciador, preenche a Ficha de Inscrição, enviando a 1ª via acompanhada de uma ordem de pagamento assinada para a Afubra. Esta documentação é registrada na Seção Técnica, onde são feitos os devidos lançamentos nas Fichas Cadastral e Conta Corrente. Após a OP é encaminhada à firma responsável, que se compromete a descontá-la do plantador e quitá-la junto à Afubra durante a comercialização do fumo. Este sistema foi implantado, segundo o documento, visando dar a todos os fumicultores a oportunidade de fazerem o seu seguro, sem dispendir dinheiro no ato da inscrição. Em caso de sinistro, o plantador lesado comunica o fato ao instrutor que se encarrega de cientificar a Afubra. Imediatamente é destacada uma equipe de avaliadores para apurar os danos. A indenização é calculada pelo setor competente, e é paga após a liquidação da ordem de pagamento, em época previamente determinada. Uma média de 80.000 produtores inscrevem suas lavouras anualmente, caracterizando a adesão de mais de 75% dos plantadores nos três Estados do Sul, para os quais foi pago um total de Cz\$ 767.666.019,00 em indenizações na safra 87/88. Observa-se, pela forma como o seguro é feito, que a autonomia da Afubra em relação às empresas é muito limitada.

Destes produtores que fizeram financiamento , 54% conseguiram saldar a dívida no fim da safra enquanto 12% não o conseguiram. Como saída para situação, 9,2% prolongaram a dívida para a próxima safra; 1,2% tiveram sua dívida assumida pela empresa; 0,9% venderam animais; 0,4% obtiveram adiantamento do patrão (parceiros) e 0,3% usaram outros recursos para saldar a dívida. Observa-se que nenhum alegou ter vendido a terra para saldar a dívida, o que vem confirmar a afirmação do responsável pela carteira agrícola do Banco do Brasil, de que o objetivo das empresas é manter os produtores no meio rural, de preferência produzindo fumo, e não forçá-los a venderem a sua terra para saldar compromissos bancários. A saída mais utilizada, como demonstram os resultados das entrevistas, foi a rolagem da dívida para o ano seguinte.

Aqueles 7% dos produtores de fumo que não recorreram ao financiamento bancário para produzir fumo revelaram que suas fontes de recursos são basicamente a poupança - 4%; suínos, leite e outras plantações - 1,8%; empréstimo obtido junto ao patrão (parceiro) - 1,8%; e recursos provenientes da safra anterior - 1,4%. Como se observa, são poucos os que têm condições de produzir fumo sem financiamento bancário. A tendência é diminuir cada vez mais, na medida em que o custo dos insumos e defensivos aumentam em índices superiores ao do aumento do preço.

Conforme os dados obtidos junto à Agência local do Banco do Brasil sobre as principais culturas financiadas temos:

TABELA 2 - Área plantada e financiada - Banco do Brasil -
1986/1987

Cultura	1986			1987		
	área plant.	área fin.		área plant.	área fin.	
arroz irrig.	1.800 ha	1.478 ha	82%	1.800 ha	1.465 ha	81%
feijão	2.400 ha	158 ha	6,5%	2.800 ha	17 ha	0.6%
milho	24.000 ha	4.245 ha	18%	22.000 ha	1.536 ha	7%
soja	1.800 ha	774 ha	43%	2.000 ha	2.184 ha	109%*
fumo	14.500 ha	13.420 ha	92,5%	13.700 ha	12.840 ha	94%

* parte das lavouras de arroz e principalmente de soja financiadas são cultivadas em outros municípios.

Fonte: área plantada: IBGE

área financiada: Agência Banco do Brasil de Santa Cruz do Sul.

Quanto ao volume dos financiamentos concedidos, observa-se que o fumo absorve a maior parte, em torno de 80% segundo o responsável pelo setor. Em segundo lugar está o arroz, basicamente cultivado em municípios vizinhos. No entanto, em área plantada destaca-se a lavoura do milho, bem superior a do fumo, que, porém, absorve pouco financiamento, enquanto a lavoura do fumo é praticamente toda financiada.

O valor do frete relacionado ao transporte do fumo da propriedade do produtor até a indústria é pago pela indústria. O mesmo caminhão é aproveitado para levar os insumos até a propriedade, cujo frete é pago pelos produtores. Na realidade, ele só vai necessitá-los na época em que se inicia o novo ciclo produtivo - a semeadura - que é feita em junho ou julho. Isto faz com que o produtor tenha estes produtos estocados em seu galpão durante 4 ou 5 meses sem ter necessidade dos mesmos, sendo que

passa a pagar juros sobre o dinheiro ali aplicado a partir da data em que assina o contrato de financiamento (fim de abril, início de maio).

Conforme o responsável pela Carteira Agrícola do Banco do Brasil, isso acontece "porque as empresas têm interesse em desafogar os seus armazéns e baratear o frete ao produtor. As empresas não visam lucro com a venda dos insumos".

5.1.1 O preço do fumo

O preço do fumo é estipulado anualmente. Até 1988 a fixação era feita a partir do levantamento do custo da produção junto aos produtores pela AFUBRA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais por um lado, e Sindicato das Indústrias do Fumo por outro. A partir de então este levantamento passou a ser feito conjuntamente, pela AFUBRA, Sind. Trab. Rurais e SINDIFUMO.

Este é sem dúvida o momento mais importante de toda a relação de subordinação, pois é através dos preços pagos aos produtores, que muitas vezes não cobrem nem o custo da produção, que este transfere todo o seu trabalho não remunerado às empresas. Pois, "na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital". (MARTINS, 1981: 175) Ou seja, o trabalhador é explorado mas não vende a sua força de trabalho pelo contrário, é o produto de seu trabalho, o fumo, que contém todo o trabalho (ou

sobretabalho) não remunerado que é apropriado pelo capital.

Até 1986 a reunião em que as entidades definiam o preço do fumo acontecia em novembro ou dezembro, ou seja, quando se iniciava a colheita. A partir de 1987 a reunião para a fixação do preço passou a ser realizada no início de cada ano, em março ou abril, ou seja, antes do início do ciclo produtivo, o que dá aos produtores a possibilidade de fazerem previsões, uma vez que conhecem o preço da comercialização da safra.

No entanto, nesta reunião, o argumento principal do representante das empresas, o presidente do SINDIFUMO, é sempre de que o maior beneficiado com o negócio do fumo não são as empresas e sim o governo. E tem sempre como preocupação não diminuir a "margem" de ganhos das empresas. Em 1987, por exemplo, conforme a Revista Exame de março de 1989, a composição do preço do cigarro era: 73% correspondia a impostos, 18% correspondia a margem do fabricante e 9% correspondia ao varejista. Neste sentido, Nestor Jost, presidente da ABIFUMO, afirma em entrevista a jornal local que "o ministro da fazenda, Máílson da Nóbrega, está disposto a fazer uma reparação do prejuízo da indústria, com reajuste do cigarro um pouco superior à inflação cada mês, atingindo em pouco tempo o preço do cigarro padrão. Com isso, neste ano, o Governo Federal aumentaria a sua arrecadação de IPI, passando para 3 bilhões de dólares, contra menos de 2,4 bilhões em 87". (GAZETA DO SUL, 05/03/88)

Acontece, entretanto, que apenas quatro empresas (Souza Cruz, R. J. Reynolds, Philip Morris e Sudan) industrializam o fumo fabricando cigarros. As demais apenas bene-

ficiam³ o fumo para exportação. Em média, mais da metade da produção do sul do país é exportada, como demonstram os dados a seguir:

TABELA 3 - Produção e Exportação de fumo (ton)

Safras 83/84 - 87/88

Produção e Exportação	83/84	84/85	85/86	86/87	87/88
Produção					
Total Brasil	434.748	410.278	410.487	398.149	423.840
Região Sul	326.308	310.918	315.487	324.698	339.840
Rio G. Sul	147.240	142.508	130.569	132.569	151.403
Exportação					
Total Brasil	189.234	201.097	178.069	163.564*	

* dados referentes aos meses de janeiro a novembro.

Fonte: Cacex - Banco do Brasil.

Assim, é na exportação do fumo e não na produção de cigarros que as empresas garantem a maior fatia de seus lucros.

As empresas lançam mão de inúmeras táticas para manter a dependência. Um exemplo é pagar preços diferenciados de acordo com a região e de acordo com o produtor. O grande número de classes favorece esse procedimento. Assim, os líderes de comunidades, os mais influentes, recebem preços melhores pelo seu produto, influenciando os demais. Também os que começam a se dedicar ao plantio do fumo são favorecidos, como forma de incentivá-los a persistirem. Com isso a lavoura e os investimentos são ampliados até o completo comprometimento, através de dívidas, fazendo com que a produção de fumo passe a ser a prin-

(3) Entende-se por beneficiamento o processo de deslocamento e acondicionamento do fumo em temperatura e umidade controladas.

cipal atividade.

Outra forma é a falsa concorrência e o acordo entre as empresas. Em localidades onde atuam várias empresas, existe uma política de criar uma imagem de "concorrência" entre as empresas. Isso leva os produtores a entregarem o fumo a uma empresa e no ano seguinte a outra, na ilusão de que assim estariam prejudicando ou enganando as empresas. No entanto, existem acordos entre as mesmas prevendo tudo isso, porque o seu objetivo maior é que os produtores não deixem de plantar fumo. Contudo, esse procedimento surte efeitos favoráveis às empresas, pois pelo fato de nunca tratarem todos os produtores da mesma maneira cria-se um clima de desunião e de divisão entre os mesmos. Passam a ver diferenças nos preços pagos entre uma e outra empresa e caem no outro extremo, não reclamando da empresa, procurando agradar ao instrutor, porque afinal, como dizem "quem trabalha bem é reconhecido".

Outra arma de propaganda das empresas é a de convencer os pequenos proprietários de que "nenhuma outra planta dá tanto dinheiro por ha como o fumo". E isso é verdadeiro, tanto assim que uma família de 4 a 5 pessoas cultiva em média 2,5 ha. Percebe-se assim a quantidade de mão-de-obra que o cultivo do fumo requer, principalmente na época da colheita. No entanto, depois do acerto final, esta mão-de-obra acaba, via de regra, não sendo sequer remunerada.

Nas palavras de Nelson Benemann, diretor da Souza Cruz, "a fumicultura é a melhor opção para o minifúndio". Destacando os elevados índices de rentabilidade que o fumo está proporcionando aos produtores neste ano, afirma que "o fumo é a me-

lhor opção para as áreas de minifúndio, sendo também muito importante na fixação da mão-de-obra no campo. Mesmo usando área pequena, os rendimentos são elevados e a fumicultura acaba sendo responsável pelos maiores rendimentos do agricultor". O diretor da Souza Cruz, que é a maior empresa no fomento, orientação técnica e comercialização do produto, sendo responsável pela comercialização de 44% da safra da região sul, cerca de 150 mil toneladas, acrescenta ainda que "além de beneficiar diretamente o agricultor, a fumicultura se caracteriza como importante riqueza dos municípios e estados onde é cultivado, que em 87 foi responsável pela arrecadação de 2,6 bilhões de cruzados em ICM, através da comercialização do fumo e cigarros nos estados do RS, SC e PR." (GAZETA DO SUL, 12/03/88)

Segundo Nestor Jost, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), a presença do fumo é importante na agricultura e na vida do Rio Grande do Sul, afirmando que é o quarto produto no Estado em volume de recursos pagos aos produtores. O primeiro é a soja, com cerca de 100 bilhões de cruzados; o segundo lugar cabe ao arroz, com quantia semelhante, e o terceiro ao trigo, com a metade daqueles produtos, vindo em seguida o fumo com a produção de 170 mil toneladas, que, a preço médio superior a um dólar por quilo, proporciona uma renda de 21 a 22 bilhões de cruzados aos agricultores.

Embora no total a renda do fumo para a área produtora represente a quinta parte da soja e arroz e quase a metade do trigo, a produção de fumo tem ingresso pessoal de recursos superior a qualquer outra cultura praticada no Estado.

Para chegar a esta conclusão, o dirigente da ABIFUMO leva

em conta que "os produtores de fumo são apenas 50 mil no RS e, enquanto os produtores de soja, arroz e trigo necessitam de áreas extensas, os de fumo plantam em torno de 2 ha e aproveitam ainda a propriedade para outras culturas. E o produtor, graças à assistência técnica das empresas, singular no Brasil, e à rentabilidade que o produto oferece, está aumentando a produção e melhorando a qualidade, com o que está sendo possível ampliar as exportações e atender a todas as exigências do mercado interno." (GAZETA DO SUL, 10/03/88)

Para Hainsi Gralow, presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil, AFUBRA, "a economia vai ao colapso sem o fumo". Na sua opinião, uma análise do setor fumageiro no Brasil jamais pode desprezar o alcance social e econômico que este produto representa, não só para o fumicultor, como para toda a coletividade brasileira. Ilustra seu ponto de vista enfatizando que em torno de 11% de toda a arrecadação federal tem origem no fumo. E se for contabilizado apenas o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o tabaco contribui com 30% do tributo arrecadado. "Isso representa muito dinheiro para o governo, sem computar o montante superior aos US\$ 400 milhões que é acrescido para o equilíbrio da balança comercial com a exportação anual de 120 a 130 mil toneladas de fumo.

Tirem o fumo do meio rural, das indústrias e não empreguem mais mão-de-obra urbana na atividade fumageira e veremos o caos econômico e social que se instalará neste país", afirma Gralow. Só nos três Estados do Sul, entre proprietários, meeiros e peões em uma média de cinco pessoas por família, o fumo oferece o sustento básico para 740 mil pessoas. Somando mais 160 mil pessoas absorvidas na área de produção do Nordeste e o

universo de famílias que vivem desta atividade nas áreas urbanas, estão as estatísticas a dizer que cerca de 2,5 milhões de brasileiros dependem direta ou indiretamente do setor fumageiro. "Toda essa conjuntura permite afirmar que a exclusão do fumo representaria o caos para a economia brasileira, razão porque pode ser considerado um produto de segurança nacional". (GAZETA DO SUL, 10/03/88)

Os produtores, por sua vez, respondendo à pergunta "por que planta fumo" apresentaram várias razões: "é o que mais dinheiro dá em pequena propriedade e em terreno acidentado" - 35%; "porque é preciso para poder viver, sustentar a família" - 12%; "compensava, mas agora não compensa mais, vai parar" - 7%; "a gente se obriga a plantar" - 3%; "porque não tem terra para plantar outro produto" - 2%; "porque entende desse negócio" - 2%; "apesar do preço ser justo garante um bom lucro" - 1%; "pela facilidade de conseguir financiamento" - 1%; "pelo menos tem garantia de preço" - 1%; "compensa se o clima coopera" - 1%; "porque tem as instalações" - 1%; Outros 7% ainda responderam assim: "que planta porque ganha custeio"; "por exigência do patrão"; "planta para ter onde morar"; "para quem não tem terra, é o único negócio para sobreviver"; "por teimosia, desde pequeno planta, é mania"; "é o dinheiro que dá para comprar terras e máquinas"; "para empregar mão-de-obra da família"; "para manter as firmas"; "sem fumo não dá, outros produtos só dão níquel, fumo dá notas"; "não recompensa mais, não sai mais nem o sal"; "somos obrigados, plantar o que nesta terra, só mesmo o fumo"; "se não planta fumo de que vai viver?"; "porque outros comércios não existem devido ao difícil acesso".

De maneira geral, percebe-se que os produtores consideram

o fumo a atividade mais rentável. Isto porque o dinheiro, resultante desta atividade, é certo e vem no máximo em duas ou três parcelas, enquanto que no caso do leite, por exemplo, vem parcelado ao longo do ano, diluindo-se nas suas "contas". Mas, nas respostas de muitos, percebe-se um certo pessimismo ou até um certo fatalismo, que também revela a submissão, como se não tivessem a menor possibilidade de sair da situação de produtores de fumo, que não lhes é favorável (principalmente no caso dos que não são proprietários de terra e trabalham em parceria). Já, outros, como aquele que respondeu que "planta fumo para sustentar as firmas" demonstra muita clareza da exploração a que está sujeito e de quem realmente ganha com o seu trabalho.

Perguntados quanto ao preço que recebem pelo fumo, se é justo ou não, 56% afirmaram que não é justo enquanto 8,5% responderam que o preço é justo, mas que os insumos e os juros são muito caros; 6% responderam que o preço é justo; 2,5% afirmaram que têm que aceitar; que não paga nem o trabalho, que trabalha de graça.

A afirmação de que o preço é justo mas que os insumos e os juros são muito caros demonstra o grau de compreensão que estes camponeses têm do processo no qual estão inseridos. Ao mesmo tempo, demonstram que este é o principal argumento usado pelas empresas, através de seus instrutores para justificar a situação em que vivem os produtores.

Percebe-se que os próprios colonos têm dificuldades em enxergar outras possibilidades de produção, que não seja o fumo, como afirmou um produtor, "eles criam, além da dependência eco-

nômica, a dependência pessoal, que faz com que a gente não acredite mais que possam existir outras saídas".

Por outro lado, a viabilização de outros cultivos é dificultada ao extremo na medida em que não há comercialização garantida. Um exemplo disso é o cultivo do alho, introduzido e incentivado na região como cultura comercial, no início da década de 80 pela AFUBRA, que queria dessa forma evidenciar a sua preocupação em eliminar a "monocultura do fumo" na região. Nos primeiros dois anos houve mercado (a própria Afubra comercializava o produto), mas, a partir do terceiro ano, os "produtores já não tinham mais para quem vender".

Dentre os produtores de fumo entrevistados 54% afirmaram que tiveram ganhos monetários no fim da safra e 18% não tiveram ganhos, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 4 - Produtores que tiveram ganhos monetários e onde aplicaram

		benfeitorias	20%
		roupas, médico, remédios, dentista, etc	16%
		eletrodomésticos	9%
SIM	54%	máquinas	3%
		terras	3%
		carro	2%
		poupança	0,8%
		gado leiteiro	0,2%
NÃO	18%		

Observa-se, através desta tabela, que quando há sobras no

fim da safra do fumo, são aplicadas principalmente em benfeitorias, ou seja, em reformas da casa, dos galpões, da estufa, etc. Ou então compram roupas ou eletrodomésticos que não puderam comprar ao longo do ano. Mas, em geral, o dinheiro para o sustento e os pequenos gastos no dia a dia provém de outros produtos, comercializados ao longo do ano. Na realidade, os camponeses produtores de fumo se autosustentam com o trabalho a mais que realizam, produzindo os principais alimentos para o seu sustento e ainda produzindo outros produtos para o mercado como o leite, soja, hortaliças, suínos, etc.

Neste sentido, perguntados se dedicam-se a outros cultivos ou à criação para o mercado, 35% responderam que não, enquanto que 38% responderam que sim, afirmando que dedicam-se principalmente à produção de leite: 15%; à criação de suínos: 8%; à produção de milho: 6%; à produção de soja: 4%; à produção de feijão: 3%; à produtos comercializados na feira rural: 2%.

É importante salientar que, nos distritos mais afastados do centro urbano, muitos afirmam que plantam fumo porque outros produtos não têm comércio, principalmente porque não há transporte na época de safra desses produtos. Por isso, pouquíssimos são os que se dedicam a outros cultivos nestas áreas, enquanto que a maior diversificação é observada nos distritos mais próximos ao centro urbano, onde existe a possibilidade de comercialização na feira rural.

Perguntados se teriam condições de parar de plantar fumo, 41% do universo de 73% de produtores de fumo entrevistados, responderam que sim. Justificaram sua resposta afirmando que "poderiam dedicar-se a outros cultivos" - 19%; "porque o pre-

ço não está compensando, outros produtos compensam mais" - 7%; "poderia, mas teria muita despesa com instalação" - 4%; "se outro desse tanto quanto o fumo" - 2%; "se existisse custeio para o milho, feijão, com juros baixos" - 2%; "trabalhar em outra profissão" - 2%; "ainda não sabe, mas no futuro sim" - 2%; "sim, mas está velho" - 1%. Os demais 2% responderam que "o veneno faz mal"; "gostaria de deixar porque o serviço é muito e preço é baixo"; "para tirar pouco qualquer produto serve"; "é difícil, só vendendo a terra"; "sim, porque os filhos já estão encaminhados".

Através destas respostas torna-se bem evidente o limite imposto para que os camponeses não deixem de produzir fumo, que são a existência de crédito bancário fácil apenas para o fumo e a garantia de sua comercialização, o que não existe para os demais produtos. Na realidade, se estas condições fossem oferecidas para outros cultivos também, muitos, certamente, abandonariam o cultivo do fumo.

Deste universo de plantadores de fumo, 32% responderam que não teriam condições de deixar de plantar fumo; 7% afirmaram que não, sem justificar; 5% afirmaram que "outros produtos não compensam"; 4% alegaram "as condições da terra, do relevo"; 3% afirmaram que não "porque não têm terra"; 3% "porque a terra que tem é pouca"; 3% afirmaram que "o fumo é o único que dá um pouco de lucro, dinheiro vivo"; 2% alegaram que "têm dívidas com a construção da casa e compra de terras"; 1% responderam que "não têm infra-estrutura para outros produtos; 1% afirmaram que a única forma seria "trabalhar de peão"; 3% ainda responderam o seguinte: "porque não há outra escolha"; "só se for para a cidade"; "porque só produzindo mantimentos não dá; "não

sabe lidar com outros produtos"; "porque trabalha com sócio"; "porque fumo tem comércio garantido"; "porque ficou devendo na firma"; "porque é o meio de comprar alimentos e roupas".

Portanto, do universo de plantadores de fumo, que somam 73% dos entrevistados, 41% responderam que teriam condições de deixar de plantar fumo, enquanto apenas 32% afirmaram que não teriam condições de mudar de atividade. Estes vêem no cultivo do fumo a única condição de se manterem na agricultura. Somente 5% afirmaram que outros produtos não compensam enquanto aqueles gostariam de mudar para outros cultivos, desde que houvesse algumas garantias para a produção.

5.1.2 A classificação do fumo

Outro fator importante a ser analisado é a classificação do fumo. Segundo Gralow, presidente da Afubra, coloca-se hoje um desafio para a produção de fumo brasileiro: chegar à liderança mundial nas exportações de fumo. O cenário está preparado, o momento é favorável e os meios existem. "Depende sobretudo de nós alcançarmos a posição de destaque que nos cabe", afirmou.

Para fundamentar sua posição Gralow historia os avanços que a fumicultura brasileira conquistou quando se dispôs a entrar para o mercado mundial. Recorda que houve época, há cerca de 40 anos, em que algumas empresas levavam até um ano para efetuar o pagamento da safra. Não havia fiscais do governo para assistir a comercialização e ao produtor não era dada nenhuma segurança contra sinistros, pois ainda não havia o Seguro Mútuo da AFUBRA.

A assistência técnica era precária e uma produção entre 1.300 a 1.500 kg por ha era considerada razoável. (Hoje a produtividade média é de 1.800 kg/ha).

O fumo produzido não era o desejado pelos países compradores. O produto eventualmente exportado não tinha outro proveito que não fosse o enchimento de cigarros. Tornou-se imperioso, então, tomar uma decisão: "ou sairíamos do mercado mundial do fumo ou nos adaptaríamos às exigências dos compradores."

Ao optar pela segunda alternativa, a fumicultura brasileira assumiu o desafio de produzir melhor qualidade e de reformular completamente seus critérios de classificação, inclusive com a inversão nos valores da remuneração".

Foi um período doloroso para o produtor, que de uma hora para outra, teve de reciclar todo o seu conhecimento e sua experiência, lembra Gralow. "No lugar de folhas de cor mais branca ou amarelo-limão passaram a ser mais valorizadas as folhas imaturas e de cor alaranjada, além de estabelecer uma diferenciação de classes de acordo com a posição das folhas no pé."

Depois que os novos critérios foram assimilados, a classificação do fumo passou a ser uniforme em todo o país e habilitou o produto brasileiro para disputar o mercado consumidor em diversos países. "Temos condições de aprimorar ainda mais os parâmetros em vigor, para melhorar a rentabilidade das lavouras. Temos visto países concorrentes nossos que praticam uma classificação ainda mais sofisticada, com conseqüente reflexo

sobre a remuneração da produção," enfatiza Gralow, sugerindo que seja ainda melhor pago o fumo de qualidade superior e classificado de forma homogênea.

Para isso recomenda ao produtor que se "esforce", não no sentido de fazer uma "classificação forte" mediante mistura de folhas de qualidade superior com outras de qualidade inferior. "O que se precisa é observar um padrão de homogeneidade. O resto acaba em prejuízo para o produtor."

Além disso, Gralow aponta ainda outros fatores que considera "trunfos" que favorecem o Brasil na conquista da liderança mundial no mercado consumidor de tabaco. "A fumicultura brasileira tem assegurado aos compradores um produto limpo, isento de defensivos agrícolas. Uma vez que potencialmente vendemos para todos os países, temos que nos sujeitar à legislação em vigor junto aos diferentes mercados. Por isso defensivos largamente utilizados nas lavouras de fumo de outros países, são proibidos no Brasil. Este controle é possível porque todo o abastecimento é feito pelas próprias empresas, ao contrário dos países concorrentes, onde cada produtor opta pelo defensivo que entender melhor."

"Outro fator que se alia às potencialidades brasileiras é o regime de produção familiar, em pequenas áreas, com característica artesanal.

Enquanto em alguns países concorrentes se efetua o plantio, a colheita e a secagem através de sofisticados processos de automação aqui quase tudo se faz artesanalmente, com garantia de maior qualidade, sobretudo na escolha do fumo maduro no

ato da colheita.

Este quadro se completa com a garantia de uma produção e de um abastecimento assegurado para os países importadores". A propósito, observa Gralow, "a verdadeira dimensão deste fator só pode ser avaliada quando, em passado recente, houve desentendimentos e conflitos entre produtores e industriais, fazendo com que os compradores voltassem aos seus países com uma impressão de insegurança e instabilidade sobre a fumicultura brasileira.

Hoje a situação de impasse entre os setores de produção se encontra superada, e, felizmente o comprador estrangeiro assiste a um clima de entendimento e satisfação, produto de acordo e de objetivos comuns traçados por produtores e indústrias." Gralow acredita que "esta imagem não só habilitou nosso produto para a formulação de novas marcas de cigarro, como também para a progressiva substituição dos fumos que estão sendo usados pelo paladar tropical do tabaco brasileiro." (GAZETA DO SUL, 10/03/88)

O que se conclui é que a decisão de incrementar a produção no Brasil não partiu dos produtores e sim de uma decisão das empresas multinacionais, que aqui encontraram as condições mais vantajosas para aplicarem o seu capital e reproduzi-lo às custas, basicamente, do baixo preço pago pelo fumo aos produtores e pela exploração da mão-de-obra barata que trabalha em suas empresas.

Os produtores, por sua vez, perguntados se a classificação do fumo é justa, apresentaram diferentes posições: - 17%

afirmaram que é justa; 40% afirmaram que não; 11% mostraram-se indefinidos; 3% afirmaram que "deveria ter menos classe"; 2% afirmaram que "têm que aceitar", "que quando o fumo é bom a classificação também é justa"; "não é justa porque as multinacionais querem o fumo de graça".

Contudo, a classificação obedece a uma regulamentação específica do Ministério da Agricultura, sendo que o órgão responsável pela fiscalização junto às empresas quando do recebimento do fumo era o Clavesul, que foi extinto no governo Simon, passando a responsabilidade para a Secretaria da Agricultura do Estado. Estes fiscais, por sua vez, são muitas vezes mal preparados, sequer conhecendo as peculiaridades da planta. O depoimento de um fiscal neste sentido é significativo: hospedado num hotel local disse ter vindo de Porto Alegre para fiscalizar a comercialização do fumo numa das empresas. No entanto, não conhecia fumo porque dedicava-se basicamente à fiscalização da comercialização do arroz em Cachoeira do Sul. Na falta de fiscais em Santa Cruz foi designado para cá. Eis que ao executar a sua tarefa junto à empresa para qual fora designado, acontece um desentendimento entre produtor e o responsável pela compra da referida empresa, onde o produtor afirmava que a classificação proposta pelo comprador não era justa. O fiscal, chamado para resolver o impasse, solicitou então que o comprador indicasse a classe do produto, e, para não se contrapor à empresa, mesmo porque não entendia do assunto, decidiu que a classe a que o produto pertencia era inferior àquela proposta pelo comprador.

As portarias que normatizam a classificação do tabaco em folha são as de nº 875 de 22/09/78 e de nº 309 de 02/10/80.

(Anexos nº 1 e nº 2).

Observa-se assim, uma significativa omissão por parte do governo na medida em que apóia os acordos entre Sindifumo e entidades representativas dos produtores (acordos onde prevalecem sempre os interesses do primeiro), não interferindo para que os produtores recebam um preço mais justo e, muito menos, se preocupando em garantir um preço mínimo. Ao mesmo tempo estimula o crescimento da produção do fumo colocando à disposição das empresas todo o crédito rural solicitado para este cultivo.

Além das empresas terem todas as facilidades para investir em outros setores da economia (caso da Souza Cruz), o governo reajusta os preços dos cigarros de acordo com os interesses ou pressões das empresas e reduz o IPI quando a pressão é muito grande, como atesta notícia de jornal local em 05/05/88; sob o título "Venda de cigarros aumentam". As indústrias fumageiras do país aumentaram as vendas fiscais de cigarros em 2,6% de janeiro a março de 88 em relação ao mesmo período do ano passado, informa o assessor de comunicação social da Abifumo, Paulo Granja. No primeiro trimestre de 87, segundo ele, as vendas atingiram 38,4 bilhões de cigarros, enquanto neste ano chegaram a 39,4 bilhões de unidades.

Estas informações foram prestadas a propósito de noticiário da Empresa Brasileira de Notícias, que dá conta de um decréscimo na arrecadação de IPI e que esta queda tem como maior responsável o IPI fumo. Efetivamente, conforme o assessor da Abifumo, houve um decréscimo real do IPI Fumo na ordem de 26,76% nos primeiros três meses do ano, comparados com o mesmo

período do ano anterior, mas isso se deve principalmente a uma antecipação para dezembro de 87 da parte da arrecadação do imposto relativo a janeiro de 88, não se relacionando a comportamento de vendas dos cigarros.

Além disso, o assessor da Comunicação Social da Abifumo mencionou também ter havido uma redução no valor tributável médio, com vigência a partir de dezembro de 87: o IPI médio, que em 87 era de 56,85% do preço do cigarro baixou para 54,72% aumentando a margem do fabricante de 15,78% para 17,98%, com o objetivo de restabelecer parte da defasagem entre custos e preço do cigarro, que ainda persiste. Em contrapartida, nota Paulo Granja, ocorreu uma elevação do tributo relativo ao Finsocial de 0,59% para 0,71% do preço do cigarro e, ainda, recentemente foi elevada a margem do varejista de 8% para 9%. (GAZETA DO SUL, 05/05/88)

No entanto, no início de 88, uma grande polêmica foi gerada em torno da questão da classificação do fumo, quando em 21 de janeiro foi assinada pelo governador do Estado Pedro Simon, a Lei nº 8.526 de autoria do Deputado Mário Limberger (PMDB), que dispõe sobre a classificação e o recebimento do fumo. (Anexo nº 03)

Conforme a lei, a classificação do fumo de estufa e de galpão, quando da aquisição pelas empresas e firmas industriais, exportadoras e de comercialização em geral, será efetuada com a participação do produtor-vendedor, da firma compradora e de representante do órgão de classificação vegetal a nível estadual.

Quanto ao local de operação da classificação o artigo segundo da lei especifica que este será fixado em cada município ou distrito, de comum acordo entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Cooperativa e Prefeitura Municipal e tornado público ao menos 10 dias antes do início da comercialização. Acrescenta-se ainda que este local, de preferência, será junto a uma dessas entidades, ou suas filiais.

A lei ainda destaca que a classificação constará no verso da respectiva nota fiscal que, para ter validade, deverá receber o visto do produtor - vendedor, da firma compradora e do técnico do órgão encarregado da classificação vegetal a nível estadual.

Para o autor do projeto, que é técnico agrícola, a intenção é "aumentar o poder de barganha dos produtores que poderão acompanhar a classificação do produto. Até agora isso praticamente não é possível, principalmente para os produtores mais distantes das indústrias, as quais determinam unilateralmente a classificação."

Quanto à viabilidade do projeto, o deputado considera que nada impede a sua concretização. Segundo ele "os 21.600 locais de compra e fiscais referidos pela indústria não correspondem à realidade, pois isso daria quase um fiscal para cada dois produtores. São poucos os grandes municípios produtores onde haverá mais postos, quando em muitos haverá somente um local para compra." Afirma que não tem estimativa quanto ao número efetivo de postos que seriam exigidos." Isso será verificado de comum acordo em cada município, como estabelece o projeto".

O deputado também não se preocupa com o número de fiscias. "A fiscalização oficial está afeta agora às Casas da Agricultura do Estado, que estão instaladas em cada município. Se não houver técnicos treinados em número suficiente, existe mais um ano para fazê-lo."

Para a compra do produto, o autor do projeto diz que não prevê a volta do posteiro e sugere que seja feita pelos instrutores das empresas, "pois são homens de confiança das empresas."

Outro aspecto discutido refere-se aos custos onde o autor do projeto afirma que iriam até diminuir, "pois hoje o caminhão busca o fumo de casa em casa, enquanto com a aquisição descentralizada o produtor vai levar o produto até o ponto de compra".

Também o governo, no seu entender, não teria aumento de custos. Quanto à constitucionalidade da sua lei afirma que está tranqüilo porque o assunto foi amplamente analisado, não existindo nenhum problema nesse aspecto. (GAZETA DO SUL, 23/01/88)

Por outro lado, o presidente do Sindifumo Hélio Fensterseifer, manifestou-se surpreso com a sanção do Governador do Estado ao projeto que muda o local de recebimento e classificação do fumo, afirmando que a entidade está fazendo agora avaliações e estudos sobre o que fazer, pois não acreditava na sua aprovação. Reitera que na realidade, a lei será impraticável porque "desta forma a fumicultura torna-se inviável como negócio". Afirmando que as 20 empresas do ramo não poderão comprar num ponto só, assinala que serão necessários 2.700 locais de compra, se for um por município, ou de 21.600 se for um por distrito, demandando um total de 47,7 milhões de dólares ou 4 bilhões e 960

milhões de cruzados para operar com padrão mínimo de funcionalidade na próxima safra.

A indústria deverá arcar com 99% dos investimentos, enquanto ao governo estadual ficará com um descaixe de 501,3 milhões de cruzados e os produtores terão um prejuízo de 306 milhões em custos adicionais, conforme informação do Sindifumo.

Pela lei o governo gaúcho deverá custear a instalação de entrepostos com um mínimo de 300m² cada nos 135 municípios produtores, para o recebimento e classificação do produto na safra 88/89. Isto significará um descaixe de 3,7 milhões por posto.

O Estado terá que colocar também 2.700 ou 21.600 fiscais nesses pontos de compra, já que a lei determina que, no verso da nota fiscal, seja colocada a classificação e a assinatura do produtor, do comprador e do representante do órgão de classificação. Na sua opinião além deste absurdo, vai estabelecer mais uma burocracia, que traz perda de tempo e mais custos.

Outro aspecto extremamente importante, segundo Fensterseifer, são os prejuízos para a qualidade do produto, uma vez que os fardos terão que ser abertos duas vezes, no local de compra e na indústria. Isto significará perda de competitividade do setor fumageiro no mercado internacional.

Ressalta também os custos que essa operação gera, onde os produtores gaúchos passarão a arcar com uma despesa de 138 milhões de cruzados de frete, não incluindo ainda o transporte de insumos da indústria à casa do fumicultor.

Além dos problemas que causará, a lei também não traz as vantagens alegadas pelo autor, como maior poder de barganha do produtor. Isso não é verdadeiro, porque existe legislação específica que determina como o fumo deve ser classificado, com presença de fiscal do governo, devendo haver o enquadramento nessas classes independente das partes, afirma Fensterseifer.

Ainda falando dos investimentos exigidos pela lei o presidente do Sindifumo considera que não foi a indústria que propôs a lei, suas fábricas e pontos de compra estão localizados estrategicamente nas áreas de produção. Qualquer outro investimento terá que ser suportado por alguém, no caso o Governo, pois do contrário não vai funcionar.

Com isso teme que "poderia até voltar a figura do intermediário - posteiro, o que seria regredir no tempo e prejudicar a ambas as partes, pois o intermediário não faria isto de graça."

Afirma ainda, por fim, que o autor do projeto em nenhum momento se preocupou com a viabilidade operacional e financeira. Lamentou e estranhou que "se venha interferir, com essa lei, numa área que atende convenientemente produtores e industriais, com possibilidades, inclusive de desestruturá-la."

Quanto à constitucionalidade da lei, que está sendo posta em dúvida, o presidente do Sindifumo adiantou que "no seu devido tempo a entidade tratará do remédio jurídico que for cabível. O princípio da livre iniciativa, em que a todos é assegurado o direito-de se estabelecer conforme as suas conveniências sem dúvida será analisada com muito cuidado." (GAZETA DO

SUL, 23/01/88 e 12/03/88)

O presidente da Abifumo, Nestor Jost, por sua vez afirmou que "foi surpreendido com uma lei estadual que estebeleceu uma nuvem negra nas expectativas altamente favoráveis que vínhamos mantendo de crescimento da indústria nacional, no aperfeiçoamento do cigarro e aumento das exportações."

Reforçando as colocações do presidente do Sindifumo, disse que para estabelecer os locais de compra não se incluiu sequer a Afubra, "uma extraordinária entidade de assistência ao fumicultor, tanto que eu tendo sido Ministro da Agricultura, não conheço outra Associação no país que tenha a eficácia da Afubra."

Na opinião de Roberto Künzel, deputado estadual da região (PMDB), "é evidente que o produtor, a parte mais fraca da relação, precisa de apoio para sustentar as suas conquistas e até para mais alguns avanços." Criticou o Estado por meter-se num momento assim, considerado favorável, "deixando perplexos os próprios produtores. Até agora eles não entenderam que tipo de vantagem poderão ter com a ingerência do Governo no processo de comercialização do fumo, através da lei que deverá vigorar a partir da próxima safra."

"O Estado está escolhendo a pior hora para intervir e tumultuar uma relação harmoniosa", afirmou o deputado, alertando que poderá haver prejuízo para todos: as empresas, obrigando-as a despesas que quererão repassar e os produtores, criando neles uma falsa expectativa de vantagens que não terão com a simples mudança do local de classificação.

Ao concluir o parlamentar afirmou que "deve o Governo estruturar-se melhor para ter presença permanente no sistema produtivo primário, mas que saiba a hora e o local de intervir, incentive a produção e dirija-a a um mercado em equilíbrio, mas que deixe funcionar o que funciona bem," (GAZETA DO SUL, 05/03/88).

Em 14/05/88 o mesmo jornal publicou que "Kunzel vai pedir revogação da lei sobre compra de fumo, com base no protocolo entre produtores e industriais".

Da parte dos representantes dos produtores, o presidente da Afubra, Hainsi Gralow, acha que "a lei poderá prejudicar os produtores na negociação. Influi negativamente na predisposição da negociação da indústria, em virtude da indefinição que ainda existe e dos custos da lei, que vem levantando." Ainda segundo Gralow, "a lei está criando um clima de preocupação demasiadamente grande entre os produtores, o que não é bom. Esta questão, como já frisamos, deveria caminhar urgentemente para uma solução", além de referir-se também à inviabilidade da lei em municípios com poucos produtores "que não vão mais poder plantar fumo".

Conforme o mesmo jornal, "A FETAG, que reuniu 26 Sindicatos da área produtora de fumo na terça-feira, quando tratou também desse assunto, não entra no mérito da lei, por ora. De acordo com o assessor Severino Grecki, o movimento sindical deverá tomar uma posição de acordo com o desenvolvimento das negociações, reunindo então a categoria para essa finalidade. Antecipa, no entanto, que haverá inflexibilidade, sendo interesse desenvolver uma negociação que atenda aos interesses dos

produtores."

Na área dos Sindicatos dos Empregadores Rurais, ligados à FARSUL, e também envolvidos na lei, juntamente com Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ligados à FETAG, Cooperativas e Prefeituras, nota-se um posicionamento contrário à lei, como demonstra a manifestação do Presidente do Sindicato dos Empregadores Rurais de Santa Cruz do Sul, Lindolfo Spengler, solicitando a revogação do documento legal. (GAZETA DO SUL, 14/04/88)

Esta revogação acabou acontecendo, através do projeto de Lei nº 169/88 do Deputado Lourenço Pires, de 18/05/88. (anexo nº 04)

A polêmica criada em torno da lei do fumo tem que ser analisada dentro da perspectiva da correlação de forças que se estabelecem no mercado dessa matéria-prima. De saída observa-se que há aí, como em todo o restante, um desequilíbrio muito grande, ou seja, de um lado o oligopsônio, formado pelas empresas multinacionais do fumo, com controle total tanto a nível nacional como internacional sobre o mercado da matéria-prima, e de outro lado, os produtores com entidades legitimamente constituídas para representá-los na defesa de seus interesses, mas que não o fazem, ou que deixam muito a desejar.

A decisão sobre como e quanto produzir, sobre a qualidade das sementes, insumos e defensivos a serem utilizados, sobre o preço da matéria-prima a ser pago ao produtor (tanto fixação de preço quanto a classificação do produto), quem controla os mecanismos do mercado internacional, tanto da matéria-prima quanto do produto industrializado, quem coopta e pressiona o

Estado em favor de seus interesses, são as empresas.

Dentro desse quadro é muito difícil entender como esta lei, plena de "boas intenções", pudesse vir a ser praticada, na medida em que as próprias entidades representativas dos produtores se posicionam contrários à mesma. Na medida, principalmente, em que os produtores estão desinformados sobre os benefícios que poderiam obter uma vez que o conhecimento a respeito restringe-se a conversas com os instrutores de fumo que os visitam periodicamente, enquanto que no seu Sindicato sequer se reúnem, muito menos discutem a lei.

Isso não significa dizer que a lei era perfeita. Mas ela poderia ter sido reestudada nos sindicatos e a partir daí, reformulada. No entanto, o resultado obedeceu rigidamente à correlação de forças em questão.

Só há uma forma de reverter este quadro: é a criação de mecanismos que reúnam os agricultores, que os tornem fortes e com possibilidades de resistência frente ao oligopsônio formado pelas empresas.

5.1.3 Ações e estratégias das empresas

A partir de fins de 87 começa a reinar uma grande euforia em torno da produção do fumo na região.

Depois de sérias crises na produção e comercialização, inclusive a greve de 1986, porque acontece esta mudança de perspectiva?

Há várias razões para isso:

- objetivo de conquistar uma fatia maior no mercado externo

pela produção brasileira.

- incentivo ao aumento da área plantada e sobretudo na melhora da qualidade do produto do sul.
- obtenção de isenções fiscais por parte de algumas empresas (ICM) junto ao governo estadual- barganha em troca do incremento do parque industrial em Santa Cruz do Sul.

As regras para comercialização da safra 88/89 foram definidas num protocolo assinado no dia 05/05/88, entre representantes dos produtores (Afubra e Federações dos Trabalhadores Rurais dos três Estados do sul), que confirmou os pontos já delineados na carta de intenções firmada no dia 22/04/88. (Anexo nº 05)

Segundo jornal local, os produtores de fumo já podem decidir quanto à nova safra, sabendo que terão um aumento real de 6% sobre os preços em vigor em 31 de março deste ano, reajuste mensal da tabela até 31 de dezembro de acordo com o índice de inflação, correção diária dos preços com base na OTN fiscal durante o período de comercialização e pagamento em sete dias corridos após a data da compra do produto.

O protocolo define também outros aspectos relativos à comercialização, classificação e fretes. A indústria deixa claro que se compromete em adquirir o fumo nos seus estabelecimentos, independente de quantidade e qualidade, conforme os preços estabelecidos e acordados no documento, obedecendo os critérios de classificação fixados pelas Portarias 875 e 309 do Ministério da Agricultura. O ato de comercialização será acompanhado por fiscais do Ministério da Agricultura ou seus representantes oficiais, bem como de parte do produtor, além de

os representantes dos produtores assumiram o compromisso de juntamente com a indústria, orientarem os produtores em relação ao grau de umidade e à uniformização na separação das classes de fumo, conforme as mencionadas portarias.

Quanto ao frete o protocolo fixa que o transporte do fumo da propriedade rural até o estabelecimento industrial será custeado pelas empresas fumageiras. Já o produtor se responsabilizará pelo frete de fumo desclassificado no ato da compra e dos insumos.

Já no que diz respeito aos encargos financeiros sobre investimentos, o documento registra que fica assegurado aos produtores, como ocorreu em anos anteriores, o reembolso para financiamentos de construções e ampliações de estufas, galpões e paióis que representam aumento real na capacidade de produção e cura formalizados de acordo com as normas de crédito rural.

Cabe esclarecer esta questão: o produtor que faz empréstimo para construir estufa ou ampliar as instalações necessárias para manejo do fumo tem os juros pagos pela empresa. Mas com uma condição: não poderá usar aquelas construções para nenhuma outra finalidade que não seja aquela explicitada. Muitas vezes estas instalações são muito mais sólidas do que as casas em que habitam. No entanto, se as instalações forem usadas para moradia, os juros são imediatamente executados pelas empresas.

Um dos pontos acrescidos no protocolo, e que ainda não constava na carta de intenção, refere-se aos insumos. Dispõe-se que os preços dos fertilizantes e outros insumos agrícolas em vigor na data de 31/03/88, necessários para a safra 88/89,

serão corrigidos diariamente pela variação da OTN fiscal, até a data do seu faturamento.

Também o levantamento em conjunto do custo de produção introduzido com a assinatura do protocolo, mereceu enfoque especial no documento, colocando-se que a comissão técnica mista, formada pelos representantes dos produtores e industriais, irá providenciar os necessários ajustes na pesquisa do custo, atualmente em andamento, visando compatibilizar seu cronograma e a metodologia com a necessidade de pré-fixação do preço do fumo antes do início do plantio.

As partes aguardam, por fim, que o Governo, no decorrer dos próximos 12 meses, desenvolva uma política cambial, tributária e de aumento nos preços dos cigarros ajustados ao aumento do custo do fumo pré-estabelecido, a fim de propiciar a continuidade e o pleno desenvolvimento de suas atividades. (GAZETA DO SUL, 05/05/88)

Os dirigentes das entidades representativas dos fumicultores também se manifestam com relação ao protocolo assinado. Para Gralow, presidente da Afubra, "os critérios fixados têm como base o acordo negociado na safra passada, quando ficou evidente que o produtor responde positivamente à segurança que lhe é oferecida. Os índices de produtividade, a qualidade obtida na última safra são a melhor prova dessa afirmação", observando que "mais uma vez é apresentada ao produtor uma situação clara e definida antes do plantio, além de assegurar um reajuste acima da inflação".

Reiterou a importância do entendimento que novamente pre-

valeceu ao longo das negociações preliminares, convicto de que "o ambiente de harmonia e satisfação recíproca entre produtor e indústria é ponto fundamental para realização de uma safra exitosa."

O presidente da FETAG por sua vez afirma que "embora talvez não atendesse a todas as reivindicações dos produtores, achamos que o protocolo poderia ser assinado." Ressaltou a relevância da negociação do preço antes da implantação da safra e o ganho real de 6% "que permite ao produtor investir mais no fumo. Dentro da agricultura que hoje temos no país, talvez seja um dos melhores negócios, pois ao menos tem preço garantido antes da safra.", frisou Hentz.

Também o presidente da FETAESC (Federação de Trabalhadores da Agricultura de SC) Norberto Kostmann diz que não se chegou a alcançar o desejado que era "aumento real de 10,8% acima da tabela, mas também a indústria teve que ceder na proposição inicial de 3,3%." Acredita que "os 6% reais terão uma boa repercussão no preço até o momento da comercialização e serão benéficos ao produtor, assim como a correção diária, grande avanço já alcançado no ano passado." (GAZATA DO SUL, 05/07/88)

É necessário salientar que esta sistemática de fixação do preço do fumo foi adotada em 87 e retomada em 88, mas isto não significa que será assim em 89.

Entender porque estas medidas, aparentemente vantajosas para os produtores, foram tomadas a partir de 87, nos parece fundamental.

O pano de fundo desta euforia que reina hoje com relação ao setor fumageiro foram negociações, barganhas de grande peso, principalmente no que diz respeito a incentivos fiscais, realizadas entre as indústrias do ramo e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Santa Cruz do Sul, cujos resultados só se tornaram públicos em agosto de 87 e foram altamente vantajosos para as indústrias, fato que justifica o incentivo a negociações de preço mais próximos do real custode produção e conseqüente aumento da área plantada.

Mas em 86 a situação era a seguinte, conforme manchete do jornal GAZETA DO SUL de 23/08/86:

"Estão definidos os preços do fumo para a comercialização da próxima safra. A tabela a ser praticada será a mesma da safra passada. Nem reajuste, nem redução. Para a indústria o assunto está encerrado e os valores são definitivos. E garante que, com uma produtividade média, os fumicultores terão uma margem de lucro superior a 30 pontos percentuais sobre os custos. Mas os produtores protestam e querem a intervenção do Governo para solucionar o impasse. Desde já anunciam que haverá redução na área plantada, caso não receberem uma remuneração em nível satisfatório e que considere o aumento dos custos de produção."

Foi quando aconteceu a primeira greve dos fumicultores, realizada através de piquetes nos portões das empresas impedindo a entrada de caminhões carregados de fumo. No entanto, o saldo obtido com o movimento, segundo os próprios produtores não foi monetário e sim "uma maior conscientização de classe".

Na época, Fensterseifer, presidente do Sindifumo, afirmava em notícia veiculada por jornal local, que "a rentabilidade do produtor, mesmo com a manutenção dos preços praticados na safra passada, será maior este ano graças ao congelamento dos

preços, redução dos juros bancários, eliminação da correção monetária e ajuste dos preços de cruzeiro para cruzado." Com esta posição Fensterseifer tranquilizava os produtores garantindo que "sempre foram e continuarão sendo bem remunerados, mesmo que não tenha sido concedido um reajuste para a próxima safra".

Observa que o produtor foi particularmente beneficiado pois os preços praticados em janeiro e fevereiro foram transformados em cruzados sem aplicação da tabela de conversão. Além disso os 15 pontos percentuais concedidos na safra passada a título de excepcionalidade em face da seca foram incorporados ao preço para a próxima safra.

O que ocorre é que os produtores têm que se ajustar à nova política de preços estabelecida pelo governo, através da ordem jurídica: a ninguém é permitido repassar qualquer aumento que seja. Além disso, assegura que os preços fixados cobrem integralmente os custos de produção dos fumicultores. "Não se pode comparar remuneração em cruzeiros com cruzados. Temos que zerar tudo e começar de novo. O produtor que mantiver a produtividade média dos três últimos anos que se situou em 1.920 kg por ha e comercializar a safra a um preço médio de Cz\$ 13,4 por Kg terá uma margem de lucro de 38% em relação ao custo."

Adverte que o produtor deve considerar que a última safra (85/86) teve a produtividade e a qualidade prejudicadas em decorrência da seca. "Mesmo assim teve um ganho satisfatório. Presumimos que a seca não se repete todos os anos e o melhor desempenho da safra reverterá em ganho adicional ao produtor."

Lembrou ainda que só foi possível viabilizar esta definição de preço diante de perspectivas de correção na rentabilidade da indústria cigarreira através de uma adequação na estrutura de preços dos cigarros. Disse que as dificuldades do setor também vêm sendo agravadas por problemas no mercado internacional, onde os preços médios estão em baixa, em decorrência de subsídios de outros países exportadores e do excesso de oferta.

A preocupação da indústria transmitida ao Ministro da Agricultura Iris Rezende ainda no mês de maio, conforme Fensterseifer, era de fixar efetivamente um preço para o fumo antes do plantio para oferecer condições de decisão aos produtores sobre a viabilidade de plantarem fumo ou não. Mesmo assim as indústrias consideram bom o nível de satisfação dos produtores com a remuneração da cultura e esperam aumento da área plantada.

Confirmando que os valores eram definitivos Fensterseifer previu que qualquer alteração que venha a ocorrer na margem do fabricante, seja via aumento de preços do cigarro ou de redução do IPI, não abre de imediato perspectivas para reabrir as negociações do preço do fumo com os produtores. Enfatizou que a indústria precisa repor uma defasagem de 95% em relação aos custos. "Só depois teríamos possibilidades de reapreciar a questão do preço do fumo." (GAZETA DO SUL, 23/08/86)

Ao mesmo tempo o jornal publicava que "o ministro da Fazenda Dilson Funaro confirmou esta semana que pretende reduzir um pouco o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado sobre o cigarro atendendo assim às reivindicações das in-

dústrias do setor." Já o secretário geral da Receita Federal Guilherme Quintanilha Almeida disse entender como mais viável o aumento nos preços ao invés da redução no imposto por entender que o cigarro é um bem supérfluo e como tal não deve integrar os índices de preços que medem a inflação. (que significa 4% no cálculo da inflação - "cesto básico" mas deverá baixar para 1,30%). Ele confirmou que a compressão dos preços dos cigarros foi forte nos últimos anos e que o preço é 30% mais baixo do que era em 1979. (GAZETA DO SUL, 23/08/86)

Já numa entrevista de 05/03/88 Nestor Jost, disse que " a incidência de imposto sobre o cigarro no Brasil continua sendo uma das mais altas do mundo. Hoje no Brasil 77% do preço do cigarro representa imposto enquanto nos EUA a taxa é de 32%. Lembrou que o governo é o maior sócio, retendo a grande fatia do lucro, enquanto o restante é dividido pelas indústrias e produtores. (RIO VALE JORNAL, 05/03/88)

Enquanto isso, entre os produtores, conforme o mesmo jornal, após a reunião de quinta-feira em Brasília, o clima era de frustração com os resultados da negociação do preço do fumo para a safra 86/87. Uma negociação que, segundo Hainsi Grawlow, não chegou a existir na prática, mesmo porque a comissão representativa dos fumicultores sequer pôde apresentar suas postulações ou contrapor uma proposta de reajuste à oferta da indústria.

Nem mesmo os dados demonstrativos dos custos de produção que revelam uma elevação variável entre 85 a 109% sobre a safra passada, chegaram a ser considerados pela indústria, embora a pesquisa merecesse elogios do Comitê Nacional do Fumo

pelo alto nível técnico com que foi realizada.

Também os técnicos do Ministério da Agricultura e da Comissão de Financiamento à produção fizeram uma análise das planilhas de custos. Todavia, não chegaram a assumir uma posição certa e definida em relação aos índices, em face das ponderações dos industriais, que argumentaram pela impossibilidade de se fazer um confronto com os custos da safra passada em razão da nova realidade monetária do país.

Infelizmente, lamentou Gralow, "de nada valeu todo o nosso trabalho", confessando que se torna muito difícil gestionar novos níveis de remuneração para um produto em meio a uma conjuntura totalmente adversa além de haver uma verdadeira barreira na área econômica do governo federal em relação à safra passada. Embora a comissão tivesse forte apoio dos técnicos e funcionários dos Ministérios da Agricultura, Fazenda e Planejamento e do próprio Banco do Brasil, não conseguiu seus objetivos porque, de concreto, o governo nada ofereceu em termos de reajuste no preço dos cigarros ou de redução da tributação para alterar o quadro da negociação.

A não concessão de qualquer reajuste para o preço do fumo deverá se refletir na área de produção. "Estamos prevendo uma redução do plantio em relação à área prevista."

Já na tarde de quinta-feira, Gralow solicitou uma audiência com o Ministro da Agricultura com a finalidade de relatar os fatos e solicitar a sua intervenção o que acabou acontecendo no dia seguinte quando Iris Rezende demonstrou muito interesse em conhecer detalhadamente a situação do setor. (GA-

ZETA DO SUL, 30/08/86)

Na medida em que esse aparente desânimo, para as empresas, mas real para os produtores, foi tomando conta, importantes discussões vinham sendo realizadas nos gabinetes, principalmente a nível do governo estadual do RS, onde as empresas pleiteavam a obtenção de benefícios fiscais, em troca de ampliação de seus parques industriais no Estado, especificamente em Santa Cruz do Sul.

A forma de pressão utilizada pelas empresas foi o aparente desinteresse pela produção (no sentido de pagar um preço melhor pelo produto) e a eventual transferência do parque industrial para outros estados, que, oferecessem condições mais vantajosas, no diz respeito a isenções.

Em maio de 87 os jornais locais noticiavam:

"Reynolds pretende ampliar fábrica de Santa Cruz. A direção da R.J. Reynolds Tabacos do Brasil pretende iniciar dentro de trinta dias, a expansão de sua capacidade produtiva, ampliando instalações no Rio Grande do Sul ou reativando a fábrica de cigarros de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro."(Grifo nosso)

A empresa está produzindo 15 bilhões de cigarros por ano e pretende aumentar este número para 29 bilhões de unidades até 1991, período em que investirá no aumento de produção, possivelmente em Santa Cruz do Sul, conforme anunciaram seus diretores.

Para que seja atingido esse objetivo a Reynolds pretende

investir 12 milhões de dólares, e já iniciou os contatos neste sentido, sendo que o governo Pedro Simon foi visitado na última quarta-feira pelos diretores da empresa que lhe apresentaram uma proposta para que o investimento seja no Rio Grande do Sul.

A proposta da R. J. Reynolds, apresentada em audiência ao governador Pedro Simon, foi de que o Estado concederia um prazo maior para o pagamento do ICM sobre a produção de cigarros, verificada a partir da expansão, sendo que o que é pago sobre a produção atual permaneceria como está.

Conforme o Vice-presidente de operações da Reynolds, Lutz Hannemann, o governador Pedro Simon ficou de enviar o caso para o secretário da Fazenda, César Schirmer e dentro de alguns dias, no máximo 15, o Estado dará a resposta para a proposta da Companhia.

Continuando frisou que depende unicamente do governo a ampliação da fábrica em Santa Cruz, pois uma vantagem no prazo de pagamento do ICM faria com que o investimento fosse realmente confirmado para o município.

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Fanco, mostrou-se interessado na reativação da fâberica no seu estado e está disposto a conceder as vantagens à direção da empresa, que, no entanto, prefere aumentar a produção em Santa Cruz do Sul, onde já possui inclusive prédio para tal.

Também o prefeito Armando Winck recebeu em audiência os

diretores da empresa e afirmou que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que o investimento seja feito em Santa Cruz do Sul.

Conforme o diretor da manufatura, a intenção da Reynolds é investir no Rio Grande do Sul, pois aqui no Estado estão centralizadas todas as operações da empresa mas tudo depende de acerto quanto ao recolhimento de tributos.

Quanto à produção de cigarros, segundo o mesmo diretor, com a previsão de investimento de 12 milhões de dólares nos próximos cinco anos, pretendemos dobrar a capacidade existente hoje, aumentando a produção de 15 bilhões de cigarros/ano para 29 bilhões de cigarros em 1991.

Em termos de mercado de trabalho haveria um aumento de 50% sobre o quadro de pessoal existente hoje, o que significa que cerca de 500 empregos seriam criados. (RIO VALE JORNAL, 09/05/87)

Este fato é confirmado por notícia publicada em 06/10/87:

"Protocolo de estímulo fiscal à Reynolds será assinado hoje. Acontecerá hoje, em solenidade marcada para as 10h, na Secretaria da Fazenda do Estado, a assinatura oficial do protocolo que concederá estímulo fiscal às operações relativas a ICM da R.J. Reynolds. Estes incentivos passarão a vigorar sobre a produção que resultar dos novos investimentos que a empresa se propõe a realizar em Santa Cruz do Sul.

Além do secretário César Schirmer e do deputado Roberto Kunzel, estarão presentes ao ato pela Reynolds, o vice-presidente de finanças, Thomas Mc Dougall, o diretor financeiro da Divisão de fumo Antonio Assmann e o diretor da Divisão de Manufatura Aidir Parizzi." (GAZETA DO SUL, 06/10/87) (anexo nº 07)

Por outro lado, a Souza Cruz, em 21 de agosto de 1987, anunciou que implantará em Santa Cruz do Sul um projeto de 55 milhões de dólares (1,8 bilhão de cruzados) constituindo-se de uma central de Compras e Condicionamento do fumo, "uma das maiores e mais completas unidades do gênero na América Latina." Prevê-se 105 mil m² de área construída, capacidade de estocagem de 35 milhões de kg, oportunidade de produção para mais de 6.500 agricultores, 900 empregos novos e mais 6 milhões de dólares em ICM.

Estes novos empregos serão na maior parte efetivos (atualmente a unidade de Santa Cruz do Sul tem 600 empregos efetivos e 2.200 temporários - safreiros), uma vez que este empreendimento permitirá a duplicação da capacidade de produção com o fim da sazonalidade no processamento do fumo. Atualmente o processamento do fumo se faz durante seis meses do ano. Como a central conserva o produto em condições normais, a operação se estenderá para 12 meses, possibilitando um maior número de empregos efetivos.

Para desenvolver esse projeto a empresa deverá adquirir a área de 99 ha do Posto Agropecuário⁴, que o município concordou em ceder para este fim.

Os grandes benefícios que a expansão da Souza Cruz trará ao município fizeram com que o Secretário da Agricultura Miguel Kops concordasse com a idéia da transferência da área do Posto Agropecuário para a empresa. "Nós somos testemunhas das

⁴ Posto Agropecuário: Centro experimental de produção de mudas de árvores frutíferas e espécies destinadas a reflorestamento.

grandes vantagens e benefícios que o Posto Agropecuário mantido pela Prefeitura traz ao meio rural. Por isso podemos afirmar que, com os recursos disponíveis e juntamente com nossa equipe técnica construiremos um novo Posto, igual ou melhor do que o existente". (GAZETA DO SUL, 22/08/87)

Essa decisão foi tomada depois que se verificou que era a única área existente em Santa Cruz do Sul nas dimensões e características exigidas pela Souza Cruz para este empreendimento, "que não podia ser perdido", salientou o prefeito Armando Winck. Em compensação a empresa garante à Prefeitura o pagamento em valores que não se revelam, mas que "deverão garantir a implantação de um novo Posto Agropecuário com as mesmas condições". Para tanto, já existem inclusive propostas de áreas de terras à Prefeitura, que vinha tratando sigilosamente do assunto, para evitar a especulação e, dentro em breve, deverá ficar definida a nova área do posto, para que vá projeto para a Câmara, também já antecipadamente ouvida a respeito. Com isso foi possível assegurar esse novo investimento industrial de porte ao município, ensejando manifestações de grande euforia da administração municipal, na pessoa do prefeito, vice-prefeito e todos os secretários, enquanto por parte da Souza Cruz estiveram presentes o Diretor do Departamento de Fumo da Matriz de Florianópolis, o gerente industrial de Florianópolis e o Gerente da Usina de beneficiamento de Santa Cruz do Sul. A entrevista coletiva foi realizada no salão nobre da Prefeitura Municipal.

Ainda, segundo o Prefeito Municipal, "possibilitar esse empreendimento era uma questão de honra", afirmando que "estamos satisfeitos hoje ao ver que o trabalho que desenvolvemos

por dois anos nos permitiu manter a Souza Cruz no município".

Conforme o Diretor do Depto de fumo da Souza Cruz, Nelson Bennemann, vários outros municípios do Vale do Rio Pardo ofereceram gratuitamente terras à Souza Cruz, com a intenção de conseguirem atrair a empresa com este novo investimento. Ele destacou, entretanto que

"a Souza Cruz, tendo sido pioneira em Santa Cruz do Sul, onde construiu seu primeiro centro de processamento de fumo em 1981, insistiu em manter-se no município, esperando agora o apoio da municipalidade, Câmara de Vereadores e comunidade em geral".

Afirmou ainda que

"há cerca de cinco anos, a empresa vem procurando área no município mas não encontrava nenhuma nas dimensões e características desejadas. Manteve também inúmeras tentativas a respeito com a administração municipal que se mostrou interessada ao máximo pelo assunto, até que finalmente chegou-se à proposta de aquisição do Posto Agropecuário como única alternativa existente no município." (grifos nossos) (Gazeta do sul, 22/08/87 e RioVale Jornal, 22/08/87)

Percebe-se, através destes fatos, o comprometimento do governo do Estado e do Município com os projetos expansionistas das empresas, evidenciando o papel desempenhado pelos Estados Nacionais frente a economia transnacionalizada, que é, em suma, o de viabilizar a exploração dos recursos naturais, da matéria-prima, da mão-de-obra nacional pelos grandes grupos monopolistas. Nas palavras de Herbet de Souza, as transnacionais industrializam o mundo, superando as barreiras do tempo e do espaço. Subvertem, capturam, desestabilizam ou mantêm os

Estados Nacionais. De certa forma, o que as transnacionais determinam no campo econômico, o Estado Nacional, através das instâncias administrativas, realiza no campo da política. (Souza, 1985: 8-9)

Tudo isso associado a poucos problemas climáticos nas últimas duas safras, que resultou na euforia que vigora hoje no setor fumageiro (tanto a nível de produtores pela melhor remuneração que tiveram pelo seu produto como a nível das empresas que assim acumularam mais). Portanto uma euforia produzida pelas empresas com o objetivo de principalmente, incrementar a produção, aumentando a área plantada.

Esta euforia é confirmada pelo presidente do Sindifumo, Hélio Fensterseifer, que disse que "o preço médio do produto, comparado com a safra anterior, já evoluiu 483,53% quando a inflação de março de 87 a fevereiro de 88 é de 381%. Enquanto o preço médio da safra passada foi de Cz\$ 17,13 por kg, nesta já se chegou a um preço médio de Cz\$ 104,40". Justificou que esta evolução foi possível graças a melhora da qualidade e da produtividade, ganho real de 23% e sistema de correção diária na comercialização, "deixando o produtor satisfeito e motivado."

Os valores pagos ao produtor nesta safra devem chegar a 35,5 bilhões de cruzados no sul do país, contra 5,8 bilhões do ano passado, com uma variação superior a 500%, estimou o presidente do Sindifumo.

Continuando afirmou que a produção deve registrar um aumento de 4,13% de uma safra para outra, ficando entre 330 a

340 mil toneladas nos três estados do sul, sendo que 50% serão exportadas. Isso em volume de dinheiro dará em torno de 20 bilhões de cruzados, contra 5 bilhões do ano passado. Isso será possível graças a produtividade de 1.850 a 1.900 kg/ha prevista para esta safra, uma vez que a área de plantio efetivamente decresceu na ordem de 8%, de 197,078 para 182.480 ha.

Já as exportações, onde o Brasil se situa em segundo lugar no mundo, com 19% do mercado internacional, deverão atingir no mínimo 420 milhões de dólares. (GAZETA DO SUL, 30/01/88 e 05/03/88)

Para o assessor da direção da Afubra, Romeu Schneider, a área de plantio reduzida no ano passado certamente será recuperada este ano, pois, segundo ele, verifica-se que o agricultor está optando por uma cultura que lhe dá tranquilidade, tem um seguro contra a inflação, além de um aumento real de 6% já estabelecido para o próximo ano, enquanto as demais culturas dependem da política instável do governo. Para ilustrar a sua afirmação disse que "se houver, por exemplo, uma inflação média de 16% nos próximos 12 meses, seria atingida uma inflação anual de 496% em 31 de março de 89 e o ganho real, inicialmente de 6%, representaria 35,75%."

Enquanto isso, o vice-presidente do Sindifumo, Claudio Henn, por sua vez, prevê que o aumento de área será sensível, devendo ultrapassar 10%, como resultado de construção de muitas estufas novas financiadas pelas indústrias e da reativação de várias estufas paradas, cujos produtores estão retornando à atividade. (GAZETA DO SUL, 28/04/88).

Conforme análise da Souza Cruz, com os excelentes resultados que os agricultores vêm obtendo na comercialização da atual safra e com o preço e um reajuste real já assegurados para a próxima, a fumicultura mantém ótimas perspectivas de desenvolvimento por caracterizar-se como a cultura que apresenta o melhor índice de remuneração em pequenas áreas.

A empresa que é a maior em operações no setor, responsável pela comercialização de 150 mil toneladas de fumo na safra de 88, vem direcionando esforços para atender, com sua estrutura de orientação técnica personalizada, aos novos produtores que devem somar-se aos 47 mil agricultores que se dedicaram à cultura deste ano.

Estes recebem sementes, facilidades para a realização de investimentos, insumos e orientação técnica ao longo de todo o período de desenvolvimento da lavoura e transporte gratuito para a remessa do produto até os locais de comercialização que estão estrategicamente localizados nos três Estados do Sul. (GAZETA DO SUL, 07/05/88)

Em 28/04/88 uma das principais manchetes do jornal local foi "Area do fumo é exceção no RS: não tem problemas com dívidas." Ao contrário do que acontece em várias outras regiões do Estado e do que ocorria no ano passado, a agricultura de Santa Cruz do Sul está chegando ao final da safra sem maiores problemas com dívidas. Isto se explica pela boa performance do fumo, que permitiu a liquidação de praticamente todos os débitos dos produtores com vencimento nesta safra.

A boa situação bancária dos agricultores santa-cruzenses

é confirmada pelo supervisor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Na sua opinião "a relação de endividamento, particularmente do produtor de fumo, do ano passado para este, é bem mais favorável agora. A dívida foi substancialmente reduzida". Para tal cita três causas principais: foi tomado menos financiamento, houve mais e melhor produção e melhor preço. De acordo com suas informações, o produtor chega ao final da safra apenas com compromissos de investimento. As operações prorrogadas no ano passado estão sendo liquidadas. Da mesma forma, os financiamentos de custeio da atual safra. Atraso na área do fumo é praticamente inexistente, registrando-se somente uma meia dúzia de casos em que houve prejuízos acentuados com granizo. Em suma, pode-se dizer que a dívida com Banco, este ano não preocupa o produtor de fumo no município", afirma o supervisor, que ainda nota uma expansão nos investimentos.

Já em 26/05/88 o presidente da Afubra que prevê um aumento acima de 10% na área plantada com fumo na próxima safra, como já anteciparam representantes da indústria. De acordo com o presidente da Associação, é considerável o número de novas estufas que estão sendo construídas, como também se nota o interesse quase generalizado dos fumicultores em ampliar a sua área de plantio.

Assinala também que o produtor de fumo não sai desta safra descapitalizado como em anos anteriores e, assim, mostra interesse e meios de investir mais em materiais e novas práticas exigidas para a crescente melhoria qualitativa do produto.

Afirma ainda que " a indústria está incentivando o aumen-

to no plantio e investindo no setor, o que é um sinal de que há confiança no mercado mundial de fumo e no produto brasileiro, o que sem dúvida é muito bom". Por isso é muito importante que a fumicultura brasileira passe a apresentar um crescimento constante e estável, evitando altos e baixos, para não prejudicar sua imagem no contexto mundial." Da forma como estamos caminhando desde a última safra, com segurança, harmonia e maduro entendimento entre as partes envolvidas, o objetivo vem sendo alcançado, contribuindo decisivamente para firmar uma posição cada vez mais sólida do setor a nível nacional e internacional. Assim, deveremos caminhar efetivamente em busca da primeira posição no mercado mundial do fumo, onde o Brasil participa hoje com 20% e o 1º colocado, EUA, com 21%. (GAZETA DO SUL, 26/05/88).

Percebe-se que na medida em que há interesse específico das empresas em expandir a produção, acontecem vantagens momentâneas para os produtores, mas tanto o preço melhorado em si, quanto a forma de fixá-lo são mecanismos, estratégias eventuais usadas pelas empresas para conseguir seu objetivo daqui a alguns anos: grande produção de boa qualidade que, obviamente, vai pressionar o preço para baixo.

Um aspecto muito significativo, no entanto, se salienta: o discurso dos representantes de todas as entidades representativas, tanto das empresas, dos produtores como os que falam em nome do poder instituído é o mesmo: o das empresas transnacionais.

Pode-se afirmar que assim a articulação do "externo" e do "interno" assume outras características. Não se trata de pen-

sar em sistema produtivo capitalista mundial que resulte da soma ou das relações entre sistemas produtivos nacionais, mas de um sistema que, por não ter o espaço nacional como objeto e limite, internaliza-se nas formações sociais nacionais como capital transacional. (SOUZA, 1985: 144)

5.2 As contas na unidade camponesa

Com o objetivo de entender a dinâmica da economia interna de uma unidade camponesa produtora de fumo, quatro produtores anotaram seus ganhos e perdas durante o ciclo produtivo de 84/85 (abril de 84 a março de 85). Apesar de todas as dificuldades de convencê-los da importância de fazerem tais anotações, os resultados foram significativos.

É importante salientar, no entanto, que o caráter deste levantamento é essencialmente qualitativo, configurando-se numa tentativa de aproximação do que seria uma espécie de "contabilidade" camponesa.

Entre os camponeses de gerações anteriores, imigrantes e seus decendentes, fazer estas anotações era uma prática comum. Isto porque seus ganhos e gastos certamente não eram tão diversificados e nem tão constantes como os que os camponeses hoje enfrentam, na medida em que estão inseridos numa economia cada vez mais dinâmica, onde, também para eles, muitas "necessidades" são criadas pela propaganda e, por outro lado, a possibilidade de vender excedentes também se ampliou. Isto não significa dizer que estejam auferindo mais dinheiro hoje do que ontem. Ao contrário, se formos observar as casas dos mais antigos veremos que elas são de qualidade bem superior, em ge-

ral de alvenaria e espaçosas, comparadas com as que são construídas nos dias atuais, que são na maioria, pequenos chalês, feitos de madeira, bem menos confortáveis que aquelas.

Assim, as gerações mais novas deixaram esta prática totalmente de lado. Dessa forma acabam não tendo nenhum controle sobre o que gastam e o quanto ganham.

O máximo que conseguem saber é o valor do financiamento feito no Banco e quanto "sobrou" no fim da safra.

Em suma, através destas anotações tentar-se-á saber qual a participação do item fumo na economia das propriedades, até que ponto o fumo é a mercadoria que viabiliza a subsistência e a reprodução da unidade de produção camponesa, viabilizando as condições de continuidade do camponês no processo produtivo ou, se o saldo positivo no fim da safra provém, como resultado indireto, de outros produtos, como o leite, suínos, hortifruticultura, etc.

Cabe ressaltar que a safra 84/85 pode ser classificada como boa, uma vez que não houve intempéries interferindo na qualidade da produção, e também que os quatro produtores que preencheram as cadernetas podem ser considerados "colonos fortes", ou seja, que se destacam da maioria pelo nível de vida melhor que possuem.

Para que pudessemos trabalhar mais objetivamente com os dados anotados pelos produtores, agrupamos os "gastos" em cinco grupos, conforme a tabela nº 5. No item "necessidades

TABELA 5 - Dados referentes a gastos nas contas das unidades de produção camponesas

GASTOS REFERENTES A:	Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4*
Necessidades básicas	40%	19%	25%	
Produção do fumo	24%	45%	36%	
Produção de outros produtos	10%	34%	3%	
Móveis, eletr. carro	26%	2%	10%	
Compra de terras	-	-	26%	
Total em cruzeiros	10.560.720	15.257.968	15.148.000	

* Não especificou os gastos

TABELA 6 - Dados referentes a entradas nas contas das unidades de produção camponesas

ENTRADAS	Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4
Leite	3%	2%	0,5%	7%
feira	10%	2,8%	2%	-
fumo	80%	80%	76%	77%
Suínos, Bovinos	3%	15%	18,5%	12%
Cereais	4%	0,2%	3%	4%
Total em				
Cruzeiros	20.403.760	21.606.819	18.808.000	18.341.000

básicas" agrupamos os gastos referentes a alimentação (o que não é produzido na propriedade), vestuário, impostos e taxas, saúde, material escolar e lazer.

No item "gastos com a produção de fumo" incluímos os gastos com insumos, defensivos e sementes ou, quando é o caso, o valor do financiamento feito no Banco do Brasil, para o fumo e mão-de-obra complementar.

Quanto aos "gastos com produção de outros produtos" consideramos os gastos com compra de sementes e animais (bois de tração).

O item "móveis e eletrodomésticos" corresponde aos gastos com estas utilidades.

E ainda o item "compra de terras" quando houve gastos com esta finalidade.

Já com relação as "entradas" mantivemos os itens conforme especificação feita pelos produtores nas anotações que fizeram. (Tabela nº 6)

Um primeiro aspecto que se observa é de que as "entradas" referentes ao item fumo são significativas nos quatro casos. A participação dos demais itens varia conforme as atividades desenvolvidas. No caso do produtor nº 1 destaca-se a feira rural como a segunda atividade mais rentável, já para os demais destaca-se a criação de suínos e bovinos.

Quanto aos "gastos" também o item fumo é significativo nos três casos apresentados. No caso do produtor nº 1, no entanto, é menos significativo porque este não recorre ao financiamento bancário para produzir fumo.

Para que se possa observar as especificidades de cada caso, analisaremos, a seguir, as "contas" de cada produtor em particular.

O produtor de nº 1 é proprietário de 21 ha, dos quais 1,5 são "potreiro" e 10 ha são cultivados. O restante é área de matas.

Todo o trabalho é feito por cinco pessoas adultas da família e eventualmente, na época de safra, usam mão-de-obra complementar (diaristas).

Na safra 84/85 colheram 270 arrobas de fumo que foram secas em 11 fornadas, consumindo em torno de 40m³ de lenha. Esta lenha também é própria, em parte proveniente de mata natural e em parte de eucalipto plantado para este fim.

Este é um dos poucos produtores de fumo que trabalham sem financiamento bancário. Isto faz com que a sua margem de ganhos seja maior, comparada com os que fazem financiamento para produzir fumo.

No ítem necessidades básicas este produtor teve um gasto de Cr\$ 4.226.320,00; gastos com a produção de fumo somaram Cr\$ 2.526.000,00; gastos com a produção de outros produtos foram de Cr\$ 1.055.000,00; gastos com móveis e eletrodomésticos somaram Cr\$ 2.753.400,00, resultando num total de Cr\$ 10.560.720,00.

Já as entradas, que somam Cr\$ 20.403.760,00, temos a participação dos seguintes ítems: leite - Cr\$ 541.500,00; feiras - Cr\$ 2.057.300,00; suínos - Cr\$ 625.825,00; soja - Cr\$

849.135,00; fumo - Cr\$ 16.3330.000,00.

Assim, tentando entender a importância do item fumo na economia camponesa relacionamos as entradas provenientes do fumo com os gastos relativos a necessidades básicas e com a produção do fumo onde tivemos uma diferença de Cr\$ 9.577.680,00. Considerando um salário mínimo¹ por mês para cada membro desta unidade produtiva obtivemos um saldo positivo de Cr\$ 1.665.600,00. Cabe salientar, no entanto, que nestes cálculos não foram computados os alimentos produzidos na propriedade e consumidos ao longo do ano, tendo em vista que a parcela alimentos do item "gastos com necessidades básicas" refere-se somente a mercadorias não produzidas na propriedade, como açúcar, sal, farinha de trigo, etc.

O produtor de nº 2 possui uma área total de 12,5 ha de terras, das quais 6 ha foram cultivadas. Destes 1,8 ha foram cultivados com fumo num total de 25 mil pés. Além desta propriedade, arrendou 3 ha de seu sogro, cuja renda pagou com uma porca e respectiva cria.

A família é constituída pelo casal e três filhos, sendo que dois têm idade inferior a 12 anos, que contribuem pouco no trabalho. Assim, são basicamente três pessoas, o casal e a filha mais velha de 14 anos que realizam o trabalho, auxiliados, em período de safra, por diaristas.

Nas palavras do mesmo, o uso de mão-de-obra de diarista

1 Como base de cálculo usamos os valores do salário Mínimo da época; Cr\$ 97.176,00 em março de 1984 e Cr\$ 166.560,00 em novembro de 84.

onera muito a produção , quase não compensa, diz ele. Por isso, em certas tarefas, como colheita, recorrem ao sistema de mutirão com o vizinho. Assim, durante alguns dias da semana todos juntos trabalham numa propriedade e depois na outra, evitando desta forma o gasto com mão-de-obra complementar.

Este produtor, como a grande maioria, recorre ao financiamento bancário para produzir fumo. Isto torna-se evidente quando se observa que 45% dos gastos referem-se a despesas com a produção do fumo, enquanto no caso de produtor de nº1 24% referem-se a este item.

Nas contas deste produtor os gastos com necessidades básicas somaram Cr\$ 2.798.331,00; os gastos com a produção de fumo foram de Cr\$ 6.913.300,00; os gastos com a produção de outros produtos representaram Cr\$ 5.188.037,00; gastos com móveis e eletrodomésticos somaram Cr\$ 358.300,00, resultando num total de Cr\$ 15.257.968,00.

Já as entradas, que somaram Cr\$ 21.606.819,00 dividiram-se da seguinte forma: leite - Cr\$ 463.970,00; suínos e bovinos - Cr\$ 3.296.000,00; cereais - Cr\$ 40.000,00; fumo - Cr\$ 17.198.049,00; feira rural - Cr\$ 608.800,00.

Relacionando novamente as entradas do fumo com os gastos referentes a necessidades básicas e gastos com a produção de fumo tivemos uma diferença de Cr\$ 7.486.418,00. Considerando-se um salário mínimo para os três adultos e meio salário mínimo para as duas crianças tivemos uma sobra de Cr\$ 1.156.754,00.

No entanto, se tomarmos do item referente a gastos com a produção de outros produtos a parcela referente a gastos com animais, de Cr\$ 2.408.850,00, teremos um saldo negativo de Cr\$ 1.252.096,00. Tal cálculo é razoável na medida em que este gasto diz respeito à compra de uma junta de bois, utilizada tanto no trabalho com o fumo como nas demais tarefas.

Cabe salientar, novamente, que não foram levados em conta os produtos consumidos ao longo do ano, produzidos na propriedade.

O produtor de nº 3 sempre fez financiamento no Banco para produzir fumo. Afirma que a maioria faz financiamento por uma questão de necessidade. Alguns fazem por "mania", comodidade. Mas a razão principal é "porque as firmas insistem para que todos façam empréstimo".

A família é constituída de cinco pessoas, o casal e três filhos, de 10, 14 e 16 anos respectivamente. Contam com a mão-de-obra de agregados, que moram na propriedade e são pagos por trabalhos realizados.

Este produtor mostrou-se bastante desanimado com a situação da fumiicultura e da agricultura em geral. Pensa seriamente em mudar-se para a cidade. Assim como os dois anteriores, destaca-se dos produtores em geral pelo nível de vida melhor que apresenta, possuindo automóvel inclusive. No entanto, tem uma dívida referente a compra de terra que tem que ser paga.

Os seus gastos com necessidades básicas foram de Cr\$ 3.756.000,00; com a produção de fumo foram de Cr\$ 5.470.000,00;

com o cultivo de outros produtos foram de Cr\$ 454.000,00; gastos com móveis e eletrodomésticos somaram Cr\$ 1.468.000,00; com a compra de terras os gastos foram de Cr\$ 4.000.000,00, somando um total de Cr\$ 15.148.000,00.

Enquanto isso, as entradas somaram um total de Cr\$ 18.808.000,00 distribuídos da seguinte forma: leite - Cr\$ 87.000,00; feira rural - Cr\$ 362.000,00; fumo - Cr\$ 14.350.000,00; suínos e bovinos - Cr\$ 3.485.000,00; cereais - Cr\$ 524.000,00.

Novamente, tomando como referência as entradas de fumo e os gastos com necessidades básicas e com a produção de fumo, obtivemos uma diferença de Cr\$ 5.124.000,00.

Considerando também um salário mínimo por mês para quatro membros da família, considerados adultos, e meio salário mínimo para o filho de 10 anos de idade, teremos um saldo negativo de Cr\$ 1.996.872,00.

Assim como nos demais casos, também neste não foram levados em conta os alimentos produzidos na propriedade e consumidos pela família.

O produtor nº 4 tem uma propriedade de 45 ha, dos quais 18 ha são cultivados. A família é composta de seis adultos, que realizam todo o trabalho sem auxílio de agregados ou diaristas.

Não recorre ao financiamento bancário para produzir fumo. Isto acontece porque é um produtor bem estabelecido, que tra-

balha com outros produtos também, o que faz com que a renda seja maior, não ficando na dependência exclusiva do fumo. Assim como o produtor de nº 3, também possui automóvel. Com este automóvel, uma "Kombi", atende às necessidades dos vizinhos, realizando "corridas", (lotações) pequenas viagens para lugares próximos, em geral aos domingos, pelas quais cobra uma determinada quantia. Esta, inclusive aparece num dos itens das entradas de suas "contas".

Portanto, apresentar um nível de vida melhor é típico entre os camponeses mais antigos, que já têm os filhos crescidos, enquanto aqueles que iniciam o trabalho na agricultura em geral vivem em situação precária. Entre os primeiros é comum encontrar jardins floridos na frente de casa, pomar com árvores frutíferas, horta, enquanto entre os segundos dificilmente isto acontece. Isto é uma evidência de que as condições de vida dos camponeses têm-se degradado ao longo do tempo.

Este produtor especificou somente os gastos referentes às necessidades básicas, no valor de Cr\$ 4.276.000,00. As entradas, que somam Cr\$ 18.341.00,00, referem-se aos seguintes itens: leite - Cr\$ 1.212.000,00; fumo - 14.089.000,00; suínos - Cr\$ 2.175.000,00; soja - Cr\$ 728.000,00; lotações - Cr\$ 137.000,00.

Como faltam os demais dados não é possível estabelecer a relação feita nos casos anteriores. O fato deste produtor não ter feito as anotações conforme esperávamos é uma demonstração do quão estranha esta tarefa se apresenta a eles. A impressão que temos é de aqueles que fizeram as anotações, registrando suas "contas", o fizeram muito mais em consideração a nossa

solicitação do que pela importância que eventualmente pudessem atribuir a esta tarefa.

Resumindo, podemos afirmar que o que garante a subsistência e a reprodução destes pequenos proprietários como produtores de fumo é o fato de produzirem outros produtos, além do fumo, cujos excedentes são comercializados, como cereais, suínos, leite, feira rural, e outros. Além disso, eles ainda produzem praticamente tudo o que consomem como alimento, como o feijão, o arroz, a batata, verduras, leite, ovos, carne, pão, schmier, etc., que não são contabilizados como gastos.

Também, em nenhum momento computam a sua mão-de-obra como gasto (componente do custo de produção).

Um dado importante a ser observado é de que a família de nº 1 ocupou 36% dos dias trabalhados durante o ciclo produtivo com a lavoura do fumo e os restantes 64% com atividades relacionadas a outros produtos. Enquanto isso, a família de nº 3 dedicou 50% dos dias trabalhados à lavoura do fumo e 50% a outros cultivos. Portanto, quanto maiores a autonomia em relação ao financiamento bancário para produzir fumo e quanto maior o número de unidades de força de trabalho, maior a possibilidade de diversificar, portanto de dedicar-se a outros cultivos.

Neste sentido, conforme Mendras:

"A unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, que são ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é um meio de vida e não um capital que deva ser rentabilizado, fazem com que o sistema econômico camponês não possa ser analisado nos ter-

mos da economia industrial: não se pode isolar, de forma significativa, nem salários, nem capital, nem remuneração do capital, nem lucro. As únicas noções operatórias são o patrimônio, o produto final bruto, o tributo e a produção não consumida que pode ser poupada. Sendo o consumo ao mesmo tempo a parte mais importante e a mais elástica, disso se segue que a redução ou aumento dessa parte é decisiva para o equilíbrio da economia doméstica: se as bocas não são mais numerosas que os braços, a produção pode diminuir ou a poupança aumentar. Ao se decidir pela privação, decide-se poupar e portanto, enriquecer.

Essa lógica econômica é tão estranha à ciência fundamentada sobre o estudo da indústria que, há quase um século, os economistas fazem o maior esforço para aplicar ao campesinato as malhas contábeis da indústria, e sem sucesso... Com efeito, desde o dia em que as explorações camponesas são mergulhadas dentro de uma economia capitalista e mantêm relações estreitas e múltiplas com o mercado, a parte destinada ao autoconsumo diminui consideravelmente, as compras e vendas se multiplicam, o capital fixo e de giro aumenta e a própria terra é tratada, pela economia capitalista, como um capital que deve ser rentabilizado e produzir lucro. Numa situação dessa ordem, poder-se-ia pensar que a lógica camponesa dá passagem naturalmente à lógica industrial e que o camponês se transforma em empresário capitalista, certamente um em miniatura, mas, de qualquer forma, sempre um empresário.

Ora, na medida em que não se emprega assalariados e tem a posse assegurada de sua terra (como proprietário ou não), o agricultor pensa e dirige seu cultivo mais como camponês do que como empresário, mesmo que toda a sua produção seja comercializada: a terra e o trabalho familiares são os fatores fixos que devem ser utilizados da melhor forma possível e não remunerados segundo os preços do mercado. A análise contábil pode demonstrar que a terra é paga por debaixo da taxa mais baixa de aluguel de qualquer capital; isto não impede que o agricultor continue a produzir e mesmo a 'se reencontrar aí' na sua lógica tradicional. Esse paradoxo da agricultura em uma economia capitalista não pode ser compreendido se não se faz referência à lógica da economia camponesa". (MENDRAS, 1978: 48-9)

Contraditoriamente, o fato de ser camponês é que viabiliza a sua condição de produtor de fumo.

É fundamental para as empresas que o produtor de fumo produza a sua subsistência. Ao tornar-se fumicultor, contraditoriamente, tem que continuar sendo camponês, ou seja, continuar produzindo seus alimentos. O fato de ser produtor de fumo não representa a liquidação da sua condição de camponês. Ele tem uma remuneração baixa, via baixo preço pago pelo produto de seu trabalho, ou seja, ele não é remunerado nos níveis que o preço que o produto atinge no mercado permitiria, o que demonstra o processo de transferência de renda do produtor para as empresas.

5.3 Os não produtores de fumo

Do resultado das entrevistas feitas entre os camponeses no município de Santa Cruz do Sul, 27% revelaram não serem plantadores de fumo. Destes, 17% já cultivaram fumo mas deixaram de fazê-lo, e 10% nunca plantaram fumo.

Este resultado é significativo na medida em que demonstra que nem todos os camponeses do município de Santa Cruz do Sul (principal produtor de fumo no país) cultivam fumo, ou seja, nem todos os camponeses estão subjugados às empresas fumageiras. Ao contrário, demonstra que uma parcela destes camponeses (10%) nunca se subjugaram às empresas como produtores de sua matéria-prima e, mais importante ainda, que uma parcela mais significativa (17%) abandonaram a produção de fumo e voltaram a dedicar-se a atividades de subsistência, vendendo excedentes.

Os primeiros, ou seja, os que nunca plantaram fumo, justificaram a sua opção da seguinte forma: "que outros produtos compensam mais" - 3%; "o preço do fumo não compensa" -

2,6%; "falta mão-de-obra porque não têm filhos ou porque os filhos foram para a cidade" - 2,1%; "porque mudou de profissão" - 1,1%; "aposentou-se" - 0,8%; "motivo de doenças devido ao uso de agrotóxicos" - 0,2%; e 0,2% que não declararam.

Já os segundos, aqueles que deixaram de produzir fumo, apresentaram as seguintes razões: "não dava lucro, preço não compensava, muita despesa com defensivos, não valia mais a pena, juros eram muito altos" - 7,1%; "falta de mão-de-obra porque os filhos foram para a cidade ou porque a mão-de-obra (diarista) é muito cara" - 6,6%; o homem mudou de profissão e a mulher e os filhos continuam trabalhando na terra 1,2%; "venenos faziam mal, risco de doenças devido ao uso de agrotóxicos" - 1,0%; outras razões como "vendeu a terra", "não tinha terra que chega", "o solo era impróprio", "queimou a estufa", "era muito trabalho por pouco dinheiro" - 1,1%.

Observa-se que a maior parte dos entrevistados, tanto no primeiro como no segundo caso, fizeram a sua opção tendo em vista os resultados monetários que a produção de fumo possibilita. Em outras palavras, a sua opção revela conhecimento da exploração à qual os produtores de fumo estão sujeitos.

Quanto à forma de acesso à terra, os não produtores de fumo são na maioria proprietários da terra que cultivam (23%), enquanto 1,5% são rendeiros, 1% são parceiros e 1,5% são ocupantes, o que demonstra que não necessariamente, pelo fato de não serem produtores de fumo, são expropriados da sua terra, ao contrário, mantêm a propriedade.

Entre as principais atividades que praticam destacam-se a

plantação de milho - 6,75%; produção de leite - 6,5%; criação de suínos - 5,0%; produção de soja - 3,0%; feira rural - 2,0%; produção de feijão - 1,5%; criação de aves - 1,0%; pasto e pecuária de corte - 0,5%; produção somente para consumo - 0,5%; produção de arroz - 0,25%.

A produção de milho se destaca por constituir-se no principal alimento dos suínos. É sem dúvida o cultivo que abrange a maior área plantada, realizado, via de regra, sem financiamento bancário.

Perguntados se plantariam ou voltariam a plantar fumo, 23% responderam que não e justificaram sua resposta: "porque a despesa é muito grande, comparada com o preço do fumo" - 7,6%; "porque falta mão-de-obra" - 4,2%; "porque são velhos" - 2,5%; por causa do veneno que mata as pessoas" - 2,0%; "porque não tem estufa e para começar não dá" - 1,5%; "porque produtor não tem o seu trabalho remunerado" - 1,2%; "porque as outras atividades não tem despesas, só mão-de-obra própria" - 0,5%; "não porque falta mão-de-obra e há risco de ser entregue à Justiça do Trabalho" - 0,5%; "porque não tem terra apropriada" - 0,5%; "porque não tem conhecimento sobre cultivo de fumo" - 0,25%; "porque é aposentado" - 0,25% e ainda 2% que não justificaram.

Na maior parte das respostas percebemos que estes camponeses têm consciência de sua postura de resistência, ao não se submeterem às empresas fumageiras.

Entre estes foi também que percebemos a consciência maior em torno dos riscos que os agrotóxicos, usados na lavoura de fumo, de fato representam para a sua saúde. É comum nos meses

de outubro e novembro, quando o calor já é mais intenso, observar produtores de fumo passando mal, sentindo tonturas, perdendo o apetite, como resultado do manejo dos produtos químicos aplicados na lavoura.

Deste mesmo universo, ou seja, dos não plantadores de fumo, apenas 4% responderam que plantariam ou voltariam a plantar fumo e justificaram assim: "porque o preço compensa, dá mais rendimento em dinheiro em pouca terra" - 2,4%; "outros produtos não são valorizados quando o produtor os tem"; "porque o instrutor disse que o preço iria aumentar"; "porque o que conseguiu até hoje foi com o fumo"; "porque tem estufa"; "se tivesse infraestrutura"; "gostaria, mas acha que também não compensa mais" - 1,6%.

Dentre as manifestações, referentes à pergunta acima, destacamos as seguintes: "Não, porque antes de haver o fumo o colono vivia melhor", resposta dada por um produtor de Serafim Schmidt, que revela a consciência do custo que a submissão às empresas teve e, ao mesmo tempo, a consciência da possibilidade da luta histórica pela reconquista da autonomia. Outro, de Rio Pardinho, respondeu assim: "Sim, porque o preço do fumo é compensador. Porém as dificuldades com mão-de-obra e a falta de segurança com os mesmos é muito grande. Não é que não há mão-de-obra, porém o agricultor teve que ser entregue à justiça do trabalho". Este coloca como problema maior as dificuldades que podem resultar do uso da mão-de-obra complementar, devido as quais muitos pequenos proprietários já perderam parte de sua terra ou toda ela. Outra resposta, dada por um produtor do 1º distrito, diz que "se tivesse terra não plantaria fumo e sim produzia leite e verduras". Este é o caso de um

produtor de fumo que não é proprietário de terras e planta em parceria, nas terras de outro. Sem dúvida, o fumo é o único cultivo que faz com que um pequeno proprietário se interesse em produzir em parceria, principalmente quando possui estufa. Sendo assim, os que não possuem terra sujeitam-se a plantar fumo a meia, a quarta ou terça parte, como uma das únicas formas de permanecerem no campo. Outro produtor, de Erveiras, respondeu que não voltaria a plantar fumo "porque o serviço é muito ruim para fazer sem visar lucro".

Estas respostas nos indicam uma clara resistência, ou negação à sujeição às empresas fumageiras via produção de fumo. Em outras palavras, estes camponeses optaram por produzir os produtos necessários para a sua sobrevivência e vender os excedentes, negando aquela tendência geral detectada por vários estudiosos desta realidade de que todos os camponeses do município de Santa Cruz estariam "integrados" às empresas fumageiras, via produção da matéria-prima das mesmas.

No entanto, a monopolização do território por parte das grandes empresas fumageiras é real, na medida em que limitam e controlam a expansão de outros cultivos.

Portanto, os camponeses não produtores de fumo têm como objetivo principal produzir os alimentos necessários para o seu dia a dia. Produzem cereais (feijão, arroz), praticam a horticultura onde produzem verduras e legumes, criam suínos e produzem leite para seu consumo e para o mercado. Isto implica em produção de milho e pasto para a alimentação destes animais. Além destes produtos, a maioria produz soja para o mercado, em pequenas quantidades, em média 100 sacas por unidade de produção.

Pode-se afirmar que o leite, a soja e os suínos são os principais produtos produzidos para o mercado, através dos quais obtêm o dinheiro necessário para o pagamento dos impostos, médico, dentista, material escolar para os filhos, para a diversão aos domingos e para a compra dos produtos não produzidos na propriedade. É a concretização do movimento M-D-M, típico da produção camponesa.

No processo produtivo praticado pelos camponeses de Santa Cruz do Sul, as técnicas de trabalho utilizadas são bastante rudimentares, como por exemplo: a carroça puxada por bois para o transporte dos produtos e do pasto, que é recolhido diariamente para o trato dos animais; o uso do arado também puxado por bois para lavrar a terra; a capina manual com a enxada; a colheita da soja, do feijão, do arroz também manual, cortada com foice. Apenas a trilhagem é feita mecanicamente, o que faz com que a máquina mais comum entre os camponeses seja a trilhadeira, ao lado da motosserra.

"O camponês trabalha para se nutrir: toda a teoria da economia camponesa não é mais do que o comentário desta frase lapidar. Nisso a economia camponesa não difere da economia primitiva. Mas o camponês produz também para um mercado envolvente, e isso o distingue do 'primitivo'. No entanto, essa exigência não é mais que um acessório para compreender a lógica que preside o cálculo econômico do camponês.

Por camponês é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas... Com efeito, trabalhar para se nutrir aplica-se mais ao grupo que a cada um de seus membros: as crianças e os velhos são bocas a serem alimentadas, mas seus braços têm pouca utilidade no trabalho: os jovens e os adultos, ao contrário, produzem mais do que comem, e uma compensação se estabelece entre uns e outros, cada um sabendo que no correr de sua vida, passará por todas as situações". (MENDRAS, 1978: 44)

Ainda segundo Mendras

"...já que a abundância não traz mais do que o desperdício, é inútil dar-se ao trabalho para produzir mais do que o necessário para a família. Sendo o modo de vida fixado pelo costume, quem poderia sonhar em comer mais ou melhor e a se vestir diferentemente? Todo aumento de trabalho proporciona uma abundância inútil, e o trabalhador não é recompensado por suas preocupações..."

A curto prazo o raciocínio é válido e explicativo do comportamento camponês. As mudanças são tão lentas que habitualmente não podem ser percebidas pelo camponês, que não as leva em conta em sua gestão. A pressão da economia envolvente se exerce continuamente e do mesmo modo: os mesmos bens e serviços são dela retirados pelos mesmos modos. Em consequência, a preocupação dominante do camponês é a perpetuação do sistema, a manutenção de seu gênero de vida e a continuidade de sua família, grupo doméstico e linhagem". (MENDRAS, 1978: 46)

No caso dos camponeses da região do fumo, esta realidade é bem evidente, determinada pela economia capitalista, na medida em que existe mercado garantido para o fumo. Os demais cultivos em época de safra sobram. Ninguém compra, ou os preços são tão baixos que "não vale a pena nem colher", como dizem os camponeses.

Estes camponeses não produtores de fumo, assim como os que produzem fumo, conseguem reproduzir-se apenas como pequenos produtores proprietários das terras que cultivam na qualidade de produtores simples de mercadorias, sendo até agora, praticamente inviabilizada qualquer possibilidade de acumulação, pois, como Marx já afirmava no século passado:

"... para o pequeno camponês cultivar sua terra ou comprar terra para cultivar, não é necessário, como nas condições normais de produção capitalista, que o preço de mercado seja bastante alto para proporcionar o lucro médio, e é mais válido ainda para um suplemento, na

forma de renda acima desse lucro médio. Não é mister, portanto que o preço de mercado atinja o valor ou o preço de produção do produto. (MARX, Livro 3, v. 6:923)

Assim entre os camponeses não produtores de fumo o trabalho também é intenso, de segunda a sábado, e o dinheiro é pouco, rigidamente controlado, destinado exclusivamente aos gastos essenciais. Quando há sobra é colocada em caderneta de poupança para situações imprevistas. A compra de roupas novas ou de algum utensílio para a casa acontecem muito raramente ao longo de suas vidas. Há, inclusive, um estereótipo criado a este respeito, principalmente no que diz respeito às mulheres. As que se preocupam muito com a aparência são a princípio consideradas "preguiçosas" e o homem que casa com uma mulher com estas características "passa a ser alvo de pena da maioria".

A maioria tem clareza sobre a intensa jornada de trabalho que praticam. Tanto assim que por ocasião de um comício de um partido político às vésperas das eleições de 1988, um camponês fez a seguinte colocação: "como se explica que para os trabalhadores da cidade a jornada semanal de trabalho foi reduzida enquanto nós temos que trabalhar cada vez mais para termos alguma coisa?" Está implícito nesta colocação que ele considera que as pessoas da cidade trabalham menos que as do meio rural.

Ao mesmo tempo as técnicas utilizadas no trabalho são extremamente simples, como já foi dito, o que inviabiliza uma produtividade maior. Esta situação se acentua na medida em que estes camponeses têm sido extremamente resistentes a inovações tecnológicas. Por outro lado as condições econômicas não têm lhes permitido investir.

Seus objetivos principais são manter a propriedade da terra e produzir para a subsistência, para comer durante o ano. A propriedade, por sua vez, simboliza a autosuficiência e a independência. Segundo Mendras "essa sede de terra racionalmente justificada hoje em dia nesses termos econômicos de sobrevivência da exploração, também o era no século passado, quando a propriedade da terra era o meio e o signo da independência em relação a todas as autoridades, em uma palavra, da liberdade". (MENDRAS, 1978: 191)

Na realidade, o fato de deixar de plantar fumo ou de nunca tê-lo plantado significa a resistência à perda desta liberdade, a liberdade de ser o "patrão de si mesmo", na medida em que ninguém interfere no ritmo de seu trabalho.

A maioria deles tem como preocupação principal dar uma boa formação escolar a seus filhos para que estes tenham "uma vida mais fácil", menos árdua portanto, no futuro, com algum emprego na cidade. Na realidade, tendo em vista o reduzido tamanho das propriedades, somente um dos filhos fica com a propriedade da terra. Em geral aquele que não quis estudar ou se achou menos capaz de continuar os estudos, a exemplo de seus irmãos, acaba então herdando a terra com o compromisso de amparar os pais na velhice.

A velhice, para os camponeses, tem sido mais miserável do que todas as situações vividas anteriormente. Somente os homens tem direito à aposentadoria, de meio salário mínimo aos 65 anos de idade. As mulheres, enquanto o marido vive, não têm direito à aposentadoria. Acontece que com esta idade a maioria está doente, necessita de remédios. Em muitos casos passam então a

ser rejeitados pelo filho que assumiu o compromisso de ampará-los na medida em que passam a ser um estorvo porque não produzem mais. Na realidade, a maioria, quando alcançam a idade de se aposentarem, quando os filhos estão todos encaminhados na vida, morrem.

Assistimos, portanto, em ambos os casos ao processo de sujeição da renda da terra ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. Apenas no caso dos produtores de fumo esta condição torna-se mais explícita, porque é exatamente este aspecto que caracteriza o camponês dentro do modo de Produção Capitalista e o diferencia do servo feudal. O camponês, sob o capitalismo, tem o papel de produzir mercadorias, via de regra abaixo do custo de produção, que irão possibilitar o barateamento do custo de reprodução da mão-de-obra no processo de reprodução ampliada do capital nas atividades urbanas, ao mesmo tempo em que fornece matérias-primas e mão-de-obra, o excedente populacional das pequenas unidades de produção, que irá incrementar o exército de reserva nas cidades.

6 O FUTURO: A EXPLORAÇÃO E A LUTA

Sem dúvida, um elemento determinante do futuro dos camponeses, pequenos produtores familiares, do município de Santa Cruz do Sul será dado pela sua capacidade de organização e de luta frente aos grandes grupos monopolistas que os exploram.

Entre estes têm lugar de destaque as empresas fumageiras, transnacionais que controlam oligopsonicamente o mercado do fumo.

Tentar compreender sua estrutura e sua ação é fundamental neste sentido.

6.1 O mercado internacional do fumo

Temos a certeza que a análise deste tipo de tema é sempre dificultada pelo fato das informações a respeito não serem abundantes. No entanto, pretendemos abordá-lo como um ponto a ser aprofundado no futuro, em trabalhos posteriores.

Dentre os principais compradores do fumo brasileiro (Tabela nº 8) destacam-se EUA, Reino Unido e Alemanha Federal. Em 1987, no entanto, conforme a Revista Informação Semanal da Cacex de fevereiro de 1988, EUA reduziu a sua participação na com-

pra de fumo brasileiro, o que se explica devido ao estoque de 400 mil toneladas acumulado desde 1976 pela Cooperativa de Estabilização, mantida com recursos do governo, que, via de regra, compra os excedentes de cada safra, não adquiridos pelas empresas.

O Japão, segundo a mesma revista, embora não figure nos quadros que apresentam os principais clientes do fumo brasileiro, foi o país que maior expansão de compras revelou nos últimos três anos.

TABELA 7 - Países compradores do fumo brasileiro - 1986-1987

PAISES COMPRADORES	1986		1987	
	ton.	%	ton.	%
EUA	50.049	28,6	31.831	18,3
Reino Unido	24.282	13,9	29.792	17,2
Rep.Fed. Alemanha	15.888	9,0	17.946	10,3
Países Baixos	15.896	9,0	15.724	9,0
Espanha	7.249	4,2	7.427	4,2
França	6.878	3,9	7.235	4,1
China	5.738	3,3	10.194	5,9
Itália	5.658	3,3	5.919	3,4
Marrocos	2.480	1,4	3.330	1,9
Outros	41.183	23,5	44.499	25,7
TOTAL	175.301	100	173.297	100

Fonte: Tobacco, Cotton and Seeds Division, FAS, USDA, 1988.

O Brasil é o 4º produtor mundial, precedido pelos EUA, China e Índia. No entanto, é o 2º maior exportador de fumo co-

mo mostra a tabela nº 9 dos principais exportadores em 1983 quando no mundo todo foram comercializados 600.000 toneladas de fumo aproximadamente.

TABELA 8 - Participação relativa nas exportações mundiais de fumo - 1983

PAÍSES	Exportações (%)
EUA	23,7
Brasil	18,9
Zimbawe	14,0
Índia	11,1
Canadá	6,5
Tailândia	3,0
Coréia do Sul	2,9
Argentina	2,8
Malawi	2,5
Outros	14,6
TOTAL MUNDIAL	100

Fonte: AFUBRA

Assim, EUA, ao mesmo tempo em que é o maior produtor mundial de fumo é também o maior exportador e o maior importador de fumo brasileiro.

O fumo norte-americano é também o mais caro. Conforme informações obtidas junto a AFUBRA, em 1986, a Rep. Federal da Alemanha pagou pelo fumo norte-americano seu principal fornecedor, o alto preço de 18,10 DM/kg. O segundo maior fornecedor, o Brasil, porém, só recebeu 10,40 DM/Kg. Para o fumo mexicano

foram pagos 9,40 DM, para o Equador 7,30 DM e para o segundo maior país plantador de fumo da América Latina, a Argentina, 1 kg foi pago apenas 6,90 DM.

O que faz com que mesmo assim EUA seja o maior fornecedor de fumo no mercado mundial? Segundo um empresário da indústria cigarreira inglesa, conforme depoimento de Hainsi Gralow, é principalmente a garantia de que o produto chega no prazo certo, com as condições de qualidade rigidamente atendidas.

As grandes indústrias cigarreiras elaboram o paladar dos seus produtos durante anos, visando determinar os tipos de fumos na composição dos cigarros. Isto, segundo o empresário inglês, faz com que as empresas paguem caro para obter todos os anos os mesmos fumos que compõem o elaborado paladar dos seus cigarros. Para tal também levam em conta a estabilidade econômica e política dos países fornecedores.

Fatores importantes na valorização do produto no mercado internacional são os períodos e as formas de comercialização nos países de origem. A produção brasileira, por exemplo, é comercializada entre os meses de janeiro/junho. No Zimbawe inicia em abril/maio, estendendo-se até agosto/setembro. Já nos EUA inicia no mês de junho. Em virtude desta situação, segundo Harry Werner, ex-presidente da Afubra:

"deparamo-nos sempre com uma certa dependência com relação à demanda do mercado mundial. As cotações Zimbawianas têm grande influência sobre as do fumo brasileiro, pois as previsões da safra no Zimbawe são conhecidas quando inicia a comercialização do fumo e, conseqüentemente, os importadores do fumo brasileiro pressionam a cotação de acordo com seus inte-

resses, pois para garantia final têm ainda a produção dos EUA".

As formas de comercialização interna também são diferenciadas nos países exportadores. Nos EUA, por exemplo, de acordo com o sistema que adotam, os fumicultores forçosamente pertencem a sua Associação e estão ligados ao estabelecimento de leilão de sua localidade, onde o produtor leva sua produção que, depois de classificada, é disputada lote por lote pelas indústrias, nos leilões diários. O restante é comprado pela Cooperativa de Estabilização, órgão do governo, que é uma grande beneficiadora do produto. Via de regra, paga preços mais baixos pelo produto. É importante salientar que existe, nos EUA, um controle sobre a quantidade produzida. Por imposição governamental o plantio só é permitido aos produtores que possuem um título de autorização ou aos que pagam um "aluguel" ao proprietário do respectivo título.

A princípio, segundo Gralow, este sistema de comercialização parece muito bom para os produtores. Na realidade, porém, favorece mais às indústrias porque cada uma das 150 classes de fumo que existem nos EUA têm um preço mínimo que já consta no respectivo lote. Durante o leilão as empresas avaliam se é interessante adquirí-lo ou não, porque elas não têm obrigatoriedade de compra de toda a produção. Se o lote aparentar boa qualidade em relação ao preço, costumam oferecer um adicional de um cent ou pouco mais por libra (0,4535 kg) e assim fazem a seleção dos fumos que lhes interessam. O restante é adquirido com recursos do governo pela Cooperativa de Estabilização. Porém como o Cooperativa tem despesas, ao fumicultor é descontado um determinado valor, em torno de US\$ 0,25 por libra, para

cobrí-los.

O grande receio dos produtores americanos é que o governo, que está financiando a Cooperativa de Estabilização, para enxugar o mercado, venha a negar, de uma hora para outra os recursos para esta prática principalmente porque os seus estoques estão muito elevados e a Cooperativa possui uma dívida de 2,1 bilhões de dólares dos quais 508 milhões são provenientes de juros, segundo informações publicadas pela imprensa norte-americana.

Outro motivo de inquietação para os produtores norte-americanos está relacionada ao Congresso, onde vários parlamentares combatem acirradamente o fumo, alegando que o governo americano não deveria mais beneficiar a compra de fumo rejeitado pelas indústrias e destinar estes recursos à produção de alimentos.

É importante observar, frisa Gralow, que nem todos os fumos que permanecem na Cooperativa de Estabilização são de baixa qualidade. As indústrias também rejeitam lotes de qualidade média quando não lhes parece ser bom negócio pagar mais do que o mínimo exigido. Quando necessitam de algum lote basta que se dirijam à Cooperativa onde encontram a qualidade desejada, já devidamente beneficiada e, dependendo do ano da safra, ainda o adquirem com desconto que varia de 10 a 90 por cento, já que a Cooperativa se vê obrigada a "desovar" o estoque que foi acumulado ao longo dos anos.

No atual momento a grande preocupação do produtor norte-americano é reduzir sua produção. Enquanto havia crescimento

no consumo e nas vendas o país produzia muito mais fumo que agora. Hoje em dia, porém, o mercado apresenta condições inversas e os produtores se veem forçados a diminuir o volume produzido e inclusive os preços estão sendo reduzidos, o que está gerando insatisfação entre os produtores que passam a se opor aos países produtores dos quais EUA importa fumo. Entre os mais visados estão os produtores brasileiros. Os produtores norte-americanos chegam a afirmar que seu país deveria tomar posições enérgicas para evitar a entrada de fumo de outros países, alegando que estas importações lhes desestabilizam a cultura do fumo. Existe, inclusive, um projeto visando que cada carteira de cigarros produzida nos EUA faça constar o percentual de fumo norte-americano que contém, querendo com isso induzir os fumantes a rejeitar marcas que utilizam fumo importado.

Procedimentos desta natureza não deixam dúvidas de que o produtor norte-americano está lutando com todas as suas forças pela sua sobrevivência, desconsiderando quaisquer problemas que possa causar aos fumicultores de outros países, o que representa uma advertência para nós, afirma Gralow. (GAZETA DO SUL, 17.04.1986)

Enquanto isso no Brasil, as empresas incrementam cada vez mais suas campanhas induzindo os pequenos produtores a plantarem fumo. Para isto basta observarmos as "facilidades" oferecidas a nível de financiamento para construção de estufa por exemplo (ver cap. nº 5) ou as propagandas que os meios de comunicação veiculam.

Obviamente as empresas, agindo assim, não estão preocupadas com o futuro dos produtores de fumo norte americanos ou com

o futuro dos produtores brasileiros enquanto trabalhadores.

O incentivo à produção de fumo em território brasileiro torna-se compreensível quando se observa o quadro a seguir:

TABELA 9 - Preços do fumo brasileiro - 1983/1988

SAFRAS	Dólar por kg exportado	Dólar por kg produzido	Diferença relativa
1983	2,94	1,03	35%
1984	2,78	0,83	29%
1985	2,58	1,01	39,14%
1986	2,64	0,91	34,46%
1987	2,75	1,01	36,72%
1988	2,80	1,36	48,57%

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela AFUBRA.

Esta diferença relativa em favor das empresas é obtida principalmente devido ao baixo custo de produção verificado no caso brasileiro, resultante basicamente do baixo custo da mão-de-obra. Segundo Gralow, nos EUA o custo da mão-de-obra está avaliado em 5 dólares por hora para a safra de 89, enquanto no Brasil é de 3 dólares por dia.

Na realidade, cada Estado Nacional tem as suas leis a respeito da produção, comercialização e industrialização do fumo. Resta saber como as empresas do ramo, grandes grupos monopolistas de capital transnacional, influenciam na elaboração destas leis. A impressão que se tem é de que cada Estado quer oferecer as "melhores condições" para as empresas, inclusive o próprio

Estado Norte-americano, na medida em que a presença das mesmas nos seus territórios significa mais possibilidade de geração de emprego e quantias significativas em impostos arrecadados.

No entanto a questão torna-se ainda mais interessante quando se observa que as empresas que exportam no Brasil são, via de regra, as mesmas que compram nos outros países.

Porque tratam-se apenas de territórios de produção diferenciados a nível de Estados-nações diferentes, mas o controle do processo está nas mãos dos mesmos grupos monopolistas.

Estas empresas, como estratégia de garantir cada vez maiores lucros e, principalmente para não ficarem dependentes de um produto apenas, diversificam suas atividades. O caso da Souza Cruz é significativo neste sentido e foi analisado no capítulo 3.

Segundo Frederick F. Clairmonte,

"Hoje em dia a elaboração do tabaco nas economias capitalistas (desenvolvidas e subdesenvolvidas) está dominada por sete gigantes: CTT (Conglomerado Tabacalero Transnacional); a British American Tobacco (BAT), a Imperial Tobacco Co. (ITC) a RJ Reynolds, a Philip Morris, o grupo Rupert/Rembrandt/Rothmans, a American Brands e a Gulf and Western. Ainda que suas estruturas corporativas sejam formalmente independentes, a BAT e a ITC têm, desde sua criação, certos vínculos mediante a participação conjunta em diversas corporações." (CLAIRMONT, 1983: 531)

Todas elas adotaram como prática, nas últimas décadas, a diversificação de suas atividades. Como afirma Clairmonte,

"O anexionismo oligopólico e seu complexo de conglomerados devem ser analisados no contexto histórico dos últimos nove decênios. Com o passar do tempo os gigantes do tabaco diferenciaram mais seus produtores e tornaram-se auto-sustentados, orientaram-se para outros produtos do mercado mundial e imbricaram-se intrinsecamente com outros setores, seguindo determinadas pautas de conduta: demarcação de fronteiras entre os mercados, formas específicas de colusão, fixação administrativa ou política de preços e transferência da propriedade de capitais entre grupos de distintas nacionalidades.

A concentração mundial, no entanto, resultou mais evidente quando a BAT, mediante o pagamento de 82 milhões de dólares, se adonou das operações internacionais de cigarros da Lorillard, incluindo o uso de marcas prestigiadas como Kent. Do mesmo modo a Philip Morris adquiriu, por 108 milhões de dólares, todas as operações no mercado externo do cigarro da Liggett e Myers. Estes extremos de concentração no seio da indústria de cigarros foram acompanhadas, nos últimos vinte anos, por um sistema de subsídios cruzados sem precedentes, que nos últimos dez se acelerou de maneira prodigiosa.

Estes subsídios cruzados implicam no deslocamento de grandes somas de capital extraído de um centro econômico para outro para adquirir, em última instância, o controle ilimitado de outras indústrias. Segundo Barnet e Müller, quando o sistema se mundializar a empresa matriz pode deslocar utilidades mediante os preços de transferência, os "swaps de crédito com ganhos" e outros milagres da contabilidade em escala mundial, o que lhes permite subsidiar de maneira cruzada muitas operações com os lucros de outras. Portanto, a centralização e a concentração do capital não é um fato eventual e sim uma característica endêmica do sistema. Assim, chegado certo momento, os "centro de ganhos" (como são chamados nos meios corporativos) se fundem para reforçar-se mutuamente. Assim se processa a sobrevivência de um conglomerado oligopólico sobre a base de um permanente impulso até a expansão infinita, evidenciado pela sua participação sempre crescente no mercado". (CLAIRMONTÉ, 1983: 532).

Também a sua relação com o mercado financeiro é específica, como demonstra Clairmonte quando cita como exemplo a expansão dos CTT na América Latina:

"As vinculações corporativas mediante conselhos diretivos comuns entre os bancos transnacionais gigantes e os CTT são uma característica no meio corporativo. Conforme estudos cerca de quatro partes das operações das empresas manufatureiras norte-americanas na América Latina financiaram-se nos anos sessenta com capital interno dos respectivos países; a cifra dos CTT é superior porque, segundo estimativas, 90% de seus investimentos totais na América Latina foram financiados com capitais nacionais extraídos da estrutura bancária transnacional." (CLAIRMONTE, 1983: 538)

Sendo assim, além do baixo preço pago pela matéria-prima produzida no país, que mantém os seus produtores na condição de apenas reproduzirem-se como tais, a expansão dos CTT em nossos territórios ainda contribuem para incrementar nossa dívida externa, nossa submissão ao FMI.

Pode-se afirmar que o oligopólio mundial do tabaco adquire cada vez mais o caráter de conglomerado, principalmente quando se observa a ausência de rigorosa supervisão pública nas suas práticas corporativas, sobretudo no que diz respeito a preços de transferência. Esta prática é comum em todos os países, mas é nos países subdesenvolvidos que se torna mais evidente, já que nestes a divulgação da capacidade global de decisão dos CTT em matéria financeira, produtiva e de comercialização, se reduz a dados rudimentares, como por exemplo, o balanço corporativo convencional, desprovido de conteúdo.

Enfim, na economia política do poder oligopólico, boa parte dos países capitalistas tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos, têm sido totalmente marginalizados dos processos de decisão em matéria de produção e de práticas comerciais. Os países subdesenvolvidos são responsáveis pela exportação de 55% do tabaco em folha no mundo através de canais de comercia-

lização controlados por oligopsônios estrangeiros; no entanto suas exportações de cigarros são insignificantes. Estes países não têm influência sobre decisões que dizem respeito a inovações tecnológicas na indústria fumageira; seus ganhos totais provenientes do fumo dependem quase que exclusivamente das decisões que o CTT impõem, a curto, médio e longo prazos, sobre a demanda, os rendimentos e a comercialização desse produto.

É portanto, da maior importância, aprofundar as questões aqui abordadas para que se conheça a verdadeira dimensão deste oligopólio de cuja matéria-prima o Brasil e, mais especificamente, a região de Santa Cruz do Sul, é um dos principais fornecedores para que a luta dos produtores no futuro, nunca perca de vista que os determinantes de sua situação são dados internamente, a nível de Brasil, mas principalmente a nível externo pelos grandes "Conglomerados Tabacaleros Transnacionais".

6.2 Campesinato em luta

Apesar do individualismo existente historicamente entre os camponeses pequenos produtores da região de Santa Cruz do Sul, durante a última década, por várias vezes, eles têm se organizado e lutado em defesa de um preço mais justo pelas mercadorias que produzem.

Estes movimentos surgiram entre os produtores de leite, de suínos, mas principalmente entre os produtores de fumo.

Em 1986, pela primeira vez, os produtores de fumo se organizaram e foram à luta para reivindicar melhor preço pela matéria-prima que produzem, o fumo.

O movimento de então abrangeu produtores de vários municípios do Rio Grande do Sul, chegando a estender-se a Santa Catarina, mobilizando centenas de produtores de fumo.

Liderado por agricultores, o movimento teve como tática bloquear os portões de acesso às empresas, impedindo assim que os caminhões descarregassem o produto no pátio das empresas. Organizados em grupos passaram a fazer piquetes em frente aos portões das empresas. Com isso conseguiram reduzir significativamente o ritmo de "entrega" do fumo durante duas semanas, no auge do período da safra, que é o mês de janeiro.

Mas o resultado acabou não sendo significativo em termos de uma melhor remuneração pelo fumo. Foi significativo, isto sim, como uma primeira experiência de luta dos produtores em defesa de seus interesses maiores, fazendo com que muitos deixassem de produzir fumo no ano seguinte, e também, como avaliação do papel de suas entidades representativas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de seus municípios de origem, ligados à FETAG, e da AFUBRA, os quais simplesmente se omitiram, acabando por não ter participação no movimento. Mas tinha ficado a lição de que juntos e organizados eram capazes de se impor e de se fazerem ouvir pelos detentores do poder econômico, constituído a partir da sua labuta diária.

Assim é que, três anos depois, em 1989, o movimento ressuruiu desta vez mais forte e mais organizado.

O movimento dos fumicultores teve como razão principal o descontentamento dos produtores frente ao reajuste de apenas 26% no preço do fumo no mês de janeiro de 1989. Na sua avaliação, diante de uma inflação de 70,28 no período, as entidades

representativas dos fumicultores (Sindicato, FETAG e AFUBRA) não poderiam ter aceito um índice abaixo da inflação, porque os insumos tiveram correção de até 70,28%.

Além disso, no acordo estabelecido em 31 de janeiro de 1989 entre as entidades representativas dos produtores de fumo e o SINDIFUMO (Sindicato das Indústrias do Fumo) constava como uma das cláusulas a impossibilidade de reivindicar novos reajustes por motivo do "Plano Verão". Algumas lideranças decidiram então, a partir da sua própria iniciativa, reaver as perdas sofridas e resguardar a sua dignidade.

Estas lideranças, oriundas de vários municípios, constituíram a Comissão Intermunicipal do Fumo e convocaram uma Assembléia de fumicultores no dia 22.02.89, a ser realizada num dos pavilhões do Parque Municipal da Oktoberfest, com autorização prévia do Prefeito Municipal, o que no dia da Assembléia não se efetivou tendo em vista que a Brigada, a mando do Prefeito Municipal, proibiu o acesso dos colonos aos pavilhões. A Assembléia, reunindo em torno de 1.000 produtores, foi realizada então na frente do Parque, a céu aberto, sob um sol escaldante.

As decisões tiradas nesta assembléia foram:

- reajuste no preço do fumo em 53% retroativo ao dia 17 de janeiro;
- pagamento à vista e com cheque livre (eliminando o cheque cruzado);
- que as empresas paguem o "frete de volta" do fumo classificado abaixo da classificação do produtor, devolvam o fumo e permitam a livre negociação por parte do agricultor;

- boicote na encomenda de adubo para próxima safra;
- assinatura de um documento pelas indústrias fumageiras no qual estas se comprometam a pagar os juros e a correção nos bancos, caso o agricultor não possa fazê-lo.
- Criação de uma comissão de agricultores para acompanhar a comercialização do fumo (classificação);
- formação de piquetes nos portões das indústrias para impedir a "entrega" do produto.

No dia seguinte, 23 de fevereiro, os piquetes foram instalados nos portões das indústrias e lá deveriam permanecer até que fossem reabertas as negociações do preço.

Durante uma semana os colonos se revezaram na formação dos piquetes. Diferentes grupos vindos de diferentes localidades se organizavam e permaneciam 24 horas nos piquetes.

Desde o início, a violência da repressão policial se fez presente, além de problemas na organização interna quanto à comunicação entre os vários piquetes, alimentação, etc.

Aos poucos o movimento foi crescendo, revelando todo o descontentamento reinante no meio rural, com novas adesões a cada dia que passava, chegando a estender-se até Santa Catarina.

No dia 19 de março foi realizada nova Assembléia que redefiniu a estratégia de luta, transferindo os piquetes dos portões das indústrias para o interior. Esta decisão foi tomada devido à extrema violência a qual os colonos estavam sujeitos, principalmente durante as madrugadas quando os piquetes eram

invadidos por policiais que, além de agredir os produtores fisicamente, também os humilhavam das mais diversas formas, e, principalmente para que houvesse uma eficácia maior no impedimento da entrega do fumo nas empresas. Desta forma os produtores passaram a pressionar os motoristas de caminhões nos seus locais de origem, no sentido de que colaborassem e não transportassem fumo. Mas mesmo nestes locais foram alvos da violência policial.

Diante dessa violência e da resistência das entidades representativas legítimas dos fumicultores em apoiarem o movimento e das empresas em reabrirem o diálogo sobre o preço do fumo, o movimento decidiu em reunião de 10 de março, suspender os piquetes e dar prazo até 18 de março para que as empresas reabrissem as negociações. Isto, no entanto, não aconteceu.

Entretanto, uma proposta que vinha sendo discutida informalmente, torna-se cada vez mais significativa para os produtores; a criação de um Sindicato Estadual de fumicultores, proposta esta que começou a tomar corpo a partir do trabalho das lideranças surgidas durante o movimento e da tomada de consciência, pela maioria, da necessidade de uma entidade autônoma e legítima que lute pelos interesses dos produtores. (Fotografias n^{os} 13, 14, 15, 16 e 17).

Num trabalho publicado em 1982, sobre os "Colonos fumeiros de Irati" a autora Veraluz Z. Cravo afirma que:

"os colonos fumeiros constituem uma classe a partir do momento em que se opõem a outras classes, seja pelo modo de vida, forma de produzir e interesses comuns. Bartra refere-se a esta produção mercantil simples como um modo de produção não classista e secundário, o que faz com que a população campestre a ele ligada

FOTOGRAFIA Nº 13 (Renato Araújo) - Passeata dos produtores de fumo em greve - Santa Cruz do Sul - Fevereiro/89.

FOTOGRAFIA Nº 14 (Renato Araújo) - Produtores de fumo em greve reunidos na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul - março/89.

FOTOGRAFIA Nº 15 (Renato Araújo) - Protesto dos produtores de fumo em frente a AFUBRA. Santa Cruz do Sul - fevereiro/89.

FOTOGRAFIA Nº 16 - Produtor de fumo agredido em frente à indústria no Distrito Industrial - Santa Cruz do Sul - greve de 1986. (Inor Assmann)

FOTOGRAFIA Nº 17 - Violência policial na repressão ao movimento dos fumicultores em frente à Cia. Souza Cruz - Santa Cruz do Sul - greve de 1989. (Inor Assmann)

tenha uma situação de classe no exterior do sistema. Isto significa que, apesar dos pontos comuns os colonos constituem entre si apenas unidades isoladas, sem qualquer consciência político-representativa e neste caso não podem ser considerados uma classe. A participação dos colonos nas condições objetivas de produção permite caracterizá-los como uma classe em si, mas isso é insuficiente para gerar conscientização da situação de exploração em que vivem. Somente o avanço do processo histórico e a experiência como classe subalterna poderá vir a despertar uma ação política e um questionamento da dominação a que estão submetidos. Em várias oportunidades, foram reproduzidos trechos do discurso de colonos onde reclamam da expropriação feita pelo capital comercial e industrial. Mas este protesto, sempre individual, não é articulado sem socializado. Está longe de refletir uma consciência de classe. Até o momento, os colonos fumeiros estão dominados não só pela produção material, mas ideologicamente também".

Ora, a partir da luta dos camponeses pequenos produtores que acabamos de descrever, parece-nos mais do que evidente que não só o caráter de "classe em si", mas também o caráter de "classe para si" está expresso. Ou seja, os camponeses, a partir da exploração a que estão submetidos, principalmente pelas indústrias fumageiras, se organizam e lutam na tentativa de melhorar as suas condições de vida. E mais, na medida em que julgam inviável continuar produzindo fumo simplesmente abandonam este cultivo, voltando-se novamente para a produção de sua subsistência, vendendo os excedentes.

"1.-Me lembro de certa feita
por causa da exploração
formamos uma comissão
e liberamos um piquete.
Quase se achamos no cassete.
Em frente a Indústria do fumo
era colono sem rumo
quem não corria apanhava
e o camioneiro gritava
deste jeito eu não me aprumo.

2.-E industrial que dizia
respeite nosso direito
temos apoio do prefeito.
E não queremos negociata
somos homens de gravata,
e vocês só tem defeito.

3.- A colonada dizia, nós
somos gente de fê
chegamos e calçamos o pé
por que temos competência
e sem cumprir nossa exigência
não se termina o banzê.

4.- A milicada dizia
não insista não se meta
era ponta de baioneta.
Revólver e arma de guerra
não tem touro que não berra
vendo o perigo de morte
nossa vida posta em sorte
mas a luta não se encerra.

5.- O touro criado guacho
que não conhece o que é medo
só tem raiva do pelego
destes que fogem da luta

mas não queremos disputas
nem pretendemos o mal
mas morremos por um ideal
pois esta é nossa conduta.

6.- Era gente de todo o lado
homem mulher e criança
enfiado na tal lambança
pedindo por seus direitos
gritando ao bater no peito
nossas lutas ninguém tranca.
Por que queremos viver
mas preferimos morrer
a erguer a bandeira branca.

7.- Gente de todas as raças
unidas no mesmo intento
gritando aos quatro ventos
que temos dignidade
pois pra falar a verdade
nunca ví homens tão bravos
nós parecíamos escravos
clamando por liberdade.

8.- Nós somos os porta vozes
daqueles que se calaram
e outros que já tombaram
no atropelo desta luta
gritamos ninguém escuta
se escutassem se ouviria
a mais cruel covardia
cometida contra a gente
um tratamento decente
era tudo o que nós queria
mas em plena democracia
se bate nos inocentes."

Valderi de Moura
Camponês produtor de fumo

Santa Cruz do Sul, greve dos fumicultores, Março/89.

BIBLIOGRAFIA

- AGROANALYSIS, São Paulo v.9, nº1, janeiro 1985.
- ALONSO, D.M. Aspectos geográficos da cultura fumageira no Estado do Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Geografia. Ano 20, 1958.
- AMIN, S. & VERGOPOULUS, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, M.C. Cidade e campo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- _____. Agricultura e capitalismo. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.
- _____. O planejamento regional e o problema agrário no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1976.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão especial do fumo. Porto Alegre, 1980.
- AZEVEDO, F. As ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BARROS, E.C. et al. RS: imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- BRAVERMANN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. São Paulo, Zahar, 1981.
- BRUM, A. Modernização da agricultura: trigo e soja. Ijuí, UNIJUI/FIDENE, 1985.
- CALABI, D. & INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. Archivio di Studi Urbani e Regionali, s.l. 4(2) 1973.
- CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1975.
- CLAIRMONTE, F.F. La dinámica del oligopólio mundial del Tabaco. México, Comercio Exterior vol.33 nº 6, 1983.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: RS. Texto para discussão nº 3: Fumo, plantado para quem? Porto Alegre, 1980.

- CRAVO, V.Z. A lavoura do fumo em Irati: a produção familiar & capitalismo. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense, 1982.
- CORADINI, Odacir L. Notas bibliográficas para fins didáticos sobre sociologia e/ou geografia rural. O Ensino da Geografia. Ijuí (4). Livraria UNIJUI, 1986.
- DERRUAU, M. Geografia Humana. Rio de Janeiro, Martins Fontes, Lisboa, Presença, 1977.
- DINIZ, J.A.F. Geografia da agricultura. São Paulo, Difel, 1984.
- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- EXAME. São Paulo, v.21, n.5, março. 1989.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 Anos de economia gaúcha. A agricultura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1982.
- GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul, Ed. Gazeta do Sul, 1986/1989.
- GARCIA, JR. A.R. Terra de trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GEORGE, P. Geografia Agrícola do mundo. São Paulo, Difel, 1978.
- GERARDI, L.H. de O. Quantificação em Geografia. São Paulo, Difel 1981.
- GODINHO, E. et al. Estudos de População 6; Santa Cruz do Sul. São Paulo, CEBRAP. 1980.
- GOLDENSTEIN, L. & SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, (1):21-49, 1982.
- GNACCARINI, José C.A. Análises de produção sociológica - 1969 - 1980 - A Questão Agrária. IFCH - DCS/UNICAMP, 1980.
- GRAMSCI. Alguns temas da questão meridional. In: _____. La questione meridionale. Roma, Ed. Riuniti, 1974.
- GUGLIELMO, R. Geografia e Dialética. In: DRESCH, J. et al. Reflexão sobre a Geografia. São Paulo, AGB/SP, 1980.
- IANNI, O. A utopia camponesa. IX Encontro Anual da Anpocs. Águas de São Pedro, 1985.
- IANNI, O. A luta pela terra. Petrópolis, Vozes, 1978.
- IBGE. Censos Agropecuários - 1950, 1960, 1970, 1980. Rio de Janeiro.
- KAUTZKY, K. A questão agrária. São Paulo, Proposta Editora, 1980.
- LANDO, A.M. & BARROS, E.C. A colonização alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Movimento, 1976.

- LENIN, V.I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1980.
- LIEDKE, E.R. Capitalismo e camponeses - relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no RS. Brasília, UNB, 1977. mimeografado.
- LOUREIRO, M.R.G. Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MARTIN, H.E. Santa Cruz do Sul: de colônia à freguesia 1849-1859. Santa Cruz do Sul, APESC, 1979.
- MARTINS, J.S. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis, Vozes, 1986.
- _____. Pequena produção agrícola - antimito da produção capitalista no campo (crítica aos críticos). A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República". São Paulo, Hucitec, 1986.
- _____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. O cativo da terra. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.
- _____. Expropriação e violência; a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1982.
- MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. L.3, v.6.
- _____. Formações econômicas pré-capitalistas. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1981.
- MARX & ENGELS. A ideologia alemã. Lisboa, Editorial Presença, s.d.
- MEGALE, J.F. Geografia agrária: objeto e método. São Paulo, USP/ Instituto de Geografia, 1976.
- MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar 1978.
- MIGLIORINI, E. A geografia agrária no Quadro da Ciência geográfica. Memória da geografia econômica. Napoli, 1 (1): 1945.
- MONTALI, L. Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul. São Paulo, USP, 1979. mimeografado.
- MORAES, A.C.R. Território. Revista Orientação - Instituto de geografia/USP. São Paulo (5):91, 1984.
- MOREIRA, I.A.G. & COSTA, R.H. Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- MOREIRA, R. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.

- MOURA, M.M. Camponeses. São Paulo, Ática, 1986.
- MÜLLER, Ivo L. Notas para estudo da geomorfologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Santa Maria/UFSM, 1970.
- MÜLLER, G. Estado, estrutura agrária e população. Rio de Janeiro, Vozes/CEBRAP, 1980.
- NARDI, J.B. A história do fumo brasileiro. Rio de Janeiro, ABIFUMO, 1985.
- OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, A. U. A pequena produção mercantil no Brasil. In: Encontro Nacional de Geógrafos, AGB/São Paulo, 1982: Anais.
- _____. Agricultura e indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo (58), 1981.
- _____. Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao Estado Isolado de Von Thünen. São Paulo, Curso de Pós Graduação em Geografia USP, 1979. Tese de doutoramento: geografia.
- _____. Modo Capitalista de Produção e agricultura. São Paulo, Ática, 1982.
- PANITZ, W.R. Cultura e industrialização do fumo. Rio de Janeiro, IBGE, 1954.
- PESAVENTO, S.J. A produção gaúcha do fumo. In: _____. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- PETRONE, M.T. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Coleção tudo é história).
- PRADO JR., Caio. Evolução política do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1965.
- _____. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. São Paulo, AGB/SP, 1979 (Seleção de textos, 6)
- _____. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- _____. História econômica do Brasil. 28ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- QUAINI, M. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- QUEIROZ, M.I.P. de O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1976.
- RIOVALE JORNAL. Santa Cruz do Sul. Gráfica Riovale Ltda. 1986/1989.
- ROCHE, J. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969.

- ROCHEFORD, Michel. Interesse de um estudo de orçamento para a geografia agrária. Anais da AGB. São Paulo 1959/60 (133-143).
- SANDRONI, P. Questão agrária e campesinato: a funcionalidade da pequena produção mercantil. São Paulo, Polis, 1980.
- SANGIRARDI JR. O índio e as plantas alucinógenas. Ed. Alhambra, 1983.
- SANTOS, J.V.I. Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo, Icone, Campinas, UNICAMP, 1985.
- _____. Os colonos do vinho. São Paulo, HUCITEC, 1979.
- SANTOS, Milton, org. Novos rumos para a geografia brasileira. São Paulo, Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (54) 1977.
- _____. Por uma geografia nova. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- _____. Espaço e sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. Espaço e dominação. São Paulo, AGB/SP, Seleção de textos nº 4, 1978.
- SECRETARIA MUNICIPAL de Transporte, Desporto e Turismo. Informações sócio-econômicas e Gerais de Santa Cruz do Sul, 1989.
- SEYFERTH, G. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Movimento/SAB, 1974.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. Estudos CEBRAP. São Paulo. (26) 1980.
- SILVA, S. Valor e renda da terra. São Paulo, Ed. Polis, 1981.
- SILVA, J.G. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. A estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- SILVA, J.G. & STOLKE, V. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Ed. Nacional, 1968.
- SORJ, B. et al. Camponeses e agroindústria. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, H.J. O capital transnacional e o Estado. Petrópolis, Vozes, 1985.
- SOUZA CRUZ. Boletim comemorativo 80 anos. 1983.

- TOPALOV, C. Estruturas agrárias brasileiras. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. In: DRESCH J. et al. Reflexões sobre a geografia. São Paulo, AGB/SP, 1980.
- _____. Geografia Agrária do Brasil. Rio de Janeiro, CBPE/MEC, 1964.
- WANDERLEI, M.N.B. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas, 1979. mimeografado.
- WAIBEL, L. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.
- WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo, HUCITEC, Salvador, CEPA/BA, 1986.

ANEXO 1

Normas e padrões de qualidade para a classificação
e comercialização do tabaco em folha cru -

Ministério da Agricultura

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Secretaria Nacional de Abastecimento

NORMAS E PADRÕES DE QUALIDADE
PARA CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
DO TABACO EM FOLHA CRIDA

**NORMAS E PADRÕES DE QUALIDADE
PARA CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
DO TABACO EM FOLHA CRU**

VOLUME: 04	NÚMERO: 09	MAIO	1982
------------	------------	------	------

MINISTRO

ÂNGELO AMAURY STABILE

SECRETÁRIO GERAL

JOSÉ UBIRAJARA COELHO DE SOUZA TIMM

SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO

HELIO TOLLINI

Normas e Padrões de Qualidade para Classificação e Comercialização. Tabaco em Folha Cru.

Ano 1 — 1980 — Brasília,
v. ilust. irreg.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

COMISSÃO TÉCNICA DE NORMAS E PADRÕES

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS — BLOCO "D" — 3º ANDAR - BRASÍLIA-DF

CEP 70.043 - FONES: DDD - 061 — 224-7414 - 226-9652 - TELEX: 061 - 1027

PRESIDENTE:

ROMEU NOGUEIRA DE PAULA — SNAB/MA

MEMBROS:

JOSÉ LUIZ MEIRELES — SNAD/MA

JOSÉ MARIA DE MELO — COBAL

JOSÉ RAIMUNDO M. DOS SANTOS — CFP

PEDRO DA SILVA GALVÃO — SUNAB

WALFRIDO BARROS PINTO — CIBRAZEM

TÉCNICO DO PRODUTO:

NEY DIAS DOS SANTOS — SNAB/MA

COMISSÃO ESTADUAL DE NORMAS E PADRÕES — CENP

COORDENADORES:

CELSO NATÉL MEISTER — DFA/PR

LAURA MACHADO RAMOS — DFA/RS

ROBERTO LUIS COLAÇO — DFA/SC

A P R E S E N T A Ç Ã O

Nos dias 03 e 04/09/80, reuniram-se, em Porto Alegre/RS, representantes das Indústrias Fumageiras, Líderes dos Produtores Rurais, Governo Federal e Estadual ligados à problemática da Classificação do fumo.

Discutiu-se, na oportunidade, os termos a serem modificados na caracterização dos tipos 1, 2 e 3 do art. 7º da Portaria Ministerial nº 875 de 1978, que regulamenta as normas de qualidade para a classificação do fumo em folha de estufa e galpão.

Tais modificações visam atender às frequentes solicitações dos produtores que alegam interpretações discordantes entre as partes envolvidas quando da classificação e comercialização.

Finalmente, diante do parecer favorável da Comissão Técnica, a Secretaria Nacional de Abastecimento, acompanhando e participando destes trabalhos e diante das justificativas, submeteu a proposta à aprovação do Sr. Ministro da Agricultura, que entendeu por bem homologá-la, mantendo-se a mesma Portaria.

Portaria nº 309 de 02 de outubro de 1980

O Ministro de Estado da Agricultura, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que é de interesse do Governo Federal melhorar qualitativamente a produção agrícola nacional;

Considerando a solicitação feita pela Comissão integrada pelos representantes das Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, da Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, Sindicato das Indústrias Fumageiras e Órgãos Públicos, ligados à matéria, dos Estados acima mencionados

Considerando os estudos efetuados pela Secretaria Nacional de Abastecimento,

R E S O L V E:

Art. 1º – Retificar o artigo 7º (sétimo) da Portaria Ministerial nº 875, de 22 de setembro de 1978, que passará a ter a seguinte redação:

DOS TIPOS

Artigo 7º – As folhas de tabaco cru, dos grupos TE e TG, segundo a sua qualidade, serão classificados em 03 (três) tipos:

Tipo 1 ou PRIMEIRA: Constituído de folhas maduras, boa granulidade e com boa elasticidade, encorpadas de acordo com a sua posição na planta, com cor intensa.

Tipo 2 ou SEGUNDA: Constituído de folhas maduras, de granulidade e elasticidade moderada, encorpadas de acordo com a sua posição na planta, com cor de intensidade moderada.

Tipo 3 ou TERCEIRA: Constituído de folhas não maduras ou passadas de maduro, granulosidade e elasticidade mínimas, encorpadas de acordo com a sua posição na planta, com cor de fraca intensidade.

Parágrafo Único — Nos 03 (três) tipos, é exigido que as folhas do fumo apresentem aroma agradável, em bom estado de conservação e sanidade, com teor de umidade máxima de 17% (dezessete por cento), isentas de impurezas e matérias estranhas.

Art. 2º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ângelo Amaury Stabile

PUBLICADA NO D.O.U. DE 06/10/80

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria nº 875 de 22 de setembro de 1978

O Ministro de Estado da Agricultura, usando de atribuição que lhe confere o artigo 39, item VIII, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e tendo em vista o disposto no artigo 1º Decreto nº 69.502, de 05 de novembro de 1971,

R E S O L V E:

Art. 1º — Aprovar as NORMAS E PADRÕES DE QUALIDADE, em anexo, para classificação e comercialização do TABACO EM FOLHA CRU.

Art. 2º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alysson Paulinelli

PUBLICADO NO D.O.U. DE 28/09/78.

NORMAS E PADRÕES DE QUALIDADE PARA O TABACO EM FOLHA CRU

DA PADRONIZAÇÃO

Art. 1º — O tabaco em folha cru, “*Nicotiana tabacum*” (L), destinado à fabricação de cigarros, desfiados e outras finalidades, será classificado em grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos e subtipos, segundo os processos de secagem, acondicionamento ou arrumação, posição das folhas na planta, cor e qualidade.

DOS GRUPOS

Art. 2º — O tabaco em folha cru, segundo os processos de secagem, será classificado em 2 (dois) grupos:

TE ou Tabaco de Estufa — constituído de folhas submetidas à secagem em estufas, com temperatura controlada (Flue Cured), incluindo-se neste grupo todas as variedades de Amarelinho e Virgínia.

TG ou Tabaco de Galpão — constituído de folhas submetidas à secagem natural, à sombra ou galpão (Air Cured), incluindo-se neste grupo todas as variedades de Comum e Burley.

DOS SUBGRUPOS

Art. 3º — O tabaco em folha cru, dos grupos TE e TG, segundo o acondicionamento ou arrumação, será classificado em 2 (dois) subgrupos:

FM ou Folhas Manocadas — conjunto de 20 a 25 folhas uniformes, amarradas pelas extremidades dos talos por uma folha da mesma classificação, formando o que se denomina “manoca”

FS ou Folhas Soltas — conjunto de folhas da mesma classificação, a granel e com talo inteiro.

DAS CLASSES

Art. 4º — As folhas de tabaco cru, dos grupos TE e TG, quanto à sua posição na planta, serão classificadas em 4 (quatro) classes:

X ou Baixeiras — as cinco primeiras folhas, aproximadamente, de parte inferior da planta, de textura fina.

C ou Semimeeiras — as folhas situadas no meio inferior da planta, de textura média, que seguem as da classe X ou Baixeiras até encontrar

da classe B ou Meeiras.

B ou Meeiras — as folhas situadas no meio superior da planta, de textura encorpada, que seguem as da classe C ou Semimeeiras até encontrar as folhas da classe T ou Ponteiras.

T ou Ponteiras — as cinco últimas folhas, aproximadamente, da parte superior da planta, de textura grossa.

DAS SUBCLASSES

Art. 5º — O tabaco em folha cru, do grupo TE, quanto à cor, será classificado em 3 (três) subclasses:

O — constituída de folhas de cor laranja, admitindo manchas acastanhadas que ocupem até 50% de sua superfície.

L — constituída de folhas de cor limão, admitindo manchas acastanhadas que ocupem até 50% de sua superfície.

R — constituída de folhas em que a cor castanho claro a castanho escuro ocupem mais de 50% da superfície da folha, podendo chegar até o predomínio total sobre as cores laranja e limão.

Art. 6º — O tabaco em folha cru, do grupo TG, quanto à tonalidade, terá apenas uma subclasse (L), atribuída às folhas de coloração castanho claro, separando-as daquelas que possuem a coloração castanho escuro.

DOS TIPOS

Art. 7º As folhas de tabaco cru, dos grupos TE e TG, segundo a sua qualidade, serão classificadas em 3 (três) tipos:

TIPO 1 ou PRIMEIRA — constituído de folhas bem maduras colhidas no ponto exato, granulosas e com boa elasticidade, encorpadas de acordo com a sua posição na planta, com aroma agradável, ricas em oleosidade, cor intensa, em bom estado de conservação e sanidade, com teor de umidade máxima de 17% (dezesete por cento), isentas de impurezas e matérias estranhas.

TIPO 2 ou SEGUNDA — constituído de folhas maduras porém não colhidas no ponto exato, de granulidade e elasticidade médias, encorpadas de acordo com a sua posição na planta, de aroma agradável, oleosidade média, com cor de intensidade moderada, em bom estado de conservação e sanidade, com teor de umidade máxima de 17% (dezesete por cento), isentas de impurezas e matérias estranhas.

TIPO 3 ou TERCEIRA — constituído de folhas imaturas ou pasadas de maduro, com pouca e nenhuma granulidade e elasticidade, encorpadas de acordo com sua posição na planta, de aroma agradável, pobre em oleosidade, cor de fraca intensidade, em bom estado de conservação e sanidade, com teor de umidade máxima de 17% (dezesete por cento), isentas de impurezas e matérias estranhas.

Art. 8º — As folhas de tabaco cru, dos grupos TE e TG, quanto aos tipos, serão, obrigatoriamente, apresentadas nas especificações descritas no artigo 7º, com grau de uniformidade não inferior a 90% (noventa por cento), sendo que o restante em desuniformidade de até 10% (dez por cento), apresentará especificações aproximadas, nunca inferiores ou superiores aos tipos imediatos.

DOS SUBTIPOS

Art. 9º — As folhas de tabaco cru, do grupo TE ou Tabaco de Estufa, das classes X, C, B e T, dos tipos 2 e 3, independente da subclasse, que apresentarem em sua superfície, isoladamente ou em conjunto, coloração esbranquiçada, pálida, acinzentada, descorada ou queimada pelo sol, escaldada na estufa, avermelhada ou tostada por excesso de calor durante o processo de cura, com aroma linóleo, serão classificadas no subtipo K.

Parágrafo Único — A folha de tabaco cru, do grupo TE ou Tabaco de Estufa, que apresentar até 20% (vinte por cento) de sua superfície, isoladamente ou em conjunto, coloração esbranquiçada ou pálida, acinzentada, descorada ou queimada pelo sol, escaldada na estufa, bem como a que apresentar até 10% (dez por cento) de sua superfície avermelhada ou tostada por excesso de calor durante o processo de cura, será tolerada nos tipos 2 e 3.

Art. 10º — As folhas de tabaco cru, do grupo TG ou Tabaco de Galpão, que apresentarem em sua superfície, isoladamente ou em conjunto, coloração esbranquiçada, pálida acinzentada, descorada ou queimada pelo sol, que apresentarem manchas claras características do grupo TE, serão classificadas no subtipo K, atribuindo-o diretamente às classes X, C, B e T.

Parágrafo Único — A folha de tabaco cru, do grupo TG ou Tabaco de Galpão, que apresentar até 20% (vinte por cento) de sua superfície, isoladamente ou em conjunto, coloração esbranquiçada, pálida, acinzentada, descorada ou queimada pelo sol, será tolerada nos tipos 2 e 3.

Art. 11º — As folhas de tabaco cru, do grupo TE ou Tabaco de Estufa, que apresentarem coloração esverdeada, excluída a coloração verde-capim, serão classificadas em 2 (dois) subtipos:

G2 — As folhas com características de tabaco maduro, que no processo de cura secaram com manchas esverdeadas.

G3 — As folhas com características de tabaco imaturo, que no processo de cura secaram com manchas esverdeadas.

Art. 12º — As folhas de tabaco cru, do grupo TG ou Tabaco de Galpão, que apresentarem coloração esverdeada, serão classificadas no subtipo G, excluída a coloração verde-capim.

Art. 13º — As folhas de tabaco cru, dos grupos TE e TG, que pelas suas características, não se enquadram em nenhum dos tipos e subtipos descritos nos artigos 7º e 8º, 9º e 10º e seus respectivos parágrafos únicos, 11º e 12º, serão classificados sob a denominação de ABAIXO DO PADRÃO ou "N" (Nondescript), desde que se apresentem em bom estado de conservação e sanidade.

DOS RESÍDUOS

Art. 14º — Os fragmentos de lâminas e de talos de folhas de tabaco cru, separadas por grupos, de qualquer posição da planta em condições normais de umidade e sanidade, isentos de matérias estranhas, que serão classificadas sob a denominação de "resíduos", assim caracterizados:

- SC — constituído de fragmento de lâminas maiores que 1,56cm², isentos de talos.
- ST — constituído de fragmentos de talos com mais de 4cm de comprimento.

DA DESCLASSIFICAÇÃO

Art. 15º — Será desclassificado todo o tabaco cru, de qualquer grupo, que apresentar:

- a) mau estado de conservação;
- b) folhas ardidas, mofadas, podres e folhas com talos não bem curados;
- c) folhas com comprimento inferior a 25 cm (vinte e cinco centímetros);
- d) folhas de brotos que, pelas suas características, não se enquadram em nenhum dos tipos e subtipos descritos;
- e) folhas umedecidas propositadamente;
- f) folhas torradas por excesso de calor no processo de cura;
- g) folhas com coloração verde-capim;
- h) mistura entre grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos, subtipos, considerado o estabelecido no artigo 8º e parágrafo único dos artigos 9º e 10º;
- i) sinais evidentes de aplicação excessiva de defensivos agrícolas ou de terem sido tratados com defensivos ou produtos químicos vetados pela legislação vigente;
- j) os fragmentos de lâminas e talos com dimensões aquém das constantes do artigo 14º.

Parágrafo Único — O tabaco em folha cru desclassificado, deverá retornar à sua procedência, nas condições previstas nos artigos 17º, 18º e 19º.

Art. 16º — A retirada ou extração de amostras, destinadas à classificação, será de maneira que represente, com fidelidade, as características do produto contido no lote, na proporção de 1 (uma) manoca para cada 10 (dez) quilos de produto, quando se trata do subgrupo FM (folhas manocadas), e peso mínimo de 2 (dois) quilos para cada 100 (cem) quilos ou fração, quando se trata de subgrupos FS (folhas soltas).

1º — A amostra não poderá ser inferior a 3 (três) manocas, quando se trata do subgrupo FM (folhas manocadas).

§ 2º — Após classificadas, as amostras deverão receber etiquetas contendo todos os elementos necessários à sua perfeita identificação.

DA EMBALAGEM E MARCAÇÃO

Art. 17º — O tabaco em folha cru deve ser embalado em fardos e estes amarrados com cordas que ofereçam garantia para o transporte e proteção do produto, independente de peso e dimensão do fardo.

Art. 18º — Os resíduos devem ser acondicionados em sacos de aniação e/ou similar.

Art. 19º — Para fins de identificação do tabaco em folha, devem constar, obrigatoriamente, em etiquetas afixadas nos fardos e/ou sacos, as seguintes indicações:

- 1) Procedência: Nome do produtor ou firma
Local
- 2) Destino: Nome da firma
Local
- 3) Variedade
- 4) Classificação: Grupo — Subgrupo
Classe — Subclasse
Tipo — Subtipo
- 5) Peso bruto
- 6) Peso líquido

DO ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE

Art. 20º — Os depósitos para armazenamento do tabaco em folha cru e os meios para seu transporte, devem oferecer plena segurança e condições técnicas imprescindíveis à sua perfeita conservação, respeitadas as exigências da legislação específica vigente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º — Os termos adotados nas presentes normas, assim como as características relacionadas com a qualidade do tabaco em folha cru, deverão ser observadas e interpretadas do seguinte modo:

TABACO EM FOLHA CRU — Também chamado de tabaco em folha “in natura”, são as folhas de tabaco submetidas à cura em Estufas (cura artificial) ou em Galpão (cura natural), sem terem passado pelo processo final de ressecagem e/ou fermentação.

TABACO DE ESTUFA — São as folhas de tabaco cru submetidas à cura em estufas ou fornos construídos especialmente para esse fim, com temperatura controlada (Flue Cured).

TABACO DE GALPÃO — São as folhas de tabaco cru submetidas à cura natural, à sombra ou galpão (Air Cured).

FOLHAS MANOCADAS — É o conjunto de 20 a 25 folhas juntadas e amarradas pela extremidade dos talos por uma folha da mesma classificação. Devem ser uniformes quanto ao tamanho, posição na planta, cor e qualidade.

FOLHAS SOLTAS — É o conjunto de folhas a granel e com talo inteiro. Todas as folhas devem ser uniformes quanto ao tamanho, posição na planta, cor e qualidade.

Art. 22º — A prova de umidade será feita sobre amostra em seu estado original, determinada em estufa elétrica à temperatura de 100°C durante 15 horas, ou a 110°C durante 3 horas e 30 minutos.

Art. 23º — Os certificados de Classificação será válidos pela prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da sua emissão.

Art. 24º — Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Técnico competente do Ministério da Agricultura.

ANEXO 2

Classificação do tabaco em folha

CLASSES

Segundo a posição da folha na planta

T - Ponteiros

Últimas folhas, em torno de 5

B - Meelras

Folhas do meio superior da planta, em torno de 7

C - Semimeelras

Folhas do meio inferior da planta, em torno de 6

X - Baixeiras

Primeiras folhas, em torno de 5

SUB-CLASSE

Segundo a cor das folhas

L - Folhas cor limão

O - Folhas cor laranja

R - Folhas com mais de 50% de cor acastanhada com fundo laranja ou limão.

TABACO EM FOLHA

GRUPO ESTUFA

Sub-Grupo Segundo Acondicionamento das Folhas	Classe Posição na Planta	Sub-Classe Coloração das Folhas	Tipos Qualidade	Sub-Tipos Anormalidades	Resíduos
FM- Folhas Manocadas	T	O - Laranja	1	K	SC (Fragmentos de Lâminas)
	B	L - Limão	2	G2	
	C				
FS- Folhas Soltas	X	R- Acastanhado	3	G3	ST (Fragmentos de Talos)

CLASSIFICAÇÃO DE FUMO — GRUPO ESTUFA

Combinando-se Classe, Sub-Classe, Tipos e Sub-Tipos, obtém-se 48 classificações:

T01	TL1	TR1		C01	CL1	CR1	
T02	TL2	TR2	T2K	C02	CL2	CR2	C2K
T03	TL3	TR3	T3K	C03	CL3	CR3	C3K
B01	BL1	BR1		X01	XL1	XR1	
B02	BL2	BR2	B2K	X02	XL2	XR2	X2K
B03	BL3	BR3	B3K	X03	XL3	XR3	X3K
				G2		SC	
				G3		ST	

Para obter maiores informações procure o Ministério da Agricultura ou a Secretaria da Agricultura.

COLABORAÇÃO: Souza Cruz ★

CLASSIFIQUE MELHOR O TABACO EM FOLHA

GRUPO ESTUFA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

INTRODUÇÃO

A comercialização de produtos agrícolas, feita sob condições normativas, orienta e instrui os produtores, assegurando preços justos e remunerando melhor os produtos de qualidade.

Visando normatizar e orientar a classificação do tabaco em folha, foram assinadas as portarias 875 de 22/09/78 e 309 de 02/10/80, para regular a sua comercialização.

Tabaco de estufa é constituído de folhas submetidas à secagem em estufas, com temperatura controlada, incluindo-se neste grupo todas as cultivares de Amarelinho e Virginia.

PRINCIPAIS DEFEITOS

1. De Cura e Secagem

a. Talo Mole

Folhas com a nervura central úmida em função de secagem incompleta.

b. Torrado

Folhas torradas, avermelhadas por excesso de calor, no processo de cura e secagem.

c. Escaldado/Cozido

Temperatura muito alta e ventilação insuficiente no período de secagem da lâmina.

d. Esverdeado

Folhas com coloração esverdeada decorrente de colheita prematura ou amarelção insuficiente. Folhas verde capim não tem valor comercial.

e. Manchas de Umidade

Ao longo da nervura central. Queda de temperatura dentro da estufa durante a fase de secagem do talo.

2. De Conservação

a. Mofo

Folhas afetadas por fungos, que apresentam alteração da cor e do aroma característico de tabaco.

b. Podre/Ardidas

Folhas excessivamente mofadas ou fermentadas, em estado de decomposição, com cor alterada e aroma não característico.

c. Umidade

Folhas curadas e que, sem proteção, adquirem excesso de umidade do ar, ou são umedecidas propositalmente, apresentando umidade superior a 17%.

d. Excesso de defensivos

Folhas com sinais evidentes de aplicação excessiva de defensivos. Não tem valor comercial.

3. De Classificação

a. Mistura de Classe

Folhas de posições diferentes da planta, misturadas na manoca ou no fardo.

b. Mistura de Subtipo K

Folhas de boa qualidade misturadas com folhas queimadas pelo sol, torradas, escaldadas, acinzentadas ou esbranquiçadas.

c. Mistura de Subtipo G

Folhas de coloração laranja, limão ou acastanhadas, misturadas com folhas esverdeadas.

d. Mistura de Folhas Podres

Folhas saudáveis misturadas com folhas apodrecidas ou em decomposição.

LASSES: Segundo a posição das folhas na planta.

- 1*) **T ou Ponteiros:** São as últimas folhas na parte superior da planta, em torno de cinco.
- 2*) **B ou Meesiras:** São as folhas situadas no meio superior da planta, em torno de oito.
- 3*) **C ou Semimeesiras:** São as folhas situadas no meio inferior da planta, em torno de sete.
- 4*) **X ou Baixeiras:** São as primeiras folhas da planta, em torno de cinco.

SUB-CLASSE: Segundo a coloração das folhas.
O tabaco de folha cru, do grupo galpão terá apenas uma sub-classe (L) atribuída às folhas de coloração castanho-claro.

TABACO EM FOLHA
GRUPO GALPÃO

Sub-Grupo Segundo Acon- dicionamento das Folhas	Classe Posição na Planta	Sub-Classe Coloração das Folhas	Tipos Qualidade	Sub-Tipos Anormalidade
FM - Folhas Manocadas	T	L - Castanho- Claro	1	K
	B		2	G
FS - Folhas Soltas	C		3	N
	X			

CLASSIFICAÇÃO DE FUMO – GRUPO GALPÃO				
	B1L*	C1L*	X1L*	
	B1*	C1*	X1*	N
T2L	B2L	C2L	X2L	
T2	B2	C2	X2	G
	B3L	C3L		
	B3	C3		
TK	BK	CK	XK	
*Tipos (qualidade) 1 existentes somente no Fumo Burley				

Para obter maiores informações procure o Ministério da Agricultura
ou a Secretaria da Agricultura

Colaboração Souza Cruz ✪

CLASSIFIQUE MELHOR
O TABACO EM FOLHA

GRUPO GALPÃO

Ministério da Agricultura
Secretaria Nacional de Abastecimento

INTRODUÇÃO

A comercialização de produtos agrícolas, feita sob condições normativas, **orienta e instrui os produtores**, assegurando preços justos e remunerando **melhor os produtos de qualidade**.

Visando normatizar e orientar a classificação de tabaco em folha foram criadas as portarias 875 de 22.09.78 e 309 de 02.10.80, para regular a sua comercialização.

Tabaco Galpão é constituído de folhas submetidas a cura e secagem natural em galpão, incluindo-se neste grupo todas as cultivares de Burley e Common.

PRINCIPAIS DEFEITOS

1. De Cura e Secagem

a. Talo Mole

Folhas com a nervura central úmida em função de secagem incompleta.

b. Esverdeado

Folhas com coloração esverdeada decorrente de colheita prematura ou amarelção insuficiente. Folhas verde-capim não tem valor comercial.

c. Manchas de Umidade

Manchas escuras ao longo das nervuras, ocasionadas por excesso de umidade durante a fase de secagem.

d. Manchas Claras (estufadas)

Decorrentes de cura e secagem rápida, em condições de baixa umidade de ar e altas temperaturas.

2. De Conservação

a. Podre/Ardida

Folhas em decomposição, que perderam a textura natural, em decorrência do excesso de umidade.

b. Umidade

Folhas curadas e que sem proteção, absorvem excesso de umidade do ar, ou são umedecidas propositalmente, apresentando umidade superior a 17%. Fumo enfardado acima desta umidade inicia fermentação que num estágio mais adiantado ficará ardido e poderá apodrecer.

c. Matérias Estranhas

São todos os corpos estranhos enfardados junto às folhas, tais como: areia, pedaços de caule, pedaços de barbante, etc.

d. Excesso de Defensivos

Folhas com sinais evidentes da aplicação excessiva de defensivos. Não tem valor comercial.

3. De Classificação

a. Mistura de Classe

Folhas de posições diferentes da planta, misturadas na manoca ou no fardo.

b. Mistura de Subtipo K

Folhas de boa qualidade misturadas com folhas acinzentadas ou com manchas amareladas.

c. Mistura de Subtipo G

Folhas normais misturadas com folhas esverdeadas.

d. Mistura de Folhas Podres

Folhas sadias misturadas com folhas apodrecidas, ardidas ou em decomposição.

ANEXO 3

Projeto de Lei nº 118/87

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI 118/87

*Dispõe sobre a classificação e recebimento
do fumo na saída da fonte de produção.*

Deputado Mário Limberger

PROJETO DE LEI 118/87

Dispõe sobre a classificação e recebimento do fumo na saída da fonte de produção.

Art. 1º — A classificação do fumo, de estufa e de galpão, quando da aquisição pelas empresas e firmas industriais, exportadoras e de comercialização em geral, será efetuada na fonte de produção, com a participação do produtor-vendedor, da firma compradora e de representante do órgão de classificação vegetal a nível estadual.

§ 1º — O produtor-vendedor poderá contar com a assistência do representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais ou de sua Cooperativa.

§ 2º — A classificação obedecerá às especificações do Ministério da Agricultura.

Art. 2º — O local de operação da classificação será fixado em cada Município ou Distrito, de comum acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, a Cooperativa e a Prefeitura Municipal e tornado público ao menos 10 (dez) dias antes do início da comercialização.

§ Único — Este local, de preferência será junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Cooperativa ou Prefeitura Municipal, ou filiais destas entidades.

Art. 3º — A classificação constará no verso da respectiva Nota Fiscal, que, para ter validade, deverá receber o visto do produtor-vendedor, da firma compradora e do técnico do órgão encarregado da classificação vegetal a nível estadual.

§ Único — No caso do produtor-vendedor ser analfabeto, este transmitirá sua concordância por intermédio de uma pessoa de sua confiança, que em nome do mesmo aporará sua assinatura, a rogo.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1987.

Deputado MÁRIO LIMBERGER

JUSTIFICATIVA

A vontade dos pequenos agricultores que se dedicam ao plantio e cultivo do fumo inspira este Projeto. Durante a campanha eleitoral, reiteradas vezes, agricultores manifestaram desejo de que a aquisição do fumo pelas indústrias passasse a ser feita num local que lhes permitisse, de fato, acompanhar a classificação do produto. Posteriormente, reuniões com Sindicatos de Trabalhadores Rurais apenas universalizaram esta disposição. Por isso, estamos encaminhando este Projeto de Lei, que dispõe sobre a classificação e recebimento do fumo na saída da fonte da produção.

É importante lembrar que em tempos passados os fumicultores já negociavam seu produto nas próprias comunidades, através dos chamados “postos de compra” que representavam os interesses das indústrias. Mas que, se por um lado permitiam o acompanhamento da classificação junto à fonte de produção, por outro lado criavam a figura do intermediário, desfavorecendo tanto a produtores, quanto a indústrias.

Conforme dados da Associação dos Fumicultores do Brasil, existem hoje no Rio Grande do Sul 49 mil agricultores que cultivam o fumo, numa média de 5,4 pessoas por família. É da mesma fonte a informação de que a produção se dá em 136 municípios gaúchos, numa média de 2,2 hectares por família, o que caracteriza a cultura nitidamente de minifúndio.

Essas mais de 200 mil pessoas produzem fumo que é adquirido por mais de 20 indústrias, sendo que a quase totalidade é de multinacionais, que recebe entre 130 e 140 mil toneladas do produto, dos quais 91% fumo de estufa.

A fiscalização da classificação por delegação do Ministério da Agricultura é feita por técnicos da Clavesul, que acompanham a entrega do produto junto às indústrias compradoras.

O que pretende este Projeto é exatamente definir o local de comercialização do fumo. Atualmente as indústrias comercializadoras recebem o produto no local de produção, mas só o classificam e efetivamente o adquirem em seu próprio parque industrial, ficando o risco de transporte por conta do produtor. Isto é, a perda de qualidade por intempérie, o risco de um acidente ou a perda de um fardo ficam por conta do pequeno agricultor. Além disso, um caminhão transporta a produção de várias famílias, o que inviabiliza o seu acompanhamento até o local de classificação.

Há que se considerar também a distância entre os locais de produção e as sedes das indústrias. Daí por que o valor do fumo fica dependendo exclusivamente da classificação atribuída pela empresa compradora.

Ora, há muito tempo os produtores manifestam insatisfação quanto à classificação atribuída ao fumo, pelos classificadores da empresa que adquire o produto. E a tal ponto reclamam, pois a experiência lhes tem mostrado que em safras abundantes é atribuída classificação inferior, enquanto em anos de escassez, o fumo é melhor classificado.

Então, se pelas dificuldades enfrentadas o pequeno produtor não consegue acompanhar seu produto, é evidente que a classificação será sempre de acordo com os critérios da empresa compradora. Além do mais, mesmo que o agricultor esteja presente ao ato de classificação, não tem suporte econômico para dizer não à indústria e retornar com seu produto para casa.

Em sucessivas reuniões e encontros para discussão deste Projeto, os produtores manifestaram estranheza pelo comportamento das indústrias que compram o fumo. Relatam que a produção é orientada pelos chamados instrutores, que são funcionários das empresas, desde o plantio até a classificação. No entanto, na hora de comercializar, a classificação para aquisição muitas vezes está aquém do esperado pelo produtor. E lamentam que esta divergência entre técnicos da mesma empresa, uns de campo e outros de compra, acabe sistematicamente em prejuízos dos agricultores.

O que este Projeto pretende é dar poder de barganha ao pequeno produtor. A essas quase 50 mil famílias que produzem em propriedades pequenas, claramente de minifúndio e que têm que comercializar sua produção com grandes empresas. O que pretendem estes produtores e deseja este Projeto é fazer com que a comercialização se dê junto à fonte de produção, o que é perfeitamente viável. Até mesmo porque o período de comercialização do fumo, vai de janeiro a junho, pois o plantio se dá em épocas diferentes em função do clima e da altitude de cada região.

Além disso, a necessidade do visto de um técnico do serviço oficial de fiscalização vai assegurar a presença de um “árbitro” para casos de divergência na classificação, entre produtor e indústria compradora. Vale salientar que já existe uma legislação para efeitos de classificação e técnicos treinados especialmente para isso.

É importante considerar dentro de todo este quadro, que o Brasil é um tradicional exportador de fumo e que o Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional.

Não se pode, sob risco de grave erro, ignorar que uma classificação inferior significa menor rendimento ao produtor, embora necessariamente não implique em redução no faturamento da empresa compradora. E quando o produto é classificado abaixo do seu real enquadramento, são prejudicadas mais de 200 mil pessoas que vivem do cultivo do fumo. É retirado di-

nheiro de pequenos produtores, reduzindo a possibilidade e oportunidade de melhoria da vida na zona rural, aumentando a angústia de quem vive de uma atividade cujo resultado não depende apenas da vontade de produzir, mas até das condições climáticas.

Já uma classificação adequada além de melhorar a remuneração do produtor, ainda significa incentivo à melhoria da qualidade do fumo. Não se pode esquecer que esta lavoura exige dedicação permanente por parte do agricultor e é de alto custo, porque emprega tecnologia avançada.

Por fim, cumpre ressaltar que este Projeto, ao ser transformado em Lei, gera benefícios em cadeia, do produtor à indústria, do município ao país. Ao produtor, porque terá seu produto mais valorizado; à indústria, na medida em que há incentivo na produção do fumo; ao Estado que terá aumentado o ICM e ao País, como exportador, porque oferecerá ao mercado internacional produto de qualidade superior.

Sala de Sessões, em 29 de junho de 1987.

Deputado MÁRIO LIMBERGER

ANEXO 4

Projeto de Lei nº 169/88

Art. 2º - O art. 3º da Lei nº 8.592, de 65 de maio de 1926, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 1921.”

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1928.

Deputado Alair Lorenzon
Presidente

Deputado Carrion Junior
1º Vice-Presidente

Deputado Nestor Flips Schnelder
2º Vice-Presidente

Deputado Luiz Fernando Staub
1º Secretário

Deputado Antônio Brasil Casús
2º Secretário

Deputado José Fortunati
3º Secretário

Deputado Gleno Scherer
4º Secretário

JUSTIFICATIVA

Visto o presente Projeto de Lei a permitir que servidores contratados do Estado, à disposição da Assembleia Legislativa, possam exercer função gratificada, quando designados para função de livre escolha, definidas no § 1º do art. 17 da Lei nº 8.191, de 20 de dezembro de 1972.

PROJETO DE LEI Nº 169/68

DEPUTADO LOURENÇO PIRES

Revoga a Lei nº 8.526, de 21 de janeiro de 1928.

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 8.526, de 21 de janeiro de 1928.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1968.

Deputado Lourenço Pires

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.526, de 21 de janeiro de 1928, que dispõe sobre o local de classificação e recebimento do fumo, ao contrário de favorecer os produtores, como se propõe, na verdade cria sérios problemas a todas as partes envolvidas, com custos consideráveis que a lei simplesmente encara, não se sabendo a quem irão onerar.

As relações entre indústria e fumicultores atingiram, a partir do ano passado, um estágio de grandes avanços em favor do produtor, e a correção diária do preço do produto é a principal das conquistas. Outra é que o frete da fonte de produção até o estabelecimento da indústria já corre por conta desta última, no passo que a Lei nº 8.526 acaba obrigando o produtor a arcar com o transporte do seu produto até o posto de classificação e comercialização, onde além disso o fumo, em consequência do manuseio, perde aproximadamente 1% de seu valor com a quebra de volume, além de ter sua quantidade afetada.

A implantação de postos de classificação e recebimento nos municípios e distritos implica numa infra-estrutura — que a Lei nº 8.526 simplesmente ignora — em armazéns, balanças e outros equipamentos que as indústrias possuem em seus estabelecimentos.

Acresce que os produtores, sem interesse nos acenos de vantagens ilusórias da nova lei de recebimento e classificação do fumo, acabam de firmar um protocolo com a indústria, acordando sobre o preço, forma de pagamento, comercialização e classificação do produto, além de outros itens, em que “a indústria do fumo se compromete a adquirir em seus estabelecimentos industriais, independente de quantidade e qualidade, toda a produção de fumo da safra 1938/39 proveniente de produtores registrados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em conformidade com os preços estabelecidos e acordados neste protocolo, obedecendo os critérios de classificação estabelecidos pelas portarias 875 e 309 do Ministério da Agricultura”. Este protocolo, que oferece aos produtores vantagens que nenhuma outra cultura garante neste País, foi firmado pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETASC), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAPR), Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAPSC) e Sindicato da Indústria do Fumo no Estado do Rio Grande do Sul (SINDIFUMO).

Se todas essas entidades representativas dos trabalhadores rurais ignoram ostensivamente os termos da Lei nº 8.526, como realmente o fizeram no mencionado protocolo com a indústria do setor, é ocioso insistir na inoportunidade da norma aprovada nesta Casa para vigorar a partir da próxima safra, cujas disposições não fazem mais que interferir indevidamente numa relação que está tão boa a ponto de dispensar a interferência do Estado. O que de fato os produtores de fumo esperam é que, seja onde for a comercialização, o Estado esteja presente com seus classificadores em número suficiente para assegurar-lhes a tranqüilidade no negócio.

São razões claras e suficientes para que esta Assembleia Legislativa corrija a sua decisão e revogue a Lei nº 8.526, aprovada recentemente por insuficiência de clareza e de informações sobre os reflexos práticos de seu conteúdo e sobre a verdadeira situação do setor fumageiro.

Deputado Lourenço Pires

ANEXO 5

Protocolo - preço do fumo - safra 1988/89

PREÇO DO FUMO — SAFRA 1988/89 — PROTOCOLO

PROTOCOLO que celebraram entre si - fruto de negociações preliminares devidamente contidas na carta de intenções, celebrada em 22-04-88 pelas partes que este subscrevem e aprovadas pelas entidades intervenientes em assembleias classificadas, respectivamente convocadas para tal - de um lado, o SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO (SINDIFUMO) e, de outro, a COMISSÃO INTERESTADUAL REPRESENTANTE DOS PRODUTORES DE FUMO, da Região Sul, composta pelas entidades seguintes: Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), Federações dos Trabalhadores na Agricultura nos Estados do Rio Grande do Sul (FETAG RS), Santa Catarina (FETAESC), Paraná (FETARP) e Federações da Agricultura nos Estados do Rio Grande do Sul (FARSUL) e Santa Catarina (FAESC), por seus respectivos representantes signatários, com base no acordo negociado na safra passada que asseguram ao produtor o preestabelecimento do preço do fumo e a sistemática de sua correção antes do plantio, nas seguintes condições:

1 — FORMAÇÃO DO PREÇO BÁSICO

O preço básico da safra 1988/89, nas classes determinadas pelas Portarias 975 e 367 do Ministério da Agricultura, dos fumos PE Virgínia, PE Amarelinho, FG Comm e FG Burley será obtido pela aplicação do índice de 6% (seis por cento), sobre os preços praticados em 31-03-88.

O percentual concedido sobre a tabela vigente em 31-03-88, representa um aumento acumulado de 532,22% sobre a tabela vigente em 31-03-87, ou seja 14,32 pontos percentuais acima da inflação oficial no mesmo período.

A tabela básica em 31-03-88 está reproduzida no anexo 1 deste protocolo.

2 — CORREÇÃO MENSAL DO PREÇO DO FUMO

Fica assegurada ao preço básico resultante do item anterior a correção mensal acumulada pelo índice de inflação oficial que ocorrerá entre 01 de abril de 1988 e 31 de dezembro de 1988.

3 — CORREÇÃO DIÁRIA DURANTE A COMERCIALIZAÇÃO

Fica assegurado a partir de 01-01-89 que o preço alcançado em 31-12-88, conforme item anterior sofrerá um acréscimo correspondente à variação diária da OTN Fiscal durante todo o período de comercialização da safra 1988/89.

Parágrafo único - As vendas de fumo efetuadas antes de 31-12-88 serão remuneradas pela inflação acumulada entre 01-04-88 até o último dia do mês anterior ao fechamento e mais a correção diária pela OTN Fiscal até a data da emissão da Nota Fiscal de compra.

A variação diária da OTN Fiscal será aplicada sobre cada classe, obedecendo os arredondamentos feitos pelo sistema universal.

Não havendo publicação da OTN Fiscal nos feriados bancários, inclusive carnaval e semana santa, competirá ao SINDIFUMO calcular um fator proporcional e crescente de correção, levando em consideração uma ponderação entre OTN Fiscal do último dia de compra e a OTN Fiscal publicada para vigorar no 1º dia útil seguinte.

Se antes do início ou durante a comercialização da safra 1988/89 a publicação da OTN Fiscal for suspensa ou interrompida e ou havendo disposição legal impedindo o seu uso na correção de preços, prevalecerá o seguinte, pela ordem:

a) será adotado o índice diário que a substituir e atender a exigência de acompanhar a inflação ao final de cada mês.

b) inexistindo este índice a compra continuará sendo feita pelo preço corrigido até a data do impedimento, resguardando o direito do produtor de receber a complementação através de uma nota fiscal complementar, tão logo seja definida o assunto.

c) ocorrendo o item 3 letra "b" anterior será convocada uma reunião entre produtores e indústria para definirem, no mais curto espaço de tempo, a nova sistemática a ser adotada.

O SINDIFUMO informará diariamente às Companhias Associadas no final do expediente do dia anterior o fator de variação da OTN Fiscal a vigorar no dia seguinte.

4 — PRAZO DE PAGAMENTO

O prazo de pagamento das compras de fumo, obedecerá os seguintes critérios de conformidade com a tabela explicativa abaixo:

DATA DE ENTREGA		DATA DE PAGAMENTO	
	Dia		Dia
2.ª Feira	1	2.ª Feira	8
3.ª Feira	2	3.ª Feira	9
4.ª Feira	3	4.ª Feira	10
5.ª Feira	4	5.ª Feira	11
6.ª Feira	5	6.ª Feira	12
Sábado	6	2.ª Feira	15

e assim sucessivamente.

Parágrafo único -- A fim de facilitar o crédito automático em conta nos preços estipulados, o produtor poderá solicitar que a ordem de pagamento bancária contenha o número de sua conta corrente.

5 — COMERCIALIZAÇÃO

A indústria do fumo se compromete a adquirir em seus estabelecimentos industriais, independente de quantidade e qualidade, toda a produção de fumo da Safra 1988/89 proveniente de produtores registrados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em conformidade com os preços estabelecidos e acordados neste protocolo, obedecendo os critérios de classificação estabelecidos pelas Portarias 875 e 309 do Ministério da Agricultura.

5.1 — FISCALIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

O ato de comercialização, nos estabelecimentos industriais, será acompanhado por fiscais do Ministério da Agricultura ou seus prepostos oficiais, bem como de parte do produtor. Gestões em conjunto serão realizadas para assegurar o serviço de fiscalização.

5.2 — PORTARIA 875 — UMIDADE E CLASSIFICAÇÃO UNIFORME

No ato da assinatura deste protocolo os representantes dos produtores assumem o compromisso de juntamente com a indústria orientarem os produtores em relação ao grau de umidade e à uniformização na separação das classes de fumo, conforme estabelecido nas portarias 875 e 309 do Ministério da Agricultura.

6 — INSUMOS AGRÍCOLAS SAFRA 1988/89

Os preços dos fertilizantes e outros insumos agrícolas em vigor em 31-03-88, necessários para a safra 1988/89 e constantes da tabela publicada pelo SINDIFUMO, serão corrigidos diariamente pela variação da OTN Fiscal até a data de seu faturamento.

Em caso de impedimento legal ou não-publicação da OTN Fiscal, aplicar-se-ão aos preços da tabela em questão, os mesmos critérios usados para a correção do preço do fumo.

A tabela de insumos agrícolas em 31-03-88 está reproduzida no anexo 2 deste protocolo.

7 — FRETES

As despesas com fretes obedecerão aos seguintes critérios:

a) fumo dos produtores nos estabelecimentos industriais terão seus fretes por conta das empresas fumageiras.

b) fumo desclassificado no ato da compra e os insumos terão fretes pagos pelos produtores.

8 — ENCARGOS FINANCEIROS SOBRE INVESTIMENTOS

Fica assegurado aos produtores conforme já ocorreu em anos anteriores, o reembolso pelas empresas dos encargos financeiros decorrentes dos financiamentos de construções/ampliações de: estufas, galpões e palcos, que representem aumento real da capacidade de cura/produção, formalizados de acordo com as normas do Crédito Rural, estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Cabe aos produtores a responsabilidade de manter produtivas as unidades financiadas conforme o parágrafo anterior, sob pena de perda do reembolso.

9 — LEVANTAMENTO CONJUNTO DE CUSTOS — PESQUISA

A comissão técnica mista formada pelos representantes dos produtores e indústria irá providenciar os necessários ajustes na pesquisa de custos atualmente em andamento visando a compatibilizar o seu cronograma e metodologia com a necessidade de pré-fixação do preço do fumo antes do início do plantio.

10 — DISPOSITIVOS LEGAIS

Em caso de decretação de medidas econômicas reguladoras de preços entre a data deste termo de compromisso e do encerramento da comercialização da Safra 1988/89, o preço aplicável de acordo com este protocolo obedecerá às disposições legais que lhe forem aplicáveis, sempre respeitando os termos do mesmo.

11 — EXPECTATIVAS

As partes aguardam que o Governo desenvolva no decorrer dos próximos 12 meses uma política cambial, tributária e de aumento nos preços dos cigarros ajustados ao aumento do custo do fumo aqui preestabelecido, a fim de propiciar a continuidade e o pleno desenvolvimento das atividades das partes envolvidas.

Santa Cruz do Sul, 04 de maio de 1988.

AFUBRA

FETAESC

FARSUL

SINDIFUMO

FETAG

FETAEP

FAESC

(As assinaturas estavam ilegíveis).

ANEXO 6

Depoimentos de Harry Werner e Hainsi Gralow na
"Comissão Especial do fumo" - Assembléia Legislativa
- RS - 1980

O SR. PRESIDENTE – Damos por abertos os trabalhos da Comissão Especial que trata da problemática da fumicultura do Estado do Rio Grande do Sul. E hoje, com imensa satisfação, nós recebemos a visita do Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil, nosso amigo Harry Antônio Werner e o Secretário Geral da Associação Hainis Gralow.

O objetivo principal dos nossos trabalhos foi convidá-los para trazer subsídios para esta Comissão e que podemos antecipar, vai enriquecer o conteúdo do relatório que esta Comissão vai futuramente encaminhar ao setor da produção agrícola do Estado e do País.

Vamos passar a ouvir o Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil, Sr. Harry Werner, e seu assessor pode intervir, também se quiser, no decorrer da palestra. O meu sistema tem sido um diálogo, portanto os Srs. estão à vontade e vamos iniciar os trabalhos com a palavra do nosso amigo Harry Werner.

O SR. HARRY ANTÔNIO WERNER – Em primeiro lugar, em nome da Associação dos Fumicultores do Brasil, eu quero agradecer à Comissão que foi instituída aqui na Assembléia Legislativa, que, segundo sei, quer tomar conhecimento dos problemas que envolvem a fumicultura rio-grandense, nos dando assim uma oportunidade de participarmos com a nossa parte em defesa do interesse da fumicultura gaúcha e estendê-la mais. Falando em fumicultura brasileira, o Rio Grande do Sul como maior estado produtor, de fato tem que ser o pioneiro, tem que tomar certas atitudes em defesa desta cultura, no entanto, envolve ainda Santa Catarina e Paraná. Portanto, eu disse que é uma atitude pioneira da Assembléia, neste sentido, e desejamos que não fique apenas nos arquivos e que se estendam as conclusões desta Comissão às Assembléias Legislativas de Santa Catarina e do Paraná, porquanto estes três Estados formam uma unidade só, quando se fala em problemas comuns.

Gostaria de saber se o maior objetivo da Comissão é analisar a situação do fumicultor de hoje, para tomar medidas saneadoras amanhã?

O SR. PRESIDENTE – É exatamente o nosso pensamento e a nossa preocupação o problema atual do nosso fumicultor e da nossa fumicultura, porque, como sabem, o Presidente da AFUBRA que tem se debatido inúmeras vezes para solução deste problema.

O SR. SILVÉRIUS KIST – Gostaríamos de mostrar, depois, dentro do nosso relatório, que a situação do fumicultor de uns anos para cá está piorando e o porquê.

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – A fumicultura aqui no Rio Grande do Sul teve o seu início, no sentido econômico, a partir de 1900. No decorrer da década, 1910, 1920, nós tínhamos no interior do Rio Grande do Sul diversas indústrias pioneiras de industrialização do tabaco produzido na época, que era somente o fumo de galpão comum.

Então, havia fabriquetas em Pelotas, em Rio Grande, em Santa Cruz, as três cidades que iniciaram. Isto foi mais um tipo de artesanato. De 1920 em diante, tomou um aspecto mais empresarial a industrialização do fumo e foi introduzido o fumo de estufa.

Em Santa Cruz, a primeira fábrica que começou a comercializar o fumo de estufa foi a Souza Cruz e a Companhia de Fumo. Então foi introduzida a cultura do fumo de estufa que tomou, em parte, o lugar do fumo de galpão comum.

O desenvolvimento de 1930 a 1940 foi acentuado e os primeiros problemas na comercialização surgiram na década de 1940 a 1950. Atribui-se isto ao incentivo um pouquinho desregrado, e em 1946, 47, 48 nós chegamos numa época em que se verificou uma superprodução e, conseqüentemente, a maior parte das firmas compradoras de então não tinham nem condições de adquirir o produto. E o produtor na época estava fadado a ficar com a sua produção no galpão. Naquela oportunidade socorreu a comercialização do fumo a Companhia

Entretanto só de duas classes, F2 e F3, que eram as classes mais inferiores da classificação total e, naquela época, mais ou menos em torno de 50% dos produtores entregavam a sua safra que se compunha dos melhores produtos até os piores para a classe F2 e F3. Era A, B, C, D, E, 2E, F1 tudo ia para a F2. Então, na descarga, quando tiravam a lona do caminhão, viam-se aqueles fumos bonitos e, o recebedor advertia: "mas nós estamos apenas comprando o F2". E eles diziam que tudo aquilo era F2, para se verem livre do fumo e para o produtor sentir um pouco o resultado do trabalho dele.

Esta foi, acho eu, as páginas mais negras da fumicultura gaúcha. Mesmo assim, com todos estes altos e baixos, a fumicultura ia se desenvolvendo.

Na década de 50 e 60, nos primeiros 5 anos, de 50 a 55 existia o Sindicato da Indústria de Fumo de Santa Cruz, basicamente comandado por um grupo e que baixava editais, nas mais diversas formas, tirando toda a possibilidade de livre comercialização do seu produto ao produtor. Então, em 1955, nós resolvemos fundar uma Associação dos Plantadores de Fumo.

Na época era Associação dos Plantadores de Fumo do Rio Grande do Sul. Recolhemos diversos jornais que publicavam estes editais e levamos para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados, provando que estavam, disfarçadamente, organizando um truste. E conseguimos, já neste primeiro ano, até meados de 1956, contornar um pouco a situação.

De 1960 em diante a situação do plantador de fumo, gradativamente, ia melhorando. Com a melhoria do mercado, controle de área, plantada, conseguiu-se um maior senso de responsabilidade por parte do comprador, de ele admitir, única e exclusivamente, o número de produtores capazes de absorção das novas idéias.

De 1960 a 1970 mais uma vez surgiu um problema de excedentes de safra. A produção na época, já participando Santa Catarina e Paraná, o volume da produção, mais uma vez, ultrapassou a capacidade de industrialização. Mas o produto não ficou nas mãos do produtor e, sim, formaram excedentes não comercializáveis nas firmas compradoras. Então, em 1970, 71, por uma medida tomada pelo Governo Federal, houve a negociação de todos os excedentes que tínhamos nos três Estados, para uma exportação, onde inclusive a Rússia teve boa participação na aquisição e limpavam os armazéns. Em 1971, 72 com o problema que havia surgido na Rodésia, diversos grupos internacionais, ou como hoje não mais conhecidos, as multinacionais, pela situação política e pelas restrições impostas pela Grã-Bretanha, a Rodésia se transferiram em boa parte aqui para o Brasil.

Então, de 1971, 72 até 1978 nós estávamos em franca evolução, a participação destas multinacionais que vieram, tem um lado positivo, tonaram conhecido o fumo brasileiro no universo. E com isto é óbvio que houve um incentivo do cultivo, o que não era desconhecido por ninguém, pois olhando a produção de 1970 até aqui, vemos que a produção triplicou.

Nós podemos dizer que não houve problema na área do fumo. Em 1978 começa mais uma vez a página negra da história do fumo no Sul do Brasil. Em 1978, 1979 houve frustração. O aumento dos preços já não obedeceu bem aqueles critérios da época, entretanto pela política de preços do produto agrícola, o fumo sempre se sobressaiu, ele sempre dava maior vantagem, maior segurança para o plantador de fumo, comparado o cultivo de qualquer outro produto agrícola.

O aviltamento de preços iniciou em 1978, não tanto pelos aumentos dos preços fixados, mas pela frustração sofrida, tanto em quantidade como na qualidade.

necessidade de nossa participação na conquista de novos mercados, porque o mercado interno estava saturado, e, para que nós pudéssemos expandir a lavoura, havia necessidade de conquistar novos mercados. E, para conquistar um novo cliente, é preciso oferecer vantagens, porque se não oferecer vantagens não se consegue um novo cliente. Então, durante estes 5, 6 anos nós não exigimos o máximo preço para assegurarmos a nossa participação na conquista do mercado.

Porém, quer me parecer que esta medida tomada pelos produtores, não foi muito bem interpretada pelos industriais, porquanto eles ficaram acomodados e acharam que esta participação, este sacrifício seria num prazo "sine die", a seu bel prazer. Na safra de 1978/79 tivemos um aumento de preço de 41%. E pela frustração havida, o produtor auferiu apenas 27%.

Em 1979/80 começou a "via crucis", principalmente pela contribuição do problema inflacionário do segundo semestre de 1979, circunstância esta que veio transfigurar completamente o nosso custo de produção. Este custo foi levantado nos meses de agosto e setembro, baseado nos preços praticados de maio a junho, e no recálculo desta defasagem é que se constituiu o desentendimento entre a AFUBRA e a indústria.

Na época, inclusive quando estávamos terminando a discussão, surgiu o famoso pacote econômico, surgindo, entre outras repercussões, o imposto de importação, e num percentual muito elevado pela resolução 592, de 7 de dezembro, que instituiu o imposto de exportação, de 30% sobre 70% da pauta. Feita a conversão, seria 21% sobre o preço da pauta. Era um ônus pesado e o grande argumento, na época, foi justamente o imposto de exportação.

No dia 19, 20 ou 21 terminamos as discussões, vimos que todos os recursos estavam esgotados dentro do sistema implantado desde 1961, e não iríamos atingir o necessário, interrompemos as negociações com os industriais e passamos o assunto para a esfera federal. Não sei se me fiz compreender, nesta exposição. Queria mostrar aos senhores que dentro da fumicultura nós tivemos épocas de altos e baixos, nunca foi uma linha ascendente.

Esta situação hoje pesa muito mais pela responsabilidade que o fumo exerce na economia de 711 mil pessoas que na área da produção dependem da cultura do fumo.

Em 1978/79, o número de dependentes da produção era 766.176 pessoas que dependiam, econômica e financeiramente, do fumo. Para 79/80, temos um declínio, são apenas 711.307 pessoas, o que já é um reflexo da frustração da safra 78/79 e, em virtude desta situação, nós levamos o problema para a esfera federal.

O SR. SILVÉRIUS KIST – Este pessoal que se deslocou, deixou de plantar fumo?

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – Nós tivemos, por causa dos excedentes do fumo uma desistência de 11.100 produtores. Uma desistência do amarelinho de 1.600. Então, ao todo, dá 12.700. Destes, 6.500 passaram a cultivar o Virgínia, mas efetivamente desistentes tínhamos acima de 6.000 produtores.

Quando surgiu o "Pacote" e se instituiu o imposto de exportação, nós estávamos em Alagoas, num Encontro em Arapiraca, capital do fumo do Nordeste e a situação, através desta Lei, na Bahia e de Alagoas, estava pior que a nossa do Sul, porque na época instituíram a pauta de exportação, a 2.000 dólares a tonelada e que seria de 20% sobre 2.000 dólares, quando a média do fumo bahiano e de Alagoas é 85% da produção, o preço varia de 900 a 1.200 dólares e apenas chega a 1.800 dólares, 2.000 dólares, é um percentual muito pequeno. Então, no dia 15 de dezembro, em Arapiraca, nós elaboramos um documento que foi encaminhado ao Ministro da Agricultura, solicitando sua interferência no sentido de fazer a revisão desta taxa.

acentuamos o problema da fumicultura brasileira, porque em Alagoas e na Bahia a exportação começa mais cedo. Já nessa época, o Ministro da Agricultura tomou conhecimento do problema.

O SR. HARRY ANTONIO WERNER - Então, voltando a 26 e 28 de dezembro, encaminhamos farta documentação comprovando a situação. Durante o mês de janeiro nós voltamos à Comissão de financiamento da Produção, por indicação dos próprios assessores do Ministro da Agricultura. Em princípio, o assunto tinha que ser encaminhado à Comissão de Financiamento da Produção que, através da equipe técnica da Comissão, se chegasse a uma conclusão da realidade do problema.

Então, na época, nós encaminhamos o nosso custo da produção, o custo de produção dos industriais, que foi elaborado pela FETAESC apoiado pela FETAG, mais o custo de produção da microrregião de Araranguá, Sul de S. Catarina, para que aquela Comissão usasse subsídios para chegar a uma conclusão. Quando entregamos esses documentos, falamos com o Dr. Francisco Villar, que nomeou uma Coordenadoria Especial do Fumo para dentro da Comissão. Ela concluiu seu trabalho em meados da segunda quinzena de fevereiro e, a 16 de março, pela nossa insistência, foi marcada uma reunião conjunta na Comissão de Financiamento da Produção, a FETAG, FETAESC para chegarmos a uma conclusão. Não chegaram a nenhuma conclusão. Continuavam na proposta dada: 62,5%. Conseguimos que a Comissão se pronunciasse sobre as suas conclusões, porque o nosso custo de produção foi concluído em princípios de dezembro, e a coordenadoria de produção na segunda quinzena segunda quinzena de fevereiro; houve um aumento de custo de 78,28% contra 70,8% em dezembro. Daí a confirmação de que a nossa reivindicação era justa e os custos em fevereiro já estavam defasados. Pedimos sem sucesso uma reunião com o Sr. Ministro da Agricultura. A CONTAG enviou um documento ao Presidente da República, relatando os fatos e solicitando sua interferência. O resultado até hoje desconhecido. Quando foi concluído o assunto da Comissão em março, foi-nos comunicado que o trabalho fora remetido aos Srs. Ministros da Agricultura e Planejamento e que a conclusão final seria dada por eles. Sugeriram-nos que usássemos todos os meios possíveis para pressionar pela nossa reivindicação. A própria Assembleia, através dos Deputados Silvério Kist e Ivo Mainardi, remeteu telegramas, telex, a Deputados Federais, a Prefeitos de vários municípios, às Secretarias de Agricultura dos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nada! No mês de abril, interrompemos o trabalho que caiu no silêncio. No começo de maio, reavivamos o problema e, através dos Deputados Silvério Kist e Nelson Marchezan, conseguimos levá-lo à mesa do Ministro Delfim Neto. Fizemos uma exposição profunda e na oportunidade o Ministro disse que algo faria, embora tivesse que estudar o problema.

Para mim serviu. Era a palavra de um Ministro. S. Ex.^a iria nomear uma Comissão Especial para que, com os nossos subsídios, fazer uma análise profunda e ver a possibilidade de resolver o problema. Em doze dias, o Ministro cumpriu a palavra: nomeou a comissão da qual faziam parte elementos do Ministério da Fazenda, CACEX e Comissão de Financiamentos da Produção. Em princípios de junho, a Comissão Especial, presidida pelo Dr. Sérgio Gabinski, do Ministério da Fazenda, nos convocou, pedindo subsídios para estudos. Foram levados. Diante da intransigência dos industriais, não iríamos conseguir nada, só falavam da situação da indústria cigareira. Só. De fato, na fixação do preço do cigarro; houve um achatamento. Os jornais de Brasília já publicavam que os cigarros teriam um aumento de 35%, depois 30%, e na realidade deu 25%. É óbvio que a indústria cigareira não teria condições. Fomos, então, abordar a parte da exportação. Fizemos um cálculo da receita que o Governo Federal tinha da exportação e a carga que o exportador tinha para atender a exigência do imposto. A intenção era de que, gradativamente, o Conselho Monetário Nacional bonificasse o exportador, desse mais uma bonificação de 5% e condicionasse essa bonificação ao repasse ao produtor, atendendo nossa reivindicação. Foi esse o trabalho da Comissão para o Ministro da Fazenda. Ele estava alheio, nunca nos recebeu, disse que não tinha condições de atender a

cima da diferença do nosso custo de produção, outro, em cima da C. AFUBRA para o reajustamento, tínhamos que ter acima de Cr\$ 750,00, 583,00, 930,00. Baseado no cálculo da CFP, daria um bilhão, quatrocentos e vinte e oito milhões, cento e sessenta e oito mil cruzeiros. Demos a entender à Comissão que, se fôssemos atendidos dentro do Índice da AFUBRA, estaríamos satisfeitos. Mesmo assim, o Ministro negou. Chamou o Deputado Nelson Marchezan, para dizer que não havia condições. O Deputado disse que não iria dar tal resposta. Recebemos a comunicação do assessor do Ministro. Na oportunidade, pedi audiência com o Sr. Ministro da Fazenda, dizendo que teria uma argumentação para transmitir, ao vivo, ao Sr. Ministro. Acho que certos Ministros são muito esquecidos, e eu desejava esgotar todos os recursos, era a minha obrigação. S. Ex.^a o Sr. Ministro disse que não iria conceder audiência porque senão a opinião pública poderia pensar que haveria uma possibilidade de conceder alguma coisa. Então, tínhamos que voltar àquele que disse que algo deveria ser feito: Delfim Neto. Pedi ao Deputado que queríamos mais uma audiência com o Sr. Ministro do Planejamento. Conseguimos, e quando chegamos, o Deputado Marchezan junto, o Ministro disse que não havia tomado conhecimento do resultado dos trabalhos da Comissão Especial, ela foi constituída a seu pedido. Mas diante da nossa insistência, passaria o assunto diretamente ao seu assessor, Dr. Ikeda, que deveria encontrar uma solução. Depois de um contato com esse Técnico, este afirmou que terça-feira entregaria o seu trabalho, ao Sr. Ministro. Até hoje não foi entregue. O Dr. Ikeda telefonou a Santa Cruz dizendo da dificuldade para encontrar a fórmula da solução. O assunto está na estaca zero. O que é revoltante é a incoerência. Como disse, na instituição do imposto de importação o primeiro índice foi 20%, baixaram para 14%, depois, 12%, 10% no Conselho Monetário Nacional.

Vamos ver o que foi exportado até fins de maio: o CMN votou essa bonificação sem que nenhum desses Srs. que estavam, há meio ano, com o nosso problema em seus Ministérios, se lembrassem de condicionar o rebaixamento do índice com a obrigação de repasse. Então, não têm interesse. Até maio, exportamos 59.340 toneladas de fumo; na Bahia 6.300 toneladas. A nossa exportação, no Sul, está prevista para essa safra em cem mil toneladas; no ano passado foi de 129 mil toneladas, contra Bahia e Alagoas com 26 a 27 mil toneladas. Como ponto de partida, tomemos 100 mil toneladas, este ano. A nossa exportação, este ano, segundo previsão, dará 232 milhões de dólares, 20% sobre isso dá 46 milhões e 400 mil dólares. Com as bonificações paramos em 10%. A redução é de 50% da taxa, equivalentes a 23 milhões e duzentos mil dólares, valor real recolhido, no período de exportação, são 23 milhões e duzentos mil dólares.

A cotação do dólar, em março, era de Cr\$ 46,60; abril, Cr\$ 48,14; em maio Cr\$ 49,35; em junho, Cr\$ 51,45; em julho, Cr\$ 53,31, em agosto, Cr\$.... chegamos a uma cotação média do dólar Cr\$ 49,35. O valor em favor dos exportadores partindo dos 20% que era o seu argumento forte e que não podiam atender à reivindicação da AFUBRA, além do 62,5%. Essa bonificação importa um bilhão, 144 milhões, 920 mil cruzeiros e o reajuste importaria, em 750 milhões, 583 mil, 930 cruzeiros. Daí não sei por que todo o trabalho realizado não foi nosso. Devem-se as forças vivas, Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Deputados Federais, Secretarias de Agricultura dos três Estados, FARSUL, FETAG, FETAESC, FAES, duas Federações do Paraná, durante meio ano batalhando em cima: silêncio absoluto! Dando de presente, para aquele que não tinha mérito algum, um bilhão, cento e quarenta e quatro milhões e novecentos e vinte mil cruzeiros! Daí podem concluir, qual a situação do nosso País. E esse quadro tem que ser mudado! A próxima safra 1980-1981, não será o termômetro. Isso adiaremos ao Dr. Ikeda, quando lá estivermos, em junho. No elevador, falei da situação que nos aguarda: "Imagine o Brasil, segundo maior país exportador de fumo, a partir de 1983, para atender, a demanda interna do consumo, terá que importar!" Para a próxima safra temos certas áreas com 30% de desistência. Por outro lado, temos regiões de peso na produção onde não houve desistência. Nossa previsão de diminuição de área plantada está em 10% a 12%. Talvez a produção não seja afetada, se o plantador diminuir a área individual, por um percentual até 15%; no restante ele é capaz de ter a mesma produção.

ou até a mais. Logo, a próxima safra, 80-81, está tranqüila, o tempo está excepcional. Não será afetada. Para a safra 81-82 a nossa previsão, ainda otimista, é no mínimo 41% de desistência. Se estamos exportando, hoje, 40%, na safra de 82 o brasileiro não terá mais fumo para exportar, teremos apenas para atender à demanda com um crescimento de apenas 3%.

O SR. SILVÉRIUS KIST – Qual o valor, mais ou menos, de impostos que o Governo o tem, no caso de exportação?

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – Um bilhão, 144 milhões, 920 mil cruzeiros, só o imposto de Exportação. Esse valor é ainda acrescido de uma fração que foi exportada à época em que era 12% a 14% o imposto. Os Srs. sabem que esta parte constitui-se num mistério entre firmas, e tem que se fazer uma ginástica enorme para descobri-lo. Mesmo assim, conseguimos alguns dados. Tenho aqui, uma análise de uma exportação de 1.600 toneladas, onde 1.280 toneladas foram para os Estados Unidos, 400 para a Alemanha e pequena parte para Noruega. O preço médio do quilo do fumo exportado, pelo estudo que fiz, deu uma média de Cr\$ 137,14 o quilo que, transformado em arroba, representa Cr\$ 2.057,00 a arroba. O produtor recebe Cr\$ 519,20 e para o exportador fica Cr\$ 1.547,90. Quer dizer, três quartas partes fica para o exportador e a quarta para o produtor. Considerando isso, diferenças de preços, o lote que foi para os Estados Unidos deu Cr\$ 134,42; para a Alemanha Cr\$ 153,37.

Em rápidas pinceladas, a exposição inicial que eu faria, a pedido da Comissão, seria esta.

O SR. IVO MAINARDI – Eu me permitiria, Sr. Presidente, primeiro cumprimentar o Presidente da AFUBRA, o Sr. Secretário, pela maneira corajosa e brilhante com que expuseram o problema da fumicultura, e me permitiria formular uma série de perguntas.

A primeira, Sr. Presidente: O reingresso da Rodésia, no mercado, afetaria os interesses do Brasil na exportação do fumo?

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – No ano passado, quando estávamos discutindo o preço do fumo, também fomos apresentados àquele fantasma, o problema “Rodésia” – e muito bem arquitetado, porque sabemos em que deu o impulso na fumicultura brasileira, principalmente no que tange à exportação com referência ao retrocesso da Rodésia. Houve, então, os comentários: “O retorno da Rodésia vai ser altamente prejudicial para os interesses da fumicultura brasileira, principalmente no que tange à exportação, porque a Rodésia vai entrar no mercado, vai acontecer isto, vai acontecer aquilo.” Na época, disse a alguns elementos do Sindicato da Indústria do Fumo: “Fiquem quietos com essa pregação, porque os senhores vão me obrigar a sair do silêncio, porque isto que vocês estão apresentando é um fantasma, é um grande argumento em cima de um fato pequeno.” E os próprios importadores que vinham na época do fechamento do negócio usavam esse argumento. Então, eu tachei: “É um grande argumento para o comprador em cima de um fato pequeno.”

É sabido que os excedentes da Rodésia, em princípio do ano, eram de 105 mil toneladas – o excedente desde 1975 até 1980 –, que, divididas por 5 anos, resultam 21 mil toneladas, o que não representa nada. Outro aspecto: qualidade do fumo da Rodésia. Jamais a Rodésia vai ser aquele produtor de fumo que era de 1960, 1965. O técnico em fumo rodésiano é o branco, é o inglês, o irlandês, porque a lavoura rodésiana é empresarial, não é o que temos aqui. A área média cultivada na Rodésia – área mínima – é de 25 hectares, quando a nossa área média é de 2,3 hectares por plantador. E trabalhavam em forma de empresa. Quando houve aquele conflito racial, descambou o negócio e nunca mais vão se encontrar.

Em fevereiro, tínhamos a visita de uma comissão dos Estados Unidos, composta de Cooperativa de Equilíbrio do Fumo, o órgão regulador entre governo e produtor, e de mais um alto funcionário do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos. Perguntei a esse cidadão a opinião dos Estados Unidos sobre a Rodésia. Disse ele: “Não posso transmitir a

opinião do governo americano, mas posso transmitir a minha opinião pessoal. Em primeiro lugar, estamos acompanhando de perto os acontecimentos na área fumageira da Rodésia. Entretanto, não há receio do reingresso da Rodésia no mercado internacional do fumo, porque jamais a Rodésia vai ser aquele produtor de fumo que era. Em segundo lugar, as companhias internacionais, ou as multinacionais, jamais vão investir na Rodésia enquanto tiver essa insegurança política. Em terceiro lugar, a exportação do fumo não é simplesmente ter fumo e encontrar comprador, porque isto obedece a um trabalho muito extenso. Para que um país tenha condições de competir na comercialização do fumo em termos universais, em termos internacionais, tem que haver tradição para formular o cigarro. Toda a indústria cigareira preza uma determinada marca sua. É a mistura tem que ser uniforme de ano para ano. Então, se um fumo brasileiro, hoje, como está, faz parte da fórmula do cigarro. Então, eles não podem, de um dia para outro, decidir, por exemplo, comprar o fumo da Coreia e não do Brasil. Teriam que fazer uma reformulação do cigarro, o que levaria 5, 6 ou 7 anos. O reingresso da Rodésia, então, na comercialização do fumo tem mais esse obstáculo. E a qualidade do fumo da Rodésia está afetada e jamais vai voltar a produzir aquela qualidade que antes produzia.”

Tenho aqui um recorde da “Gazeta Mercantil” de São Paulo dos dias 19 e 22 de abril, quando a Rodésia reingressou no mercado, que diz o seguinte: “Oficialmente a Rodésia voltou ao mercado na segunda semana de abril, relata correspondente em Londres. Os resultados iniciais desses primeiros leilões públicos abertos a todos os importadores não foram impressionantes. Os observadores do mercado londrino, no entanto, acreditam que os fabricantes de cigarro somente voltarão a importar da Rodésia a médio prazo, porquanto que deixaram de comprar há 15 anos e tiveram problemas para adaptar os cigarros ao gosto do cliente.” Então, a imagem da Rodésia está clara.

Por outro lado, o fumo brasileiro que exportamos é nata, não perde em qualidade para fumo de país nenhum do mundo inteiro.

O SR. IVO MAINARDI – Sr. Harry, o senhor fez uma exposição antes sobre a maneira como o governo brasileiro se comportou com relação às reivindicações dos fumicultores. Eu perguntaria se o senhor tem conhecimento de como os governos de outros países produtores de fumo agem com relação ao plantador, no que tange a incentivos, a garantias do fumicultor, e os outros governos lhe dispensam tratamento igual ao nosso, ou se lá o fumicultor tem outras garantias?

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – Temos conhecimento da situação dos Estados Unidos, da Coreia, da China e da Argentina. Os Estados Unidos, o maior produtor de fumo, têm uma estrutura totalmente diferente. Lá, por exemplo, não planta fumo quem quer; a área de plantação do fumo é pré-fixada pelo Ministério da Agricultura, através de um departamento especial do fumo, que fixa anualmente área e quantidade; e o produtor, para aquela área plantada, tem fixada sua previsão de produção; e para essa produção, o Governo fixa o preço e garante o mercado. A comercialização, lá, é diferente; é através de leilões, que hoje, em agosto, já está em franco andamento quanto a comercialização da safra. Então, todo o fumo que não foi adquirido nos leilões é adquirido pelo governo, que forma os estoques, e comercializa a seu modo. As vendas em leilão são àquele que mais oferece. A produção que não sai nos leilões é adquirida pelo governo a preço fixado. Se um produtor americano pode produzir 500 mil libras de fumo e produz 550 mil libras, então, recebe uma multa de valor igual ao que importam essas 50 mil libras a mais; perde tudo; o governo absorve, mas o produtor não recebe nada, porque só podia fornecer 500 mil libras e não 550 mil. Isto é para eles terem um controle exato da produção.

Há dois anos, houve um problema com relação à qualidade do fumo – fumos pesados, fumos leves. Os estoques do Reino Unido, Estados Unidos, de fumo leve estavam lá em cima, praticamente com excedente não aproveitado. Então, houve o incremento do fumo pesado, para aproveitar os fumos leves na formulação de cigarros e, com o tempo, ir aliviando esses

estoques. O Governo americano fez uma proposta aos produtores: permitir um aumento de 20% de área, com o compromisso formal das 4 primeiras folhas – o que chamamos de baixa – não poderem ser colhidas. Eles aceitaram. Ai há um perfeito controle de produção, garantia de mercado e garantia de preço. Essa é a situação nos Estados Unidos.

Ainda falando sobre os Estados Unidos, a assistência técnica ao plantador é ministrada através do Ministério da Agricultura. No município, há um técnico em fumo, que entende de todo o ABC da cultura do fumo, à disposição dos plantadores para orientação.

Na Coreia, o governo favorece ao produtor indiretamente, porque subsidia a exportação. Então, o preço do fumo da Coreia, até 1978, ou melhor, o produtor coreano recebia mais dinheiro por quilo de fumo do que o próprio produtor dos Estados Unidos. Não sei se estão lembrados, mas em 1979 houve uma pequena revolta no meio dos plantadores de fumo dos Estados Unidos – até o próprio Jimmy Carter se deslocou para a Virgínia para atender à reivindicação, estudar a modalidade de amparo aos fumicultores americanos, a fim de que não surgisse problema. Então, eles cuidam dessa parte. O plantador americano, no ano passado, recebeu, por quilo de fumo, três dólares e quarenta e dois cents. O plantador coreano, na última safra, porque eles agora também estão no início da época de comercialização, recebeu dois dólares e sessenta cents. O plantador de fumo brasileiro, na última safra, recebeu sessenta e oito, sessenta e nove cents por quilo de fumo. Essa posição está gravada nessas estatísticas. (Refere-se a publicações que tem em mãos). Essa é a estatística da posição do preço médio pago ao produtor do Brasil. Pelo gráfico, podemos ver: o preço médio é auferido Brasil, Índia, Malásia, Estados Unidos e Coreia. Em 1978, o produtor coreano recebia um preço superior ao produtor americano. Agora, para 1980, o plantador americano novamente foi acima do coreano. Os preços aqui mostrados são: Estados Unidos – três dólares e quarenta e um cents; Coreia – dois dólares e sessenta e dois cents; Brasil, não chega a sessenta e três cents o que o produtor brasileiro recebe.

Agora, não podemos imaginar um fantasma nesses resultados. A área média plantada na Coreia é de três décimos de hectare – há problema de espaço. O valor do acre coreano, no ano passado, foi de trezentos e vinte e quatro mil cruzeiros – transformando o nosso dinheiro na base do dólar no ano passado –; hoje, deve estar em torno de novecentos mil cruzeiros. O custo de produção deles, por causa do investimento necessário, também é mais elevado. Mas economicamente, lá dentro, ele tem um resultado financeiro bem maior do que o produtor brasileiro.

Na Argentina, o governo subsidia diretamente o produtor. Recebemos, no ano passado, a visita de uma comissão daquele país. A cotação da safra de 1978 era de dois dólares o quilo. O industrial pagava um dólar e o governo pagava um dólar. E esse subsídio, segundo o engenheiro-agrônomo que nos visitou, a partir do ano passado, ia começar a ser cortado pelo governo, para que dentro de 5 anos não houvesse mais subsídio. Então, o corte anual é de vinte cents.

Nós, aqui, estamos subsidiando.

Voltando um pouco para onde dizia que a produção do fumo do Rio Grande do Sul teve altas e baixas, deixei de mencionar uma coisa. Naqueles anos, até início da década de 50, mais ou menos 40% ou 50% dos produtores de fumo, na venda da sua produção, até que recebessem o dinheiro, emendava ano para ano. Então, naquela época, o produtor de fumo financiava o industrial e o exportador. Financiava tudo.

O SR. IVO MAINARDI – Quais, no seu entender, as medidas que o Governo deveria tomar para preservar o interesse do nosso fumicultor?

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – Com relação a essa pergunta, segundo entendemos, tem que haver uma inversão de mais ou menos 180 graus. Não estou procurando bode expiatório, de forma nenhuma. Nós, até o ano passado, resolvemos o problema. Então, criamos uma situação muito cômoda. Não havia necessidade de interferência do Governo. Os

bilhões, através do IPI, vinham muito comodamente. A participação do Governo Federal, até hoje...

Só teve os prazeres de contar o dinheirinho e olhar para as cifras, basta dizer que a previsão do IPI deste ano é de cem a cento e dez bilhões, segundo pronunciamento do próprio Ministro da Fazenda, o fumo, participa, no exercício de 1980, com 46%.

Nós, em parte, fomos um pouco egoístas, achando que éramos bons, que podíamos resolver o nosso problema sem precisar de ninguém. A nossa briga era produtor contra indústria; levávamos algumas semanas e, ao final, chegávamos a uma conclusão – não temos gente na esfera federal que entenda alguma coisa do problema. Esta é a maior dificuldade que encontramos. Aliás, uma crítica que levantei com um dos assessores no Ministério do Planejamento, que queria dar uma de “bom” para cima de nós. Ele me disse: “Os senhores vêm hoje e querem uma solução para amanhã!” Tive que falar um português mais claro: “O problema está aqui dentro, meu caro doutor, porque a documentação deve ter entrado aqui dia 2, 3 ou 4 de janeiro, pois foi despachada em Santa Cruz no dia 28 de dezembro. Quem pediu que enderecássemos diretamente a ele foi o Dr. Augusto Bueno. Nós não temos culpa se aqui dentro a coisa não funciona. Não me diga que estou vindo num dia para pedir a solução no outro”. Esta é a maior dificuldade: não há gente que entenda do problema.

O SR. SILVÉRIUS KIST – Um papel nosso, de relator da Comissão, seria o de sugerir e pedir ao Governo que ele crie um órgão, dentro do Ministério do Planejamento, com elementos que entendam do problema “fumo”, para que tenham condições de acompanhar o problema, tanto a parte industrial como a parte do produtor.

O SR. WILSON CASTRO – Acho que, a exposição a que estamos assistindo hoje, é uma das mais seguras que já ouvi. O Presidente da AFUBRA conhece o assunto, tem uma vivência muito boa e uma memória privilegiada! Agora, parece-me que o problema fundamental nesta parte que estamos debatendo é que esse relacionamento produtor-indústria-governo não está sendo harmônico, não está tendo aquela dinâmica de que precisaríamos. Na parte das associações classistas, estamos vendo que o pessoal conhece o assunto. O produtor, através das suas lideranças, também o conhece. É a terceira perna do tripé que está falhando.

O que parece estar acontecendo é que, em esfera governamental, especialmente de Governo Federal, essa troca excessiva de cúpula administrativa não chega nunca a formar quem entenda. Quando está estruturado o encaminhamento por pessoas que já se informaram, que já recolheram subsídios, há uma mudança de governo, muda a cúpula e muda praticamente toda essa estrutura governamental. Ai começamos tudo de novo. E hoje fica cada vez mais difícil de os produtores irem a Brasília para qualquer coisa de que precisem, porque as passagens, a estadia, tudo está caro. São contatos fragmentados, que não têm sequência. Essa solução de continuidade põe tudo a perder.

Acho que essa sugestão de se criar mais um órgão técnico, que não mudasse quando muda o Ministro, é válida.

O Sr. Silvérius Kist – Seriam funcionários do Ministério, qualificados, que ficariam dentro desse órgão na mudança de Governo. Poderia mudar, eventualmente, o direito do órgão, mas os assessores ficariam. Esse órgão, inclusive, poderia ser criado em Brasília e ser localizado, por exemplo, em Porto Alegre, junto ao Ministério da Agricultura, à nossa Delegacia Regional. Acredito que ao invés de este órgão estar isolado em Brasília, onde de fato nada conhecem sobre o fumo, como muitas coisas – sempre digo que aqueles técnicos de Brasília estão afastados da realidade nacional, porque vivem numa cidade artificial. Poderia estar lotado aqui, em Porto Alegre. Ele acompanharia todo o problema. Já que existe aqui a Associação dos Fumicultores do Brasil, então, ela não precisaria estar viajando a Brasília para contatar; contataria aqui. E a grande indústria também está localizada no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Acredito que esta, dentro do nosso trabalho, seria uma sugestão objetiva.

O SR. HARRY WERNER – Com relação ao que disse o Dr. Castro e ao que complementou o Deputado Silvérius, é uma solução. O que nós notamos – e isto quero deixar registrado. As comissões técnicas, tanto a Coordenadoria da Comissão de Financiamento da Produção, pelo trabalho e pelo atendimento, merecem nota dez. Para a Comissão Especial, nota dez. Nós assessoramos essas duas comissões – e por causa disto, tínhamos que fazer esse número de viagens –, deixando-os completamente orientados, sob os mais diversos ângulos, para que eles chegassem a uma conclusão objetiva e viável. O órgão proposto é muito importante, para que consigamos, junto aos três ministérios envolvidos – Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda e do Planejamento –, realizar o trabalho. O trabalho deve ser realizado juntamente a esses três ministérios, para que eles encontrem uma fórmula conjugada e deem autoridade para esse órgão. Se for uma comissão fantasma, que faça movimentos políticos, viagens para cá, viagens para lá, é melhor que não seja criada, porque é um investimento, e esse investimento deve trazer o seu resultado tanto para o interesse do Governo, como para o interesse da produção e do comércio.

Um dia falamos a respeito de controles necessários, porque o senhor pergunta a um, aqui. No Brasil, sobre estatística, sobre perspectivas, e parece-me que todo o mundo “chuta”. Os senhores não conseguem números que fechem. Por quê? O órgão fiscalizador está ausente. Quando querem saber alguma coisa sobre a possibilidade da indústria ou não, vão chamar um industrial.

Eu dizia aos integrantes desta Comissão: “Nós apenas precisamos ter a coragem de imitar o que os outros países produtores estão fazendo. Eles estão nos mostrando, e nós ainda não aprendemos nem a imitar.

O SR. SILVÉRIUS KIST – Existe um órgão que acompanha o preço do fumo no exterior.

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – Correto, tanto nos países concorrentes nossos como compradores nossos.

O SR. SILVÉRIUS KIST – Então, não temos um órgão oficial que, de fato, diga o que está acontecendo. Nós nos baseamos aqui, única e exclusivamente, nos dados fornecidos pela indústria ao Governo. E o Governo não tem nada.

Então, pergunto: na classificação atual, temos condições, com a fiscalização que temos, de o produtor entregar o seu produto, e o fiscal, que estiver naquela porta, possa de fato defendê-lo e dizer a qualidade do seu fumo? Sabemos que o nosso classificador até hoje não conseguiu anular a classificação feita pelo comprador. Ele sempre concorda com o comprador e nunca com o produtor.

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – A reclamação sobre comportamentos de classificações, de modo geral, não ocorre somente no Brasil. Esses problemas existem na China, que é monopólio, país socialista. Na Argentina, mesma coisa. Estados Unidos, também.

O nosso problema no Brasil: hoje estamos exportando em torno de 40 a 45% da nossa produção, e os importadores têm as suas exigências. Devemos levar em consideração isso, para moldar, até onde for possível, a classificação primária a nível de produtor. Não devemos transferir uma mão-de-obra que é realizável na zona rural para a zona urbana, onde, então, essa mão-de-obra, em primeiro lugar, será mais cara e cobrada do produtor. Então, o que é possível fazer a nível de produtor deve ser feito aí.

Outro detalhe: sei que a FETAG, a FETAES têm um pensamento diferente. Entretanto, tudo é discutido. Vamos ter nos dias 19 e 20 de agosto uma reunião, em Florianópolis, cuja Ordem do Dia será Portaria nº 875 e Critérios a Serem Adotados para o Custo de Produção Safra 80/81.

Faremos uma reunião nos dias 19 e 20 de agosto, quando vamos discutir o problema da Portaria nº 875. E, hoje, ainda estamos a favor da Portaria nº 875. Em primeiro lugar por ser uma exigência de amoldamento, de adaptação às exigências do mercado internacional. Se vamos começar a misturar trigo com feijão, entraremos numa situação igual a da Argentina, hoje. A Argentina não tem uma participação ativa no comércio internacional devido à classificação que adota. E mais um detalhe: qualquer um de nós, fumante, nota a diferença que existe entre o cigarro brasileiro e o cigarro argentino. Este parece que até pimenta contém, porque não há um controle exato da nicotina e do alcatrão. E, para se ter isso, precisa haver a separação das classes, que são o “T”, o “B”, o “C”, o “O” e o “X”. O “X” é a baixeira, neutros que não têm nicotina, não têm coisa nenhuma. O “C” começa a ter um certo teor de nicotina. O “B”, mais, e o “T”, então, reúne as células da folha ponteira – ela tem a maior carga de nicotina e alcatrão. E para fazer uma formulação que tenha o mínimo e o máximo permissível, deve haver essa separação. Nos Estados Unidos, temos 134 separações, que são feitas pelo produtor. Na China, passamos de 200 separações. Agora, na Coreia existe uma situação diferente, eles têm três classes, três subclasses e cinco tipos.

O SR. SILVÉRIUS KIST – Então, aí existe mais uma necessidade de criarmos esse órgão para sabermos se isso é exigência do mercado ou das indústrias.

Então, cada vez estamos diminuindo o período de safra para o nosso safrista. Nesse meio tempo, ele poderia estar produzindo, poderia trabalhar, aproveitar aquela mesma terra, fazendo outras coisas na lavoura. E teríamos na cidade, eventualmente mais dois ou três meses de safra, e poderíamos entregar o fumo já a partir de outubro e novembro. Então, poderia-se entregar esse fumo em novembro; o colono o colheria e com um pequeno surtimento poderia começar a passá-lo para a indústria. E nós, poderíamos, talvez, recebê-lo durante mais tempo.

Embora não procuremos segurar, como o senhor defende, a mão-de-obra na colônia, não transferindo o colono para a cidade, eu já defendo outra tese: transferir o colono justamente para a cidade e aliviar a mão-de-obra na colônia para que ele vá trabalhar na lavoura, cultivando outras coisas nesse meio tempo que perde surtindo, mas sem prejudicá-lo. Em primeiro lugar, ele não teria o problema de armazenamento, que é uma grande luta que vocês enfrentaram durante muitos anos, motivando-o para que ele de fato pense no armazenamento. Ele prejudica a classe do fumo porque não tem condições de armazenamento, não tem tempo para surtir o fumo. E, ao terminar a safra, começa a surti-lo mas já tem grande parte de mofo, o fumo está podre.

Verifiquei que no Município de Vera Cruz têm diversos plantadores de fumo que plantam em maior escala, mais ou menos é uma pequena empresa. Então, dependem de mão-de-obra contratada. Já no interior não encontram mais a disponibilidade da mão-de-obra, e recrutam trabalhadores urbanos que estão ociosos para trabalhar na lavoura. Mas o que acontece? O sujeito só aceita se é recebido de manhã à beira do asfalto e à tarde, então, colocado novamente à beira do asfalto.

Mas já que estamos discutindo o problema do fumo no todo, nós da comissão também queremos abordar esse problema, chamando a atenção de que esse problema existe, e, se não cuidarmos, amanhã ou depois ele se agravará. Mais um motivo, então, para o Governo se sensibilizar e criar um órgão que cuide dessa problemática.

O SR. HARRY WERNER – Então um detalhe: essa mão-de-obra é imprescindível durante a industrialização do fumo. A indústria precisa dela, e não tem como o aproveitamento em cinco meses. Mas a pessoa tem que viver durante estes cinco meses. Então deve fazer o

cadastro específico daquela mão-de-obra imprescindível durante o período da industrialização do fumo. E criar para esses cinco meses uma taxa de desemprego. Durante este período, o industrial que necessita dessa mão-de-obra contribui com essa quantia, 50% e os demais 50%, o Ministério do Trabalho.

O SR. SILVÉRIUS KIST – É uma proposição que nós já tínhamos aventado. A mão-de-obra masculina nós poderíamos aproveitar em muitas obras públicas, que o Governo, por exemplo, destinasse para as prefeituras desses municípios, para que, durante o período da entressafra estas pessoas fossem empregadas resolvendo diversos problemas, porque é uma mão-de-obra não especializada.

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – Há mais um detalhe: fomos surpreendidos no Ministério com a seguinte observação: o plantador de fumo recebe toda a assistência técnica da indústria. Isto pesa no orçamento.

O que disse aqui o meu caro amigo Carnop, quando esteve nesta Comissão? Ele disse que na baixa qualidade do fumo deve ser registrada a falta de nível técnico dos produtores. Qual é o tipo de assistência técnica que eles estão argumentando, quando estamos falando em questões de preços? E quando aqui estamos falando em questões de classificação, dizem que o nível técnico do produtor está muito baixo e que ele não entende.

Dois pesos, duas medidas. Então veja a barganha, a forma como eles explicam qualquer situação. Eles são mestres. Sabem se defender. Mas estes argumentos chegam até lá, quando lá não há gente que entenda o assunto.

O DEPUTADO SILVÉRIUS KIST – Outro problema que temos é com referência aos instrutores que as indústrias têm. Eles não estão preparados, na grande maioria, pela própria indústria, para ensinar a classificação exata. Porque eu tenho assistido a instrutores chegarem nas casas dos produtores e dizer: "Este fumo está certo, classificastes bem". Mas quando o produtor entrega na indústria, era desclassificado.

Nós ouvimos aqui representantes dos sindicatos e da FETAG. Todos estão defendendo o produtor, mas não estão falando a mesma linguagem. Agora com esta orientação e com esta informação prestada de que os representantes dos produtores vão se unir, para que saia um documento reivindicatório, então para nós é válido.

Para nós é muito importante ter um órgão que vá falar, porque eu acredito que o sindicato quer defender o interesse do produtor. Então vamos unir todos os dados para que saia um documento reivindicatório. Ai sim, podemos reivindicar junto ao Governo e nos impor.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Vianna) – Para encerrar, passamos a palavra ao Sr. Harry Werner.

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – Nós que representamos 78 mil plantadores de fumo dos três Estados. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, queremos colocar esta nossa entidade, a AFUBRA, à disposição desta Comissão e acompanhá-la durante todas as demarches que envolvem ainda o trabalho desta Comissão, para que o relatório final não fique nos arquivos da Assembléia Legislativa e que ela seja portadora, a pioneira em dar nova vida à fumicultura brasileira.

Ainda queria apresentar uma sugestão: que esta Comissão procurasse um entrosamento com as Assembléias de Florianópolis e de Curitiba, porque cheguei a uma conclusão prática: na discussão do preço do fumo da safra 1979/1980, nós tínhamos envolvido Secretarias da

Agricultura dos três Estados, "n" número de Deputados, de Vereadores e Prefeitos, e entidades de classe. E não alcançamos nosso objetivo. Então, vejam os Srs. qual a barreira que tem que ser transposta, para que todo este trabalho que está sendo realizado, seja coroado de êxito.

O SR. HAINSI GRALOW – De minha parte, quero agradecer a gentileza que tiveram os componentes desta Comissão, nos dando a oportunidade de trazer o mínimo de informações que gostaríamos que ficassem registradas como contribuições de nossa entidade de classe, a fim de resolver a situação abordada.

Mais uma vez coloco a nossa entidade à disposição do fumicultor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Ao encerrar estes trabalhos, quero agradecer aos Senhores que abrilhantaram esta reunião e colocar à disposição dos Srs. esta Casa, como também esta Comissão.

No momento que necessitarmos dos Srs., podem ter certeza que aqui comparecerão.

Antes de encerrar, quero perguntar ao Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil se há possibilidade de um assessor, ou Deputado componente da Comissão, comparecer, dia 19, na reunião em Florianópolis, realizada com todos os órgãos representativos da classe.

O SR. HARRY ANTONIO WERNER – Existe, acho até que deve ser do próprio interesse da própria Comissão porquanto a reunião de 19 a 20 de agosto é a fase inicial da próxima safra, onde serão colocados os critérios a serem usados para o cálculo do custo de produção que é o estudo fundamental para o preço da próxima safra.

Acho que é muito importante assistirem para ter a continuidade do assunto.

O SR. PRESIDENTE – Os nossos agradecimentos pela informação. Procuraremos nos deslocar do Rio Grande do Sul para fazer presença naquela reunião.

O nosso muito obrigado e encerramos a presente sessão.

ANEXO 7

Portaria da Secretaria da Fazenda - RS - 1987

seus vencimentos e
527/86-19.00-SE)

no uso da delegação de e
do Decreto 29021/79, pro
ato registrado no Bol. 2
dos seguintes servidores
taria do Interior, Desem
s, devendo perceber seus

1134 4555 e 2134 4
1100 9950 e 2100
1132 9599 e 2132 7
3126 4301
1155 1275
1102 3554
1172 7683
1218 7771
1230 13437
1235 6263
1236 4843
1205 4623

NE FONTANA DOS SANTOS,

idos e correspondentes

TURA E ABASTECIMENTO,
que lhe é conferida pelo
de 18 de julho de 1979,
1688-1500/87, dispensa
matrícula nº 1075 1220, e
experimental, FG-6, da Esta
do Departamento de Pesq
eio Boletim nº 1242/87.

TURA E ABASTECIMENTO,
inferida pelo item I, de
ho de 1979, e tendo
7, dispensa RAUL MONSAL
drão 17, matrícula
e Especial, FG-8, no Des
pelo Boletim nº 1379/87.

TURA E ABASTECIMENTO,
que lhe é conferida pelo
de 18 de julho de 1979,
a DANILU BRACINI, Engen
535, para exercer a fun
com encargos de Coordena
a Divisão de Sementes
esta Secretaria, na va
ime, conforme Boletim nº
S. Coordenadora da DRI

o afastamento de:

MOO MICHELIN SANT'ANNA, matrícula nº 11855878, Médico, classe A, lotado na
ria da Saúde e do Meio Ambiente, no período de 20 a 25 de setembro de 1987
ncipar do XVIII WORLD CONGRESS OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR CARDIOVASCU
III, em Sydney-Austrália sem ônus para o Estado, excetuando-se a percepção
de seus vencimentos e vantagens inerentes ao cargo.
24-20.00/87)

ATO PACHECO PRATES BORBA, matr.11243830, Médico, classe B, lotado na Secre-
Saúde e do Meio Ambiente, no período de 27 de setembro a 19 de outubro de

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA FAZENDA P R O T O C O L O

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por sei
Deputado Cesar Schirmer, no uso de atribuição que lhe confere
o artigo 45 do Decreto nº 29.809/80 (Regulamento
com a redação dada pelo Decreto nº 32.436, de 16.12.86, dor
denominada simplesmente SECRETARIA e R.J. REYNOLDS TABACOS DO
LTD., sita na Estrada BR-471, Distrito Industrial Dona Carlot
Cruz do Sul, neste ato representada pelos Senhores Antonio
Ann e Thomas McDougall, doravante denominada simplesmente EM-

Considerando que a EMPRESA:

- 1 - investiu na alocação, recondicionamento e modernização de e
mentos, buscando a otimização de sua capacidade instalada;
- 2 - incrementará sensivelmente a arrecadação do ICI e a oferta
de empregos.

Considerando o interesse do Estado em incentivar o crescimento
e modernização do parque fabril instalado em seu território;
Considerando o apoio que o Governo Estadual se propõe a presta
de empreendimentos, traduzido por estímulos fiscais de natureza
relativa na área do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação
de Mercadorias (ICM).

RESOLVEM CELEBRAR este PROTOCOLO, o que fazem mediante as cláus
seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - A EMPRESA obriga-se a:

- I - cumprir a oferta de empregos e a geração de ICM devido, pro
no item 8.3 da folha 22 do processo nº 10306.14-00-SE/87, que
faz integrante deste Protocolo.
- II - recolher em dia e corretamente o ICM devido, decorrente de
operações, sob pena de perda do benefício de que trata a cláusu
II.
- III - a recolher no prazo normal, a cada ano, o valor de
de (oitocentas e cinquenta e cinco mil) OITES de ICM gerado e
de janeiro, considerando o valor da ORTE do mês de geração do
ano.
- IV - A SECRETARIA obriga-se a prorrogar, até o 28º dia do 6º
subsequente ao da ocorrência do fato gerador, o prazo para paga
dos valores de ICM gerado após o atingimento de quota anual de
100 OITES.

V - Para o ano em curso, deverá ser obedecida quota proporcio
nos meses do período de vigência deste Protocolo.

VI - O benefício de que trata este Protocolo vigorará em relação
atos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 1990.

Secretaria da Fazenda

7366, de 29 de março de 1980, demite, a bem do serviço público:

O Inspetor de Polícia - VOLNEI DOS SANTOS LUDWIG - 1ª classe, padrão
6, matrícula nº 1201.7749, da Secretaria da Segurança Pública, por
incurso nas transgressões disciplinares previstas nos incisos XXXVIII
e XLIII do artigo 81, do mesmo Estatuto legal.
(Proc. nº 17830-23.02/86).

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 14-10-87.

LADISLAU FERNANDO ROHNELT,
Chefe da Casa Civil.

VII - Este Protocolo entrará em vigor na data de sua publicação
no Diário Oficial, desde que a Empresa assuma as despesas decorrentes
dessa publicação.

Porto Alegre.

SECRETARIA DA FAZENDA
Deputado Cesar Schirmer
Secretário da Fazenda

R.J. REYNOLDS TABACOS DO BRASIL LTD.
Antonio H. Assmann Thomas McDougall

P-104224-4-A-14/outubro

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
BOLETIM Nº 047/87

ATOS DO SECRETÁRIO DA FAZENDA

DESIGNAÇÕES

- Os Fiscais de Tributos Estaduais, VILMAR ANTÔNIO FREDO, Classe "C", matrícula nº.
1197.2920, ERVINO RESCHKE, Classe "B", matrícula nº 1191.6508, e os Exatores RENATE
KRUG DREWS, Classe "C", matrícula nº 1101.1130, e ANILDO ANTÔNIO CANSI, Classe "B",
matrícula nº 1241.5030, para constituírem comissão de sindicância para proceder a a
puração das irregularidades constantes no Processo nº 19996-14.00/87.

- JORGE DUTRA AYDOS, Exator, Classe "C", matrícula nº 1237.5640, para integrar a Co
missão de Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis da Central Vitivinícola do Sul - VINÔ-
SUL S/A, localizada em Caxias do Sul e Bento Gonçalves. (Proc. nº 25478-14.00/87).

- JORGE DUTRA AYDOS, Exator, Classe "C", matrícula nº 1237.5640, para integrar a Co
missão de Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis da Empresa Festa Nacional da Uva, Tu-
rismo e Empreendimentos S/A - FENUVA, de Caxias do Sul. (Proc. nº 25479-14.00/87).

- JAIR FARIAS VICTOR, Exator, Classe "D", matrícula nº 1074.3375, Diretor do Patri-
mônio, Cx nº 062369100-06 e Cédula de Identidade nº 4022061792, para assinar como
representante do Estado, a escritura de transferência, ao Departamento Aeroviário do
Estado, do imóvel localizado no município de Porto Alegre, a que se refere o Proces-
so nº 0552-18.00/87, conforme preceitua o artigo 13 da Lei nº 5639, de 15.08.68, e
enviar, logo após, o competente processo e respectiva escritura devidamente registra-
da no Registro de Imóveis, ao Departamento do Patrimônio, para as devidas providên-
cias.

Porto Alegre, 13.10.87 - Harald Reinaldo Rieger - Diretor do DRI/SUPAD

D - 6B - 110604 - 14/outubro

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.